

SÉRIE NOVO PACTO DA CIÊNCIA-12

Cremilda de Araújo Medina
(Organizadora)

Nas trilhas do Saber Plural

Três décadas de interrogantes



Pensadores de autorias interdisciplinares

Cremilda Medina. Milton Greco. Marcos Zibordi. Lucilene Cury. Walter Trinca. João Frayze-Pereira. Artur Teles de Araújo (homenagem póstuma). Carolina Klautau. Eliane Fadigas. Sinval Medina. Márcia Blasques. Patrícia Patrício. Lenina Pomeranz. Ana Maria Marangoni (homenagem póstuma). Renato Seixas. Dimas Künsch. Salvato Trigo. Elen Geraldês. Angela Farah. Tânia Sandroni. Andrea Tedesco. Edson Capoano. Ana Lúcia Medeiros. Liana Milanez. Demétrio Magnoli. Mara Rovida. Fernando Rezende. Gean Gonçalves. Jaqueline Lemos

Nas trilhas do Saber Plural: Três décadas de interrogantes

Cremilda de Araújo Medina (Org.)

Projeto Gráfico
Carlos A. Tavares Junior

Ilustração de Capa
Daniel Medina

Universidade de São Paulo

Reitor
Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior
Vice-reitor
Prof^a. Dr^a. Maria Arminda do Nascimento Arruda

Escola de Comunicações e Artes

Diretora
Prof^a. Dr^a. Brasilina Passarelli
Vice-diretor
Prof. Dr. Eduardo Monteiro

Departamento de Jornalismo e Editoração

Chefe
Prof. Dr. Luciano Victor Barros Maluly
Vice-chefe
Prof. Dr. Luciano Guimarães

“Essa obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra desde que citada a fonte e a autoria respeitando a Licença Creative Commons indicada”

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

N241 Nas trilhas do saber plural [recurso eletrônico] : três décadas de interrogantes / organização Cremilda de Araújo Medina. – São Paulo: ECA-USP, 2022. PDF (199p.)

1. Comunicação. 2. Transdisciplinaridade. I. Medina, Cremilda de Araújo.

CDD 23. ed. – 302.2

Elaborado por: Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

ISBN 978-65-88640-65-4
DOI 10.11606/9786588640654

Índice para catálogo sistemático
1. Comunicação: 302.2



Creative Commons 4.0

Atribuição, Não comercial
Sem derivação

Nas trilhas do Saber Plural

Três décadas de interrogantes

SÉRIE NOVO PACTO DA CIÊNCIA-12

Cremilda de Araújo Medina
Organizadora



Pensares de autorias transdisciplinares:

Cremilda Medina. Milton Greco. Marcos Zibordi. Lucilene Cury. Walter Trinca. João Frayze-Pereira. Artur Teles de Araújo (homenagem póstuma). Carolina Klautau. Eliane Fadigas. Sinval Medina. Márcia Blasques. Patrícia Patrício. Lenina Pomeranz. Ana Maria Marangoni (homenagem póstuma). Renato Seixas. Dimas Künsch. Salvato Trigo. Elen Geraldes. Angela Farah. Tânia Sandroni. Andrea Tedesco. Edson Capoano. Ana Lúcia Medeiros. Liana Milanez. Demétrio Magnoli. Mara Rovida. Fernando Rezende. Gean Gonçalves. Jaqueline Lemos.

*Aos que nos deixaram,
aos que ainda aqui estão
e aos caminantes do futuro,*

*um convite à partilha
de nossas interrogantes.*

Guia de parceiros & Sumário

1. Dos passos inaugurais aos espantos contemporâneos

CREMILDA MEDINA – Nas trilhas do Projeto Plural.	6
MILTON GRECO - Um paradigma em construção.	14
MARCOS ZIBORDI - Nem sempre o diálogo é possível, mas vivemos tentando.	16
LUCILENE CURY - O novo Pacto da Ciência, tempos depois.	24

2. Das energias íntimas às da natureza

WALTER TRINCA - A ordem da natureza e a transdisciplinaridade.	30
JOÃO FRAYZE-PEREIRA - A arte salva? A psicanálise salva? Almodóvar, Louise Bourgeois, Bispo do Rosário e Ela.	38
ARTUR TELES DE ARAÚJO (homenagem póstuma) – Paradigma do hospital no tratamento das doenças.	48
CAROLINA KLAUTAU - Não há resposta fácil para os problemas que atravessam o meio ambiente, energia e comunicação.	65
ELIANE FADIGAS - Diversificação para diminuir dependência.	68

3. Dos territórios e das Sobre Vivências

SINVAL MEDINA - Brasil, país do passado?	72
MÁRCIA BLASQUES e PATRÍCIA PATRÍCIO - O Leviatã agoniado.	90
CREMILDA MEDINA e colaboração de LENINA POMERANZ - Revisitando o mundo do trabalho.	99
MÁRCIA BLASQUES e PATRÍCIA PATRÍCIO - Sobre Vivências: tempos plurais.	103
ANGELA MARIA FARAH - Obrigada, professora Ana Maria Maragoni.	111
ANA MARIA MARANGONI (homenagem póstuma) – Trabalho de criança é pouco, mas quem perde é louco.	113

4. Das muitas explorações paradigmáticas

RENATO SEIXAS – Sobre identidades culturais (no plural).	116
DIMAS KÜNSCH – Quem tem certeza sobre quem descobriu quem?	138
SALVATO TRIGO – Da descoberta da matéria aos equívocos da pátria: ou de como se reinventa a história da relações luso-brasileiras.	143
ELEN GERALDES – À luz do hefifério sol.	148
ANGELA FARAH – Caminhos do Saber Plural aos dez anos de trajetória.	151
TÂNIA SANDRONI – Vivências, no plural.	154
ANDREA TEDESCO – Depoimento errante.	157
EDSON CAPOANO – Plural, ciência mestiça.	159
ANA LÚCIA MEDEIROS – Em vez de saudade, esperança e reinvenção.	161

LIANA MILANEZ – O que o futuro reserva para Maria quando o Planeta, hoje, pede socorro.	163
---	-----

5. Das mediações autorais na comunicação

DEMÉTRIO MAGNOLI – À sombra das redes (anti) sociais.	172
MARA ROVIDA – Pode o jornalista pesquisar?	178
FERNANDO REZENDE, GEAN GONÇALVES e JAQUELINE LEMOS – Narrar: estar com o outro.	183
CREMILDA MEDINA – Do difusionismo à dialogia democrática.	191

1. Dos passos inaugurais aos espantos contemporâneos

Autores parceiros no guia de pensares e autorias transdisciplinares:

- . De como **Cremilda Medina** adota as veredas do Saber Plural.
- . De como **Milton Greco** supera a fragmentação do conhecimento.
- . De como **Marcos Zibordi** dialoga no plurólogo.
- . De como **Lucilene Cury** revisita cenas e protagonistas do Novo Pacto da Ciência.

NAS TRILHAS DO PROJETO PLURAL

Cremilda Medina

Já nos idos de 1960, ao cursar numa Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Jornalismo e Letras Clássicas (numa época em que não tinham surgido as faculdades de Comunicação Social), minha formação foi muito inspirada nas disciplinas de humanidades, cruzadas com as disciplinas técnicas. História, Geografia, Sociologia, Ciência Política dialogavam com os temas clássicos da imprensa, com certa ênfase no Direito e na Ética que regiam as regulações da liberdade de expressão (na década de 1970, viria a incorporar a discussão da Nova Ordem da Informação, ou seja, o Direito Social à Informação e a responsabilidade do jornalista nessa mediação). Nas disciplinas de Didática do curso de Letras, os conteúdos pedagógicos eram partilhados com estudantes de todos os campos de conhecimento oferecidos na URGs. E nesse convívio dentro e fora das salas de aula, é preciso acrescentar o tônus cultural da época (1961-1964), um intenso debate político do projeto social para o Brasil. As atividades estudantis lideravam discussões e ações que pretendiam superar injustiças e desigualdades sociais.

Essas sementes de integração dos saberes iriam continuar no clima de opressão com a ditadura militar de 31 de março de 1964, data da minha formatura em Jornalismo. Não por acaso, naquela noite, o paraninfo, Leônidas Xausa (1932-1998), professor de ciência política, nos avisou, ao chegar à formatura no Salão de Atos da Universidade, que alguma coisa muito séria estava acontecendo em Minas Gerais. No dia seguinte, 1º de abril de 1964, amanhecemos com diploma de jornalistas e com o propósito de ingressar na resistência cultural. A formatura de Letras ocorreria em dezembro do mesmo inesquecível ano e daria substância complementar à prática jornalística no exercício pedagógico do ensino médio (1965) e logo depois no ensino superior (1967).

Como tive oportunidade de registrar estes eventos em outros textos e livros, quero agora marcar outro antecedente da década posterior, quando, radicada em São Paulo (dezembro de 1970) para cá me mudei junto com a pequena família – Sinval Medina e nossos filhos Ana Flávia, cinco anos, e Daniel, um ano – para cursar o primeiro pós-graduação em Ciências da Comunicação, criado na USP em 1972. Tive o privilégio de ser convidada pelo sempre lembrado Prof. José Marques de Melo (1943-2018) para trabalhar no departamento de Jornalismo, antes mesmo do início do pós-graduação. Cancelei meu contrato com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde lecionava como assistente de catedrático desde 1967, e passei a atuar como auxiliar de ensino na USP em janeiro de 1971.

Começava então um intenso período de formação multidisciplinar, de prática pedagógica na graduação do curso de Jornalismo com motivação inovadora em meio a um clima político adverso à criatividade. Capitaneados pela energia acadêmica de Zé Marques e pelos estudos das novas disciplinas da pós, saíamos dos limites das técnicas para o fenômeno da comunicação social no seu âmbito teórico, com ênfase na sociologia; na diversidade cultural, com a iniciação à antropologia da comunicação;

Cremilda Medina, jornalista, pesquisadora, mestre, doutora, livre-docente e professora titular sênior pela Universidade de São Paulo, é autora de vinte livros e organizou 59 coletâneas, entre elas, a *Série Novo Pacto da Ciência*, que completa 30 anos em 11 edições e cuja trajetória está contemplada neste título.

e na exploração da linguagem, com os subsídios da semiologia (não esquecendo a linguística e literatura dos cursos de minha graduação nos primeiros anos de 1960). O departamento de Jornalismo e logo acrescido de Editoração, que Marques implantou com a contratação de Sinval Medina para coordenar o novo curso, pois bem, o CJE da ECA/USP era um laboratório de projetos que em muito ultrapassavam os cânones das gramáticas jornalísticas e editoriais.

No afã de nos municiar de bibliografia de ponta, além dos livros disponíveis no mercado internacional (muitos adquiri em viagens nos anos 1970, sobretudo em livrarias de Barcelona, Paris, Lisboa e Londres), havia na gráfica da ECA uma operosa publicação de textos avulsos, indicações que chegavam a José Marques de Melo e encaminhadas ao curso de Editoração. Vou fixar o foco em um deles, publicado em 1972, que hoje avalio como trilha fundante do Projeto Plural: *O novo estilo da ciência*, de Henry Margenau (1901-1997), físico e filósofo da ciência alemão-americano, que nos inquietou, no início dos 1970, com o que seria a crise de paradigmas e a fragmentação do conhecimento científico, tão profundamente debatido no **Primeiro Seminário Transdisciplinar** na ECA em 1990, e resultou na publicação dos anais e ensaios em 1991, há exatamente 30 anos.

O texto de Margenau foi transcrito da publicação *Cultura Universitária* nº 98/99, Caracas, Venezuela, janeiro/junho de 1968. A edição local, de circulação restrita, de 1972, oferece um rico mapeamento de inquietudes que atravessam o século XX e se projetam no tempo presente. Para o pensador (seria um polímata?), a ciência do século XIX era predominantemente fática, acumulava dados exatos e confiáveis buscando a determinação de constantes na natureza. A ciência do século XX que o filósofo e físico valoriza, é uma aventura humana, grávida de desafios e ideias, esperanças e frustrações – seus conceitos transcendem em grande parte o domínio dos fatos mensuráveis. Antes, o ponto de partida era a verdade axiomática, infalível, para chegar a certezas estatísticas.

Margenau anota sutilezas: esse paradigma não estava totalmente errado, mas prometia o que não podia cumprir. Afirmava, por exemplo, que quando se termina um **modelo**, se resolve determinado problema. (É curioso que o físico traz à pauta epistemológica dos modelos e conceituações fechadas o caso que muito discutimos nos anos 1970 da influência da televisão, ou seja, que a violência da ficção televisiva injetava diretamente violência no espectador, em geral, a criança.) Outra inferência importante do ensaísta diz respeito à ausência de **imprevisibilidade nos profetas da previsibilidade** – e cita como contexto do século XX, “a calamidade da explosão demográfica”. Para ele, a ciência é tão variável como o espírito humano, e é imprevisível. O acaso e a incalculabilidade são inerentes ao desenvolvimento da ciência. Para o filósofo o que **não se compreende cientificamente**, faz parte do que não pode ser suprimido – são outras expressões humanas como a política, a poesia ou a religião.

Em confluência com as lógicas paraconsistentes que estavam surgindo, como na proposta do matemático brasileiro Newton da Costa, aponta o abalo paradigmático do século XX: a partir do núcleo duro, a ciência se defrontou com a contradição de suas leis. E para culminar o ensaio alinha seis trilhas epistemológicas do **novo estilo**:

1) A decadência do materialismo, tomando como referência, a perturbação que mecânica quântica trouxe às leis da física mecânica no início do século XX;

2) A bancarrota dos sentidos comuns diante de sentidos menos amarrados ao território conhecido, mas empreendedores no território desconhecido;

3) A renúncia aos modelos mecanicistas, pelo menos não confiar neles ilimitadamente;

4) A liberdade ao desbravar a indeterminação do microcosmo;

5) A inclusão natureza-homem e não a disjunção entre natureza e o homem espectador;

6) A dispersão do dogmatismo – a ciência não abriga nenhum absoluto, nenhuma verdade final.

Há uma máxima na conclusão que merece registro nesta síntese:

*A ciência rechaça problemas eternos
porque rechaça respostas eternas.*

Significativo ir às recorrências. Avanço agora para 1990. Entre essa rica e tormentosa fase de 1970 a 1975, quando saímos da universidade por motivos políticos, trabalhei dez anos exclusivamente na imprensa (sem abandonar as inquietudes transdisciplinares) e o novo período com a volta à USP em 1986 talvez tenha sido a grande oportunidade de unir os saberes acadêmicos às artes. Nunca perdera o prazer da literatura, do teatro, do cinema ou das artes plásticas, mas atuar durante dez anos nessa área no jornal *O Estado de S. Paulo* representaria a experiência diária para aprofundar o que chamaria nos anos 1990, o **gesto da arte**.

Gesto é ação: o artista se move na cultura, na sociedade, na história. Talvez nesse movimento de **personagem a povo** encontro com mais propriedade os desafios do **signo da relação**. E é o que procuraria nas viagens às assinaturas artísticas de 1975 a 1985, nos dez anos de intervalo universitário forçado pela ditadura. A mediação cultural dos artistas com seu povo me oferece descobertas que integram a percepção solidária e o ensaio compreensivo do Outro, o que as teorias científicas muitas vezes não contemplam. Munida de explicações estruturais das ciências da comunicação, poderia ter ficado na produção acadêmica departamentalizada. Mas preferi a **reportagem/ensaio** numa navegação em mares desconhecidos. Poderia ter ficado também na cadeira de editora de artes, simplesmente editando o que me viesse à mão, à máquina de escrever na época. Mas preferi sair da redação, viajar, ir ao encontro da obra de arte, ao ato de criação, ao contexto abrangente de onde saiu, ao autor e a seu povo. Assim visitei e me deparei com os espantos da realidade imprevisível que só a imaginação delirante do artista toca de perto. América Hispânica (do Sul e Central), América do Norte, Europa e os extremos da diversidade nos meus horizontes bibliográficos – a então União Soviética e alguns países da África. Essas trilhas dos anos 1980 muito contribuíram para levar adiante a reflexão na Academia, não só em torno das Ciências da Comunicação como naquilo que Marginau nomeou o Novo Estilo da Ciência.

Em 1986, voltava à Universidade de São Paulo sequiosa de enlaçar novos estudos, nova pesquisa. No mesmo ano defendia o doutorado, etapa que fora interrompida em 1975. Logo começaria a partilhar inquietudes acadêmicas com os alunos e orientandos de pós-graduação na Escola de Comunicações e Artes e no Prolam (Programa Inter Unidades de Pós-Graduação em Integração da América Latina). Então, no final dos 1980, estudava nesse ambiente a possibilidade de reunir na ECA/USP um grupo de cientistas que, inquietos nas suas especialidades, se dispusessem a debater a **crise de paradigmas e o fragmentalismo da ciência**. Na minha percepção, a Comunicação Social e as Artes (campos de conhecimento da ECA) eram o espaço adequado para tentar a **ousadia transdisciplinar**.

E assim foi. Empenhei quatro meses do primeiro semestre de 1990 na coleta de linhas de pesquisas de áreas não familiares das ciências naturais e biológicas, bem como reencontrar trilhas específicas das ciências humanas. Com auxílio de alguns especialistas, fui formando um elenco de pesquisadores e, em longas conversas nas visitas a várias unidades da USP e em outras universidades de São Paulo, extraí subsídios epistemológicos para apresentar os participantes do Primeiro Seminário Transdisciplinar – a Crise de Paradigmas -, em junho de 1990, cujo registro em Anais saiu sob o título *Novo Pacto da Ciência* (São Paulo, ECA/USP, 1991). E é com essa marca que se inicia uma série, hoje com onze títulos publicados a partir da USP e de outras universidades em que organizei coletâneas. A presente edição irá percorrer, em onze capítulos, as trilhas do *Projeto Plural*, nome que se consagrou na corrente de pesquisadores há trinta anos.

Mas para abrir o primeiro capítulo, vou me deter no ponto de partida. A apresentação não promete a inter e transdisciplinaridade acabadas num seminário que, afinal, expôs o embate e não se fechou em definições, expressou discussões ricas no espírito de busca e não a afirmação competitiva de cada área de conhecimento. “Mais cedo ou mais tarde – digo no texto introdutório – de acordo com os diferentes ritmos se atingem perplexidades comuns.” Foi muito gratificante poder assinalar nessa apresentação que, “através de uma dura jornada, correu um dilema substancial: como pode a Ciência se aproximar da Vida e a ela devolver dignidade, melhores condições materiais e felicidade”. Ao que tudo indica, “o principal eixo do encontro foi o ser humano e não teorias ou práticas de laboratório”. E nesse âmbito, todos se confessaram aprendizes da complexidade, interrogativos quanto a seus paradigmas delimitados, contaminados pelo sentimento poético e respeitoso com as sabedorias ancestrais. No último parágrafo da introdução, a série estaria lançada:

O novo pacto da ciência com a arte e as diferentes sabedorias humanas realimenta o desejo ancestral: podemos nós, cultores do conhecimento científico, contribuir de algum modo para a paz, justiça e ecologia? A tríada, apresentada e discutida neste relato, parece sintetizar os objetivos de uma ciência eficiente para o século XXI.

Numa manhã de junho de 1990, abre-se o seminário de apenas um dia no auditório da ECA a que acorreram estudantes de graduação e de pós-graduação e alguns professores. Na condição de mediadora, apresento os convidados em um breve perfil que colhere nas visitas do primeiro semestre: o químico **Atílio Vanin**, que infelizmente nos deixou em 2001, vocalizaria o retorno à liberdade, numa ruptura com as rotinas científicas; o matemático **Jair Minoro Abe**, que substituiu o matemático **Newton da Costa** (que não pode participar por problema de saúde), traria à mesa a deslumbrante noção das lógicas paraconsistentes, importante contribuição de Newton da Costa para a Ciência nos anos 1950; o psicanalista **João Frayze-Pereira** nos inquietaria com a outra Verdade, a da Arte Incomum produzida nos hospitais psiquiátricos; o sociólogo **José Carlos Bruni**, contundente na crise dos paradigmas, chamaria a mesa para a imprevisibilidade dos movimentos sociais e a falência de categorias estruturais que eliminam o Sujeito; o físico **Newton Bernardes** que, infelizmente também perdemos em 2007, sacudiria pressupostos científicos com dilemas introduzidos pela física quântica, para matizar o programável na ciência (apolínea) com o improgramável na arte (dionisiaca); da era das incertezas e da abrangência do todo humano e do todo homem-natureza se ocuparia o biólogo e sociólogo (por si, multidisciplinar) **Milton Greco**, que seria parceiro direto na organização de vários dos seminários posteriores; já o físico **Sílvio Salinas** insistiria, pela tradição da física mecânica e as novas

concepções da física quântica, na convivência de paradigmas, de leis de regularidades com explorações no indeterminado, ou seja, determinismo e probabilidades estão presentes nos resultados práticos da ciência; mas para o psicanalista **Walter Trinca**, o desafio da área é atuar na consciência humana povoada de “entulho”, de objetos materiais, para compreender o indizível tal qual esse se expressa na Arte, saindo dos Objetos-Coisa para a Imaterialidade dos Sujeitos; para quem trabalha com o cérebro, como o neurocientista **Wilson Luis Sanvito**, não daria mais para reduzir os fatos cognitivos ao behaviorismo, ou à simples fisiologia cerebral pois de seu contato e estudo da mente humana, precisa se valer das neurociências mais psicologia cognitiva, gênese social da consciência e da linguagem.

Iria desta apresentação, que não foi contestada pelos convidados, para o primeiro embate, pela manhã, com a reserva de palavra para a mesa. A leitura dos anais publicados há 30 anos é muito rica e vou me arriscar a breves apontamentos que hoje me chamam a atenção. O tema da fragmentação do conhecimento científico foi de imediato guindado à polêmica, pois o pesquisador de física quântica Newton Bernardes (1931-2007) nos reforçaria com sua visão de que a fragmentação faz parte do racionalismo (que ele simboliza em Apolo) e pergunta no seminário: é possível aplicar a fragmentação racional à Arte (que ele representa em Dionísio)? Em um segundo momento, quando colhi ensaios de alguns dos participantes do seminário, Newton Bernardes publicou um texto brilhante – *O dilema da física moderna: um dilema humano milenar*. (Pág. 133)

Antes de outro físico, Sílvio Salinas, afirmar sua posição perante o colega, Walter Trinca insistiu que mais do que o problema da fragmentação de paradigmas na ciência, era a turbulência dos objetos sensoriais na consciência humana. Salinas se posicionou então perante o dilema Apolo/Dionísio - para ele, insiste, os paradigmas convivem e não se superam. O médico e neurocientista Sanvito acrescentou a importância da linguagem que organiza o pensamento. O que deu margem ao psicanalista João Frayze-Pereira deslizar para a Arte Incomum que ele, junto à antecedência de Nise da Silveira (1905-1999), tanto tem se dedicado. Também este autor incluiu no volume o ensaio *O sorriso da loucura (a propósito dos vestígios de Arthur Bispo do Rosário)*. (Pág. 175)

Milton Greco, se valendo da epistemologia recheada de pesquisa de campo sociológica (junto ao antropólogo Waldemar de Gregori, líderes da corrente denominada Cibernética Social), levantou dúvidas que cruzam as relações humanas, políticas e sociais: 1) a impossibilidade do saber enciclopédico; 2) a complexidade, tudo está interligado; 3) as variáveis ocultas no conhecimento normatizado, como, por exemplo, o que não cabe na linearidade de causa e efeito ou a dicotomia sujeito-objeto; 4) a descoberta da entropia (1850), o caos no lugar da ordem que instabiliza todos os projetos portadores de segurança; 5) de tudo isso decorre a negação de paradigmas fechados da ciência; 6) decorre também o holismo como antítese ao racionalismo positivista.

Logo outro sociólogo, José Carlos Bruni, retomou essa trilha paradigmática para sublinhar que se trata de reintegrar à compreensão científica os agentes sociais, antes estratificados em categorias no paradigma explicativo. Invoca a reflexão livre, crítica e constante sobre o modo (cotidiano) da inserção na vida humana das dimensões políticas e institucionais no lugar de enquadramentos estanques. E quem traria a mobilidade interpretativa das contradições seria, por incrível que pareça, a matemática. O polonês Stanislaw Jaskowski em 1948 antecipava o que Newton da Costa no Brasil viria a propor em 1953 como lógicas paraconsistentes. De sua

equipe, Jair Minoro Abe, que o substituiu no seminário, vocalizou essa significativa quebra de paradigma na matemática e escreveu um ensaio *Lógica e para consistência*. (Pág.185)

Para o químico Atílio Vanin (1944-2001), a fragmentação do conhecimento científico tem um espelho direto na estrutura administrativa e de conteúdos na universidade. Estendeu seu olhar crítico também para o paradigma das carreiras e as exigências do volume de trabalhos publicados, às custas do estiolamento da criatividade. As palavras do pesquisador que nos deixou tão precocemente deixam uma visão de futuro: o químico, ao saudar o debate sobre a crise de paradigmas, o interpretou como sinal de que “nos dispomos a romper com a rotinas científicas para retornarmos à liberdade de pensar”. Para o psicanalista João Frayze-Pereira, essa liberdade está fora dos limites institucionais, é sempre interrogativa e não assertiva. Por isso, Vanin exalta a imaginação criadora e a partir da física, da química ou da biologia, convém a aproximação à Arte onde não se encontra a “comunidade dos conformados”, segundo a visão apolínea que Newton Bernardes apontara. Para Sanvito, neste fértil debate da manhã, é urgente a estratégia de somar o conhecimento comum ao conhecimento filosófico (lógica), ao conhecimento ancestral, ao conhecimento transcendental.

À tarde, o seminário ganhou posições e questionamentos de alguns participantes do auditório. De saída Francisco Karam, à época pós-graduando da ECA (por sinal, desenvolvendo seu mestrado sob minha orientação) levantou como cerne dos debates paradigmáticos da ciência a vertente da Ética, tema de sua dissertação, voltada para a profissão dos jornalistas. Para Karam há de ocorrer um movimento das particularidades à universalidade ética nos domínios científicos. O que Milton Greco pressupõe como um longo caminho e Newton Bernardes indica a ruptura do olhar programável para a descoberta das interações que, na visão de Sanvito, exige o deslocamento da simplificação e da disjunção para a ambiguidade, a imprecisão ou a desordem. Mas não é fácil aderir ao caos, quando a ciência se abriga no saber enclausurado das certezas. Bruni lembrou que na história da ciência foi custoso e gratificante superar a magia com a racionalização e assentar a estratégia explicativa no saber institucionalizado e elitizado, o que implicou, além dos benefícios, um sério custo, ou seja, o abandono da estratégia (ou metodologia?) compreensiva pavimentada por intermináveis interrogantes.

Milton Greco fez questão, a essa altura, de recorrer as duas visões de paradigma: o da ciência normal, tal qual definiu Thomas Kuhn; e o de cosmovisão societária. É principalmente nesta segunda acepção que vêm a primeiro plano valores, questões de poder e desafios da ética que Karam levantou. Sílvio Salinas também fez questão de observar que o autoritarismo tanto pode se manifestar na ciência quanto nas concepções mágicas da religião, mas que essa tendência assertiva de explicações do mundo material ou humano não invalida as regularidades e os modelos. Salinas, sempre vocalizando a coexistência de paradigmas, marca mais uma vez sua posição quanto à sucessão de modelos no conhecimento científico, isso graças à pesquisa em processo, não a pontos fixos de ancoragem. E então João Fraize-Pereira invoca a Outra Verdade, a passível de ser compreendida no despertar imaginativo, criativo.

Rubens Venâncio dos Santos, professor de Ética do Departamento de Comunicação Social da Universidade de Taubaté, participante do seminário, exteriorizou o principal alicerce dos debates: o ser humano como sujeito da ciência. Mas Sanvito quis retomar o tema dos modelos que, segundo ele, se consagraram no século XIX. Como neurocientista lidando com o cérebro humano, tem a perspectiva

concreta de que este não pode ser pensado em termos de modelos. E o psicanalista Walter Trinca acrescentou: há modelos que funcionam e há modelos que não funcionam, por exemplo na psicanálise. A singularidade do sujeito, de sua relação consigo mesmo e com o outro não cabe em modelos pré-estabelecidos. João Frayze-Pereira não deixa escapar a oportunidade em apontar para o absolutamente singular da Arte Incomum em uma instituição psiquiátrica.

Mas Karam ainda se sente inquieto: e se as particularidades forem antagônicas, qual vai prevalecer? João Frayze-Pereira observa de imediato, não se pode encarar como estruturas fechadas, mas um desafiador processo de estruturação em que não há vencidos ou vencedores, mas um movimento passível de interação, de compreensão, apaziguamento. Salinas volta à carga dos modelos. Ao se valer de exemplos estatísticos, dos domínios da informática, insiste que modelos servem para fatos simples, não para fatos complexos. Vira para Walter Trinca e, ao reafirmar a importância de padrões na física mecânica, reconhece também que não sabe se funcionam na psicanálise. Então o discreto matemático ensaia classificar os modelos, as lógicas. Jair Minor Abe enumera três trilhas por onde deslizam os modelos: 1) a realidade da fala (contexto sociocultural, interpreto eu); 2) a abstração na matemática; 3) dimensão sintática da linguagem. Pergunto-lhe em seguida: e a para consistência? Abe indica que é um campo em exploração. (Depois enviou seu ensaio a respeito, constante da publicação à página 185).

Walter Trinca voltou ao humano como centro da ciência. Para ir ao desconhecido nessa consciência colonizada pelos objetos materiais é mais necessário que nunca um pesquisador despreconcebido, aberto à emergência não sabida. Perante tantas angústias das disciplinas representadas neste seminário, Milton Greco eleva a abordagem transdisciplinar em que, no diagnóstico de Bruni, possamos migrar do positivismo das ideias para a observação da realidade.

Ao término do encontro, a professora universitária Maria de Fátima da Silva, também de Taubaté, não me deixou apenas exercer a mediação e quis saber como eu aplicaria ao campo da comunicação social e do jornalismo estas discussões paradigmáticas. Nas páginas 117 e 118 lhe respondo como todo este debate nos mergulha numa crise semelhante aos demais campos de conhecimento, pois lidamos diretamente com modelos técnicos, paradigmas e regulações profissionais que ainda se fixam na mentalidade positivista do século XIX. Mas é no texto que escrevi para um congresso internacional na antiga Iugoslávia, também em 1990, e incorporado aos ensaios do *Novo Pacto da Ciência* (1991), que atendo às questões levantadas por Maria de Fátima – *Jornalismo e a Epistemologia da Complexidade* (pag. 193).

A jornada inesquecível chegou aos momentos de despedida no fim da tarde, com satisfação estampada em todos os participantes que, como dissera o neurocientista Wilson Luís Sanvito, pela manhã, havíamos esfregado cérebro a cérebro. Também voltaram ao ato culminante as propostas de contínuo investimento: **poder viver e viver convivendo** (Milton Greco); **autoconhecimento e conhecimento do conhecimento** (Sanvito); **a superação do fragmentalismo** (Newton Bernardes); **parceria do filósofo e do poeta no encontro com o maravilhoso** (Jair Minor Abe); **só reuniões como esta nos ajudam a nos completarmos** (Atílio Vanin); **a superação da divisão institucional do trabalho científico** (José Carlos Bruni); **discussões assim podem superar a divisão de departamentos** (Sílvio Salinas). Uma participante, silenciosa até a etapa final, a psicóloga Ana Maria Barbosa, orientanda à época de Walter Trinca, propôs um tema fundamental para a inter e transdisciplinaridade – **a prática de coorientação** na pesquisa de dissertações e teses (justamente eu estava experimentando com seu orientador essa interação, tão rica para todos nós).

Ao fechar o Primeiro Seminário Transdisciplinar, além de agradecer, é claro, as ricas e generosas contribuições, firmei o compromisso de expandir esta importante dinâmica tanto na USP como em outras universidades. Não foi um compromisso em vão: os últimos trinta anos têm debatido e ampliado as noções registradas no *Novo Pacto da Ciência, a Crise de Paradigmas, 1º Seminário Transdisciplinar – Anais* (São Paulo, ECA/USP, 1991). Ao longo do primeiro e dos dez seguintes capítulos, recuperam-se ensaios e seminários que levaram adiante as inquietudes epistemológicas contemporâneas. E que não param de surgir, principalmente nos dois últimos da pandemia da Covid-19.

Em 2020 e 2021, se o intercâmbio presencial não foi possível, o grupo de pesquisa aproveitou a comunicação à distância para revisar e atualizar os pioneiros alicerces da transdisciplinaridade. Na atual edição prestamos homenagens a autores que nos deixaram, inclusive vítimas do Novo Corona Vírus. Mais do que nunca se impõe esse olhar para as onze coletâneas. Passo a passo, comparecem interrogantes da pesquisa teórica e das práticas profissionais, representadas nas dez edições posteriores ao primeiro encontro na série *Novo Pacto da Ciência*: o segundo volume de seminários e ensaios, de 1993, registra a voz *Do Hemisfério Sol*; sucessivamente, seguem-se os temas *Saber Plural* (1994); *Sobre Vivências – No mundo do trabalho* (1995); *Agonia do Leviatã – A crise do Estado moderno* (1996); *Planeta inquieto – direito ao século XXI* (1998); *Caminhos do Saber Plural* (1999); *Ciência e Sociedade – Mediações jornalísticas* (2005); *Diálogo Portugal-Brasil – Novas Realidades, Novos Paradigmas* (2008); *Energia, Meio Ambiente e Comunicação Social* (2009); *Liberdade de Expressão – direito à informação nas sociedades latino-americanas* (2010).

As reflexões e experiências desta e de outras séries que coordenei testemunham a atenta escuta e o esforço de aperfeiçoamento perante os impasses do **estar afeto ao Outro e sua circunstância**. E neste volume comemorativo dos 30 anos de transdisciplinaridade, o privilégio de reunir alguns dos valorosos colaboradores da reflexão e da prática do **Saber Plural**. Dois dos ensaios fazem parte da série **Novo Pacto da Ciência**, mas por sua importância e em homenagem póstuma a Artur Teles de Araújo e Ana Maria Marangoni, republicamos a íntegra nesta edição.

UM PARADIGMA EM CONSTRUÇÃO

Milton Greco

Em 1990, portanto há pouco mais de 30 anos, na Universidade de São Paulo, a Prof.^a Cremilda Medina e seus alunos, iniciavam um estudo sobre integração do conhecimento. Dele, surgiu uma publicação sob o título de ‘Novo Pacto da Ciência’ baseado nos Anais de um Seminário Transdisciplinar que abordara ‘A crise dos paradigmas’ no pensamento de então.

“Quem diria, há algum tempo, que físicos, químicos, matemáticos, biólogos filósofos, psicólogos e psicanalistas, se sentariam à mesma mesa para discutir problemas comuns?”

No seio da grande universidade, iniciou-se uma proposta de quebra das limitações inter e transdisciplinares, nas fronteiras da especialização.

Nessa trajetória do grupo de pesquisa, a meta era despertar a consciência do que ensinaram autores como Edgar Morin. Morin ensinava que o pensador e, sobretudo o cientista, ao agirem, com apurado senso de acuidade, deveriam juntar a percepção dos efeitos e das repercussões mais amplos dos pensamentos e das pesquisas desenvolvidos.

Em decorrência dessa experiência pioneira criou-se o Projeto Plural para dar continuidade aos estudos que então se iniciavam e, a eles, tive a ventura de me juntar no ano de 1991. E por alguns anos, com e sem o apoio do CNPq, continuamos as pesquisas, produzindo algumas obras, que seguiram no caminho da descoberta dos meandros da **integração do conhecimento**, inter e transdisciplinar.

Tratava-se, muito mais do que observar o que se estava produzindo ou pensando, mas desenvolver a consciência de integração e dos efeitos amplos, até globais, do que se estava produzindo ou pensando – uma **mudança de paradigma**.

E essas mudanças de paradigma são transformações do pensamento e da consciência, em confronto com o apelo da especialização pura e simples, que se desenvolvia sem maior consciência dos efeitos para além do imediato das ideias e dos seus objetos de estudo específicos.

Mas uma mudança da forma de pensar e a formação de uma **nova consciência** levam tempo, anos e até décadas. Porém hoje, talvez com a nossa humilde contribuição, sabemos que ela vem se estabelecendo e até se universalizando, principalmente nos grandes centros de decisão, tanto para o bem como para o mal.

Contribuímos modestamente para divulgar o que Morin denominou o **paradigma da complexidade**.

Segundo Morin, o **paradigma da complexidade**, no qual é fundamental “pensar globalmente e agir localmente”, premissa verdadeira, mas, dialética, de mão dupla (pense localmente e aja globalmente), formando, porém, uma consciência planetária inacabada.

E como afirma Marquezan, em relação ao **método** de aplicação do paradigma da complexidade:

Milton Greco é mestre e doutor em ciências sociais, tendo tido formação inicial em Odontologia. Lecionou em diversas universidades como a São Francisco e a Salesiana. Também tem colaborado como pesquisador da ECA/USP junto ao Projeto Plural que, nesta edição, completa três décadas. Atualmente aposentado, estuda o tema “A questão dos paradigmas diante da configuração geopolítica do novo ciclo histórico”.

É igualmente necessário considerar que método e paradigma são inseparáveis. Qualquer atividade metódica existe em função de um paradigma que dirige uma práxis cognitiva. Ante um paradigma simplificador que consiste em isolar, desunir e justapor, propomos um pensamento complexo que reata, articula, compreende e que, por sua vez, desenvolve sua própria autocrítica. [...] Do ponto de vista etimológico, a palavra “complexidade” é de origem latina, provém de *complextere*, cuja raiz *plectere* significa trançar, enlaçar. Remete ao trabalho da construção de cestas que consiste em entrelaçar um círculo, unindo o princípio com o final de pequenos ramos. À primeira vista, complexidade é um tecido de elementos heterogêneos inseparavelmente associados, que apresentam a relação paradoxal entre o uno e o múltiplo. A complexidade é efetivamente a rede de eventos, ações, interações, retroações, determinações, acasos que constituem nosso mundo fenomênico. A complexidade apresenta-se, assim, sob o aspecto perturbador da perplexidade, da desordem, da ambiguidade, da incerteza, ou seja, de tudo aquilo que é, mas se encontra no emaranhado, inextricável.

Mas, seria oportuno um exemplo.

Como **exemplo** de uma questão atual a ser analisada em sua quase infinita complexidade, está a questão da **Geopolítica do Poder no Planeta e suas implicações para o Brasil**. Questão que só pode ser abordada a partir de um pensamento complexo, tais as inter-relações entre os elementos que a compõem, mas que são do conhecimento público, e que convergem para duas questões fundamentais:

Como será a nova configuração geopolítica do planeta dentro de 5, 10, ou 20 anos?

E quais as implicações dessa nova configuração para o Brasil?

Questões que se põem, ainda que ‘brevemente ao público, mas que tomarão corpo gradativamente à medida em que os anos irão correndo, e serão um cenário propício para o estabelecimento definitivo de um novo modelo de pensar em que se que será necessário um **Novo Pacto da Ciência**.

Referências

- MARQUEZAN, Lorena Inês Peterini. **A complexidade e a experiência interdisciplinar/transdisciplinar na formação de professores**. Fortaleza: UECE/UCB, 2016.
- MEDINA, Cremilda (Org.). **A crise dos paradigmas: anais do primeiro seminário transdisciplinar**. São Paulo: ECA/USP, 1991.
- MORIN, Edgar. **Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

NEM SEMPRE O DIÁLOGO É POSSÍVEL, MAS VIVEMOS TENTANDO

Marcos Zibordi

- Então você vai escrever um texto pretensamente científico em forma de diálogo?
- Qual o problema?
- Não é científico, simples assim.
- Nada é simples, e em qual Código Penal está prevista essa norma?
- Ora, na ABNT, não conhece? Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- Aquela que estabelece regras até para a quantidade de voltas da rosca do cano dePVC?
- Ela mesma.
- O que a ABNT faz é normatizar a forma: tamanho da letra, espaço entre as linhas, recuo de citações; não regula sequer a metodologia, muito menos a autoria criativa da escrita científica. Confunde-se demais isso.
- Lá vem você com essa mania de criticar, de subverter. É insuportável.
- Quem não suporta divergências não deve debater. Ciência não significa dar respostas definitivas, são sempre achados provisórios.
- Tá, esquece a ABNT.
- Esqueci faz tempo. Por acaso você leciona metodologia científica, a disciplina mais odiada em qualquer curso de graduação, aquela que mata o cientista no ninho?
- Por acaso, sim, sou professor, e metodologia é fundamental.
- Metodologia é; epistemologia, mais ainda; não regras de formatação que, sequer, são capazes de argumentar em favor desse gênero textual inosso que é o artigo científico.
- Vai me dizer agora que o texto científico pode, ou pior, deve ser criativo?
- Dever, não deve, toda imposição coage; mas pode, e é possível desenvolver autoria atendendo a parâmetros científicos, inclusive praticando gêneros ortodoxos, como o artigo ou os famigerados informes de divulgação científica.
- Duvido.
- Duvida, não; você não admite a possibilidade; se duvidasse, aceitaria, pelo menos, a hipótese; por sinal, ao falar em hipótese estou atendendo a regras científicas, certo?
- Atende, mas ironia, por outro lado, revela postura não-científica.
- Quando você fala de postura, é relativa ao corpo? Tipo mente quieta, espinha ereta e coração tranquilo, como disse o poeta?
- Continua irônico. Eu quis dizer que ironia não cabe em um texto científico ou jornalístico, não atende aos parâmetros.

Marcos Zibordi é jornalista, professor e pesquisador. Correspondente em São Paulo da Agência de Notícias das Favelas (ANF), professor colaborador da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e da Universidade Cruzeiro do Sul (Unicsul). Pós-doutorando na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP).

- Depende do que você considera parâmetros: são os relativos à forma ou ao conteúdo?
- É uma resposta retórica.
- Toda resposta é retórica. E qual o problema com a retórica? Olha, não estou querendo discutir com você, mas sua insistência me obriga. Não estou propondo nada de novo, na verdade estamos atrasadíssimos, como aquele coelho de Alice no país das maravilhas. O mundo deu milhões de voltas e tem gente vivendo no paradigma do século 18.
- Paradigma? Agora sim, um termo científico.
- Você gosta de disciplina, de regra, né? Então vou fazer uma citação: “Sonhar é preciso, porque temos potencialmente recursos para produzir sentidos em que ética, técnica e estética estejam a serviço de uma estratégia humanizadora de Jornalismo”.
- Qual a referência dessa citação?
- É do primeiro Seminário Transdisciplinar: a crise dos paradigmas, encontro pioneiro de cientistas de diversas áreas promovido pela USP. Sabe quando? Trinta anos atrás, em 1991. Está na página 197 dos anais do evento.
- Certo, isso foi científico. Mas não tem sentido enganar o leitor com este falso diálogo, falando consigo mesmo como se fôssemos dois.
- Tecnicamente, não estou falando comigo, mas a partir de mim: são vozes criadas por um autor. A autoria cria quantas vozes quiser, expressada por narradores. E não confunda autor nem narrador com pessoa física, com CPF e RG.
- Não entendi.
- Eu já imaginava. Considerando que pessoas como você adoram tabelas, gráficos, estatísticas e quadrinhos, esquematicamente é assim: a pessoa de carne e osso cria uma autoria, uma entidade fictícia, uma instância da narrativa, que é artificial; a autoria, por sua vez, se expressa através de narradores, ou vozes.
- De onde você tirou isso?
- Da narratologia, ou teoria da narrativa. É um dos eixos mais importantes do grupo de pesquisa chamado Projeto Plural, da Escola de Comunicações e Artes, a ECA, da sacrossanta Universidade de São Paulo, a USP. Lembra do livro que citei, do primeiro seminário transdisciplinar?
- Sim.
- Depois dele vieram mais 11 obras, em 30 anos. Se você ler, vai entender. As ideias do grupo de pesquisa, liderado por Cremilda Medina, representam a construção de um pensamento genuinamente brasileiro. Aliás, vocês vivem defendendo o país, mas na hora agá, citam os franceses, os norte-americanos. É vergonhoso, lamentável.
- A ciência estrangeira é muito mais adiantada.
- Jura? A partir de qual ponto de vista? O da ABNT?
- Nem vou responder, é evidente.
- Em ciência, nada é evidente; no mínimo, é complexo.
- Complexidade é um tema atual, desenvolvido pelo francês Edgar Morin.
- Sim, por ele mesmo, vocês citam, mas não assumem; há enorme divergência entre o que falam e fazem, é intelectualmente desonesto. E mais: o que não dizem, mas praticam, é a ortodoxia científica proposta por outro francês, René Descartes, há quase quatro séculos. Desculpe me estender um pouco, mas vou te

dar outras referências, especialmente as que estão no oitavo volume da série Novo Pacto da Ciência, publicado em 2005 e intitulado Ciência e Sociedade: Mediações Jornalísticas. Assim como o primeiro livro da série, traz a transcrição de discussões de seminário transdisciplinar realizado na USP, além de artigos científicos.

- Pelo menos há referência completa.
- Sei da dificuldade de sobrevivência científica sem bússolas, mapas; fique tranquilo, vou referenciar tudo.

- Você poderia começar explicando a crítica à divulgação científica. Até hoje não entendi porque vocês criticam tanto.

- Porque não basta transmitir a informação: por isso professores fracassam, mesmo bem informados e cheios de boas intenções, com esqueminhas na lousa e projeção de imagens; da mesma forma, pais e mães vivem indicando o bom caminho às filhas e filhos, e fracassam. Dizer não garante o comunicar.

- São exemplos irônicos e do dia-a-dia, não são científicos.

- Um dos principais erros da chamada divulgação científica é circunscrever a ciência a seu contexto restrito, desconsiderando a sociedade. Outro erro está em vulgarizar, espetacularizar, tornar exótica a atividade de pesquisa.

- Isso é culpa dos jornalistas.

- Culpa é um conceito cristão. Você não quer falar só de ciência? Vou te dar um exemplo de mediação, que vai muito além da mera transmissão de informação, também do oitavo volume do Novo Pacto da Ciência.

- Sou todo ouvidos.

- Um bom começo é mobilizar todos os sentidos, não só a audição. O livro que menciono é atualíssimo. Imagine que, pensando na situação de pandemia de Covid-19 em que vivemos, podemos revisitar essa obra de 2005, que abre discutindo a cobertura de saúde na mídia, com cientistas e jornalistas.

- Tá, mas qual o problema da divulgação científica?

- São muitos. Um deles é a via de mão única, a transmissão unilateral de conhecimentos dos ditos especialistas à sociedade, com o jornalista fazendo o papel de office-boy da informação. A relação deve ser, pelo menos, de mão dupla, também da sociedade para os cientistas.

- E isso resolveria o problema?

- Claro que não. Conforme lembra o pesquisador Ruy Laurenti, da Faculdade de Saúde Pública, ex-reitor da USP e, na ocasião do seminário que gerou o livro que estou citando, ouvidor-geral da Universidade, é preciso se libertar da fissura em noticiar informações negativas de saúde.

- E o que mais?

- Precisamos parar de acreditar cegamente em números, nas pretensas verdades estatísticas. Laurenti toca no ponto ao lembrar que “existe muita credibilidade nos algarismos sem nenhum questionamento”.

- Ora, os números não mentem jamais.

- Os números, sozinhos, não, mas o que fazemos com eles, sim. Estatísticas são recortes altamente maleáveis de alguma realidade parcial.

- Os jornalistas e cientistas são manipuladores, isso eu sei.

- De novo está sendo moralista. Prefiro acreditar que estão desinformados dos paradigmas contemporâneos relativos à compreensão complexa da razão.

- Falou bonito agora, posso citar?

- Pode, mas não se trata, necessariamente, de ser bem soante, e sim da necessária compreensão do momento e dos rumos da ciência e da sociedade.

Aliás, bem lembrou a pesquisadora Cremilda Medina que “os repórteres e ensaístas do Projeto Plural vão à luta, não adiam o texto imperfeito com o álibi do perfeccionismo”.

- Mas onde entra essa liberalidade que você está chamando de autoria?
- Entra em diversos aspectos. No seminário que gerou o oitavo livro do Novo Pacto da Ciência, o professor titular da Faculdade de Odontologia de Bauru, da USP, nos traz ótimos exemplos do aspecto vocabular da comunicação dialógica, a começar pelo nome pelo qual gosta de ser chamado: o invés de José Alberto de Souza Freitas, ele é o Tio Gastão. E o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais, do qual ele era superintendente, é o Centrinho.

- E daí?
- Daí que Centrinho, no diminutivo, aproxima muito mais, é carinhoso, diria até aconchegante. Ou você prefere “anomalias craniofaciais”? As noções de afeto estão até na arquitetura do prédio, em forma da letra M, de mãe.

- Mas você está propondo ser poético em um mundo mediado pela internet, cada vez mais impessoal?

- Quanto a ser poético, não tenho nenhum problema com a poesia; e sobre internet, não seja reducionista, devemos entender como e quanto ela altera paradigmas. Paulo Lotufo, professor titular da Faculdade de Medicina da USP, e, na época do seminário, superintendente do Hospital Universitário, lembra que “a presença da internet está fazendo com que a informação não fique mais nos bancos acadêmicos dos especialistas”. Sabe o que mais ele diz?

- Não.
- Que “aquele poder encastelado dentro das universidades, dentro de suas especialidades, diminui muito”. E sobre poesia, não sei se precisamos chegar a fazer versos para mediar a relação entre ciência e sociedade, mas um olhar positivo ajudaria bastante, como para o Sistema Único de Saúde.

- O SUS? Uma vergonha, sempre foi.
- Não é não, e a pandemia de coronavírus demonstrou cabalmente sua importância. O professor Lotufo apontava isso no seminário, afirmando que o SUS “é sempre visto de forma negativa, esquecendo que ele é o maior fator de inclusão social que existe na nossa realidade”. Uma comunicação científica dialógica, além da mera divulgação, não abre mão da crítica, mas enxerga os interesses escusos por trás das críticas, como os de hospitais particulares e empresas médicas.

- Então você admite que a imprensa erra?
- Claro, erra muito. Mas, conforme disse a professora Cremilda Medina, “o problema é quando não se tem consciência desse erro, pois não se torna possível a criação de um processo de aperfeiçoamento para tentar superá-lo”.

- Ah, mas aí é que está: jornalistas e cientistas se colocam como donos da verdade, não admitem seus erros. Reverberando a posição de certos médicos e fabricantes de remédios, exigem que todos tomem vacinas, mas existem pessoas que se recusam e também não deixam aplicar em seus filhos porque desconfiam dos riscos, que nem sempre são divulgados.

- Essa questão, tão atual com o coronavírus, foi abordada no seminário. Paulo Lotufo respondeu que “você pode fazer o que quiser desde que não afete a terceiros”. Portanto, recusar vacinas “não é um direito seu, porque você está afetando outros”; quanto aos filhos, ao conviver com outras crianças, pode haver “complicações sérias”.

- Pode até ser; entendo, mas continuo discordando; aliás, poucas vezes entendemos o que os cientistas dizem.

– Concordo, daí a crítica à mera difusão científica, quando, por exemplo, o pesquisador não sabe “começar uma explicação a partir do ouvinte pois costuma ser muito egocêntrico e parte de si mesmo, não chegando até o receptor”.

– Agora eu concordo. Quem disse isso?

– Ernst Hamburger (1933-2012), físico e professor titular do departamento de Física da USP na época do seminário, em 2004, cujos debates saíram livro no ano seguinte – aliás, para tornar mais eficaz nossa comunicação, vamos estabelecer o seguinte: todos os cargos e títulos de pesquisadores mencionados por mim são daquele ano, certo?

– Facilita.

– Claro que facilita, e este é mais um aspecto que deve balizar o diálogo entre ciência e sociedade, mediado pelo jornalista: a fluidez na comunicação, a atenção ao essencial, a necessidade do mínimo necessário de referências, priorizando as prioridades, o conteúdo que deve transitar. É o poder das sínteses.

– Não é que a gente, finalmente, está concordando com algumas coisas?

– O diálogo nem sempre é possível, mas quando acontece, em geral encaminha para a compreensão, que, afinal de contas, é o objetivo das sociedades democráticas.

– Acho que você está falando bonito para me convencer.

– Não se trata de falar bonito, já disse. E não pretendo te convencer.

Quero expor as contradições.

– Ok, mas se o jornalista não é um mero comunicador, o que ele é?

– Um construtor de narrativas capazes de promover a compreensão de realidades contraditórias, complexas. Cada vez menos terá um “mero papel informativo”, conforme disse o professor João Antonio Zufo, da Escola Politécnica: “A informação vai estar disponível em larga escala e, para organizá-la, dando nexos ao fundamental, o jornalista terá um papel essencial”.

– Realmente, existe informação em abundância.

– É a hiperinformação, mas preste atenção ao que interessa na fala de Zufo: dar nexos ao fundamental. É o pulo do gato.

– Essa sua tendência a usar ditados populares me irrita muito.

– É porque você alimenta preconceitos linguísticos. As amarras gramaticais não garantem eficiência comunicativa; se garantissem, todo gramático seria um grande escritor, o Nobel de literatura teria destino certo. Muitas vezes, a oratura, a especificidade da expressão local, pessoal, é que pode garantir o trânsito das informações.

– Ah, isso é balela. Então quer dizer que vamos escrever um folheto de cordel para explicar o uso da pílula anticoncepcional para mulheres do sertão?

– Ótima ideia.

– Eu estava ironizando.

– E eu estou resignificando seu preconceito. Você não falou bobagem; afinal, diante dessas cartilhas sempre iguais, com linguagem inacessível ou infantilizada, cheias de boas intenções e de desenhos coloridos, distantes do contexto com o qual se pretende comunicar, a voz do cantador popular seria um luxo, além de altamente eficiente.

– Tá bom, vai convencer algum governante disso.

– Olha, não deve ser fácil, mas é preconceituoso pressupor que todo ocupante de cargo público é inimigo da poesia, um imbecil corrupto. Sabia que tem gente que até chora ouvindo as músicas preferidas?

- Sabia.
- E você sabia que, conforme relatou Afonso Rodrigues de Aquino, do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, na Suíça, para se obter o título de doutor, o candidato deve passar por duas bancas, uma de cientistas e outra popular, para explicar aos cidadãos a contribuição de sua pesquisa?
- Não sabia; isso sim é fazer a ponte, coisa de primeiro mundo.
- O professor Aquino não gosta do termo. Para ele, o termo “ponte” pressupõe “estar ligando territórios intactos, preservados. Muito pelo contrário, quero promover a mistura territorial”.
- Mistura é uma esculhambação bem brasileira.
- Não, é um pressuposto necessário, essencial, inclusive, à sobrevivência das espécies.
- Trans, interdisciplinaridade e outras misturas são coisas da esquerda.
- Muitas vezes, infelizmente, são cooptadas por discursos políticos sectários. Mas, como bem explicou a doutora em Comunicação Katiuscia Lopes, hoje médica, trata-se da “prática de um conhecimento científico que tente encontrar as convergências da ciência”.
- Essa história de trans, logo, logo vai desembocar em transexual, ideologia de gênero, que nós combatemos.
- Talvez seja um combate perdido, mas vou te dar outra citação, novamente da Cremilda Medina. O trabalho de pesquisa na ECA desenvolve um laboratório de narrativas híbridas, interdisciplinar, como nas confluências entre reportagem e ensaio.
- Lá vem...
- Vou, escuta só: recolhemos da reportagem “a proximidade e o contato com comportamentos, identidades, diagnósticos e prognósticos que afloram das situações mais imediatas; do ensaio, a narrativa polifônica e polissêmica regida por um afeto de cumplicidade, por um pensar complexo e uma intuição criadora que se manifesta na palavra poética”.
- É uma teoria interessante.
- Tem caráter teórico, mas o grande lance é ir pra rua, ao encontro dos fatos, dos protagonistas anônimos, deixar-se contaminar pela realidade. Sem isso, não há teoria que resolva.
- Tudo muito bonito, mas não funciona. Você seria capaz de resumir essa falação toda?
- O poder de síntese é capacidade importante na construção de narrativas da contemporaneidade, mas síntese poética, autoral, conforme eu disse. Não se trata de simplificação.
- Que seja. Mas você teria uma definição objetiva?
- A realidade não é objetiva, ninguém é capaz de abarcar sua totalidade. Nós rechaçamos essa ilusão realista. Conforme o biólogo e sociólogo Milton Greco, também presente no oitavo volume do Novo Pacto da Ciência, o busílis é uma “percepção integrada da realidade ambiental”.
- Como assim?
- “Ciência e sociedade formam, na verdade, um binômio que durante muito tempo passou um tanto despercebido”, disse Waldenyr Caldas, professor da ECA.
- Vejo muitos cientistas criando pânico na sociedade, como na pandemia, mandando todo mundo ficar em casa para não morrer.

- Oras, então não morreram muitos milhares por contágio social?
- Não sei, os números podem ter sido adulterados.
- Foi você quem disse que os números não mentem jamais. Aliás, isso me faz lembrar do artigo do físico Silvio Salinas, da USP, segundo o qual a atividade científica é um “baluarte” contra “o misticismo e a superstição”.
- Mentira, esses riquinhos vão à universidade fumar maconha, curtir festas, tudo pago com nosso dinheiro.
- Você está desinformado. Sabia que metade dos alunos que ingressam na USP vem de escolas públicas? É uma regra nova. Talvez esse fato não tenha chegado às suas redes sociais ou ao seu telefone celular. Sem ironia: significa que podemos ter falhado ao comunicar o fato à sociedade.
- Você defende tudo isso porque dá aula em universidades.
- E você nem percebeu que rimamos “sociedade e universidade”. Está correndo o risco de ficar poético... Mas, como ironias e poesias te irritam, vou responder com as palavras do geólogo Wilson Teixeira: “Juventude e conhecimento crítico conduzem à formação da cidadania, constroem a ética e o espírito democrático, inibindo, assim, as intolerâncias sociais”.
- Balela, conversa mole, uma chatice.
- Chata está nossa conversa, o que acha de irmos encerrando?
- Por mim, nem tinha começado.
- Tinha sim, você adora um embate; e ficou chata porque, ao invés da agressão gratuita, covarde e desinformada, contrapus argumentos, e pior, argumentos científicos. Isso desestabiliza muita gente. Mesmo assim, tentei ser respeitoso, será que fui?
- Talvez.
- Não pense que me ofende com essa dúvida adverbial; como cientista, prefiro as dúvidas às respostas fechadas. Conforme escreveu a pesquisadora e jornalista Márcia Blasques, não sou “aquele que detém as respostas definitivas para todas as grandes questões da humanidade e também para aquelas pequenas questões do dia-dia”.
- Duvido.
- Duvida? Então você está se deixando contaminar pelas incertezas?
- Não quis dizer isso.
- Outra incerteza?
- Quer levar umas porradas?
- Não, tenho certeza.
- Então você tem pela menos essa certeza?
- Algumas, mas são todas circunstanciais.
- Você tem sorte.
- Ninguém tem sorte, ela não tem dono.
- Eu quis dizer que você tem sorte de estar com esse livro à mão, no qual busca respostas.
- Você não entendeu nada, não são respostas no sentido definitivo, são contraposições acada ato enunciativo seu.
- Ato enunciativo? Vai atacar de linguística agora?
- Não vou atacar, vou acatar, até porque combinamos de concluir esta conversa, não foi?
- Foi sim, pode acabar agora?
- Antes de concluir, que fique claro: interdisciplinaridade não é

perfumaria, é pressuposto de qualidade, com bem expressou o jornalista e historiador André Chaves de Melo.

– Certo, e daí?

– Daí que o livro que tanto citamos aqui tem a versão feminina da mesma evidência, de uma historiadora e jornalista.

– Manda...

– Segundo Leandra Rajczuk Martins, é preciso que se processe “a mudança da informação dirigida e burocratizada para a dinâmica da informação”.

– Esta conversa me deu sono.

– Deu? Então durma com esta, de Katiuscia Lopes: “Respostas reducionistas não explicam, muito menos compreendem o estado caótico dos elementos interdependentes do Universo”.

O NOVO PACTO DA CIÊNCIA, TEMPOS DEPOIS

Eu que não gosto, definitivamente, de voltar às coisas do passado, mas que, ao mesmo tempo, não me esqueço das pessoas que compartilharam comigo o passado, passei por um misto de alegria e de inquietação ao ser convidada pela amiga e orientadora da Tese de Doutorado (**Pequenos Grandes Contos da América Latina**), a Professora Cremilda Medina, para deixar aqui as lembranças desse trabalho tão frutífero realizado durante o Projeto - **Saber Plural** - desenvolvido na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, mais especificamente, no Departamento de Jornalismo e Editoração, para onde recaem agora as primeiras lembranças, que são as memórias afetivas da realização de um projeto muito ambicioso à época e, que ainda hoje, continua sendo atual, tal foi seu caráter de vanguarda no tratamento da ciência, com a proposta de fazer frente ao seu discurso fragmentalista e ao isolamento das disciplinas.

Lembranças, mas não só, também ensinamentos e exemplos que levamos em frente!

Então, nesse quesito das lembranças do trabalho realizado, posso narrar um pouco, a trajetória seguida para contribuir com o **Novo Pacto da Ciência** – seguindo as trilhas deixadas já no início deste texto e que foram as inúmeras caminhadas pela USP, por todos os lados da Cidade Universitária, onde localizava os professores das diversas Unidades, em seus respectivos departamentos e ia tecendo os fios para chegar aos convites, às conversas, que levariam ao Seminário e à publicação dos seus resultados.

Num desses encontros inesquecíveis, cheguei ao Laboratório do Instituto de Química, onde estava o Professor Atílio Vanin – pesquisador dos cristais líquidos – elemento fundamental das telas e dos aparelhos televisores, dentre outras telas, como as dos celulares. Sabe-se que o Laboratório da Química trabalha a mil por hora e está sempre ligado, tendo em vista sua especificidade do trabalho de pesquisa, mas ele estava sempre calmo, com tempo para falar e ouvir, disposto a oferecer as dependências do Instituto para a realização dos Seminários, como o fez realmente, cedendo o Auditório para uma das edições do **Novo Pacto da Ciência**.

Surpreendentemente, eu que sempre fui curiosa e interessada pelos assuntos da televisão, tema das minhas duas primeiras pesquisas em nível de Pós-Graduação, nunca conversei com ele sobre o cristal líquido. Uma pena, mas o que era importante, tratar da interdisciplinaridade entre os saberes, foi a tônica das conversas com ele, que se encontram nos livros resultantes do Seminário e no texto elaborado pela Professora Cremilda para a apresentação deste livro.

Com início nos primeiros anos da década de 1990, a partir do 1. Seminário Transdisciplinar, na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, com o título de **Novo Pacto da Ciência**, o trabalho reuniu professores e pesquisadores das várias áreas do saber, tais como: Atílio Vanin, Jair Minoru Abe, João Frayze-Pereira, José Carlos Bruni, Newton Bernardes, Milton Greco, Sílvio Salinas, Walter

Lucilene Cury é Professora Associada na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, pesquisadora e docente no Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Integração da América Latina – PROLAM. Coordena o Grupo de Pesquisa - CNPQ - Cibernética Pedagógica: Laboratório de Linguagens Digitais.

Trinca e Wilson Luís Sanvito.

Nessa primeira parte do trabalho, foi preciso e prazeroso, o contato com eles para a organização do Seminário. Por coincidência, me cabe tratar aqui do primeiro e do último deles, na ordem em que se encontram no livro – **Novo Pacto da Ciência. A Crise dos Paradigmas**: o químico e professor José Atílio Vanin (1914-2010) e o médico neurologista e professor Wilson Luís Sanvito.

Como se trata de memórias, vou me ater às principais imagens que o nome de Atílio Vanin evoca, principalmente as que estão ligadas ao Laboratório no Instituto de Química, Cidade Universitária, quando explicava seu trabalho sobre os cristais líquidos, sua grande experiência, componente dos monitores eletrônicos, as telas LCD que estão mais do nunca presentes hoje em todas as atividades do ensino remoto, por exigência da crise pandêmica pela qual passa o mundo.

Essa imagem, do cientista inserido no laboratório, com seus óculos grandes e suas mãos tateando frascos e outros instrumentos específicos e tão distantes da minha própria experiência, persiste, passados tantos anos. Procurando detalhes para compor este texto, encontro nas palavras, a seguir transcritas, um complemento para a imagem citada.

É assim que o Atílio entrará para a história da nossa ciência: um mago sonhador, capaz de vislumbrar os detalhes íntimos dos sistemas químicos e a estrutura dinâmica dos cristais líquidos; sempre explorando o significado dos fatos em seus apaixonados discursos, enveredando-se frequentemente pela semântica, e principalmente enfeitando e cativando o público”. Henrique E. Toma e Paulo S. Santos (Instituto de Química, USP). Publicado em 31 de agosto de 2001 – Revista Química Nova 24 (4).

Tempos passados, mas a sua fala na apresentação no Seminário continua atual:

É altamente provável que surjam novos métodos computacionais, a matemática sempre avança e tudo isso vai derrubando paradigmas velhos e criando novos, de tal forma que, como químico, eu sou bastante otimista. E eu acho que o grande ponto realmente é a imaginação. O conhecimento sempre avança na medida em que se as pessoas se dispõem a pensar criativamente – eu acho que esse é o grande problema. [...] Então, essa atividade de pensar livremente, testando, produzindo uma nova teoria, e obviamente errando, isso é uma coisa que praticamente está vedada para um professor universitário típico, até mesmo na USP [...] e o fato de não publicar causa muito problema. Acho que a grande questão é realmente voltar à liberdade de pensar, essa liberdade de criar, inclusive com certa capacidade de enfrentar aqueles que tentam impedir a atividade criativa”. (MEDINA, 1991, p.68-69).

Assim, seguindo com a ideia de comparar os tempos entre o início do projeto e os dias atuais, usando a memória afetiva, chegamos a Wilson Luís Sanvito, que desde 1970 trabalha como médico e professor da Faculdade de Ciências Médicas Santa Casa de São Paulo.

Nestes tempos desérticos de encontros, não foi possível o contato pessoal com o Dr. Sanvito, como era meu desejo, utilizei então, uma entrevista conduzida e gravada pelo médico neurologista Dr. Renan Lovat, encontrada no site Raciocínio Clínico, reproduzindo alguns dos seus trechos mais importantes para este trabalho.

O que se vê muito na medicina contemporânea, nessa nova geração de médicos, é uma negligência da medicina artesanal, e um superdimensionamento em relevância dos exames complementares. Então, às vezes, o médico mal conversa com o doente, e frequentemente não põe a mão no doente, não faz um exame físico. O exame físico sumário deve ser feito por qualquer especialista – depois, ele vai focar o seu exame na sua área específica.

À pergunta final: qual mensagem o senhor deixaria para um jovem médico que está começando? Que atributos o senhor considera importantes para ser um bom médico, hoje em dia? Ele responde:

A mensagem que eu quero deixar é que aquele médico que é militante, que vai lidar com pacientes, que é a maioria que se forma, esses jovens médicos **priorizem na sua prática um ato médico completo**, com aqueles pré-requisitos, que eu já mencionei, e que não superdimensionem exames complementares, por várias razões. Exames complementares às vezes demoram, no sistema público, às vezes são invasivos, e são caros para o país. Quando você pede ressonância magnética, tomografia, ultrassonografia, você está usando equipamento importado, contraste importado, filme importado, e isso tem um custo para o país. Nós temos que aprender a ter **bom senso**. Claro que alguns pacientes têm necessidade de uma pesquisa mais abrangente do seu problema. Mas a maioria não tem.

Durante a apresentação no 1. Seminário Transdisciplinar, o Dr. Sanvito enfatizou seu modo de pensar sobre a técnica e a tecnologia, com palavras significativas sobre a questão da tecnologia, a serviço da medicina:

Nós sabemos que a ciência, na nossa época, é sacralizada e sua filha diletta – a tecnologia – é mitologizada. Entretanto, sabemos que o mundo não pode ser explicado pura e simplesmente através de axiomas e postulados científicos. A sutileza da natureza é muito maior que a sutileza do discurso científico, de modo que o conhecimento gerado pela ciência é apenas a ponta do iceberg: existe muito mais conhecimento que não é científico e que deve também ser valorizado. Parece-me que a exaltação da explicação científica e a valorização dos avanços tecnológicos é que tem gerado uma atomização dos conhecimentos. O que promoveu naturalmente uma hierarquização e uma pulverização do conhecimento em disciplinas. E em parte a universidade é responsável por isso. (MEDINA, 1991, p.45).

Assim, fica claro perceber como se deu a escolha desses cientistas para participarem do projeto aqui em pauta. Suas falas, continuam ainda hoje, no centro da discussão acadêmico-científica, que tem a universidade como sua grande protagonista.

É preciso estar alerta para não perder os pontos essenciais destacados por eles, tais como a paixão pelo conhecimento, a criatividade e a imaginação para a busca das interrogantes do mundo real; o valor do ser humano enquanto ser integral, composto de razão e de emoção; a necessidade de que o discurso científico seja compreensível e que a semântica sofisticada não o supervalorize.

No outro polo da questão, intrinsecamente relacionado ao da ciência, figura o papel da universidade, que vale a pena insistir sempre, já que é a mola propulsora para seu desenvolvimento e para a qual voltam-se os resultados das pesquisas científicas,

em todos os seus níveis, de geração em geração. Ao perder de vista esse seu nobre papel, corre-se o risco de caminhar em círculos, sem nunca chegar ao que realmente importa, descobrir o que está submerso no *iceberg* e não em sua ponta aparente, uma vez que, o grande desafio na busca do que importa para o mundo real, está lá. Tudo o mais perde sentido se essa não for a razão de existir da universidade.

Hoje, como ontem, o mundo carece de explicação, mas ela precisa vir através de movimentos integrados, da ligação e religação dos saberes, com as incertezas próprias que acompanham o destino da humanidade. Se o conhecimento científico continuar fechado em disciplinas estanques não será útil a ninguém, seja ao discente ou ao docente; se a certeza impressa às falas do discurso acadêmico, com seu proselitismo e sem brechas para o diálogo com os portadores de posições diferentes, seguir seu rumo tal como se vê, então a esperança de um mundo melhor parece estar sem sentido...

Seguindo novamente pelas lembranças das pessoas daquele tempo, vêm à mente inúmeras outras, ou memórias que passam por tantos outros nomes que aparecem agora nitidamente, como um filme que ainda não terminou.

- Dona Ema, com seus quitutes e sua bondade para ajudar a todos nós;
- Ivete, amiga de sempre e para sempre, que com sua competência dava respaldo seguro a todas as atividades que eram realizadas no Departamento de Jornalismo e Editoração;

- Paulo, seu companheiro de sala, atento a tudo e a todos os alunos de Pós-Graduação;

- Dulce, doce também no contato e nos trabalhos realizados em conjunto;

- Márcia, hoje na Coordenadoria de Comunicação Social da USP, com quem juntamente com tantos outros colegas, era dividida a tarefa de revisar os textos para edição na Gráfica da ECA, quando Horácio, com sua experiência, transformava os escritos em belos livros e atendia às nossas aspirações de juntar imagens e fotos às capas que desejávamos.

Tudo isso com a autorização dos dirigentes responsáveis à época – Professor Jair Borin (1942-2003) e Professor José Marques de Melo (1943-2018), respectivamente, chefe do CJE e diretor da ECA.

Também precisam ser lembrados:

Dona Hermínia, portuguesa da lanchonete da Vivência Estudantil da ECA, que matava a fome, com sua comida simples e impecável, ao mesmo tempo.

José Mindlin (1914-2010), empresário sensível que fornecia o papel para a impressão dos livros que foram publicados durante o período das primeiras edições, que hoje já não é mais tão necessário, mas que à época era imprescindível!

Enfim, lembranças afetivas, mas não só lembranças, muitos ensinamentos e exemplos que levamos em frente! Impulsionados primeiramente pela Professora Cremilda Medina, que com sua generosidade e fôlego para o trabalho, acolheu a um grupo de doutorandos, no qual estive incluída, para o desenvolvimento das nossas pesquisas e para a formação teórica sólida, com destaque para os autores latino-americanos e outros ícones da interdisciplinaridade, como Edgar Morin, que aos seus cem anos, continua sendo referência para a continuidade dos estudos interdisciplinares, fundamentados na Epistemologia do Pensamento Complexo, de sua autoria. Exemplo dessa sua efervescência intelectual pode ser verificada na entrevista intitulada “Um Festival de Incertezas – sobre sua visão do mundo hoje”.

Então, nesse quesito das lembranças do trabalho realizado, posso narrar um pouco, a trajetória percorrida para contribuir com o **Novo Pacto da Ciência**

– seguindo as trilhas deixadas já no início deste texto, que foram as caminhadas pela USP, por todos os lados da Cidade Universitária, onde buscava e encontrava os professores das diversas Unidades, em seus respectivos departamentos e ia tecendo os fios para chegar aos convites, às conversas, que levariam ao Seminário e à publicação dos seus resultados.

Depois disso, muita água rolou... lugar-comum para descrever que foram tantas coisas daí advindas que é difícil lembrar e, principalmente escrever. Basta salientar que o que somos hoje, como pessoa e como profissional, tem muito de todo esse aprendizado e do compartilhamento com todos os citados e com os muitos não-citados.

Os companheiros de hoje sabem disso e usufruem do que lhes é passado, sejam alunos, da mesma Escola de Comunicações e Artes, ou dos Cursos de Pós-Graduação. Orientandos de Iniciação Científica, estagiários, monitores, mestrandos, doutorandos, colegas pesquisadores da USP e de outras Instituições com as quais são estabelecidos diálogos acadêmicos e profissionais.

Por tudo isso, agradeço a oportunidade de expressar meus sentimentos a respeito de um trabalho tão profícuo que iniciado há tempos, segue atual, vigente e inacabado, como devem ser as coisas da VIDA.

Referências

- LOVATO, Renan Maximilian. **Grandes Nomes do Raciocínio Clínico 2: Wilson Luiz Sanvito**. Disponível em <https://raciocinioclinico.com.br/grandes-nomes-2-wilson-luiz-sanvito/>. Acesso em 05/09/2021.
- MEDINA, Cremilda (Org.). **A crise dos paradigmas: anais do primeiro seminário transdisciplinar**. São Paulo: ECA/USP, 1991.
- MORIN, Edgar. **Um festival de incerteza**. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/599773-um-festival-de-incerteza-artigo-de-edgar-morin>
- TOMA, Henrique E.; SANTOS, Paulo S. **Desenvolvimento da Química Inorgânica no Brasil**. Instituto de Química, USP. Revista Química Nova 24 (4).

2. Das energias íntimas às da natureza

Autores e parceiros da pesquisas interdisciplinar:

- . De como **Walter Trinca** sonda a culminância da boa forma.
- . De como **João Frayze-Pereira** une a Arte à Psicanálise.
- . De como **Artur Teles de Araújo** recupera a instituição hospitalar.

Homenagem póstuma

- . De como **Carolina Klautau** relembra o debate da crise energética.
- . De como **Eliane Fadigas** atualiza os paradigmas das energias.

A ORDEM DA NATUREZA E A TRANSDISCIPLINARIDADE

Walter Trinca

Em textos anteriores, escritos para o Projeto Plural, tivemos a oportunidade de apontar as confluências da natureza na realização de fenômenos complexos, que formam disposições dentro de um quadro em que ela se organiza. Não há dúvidas a respeito de uma força de organização no Universo, cujas propriedades se estendem aos fenômenos inanimados, orgânicos e psíquicos. Essa organização compreende os elementos mais simples da natureza, mas também alcança a constituição de formações totalizadoras e harmoniosas. Conjunções totalizadoras existem por toda parte e, quando cada fenômeno particular delas não se dissocia, a ciência pode estabelecer conexões, vindo a se configurar uma proposta globalizadora. Nesse caso, o fenômeno não é isolado do conjunto de que faz parte.

Aquilo que a natureza cria como disposições globais comumente difere do que ela cria elementarmente. A ciência pode chegar a particularizar cada elemento e a decompor o todo em partes, mas também pode estudar e conhecer o todo na coesão das partes. Nem sempre este é claramente percebido, quando a ciência se detém apenas nas particularidades dos elementos em jogo. Contudo, para uma visão global da natureza, da vida e do Universo, importam sobretudo as estruturas e dinâmicas compreensivas de conjunto, em que a ciência, seja qual for, estabelece a inserção do elemento no seu todo. Este é dado pelo horizonte até onde o olhar humano consegue atingir e discernir em cada situação e em dado momento histórico. Transdisciplinaridade não significa apenas considerar as relações entre diferentes disciplinas, mas também uma visão ampla e global do todo e das partes que se lhe relacionam, de que participam diferentes disciplinas correspondendo-se mutuamente. Cada ciência encontra à sua maneira essa perspectiva globalista e a compõe em conexão com outras ciências, em diferentes níveis de abrangência. O ponto de partida é a indagação a respeito da configuração mais abrangente que está existindo num fato que se apresenta. De modo geral, as descrições globais se conectam entre si em transdisciplinaridade, como estruturas unificadas de sentidos. Esse fato foi percebido há muito tempo na história da ciência, tanto que Hubert Reeves (1982, p. 81), astrofísico canadense, chamando-o de espírito de globalidade, disse: “para compreender, olhe o conjunto!”

Esse espírito sempre esteve na base das inquietações humanas, não sendo apanágio exclusivo da filosofia. Com o tempo, o esforço de visualização de totalidades cada vez mais significativas foi se alargando na pesquisa científica, mesmo que não se obtenha plenitude e, dependendo do caso, os confins permaneçam invisíveis. Por exemplo, no século XVI, as ideias de Aristóteles, assim como os mitos, já não bastavam para a compreensão do Universo. Uma teoria dos movimentos planetários foi proposta por Copérnico, indo do geocentrismo ao heliocentrismo. A partir daí, Giordano Bruno pôde sustentar não só a concepção de infinitude do Universo, como a própria infinitude de mundos possíveis. Galileo Galilei, apoiando-se na teoria de Copérnico, afirmou que tanto o Céu quanto a Terra são regidos pelas mesmas leis.

Walter Trinca foi professor do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo de 1972 a 1992, onde coordenou o Programa de Pós-Graduação em área de Psicologia Clínica (1988 a 1992). Membro efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. Publicou mais de 100 trabalhos científicos e 16 livros. E-mail: wtrinca@usp.br

Foi um passo para que Newton formulasse a lei da atração universal, reunindo em um todo as esferas celestes e terrestres. Muito tempo se passou, as ideias foram se alargando e se aprimorando, até que Einstein unificou as grandes leis da gravitação e do eletromagnetismo, unificando também as dimensões do espaço-tempo. Simultaneamente, abriram-se vias para a extensão das noções de evolução da matéria para a evolução global do Universo e sua expansão desde as origens. Encontrou-se, no século XX, a possibilidade de produzir por radiação de micro-ondas cósmicas a imagem de fundo do Universo nascente, com cerca de 400.000 anos de idade¹.

Como vemos, a noção do todo, colocada como um horizonte à vista, ainda que bastante impreciso, constitui impulsos extraordinários para o alargamento da visão de mundo. Neles estão implicadas várias disciplinas em interconexão. A noção vai se ampliando à medida que avança o conhecimento e, muitas vezes, ela é uma simples intuição a respeito daquilo a que se pode chegar. Ou, mesmo, daquilo que anima a inspiração. É o caso, por exemplo, da noção de imaterialidade, que abordei no livro “*Uma imagem do mundo: realidade e imaterialidade*” (Trinca, 2019). Desde as cavernas pré-históricas de Chauvet e Lascaux, no Paleolítico Superior, passando por Creta minoica, pelo Egito de Akhnaton, assim como pela acrópole de Atenas, pelas dinastias chinesas Tang e Song e, enfim, pela cultura humana como um todo, acha-se espalhada a aspiração à descoberta da realidade imaterial do mundo, como um princípio global, invariante em sua essência. Ela está representada nas artes plásticas, mas também na literatura, na música, na ciência, na filosofia, etc. Centelhas de imaterialidade encontram-se disseminadas por toda parte, em todas as épocas, alimentando experiências totalizadoras, como expressões de uma realidade mais profunda, composta de aspectos harmoniosos e luminosos do mundo em que vivemos. Assim se constrói em interdisciplinaridade uma visão “mais real” do mundo, que em nada se confunde com as propostas antinaturais.

Poderíamos sondar essas construções ao infinito. Cada ciência contém uma gama de fatos mais abrangentes, que enfeixam concepções totalizadoras. Não seria o caso de incluir aqui a própria teoria da evolução? Ela faz todo o sentido se compreendida como processos que se realizam sob princípios e leis universais, no âmbito de ciências que se enraízam nos enigmas e mistérios de que é feita a realidade. Uma vez libertas do viés metafísico tradicional, as ciências procuram dar suas próprias contribuições ao conhecimento global de inserção dos seres na natureza, na vida e no Universo.

Se levarmos em conta as concepções gestálticas, faremos a distinção clássica entre arranjos cegos de elementos e todos em si mesmos organizados. Estes primam por relações determinadas por coesão, regularidade, simplicidade, simetria e outras propriedades intrínsecas. A teoria da Gestalt deixa explícita a ideia de *Prägnanz*, que é a forma característica para a qual tende toda estrutura, ou seja, um princípio de organização, e esta “será sempre tão boa quanto as condições o permitirem” (cf. KOFFKA, 1975, p. 121). Assim, temos sistemas de organização em todos os níveis, que se endereçam à constituição ou se realizam na construção de uma ordem objetiva. Pode ocorrer que fenômenos moleculares se inscrevam em contextos globalizantes. Contudo, é importante acentuar que os princípios de organização determinam as formações, de tal modo que sobressaem as linhas de estruturação, como continentes de disposições que possibilitam a instalação e a manutenção da ordem estrutural.

Desde meados do século XX, sob a ótica da transdisciplinaridade, não mais se concebem as disciplinas científicas como sistemas isolados, ao modo do positivismo, e sim como sistemas de conjunto: “um imenso conjunto de fatos e de teorias ligados uns

aos outros de maneira a fazer aparecer as grandes linhas de uma verdadeira estrutura da natureza, desde o Universo até os seres vivos”, segundo as palavras de Pierre Auger (1973, p. 9). As ciências apresentam descrições múltiplas e convergentes de uma unidade estrutural que ultrapassa as determinações próprias de cada especialização, a fim de situá-las nas vias da interconexão (cf. PRIGOGINE e STENGERS, 1984). Obviamente, não se espera que, com isso, haja em cada ciência um abandono de seus propósitos originais, mas seu objeto, na transdisciplinaridade, é colocado, quando possível, em uníssono com a visão interdisciplinar de conjunto. Caso contrário, poderia se ter uma visão simplificada ou falsa da realidade, considerando-se somente as particularidades de cada disciplina, tomada fragmentariamente em seu estrito domínio.

Se, em vez da preponderância da desordem e do caos, a natureza consegue, muitas vezes, fazer predominar em seus processos a ordem e a organização, é porque se torna bem-sucedida na luta contra os “fenômenos inferiores que se lhe opõem”, para empregar os termos de Schopenhauer (1941, p. 151). A diversidade da vida, por exemplo, permite-lhe a continuidade no plano filogenético, que se transforma, segundo Morin (2017), em auto-eco-organização. Para ele (MORIN, 2017, p. 93), “há uma potencialidade criadora que dorme no interior do ser vivo e que desperta em face de um desafio, um desejo, uma aspiração”. Assim, a vida pode caminhar em direção a níveis gradativamente mais elaborados. Por vezes, é impelida ao seu máximo equilíbrio interno e à sua máxima expressão. Em sentido gestáltico, a organização, ao acontecer, tende à boa forma. *Esta, por sua vez, será sempre a melhor forma possível.* Significa que a natureza apresenta condições de perfazer a melhor realização possível dentro das condições que lhe são dadas. *Sendo bem-sucedida, pode atingir as culminâncias da boa forma.*

Essas culminâncias geralmente implicam a formação de todos bem organizados. Para Koffka (1975, p. 116) “os processos organizam-se a si mesmos, sob condições dinâmicas e restritivas predominantes”. Está claro que não se trata de teleologia, e sim de disposições naturais de autoaperfeiçoamento, ao alcance dos pontos culminantes. A organização tem a propriedade de determinar a produção de entidades inteiriças, ao invés de pedaços e fragmentos dispersos. A inteireza não corresponde simplesmente a partes que se somam, mas àquilo que emerge da própria organização, tendo por tendência o substrato da unidade. Nesse sentido é que se pode inferir a formulação gestáltica de que o todo não equivale à soma de suas partes. A inteireza é uma emergência da organização, sendo um fenômeno novo que eclode². Desse modo, o ser do ser humano, por exemplo, pode ser concebido como uma emergência da complexidade da organização somatopsíquica, que por sua vez se insere na totalidade dos seres humanos, inscritos na universalidade dos fenômenos da natureza. Em transdisciplinaridade, a complexa inteireza desse ser constitui um objeto de estudo privilegiado pela diversidade de disciplinas que, em conjunto, dele constroem uma imagem coerente, ampla e totalizadora.

Se há o aparecimento da novidade, como uma emergência da criatividade sistêmica do Universo, é porque nas culminâncias da auto-organização, por conta de processos naturais, são priorizados e se destacam aqueles componentes que alcançam os melhores resultados de integração. No bojo das culminâncias, sob resultantes bem-sucedidas, revela-se o fenômeno mais bem integrado, seja nas relações internas ou externas. Os seres vivos são exemplos mais característicos de obtenção dessa integração, pelo fato de haver um centro organizador bem estabelecido, isto é, o ser de cada ser. Ao alcançar os resultados da integração, revela aquilo que ele é, ou

seja, aquilo a que foi conduzido pela natureza em função de obtenção da melhor expressão possível dentro das condições disponíveis. Nessas circunstâncias, as constantes organizadoras predominam e o fenômeno, por uma lei que lhe é inerente, tende a realizar-se na completude do que ele é. No ser vivo, a integração tende a evidenciar com mais propriedade as características da individualização de cada ser naquilo que ele é. Ainda que as transformações possam alterar as configurações do estágio em que ele se encontra, o fenômeno vivo, nas culminâncias, converge para a realização de si mesmo. Se a semente traz dentro de si a possibilidade do carvalho, irá empregar todos os meios disponíveis para a realização do que lhe é intrínseco. Em face de contradições, anomalias, disrupções, destruições, cataclismos e caos, a natureza perpetua seu trabalho de autoaperfeiçoamento; por isso, há existência, em vez de inexistência.

De modo geral, para haver existência é necessário que haja superávit das forças de coesão sobre as forças de dissolução e, em níveis mais avançados, superação das oscilações dos opostos para a manutenção da estabilização. Do desequilíbrio ao equilíbrio o fenômeno alcança a sua “cura”. Nesse ponto, as forças de estabilização, não sendo estáticas, produzem nas culminâncias da boa forma as faces harmoniosas dos fenômenos naturais. Sendo-lhes dadas condições favoráveis, eles alcançam níveis ótimos de manifestações pela superação, em graus, dos desequilíbrios internos e pela tendência à plena expressão. Em determinados patamares, as leis físicas, biológicas e psicológicas colocam em evidência as propriedades harmoniosas dos fenômenos. As forças propulsoras da organização tendem à harmonia no cerne das tentativas de ultrapassagem dos obstáculos e impedimentos à sua plena realização. Um princípio estabelece que a harmonia é intrínseca à construção da realidade. Esse princípio já estava presente na filosofia jônica do século V a. C., especialmente em Tales de Mileto e Anaximandro, que eram filósofos da natureza (Cf. JAEGER, 1986).

Como vemos, a organização implica, por vezes, as culminâncias da boa forma, que podem resultar em harmonia, sendo esta resultante dos processos da natureza que introduzem diretamente os significados imateriais por ela alcançados nas manifestações de certos fenômenos. A visão que se obtém da natureza sob a perspectiva da imaterialidade não se limita à harmonia, mas se abre à existência de propriedades e significações sutis, rarefeitas e aprimoradas nos fenômenos naturais, podendo ser descritas, num primeiro momento, como mobilidade, leveza, fluidez, eteridade, abrangência, infinitude, totalidade e mistério, entre muitas outras. As condições de emergência desses processos na natureza são coerentes com a realização, em graus, de suas trajetórias rumo às culminâncias, na forma exposta. Vejamos alguns exemplos³.

Quando as condições se fazem favoráveis, a natureza comunica em movimentos expressivos a leveza imaterial do fenômeno vivo, de que sobressai a exuberância de cada ser em sua vitalidade e presença de vida. Associada ou não a esse fenômeno, a beleza do mundo transparece na profusão de formas, cores, brilhos, diversidade, versatilidade e musicalidade. Não se trata da simples beleza, e sim da radiância que se manifesta, cujas cintilâncias imateriais põem em relevo um mundo flutuante, que a natureza se esmera em obter. Muito além de toda banalidade, a finura da natureza alcança processos rarefeitos, que a nossos olhos se tornam transfigurações. São momentos de esplendor, ainda que se revelem nas coisas comuns do nosso redor. Elas são banhadas numa luz de eteridade, oferecendo muitas vezes espetáculos maravilhosos e sublimes.

A observação atenta do mundo acompanha a seu caráter onírico, ao encontrar

suas transformações inusitadas e reveladoras de surpresas. A amplitude dos processos universais, assim como as significações oriundas da matéria instável e fugidia, fazem com que o mundo se aproxime da metáfora dos sonhos, em que vida e morte, vitória e derrota, perda e renovação vão de par com a incessante mutabilidade das coisas. Tudo isso constitui o infinito contexto da realidade, em amplo espectro. Em vastos panoramas universais e cósmicos, o mundo revela sua abrangência e magnitude. Os fatos estão inseridos em contextos amplificados, e as próprias coisas comuns não se dissociam de sua proveniência fincada em raízes primordiais. As forças propulsoras da vida ecoam desde as vibrações longínquas de um fundo original de leis e princípios que lhes dão sustentação. Elas se inscrevem na feição primária do mundo e na primordialidade das origens, que, no entanto, se apresentam aqui e agora como constantes do princípio de individuação. Os fundamentos de constituição da realidade, em seu caráter original e primeiro, insinuam-se ao nosso olhar desde esse fundo abismal dos tempos, onde se situa a imaterialidade das origens.

O que se apresenta no tempo contém a atemporalidade, no fundo silencioso que se subtrai à mera sensorialidade de superfície. Ecos de atemporalidade ligam os seres humanos a suas vinculações ancestrais, aos assuntos imemoriais da espécie, em suas relações com a vida perene. Coisas antigas e eternas estão além da historicidade, além do tempo. Elas se repetem no devir, como eterno retorno, sendo a própria eternidade que, ultrapassando o tempo, nele se irradia.

Na totalidade, por sua vez, há uma imaterialidade arredia, que nem sempre se distingue da infinitude. Uma e outra expõem-se na penetração e na compreensão dos significados abrangentes da natureza, da vida e do Universo, que se manifestam desde as partes infinitamente grandes até as infinitamente pequenas. Um fenômeno delimitado e finito pode refletir o quanto está contido de totalidade e de infinitude. Nele se espelha o todo da realidade, convergente a um único ponto, fazendo sentir a magnificência de que participa: não somente a ordem universal, mas a infinitude universal. Um fundo monumental das coisas, que inclui o desconhecido, o enigma, a obscuridade e o assombro. Grandeza e mistério envolvem a existência de todas as coisas. Há desconhecido até nas coisas conhecidas. O fundo invisível da realidade faz-se visível numa sucessão que não se esgota, mostrando a potencialidade infinita de cada coisa transformante. A vida universal nutre-se e justifica-se nessas transformações, que dão sentidos e significados ao próprio ato da existência, como um todo.

Se cada ciência em particular concentra predominantemente a sua atenção e o seu vigor nos objetivos que lhe são específicos, a transdisciplinaridade coordena e engloba os múltiplos resultados das ciências, em vista do estudo e da compreensão dos percursos e das manifestações da natureza, relacionados às realizações de suas melhores formas possíveis, inclusive dos aspectos considerados imateriais. Sob essa ótica, o pesquisador coloca-se além da fragmentação científica, acolhendo e estudando os fenômenos em suas grandes linhas, a partir de sua abrangência ou totalidade possíveis. A transdisciplinaridade considera não só as culminâncias dos fenômenos, mas também as suas trajetórias em direção a elas. Se a natureza consente em mostrar um percurso, que vai do caos às culminâncias da boa forma, o projeto científico transdisciplinar norteia-se pela compreensão global das partes no todo e dos processos pelos quais a natureza consegue se integrar. Nesse caso, as ciências operam em conjunto, sob todos os níveis de estruturação, para obter a descrição mais fidedigna possível, mesmo que seja sempre relativa.

Não significa que o estudo dos fenômenos parciais, fragmentários e desconexos tenham valor reduzido em ciência, mas, se não forem integrados, corre-se o risco de

um uso fracionado e abusivo, deslocando-os do contexto de significações globais e imateriais, onde eles se inscrevem. A atenção absolutizada sobre esses fenômenos tem dificultado ou impedido o investimento transdisciplinar das ciências, pela ênfase excessiva na especialização técnica.

Uma possível retomada da transdisciplinaridade pode partir da leitura de que a profundidade de um fenômeno é acompanhada por seu caráter estético. Se se encontra a beleza, esse é um parâmetro válido, a indicar um caminho. O objeto estético está presente nas ciências para apontar não somente a organização, mas sim o refinamento e a profundidade de cada coisa em seu harmonioso ou sublime despertar. A beleza não é um epifenômeno, é uma porta de entrada da imaterialidade. Einstein sempre soube disso, pois se guiava pela beleza das equações e pela confiança na teoria mais harmoniosa possível. As formas estéticas são aspectos pelos quais a natureza mostra seus processos rumo às boas formas, e a harmonia será maior quanto mais elevadas forem as formas de organização. Nas culminâncias, as propriedades estéticas tendem a se revelar com mais precisão.

Numa visão de conjunto, damos-nos conta de que o conceito de transdisciplinaridade permite uma abordagem abrangente, de modo a ser uma base em comum, não só para as ciências em geral, como também para a arte, a filosofia, a literatura, etc., dado que se trata de um objeto ao alcance dessas disciplinas em suas relações centrais com a realidade. Sendo sua função precípua anunciar a profundidade do mundo, elas ecoam mensagens cristalinas de um fundo abismal, fazendo alargar a compreensão para além dos dados puramente sensoriais. Pode-se distinguir claramente uma proposta não comprometida com as injunções sensoriais, se ela demonstrar de maneira inequívoca a globalidade estrutural dos fenômenos com que estiver em relacionamento.

Não significa que uma proposta desse gênero ignore a existência do conflito, da desarmonia, da destrutividade e do caos. As forças contrárias à ordem estrutural estão sempre presentes, de modo que a díade dos opostos produz um mundo de dinâmicas complementares. Para o próprio fato de sua existência, o mundo necessita de imperfeições, falhas e faltas, que propulsionam a sua construtividade e a sua criatividade. Não há indiferença cega da natureza a respeito da vida, se o Universo constrói uma obra magnífica que, em suas culminâncias, se revela propulsora dos ápices da criação. Mesmo sob os efeitos gerais da destruição e da morte, a natureza consegue manifestar-se no vigor das faces organizadas, harmoniosas e imateriais, que são resultantes alcançadas em seus infatigáveis processos e em seu labor permanente de criação e manutenção das formas mais elaboradas possíveis de existência. Uma arquitetura global é produzida, indo das formas mais elementares às formas mais evoluídas, apoiando-se reciprocamente. Para isso, entram em jogo não só a ação dos princípios e leis, senão também o papel relevante do acaso.

Do caos à ordem, a evolução da natureza, em seu conjunto, processa-se no bojo de antagonismos, resistências, dissoluções, inércias e aniquilamentos. A harmonia, quando existe, decorre de sua própria evolução, até alcançar suas realizações. Mas de modo algum é ilusório afirmar a função de superação, se as condições forem favoráveis, dos conflitos, contradições e dificuldades que a natureza encontra no desenvolvimento de seus processos. Há circunstâncias em que, claramente, os embates e conflagrações cedem lugar à harmonia. Em determinados patamares, cessa a luta dos opostos, sucedendo a estabilidade, o equilíbrio, a ordem e, em níveis superiores de organização, a imaterialidade, como vimos. Forma-se um campo dinâmico que opera no sentido de ultrapassagem das condições puramente beligerantes, sobrevivendo

sínteses integrativas. A seguir, estas poderão não se manter, porque continua a haver transformação. Mas a existência de um Universo sob predominância da construtividade não se desfaz, até onde o olhar humano consegue vislumbrar.

Do que foi dito, segue-se uma observação inescusável. O aspecto central da ordem da natureza reside justamente nas possibilidades de ultrapassagem, em graus, das oscilações dos opostos e das dissonâncias conflitivas e desintegrativas, em favor do atingimento das melhores formas possíveis. Contudo, esse centro não consiste num resultado acabado, e sim num processo. Trata-se do eterno processo do devir tornando-se realidade, que por vezes se mostra como esplendor. Isso remove do Universo a pecha de “selvagem imprevisibilidade”, apontada por Huxley (1965, p. 159), e faz crescer o nosso fascínio.

A transdisciplinaridade, em suas grandes linhas, recoloca em primeiro plano a ordem da natureza, que uma visão parcial consegue desfigurar, seja em ciência, arte, filosofia, religião ou outra espécie de abordagem. O desencantamento do mundo, assumido conscientemente, tem suas origens remotas numa “visão do todo” inseparável da concretude e indistinta da sensorialidade que lhe servem de medidas, excluindo-se lhe as significações das culminâncias das boas formas e os alcances da imaterialidade. Não causa surpresa que, assim, o mundo resulte em aparências frias e trajetórias calculáveis. Mais do que isso, torna-se objeto inerme, destinado à exploração e a ganância, envolvendo as disciplinas que se prestam a decompô-lo e a reduzi-lo, quando não a destruí-lo. O que possibilitaria descobertas e realizações profundas para a vida humana passa à ordem da vulgaridade, do aproveitamento e da depredação. Poder-se-ia tomar o que é morto para servir de referência ao que é vivo?

A transdisciplinaridade, no sentido aqui empregado, não admite disfarçar o grande mistério da vida, nem ocultá-lo sob a capa da fria objetividade positivista. Ao descobrir o esforço infinito da natureza para criar a beleza, a imaterialidade e o encanto da existência, a transdisciplinaridade não compactua com qualquer propósito de encobrir, menosprezar ou destruir a sinfonia universal. Ela se propõe a ser um hino à vida, acolhendo o êxtase das coisas.

Referências

- AUGER, P. *Science et mythes. Le Courrier (UNESCO)*, Paris, n° XXVI, fev. 1973, pp.10-12.
- HUXLEY, A. *A ilha*. Trad. G. B. Laub. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Civiliz. Brasileira, 1965.
- JAEGER, W. *Paideia: a formação do homem grego*. Trad. A. M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes/Ed. Univers. Brasília, 1986.
- KOFFKA, K. *Princípios da Psicologia da Gestalt*. Trad. A. Cabral. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1975.
- MORIN, E. *Connaissance, ignorance, mystère*. Paris: Fayard, 2017.
- PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. *A nova aliança: a metamorfose da ciência*. Trad. M. Faria e M. J. M. Trincheira. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1984.
- REEVES, H. *Patience dans l’azur: l’évolution cosmique*. Paris: Ed. du Seuil, 1981.
- REEVES, H. *Nascimento, vida e morte das galáxias*. Entrevista a S. Lannes. *O Estado de São Paulo*. São Paulo: 11/04/1982, p. 81.

SCHOPENHAUER, A. **O mundo como vontade e como representação**. Trad. P. F. Amaral. São Paulo: Martins, 1941.

TRINCA, W. **Psicanálise e transfiguração: a etérea leveza da experiência**. 2^a ed., São Paulo: Vetor, 2006.

TRINCA, W. **Viagem ao coração do mundo: a apreensão da imaterialidade**. São Paulo: Vetor, 2014.

TRINCA, W. **Uma imagem do mundo: realidade e imaterialidade**. São Paulo: Vetor, 2019.

A ARTE SALVA? A PSICANÁLISE SALVA?

Almodóvar, Louise Bourgeois, Bispo do Rosário e Ela

João A. Frayze-Pereira

Segundo o pintor Jean Dubuffet, a crítica da produção de artistas profissionais costuma reforçar no público um certo modo de ver que reconhece como arte aquilo que se diz arte, que se mostra em museus e galerias e que opera com código e meios de expressão consolidados. Nessa medida, trabalhos que por ignorância ou resistência obstinada não recorrem a esses códigos, obras singulares frequentemente feitas em segredo para encantamento de seus próprios criadores, dispensando o aplauso de qualquer destinatário, ao ocupar lugar de honra num museu podem, às vezes, despertar no espectador um ‘olhar condescendente’ (a expressão é de Dubuffet) que acaba por lhes conferir o estatuto de arte marginal. No entanto, as coisas não são tão simples. Quando uma produção desse gênero migra de um lugar sinistro como o hospício, onde foi gestada durante anos, para o espaço branco de um museu de arte, onde fica exposta à visitação, o espectador poderá se ver às voltas com o visível se, por acaso, vier a pensar não apenas naquilo que vê, mas, sobretudo, no modo como vê (Frayze-Pereira, 1990a, p.4).

Foi com o parágrafo acima que iniciei o artigo *A propósito dos vestígios de Arthur Bispo do Rosário*, escrito e publicado na Folha de São Paulo, em 1990, como comentário à primeira mostra desse artista, no Museu de Arte Contemporânea da USP, republicado na coletânea organizada por Cremilda Medina com o título *O sorriso da loucura* (Frayze-Pereira, 1990b). E, passados trinta anos, foi com alegria que recebi o convite para integrar este novo volume, dando continuidade à reflexão que apresentei naquele momento, articulando a loucura e a arte no museu.

Arte e clínica

No filme *A pele que habito*, de Pedro Almodóvar, a personagem Vera, que foi Vicente -jovem sequestrado, enclausurado e submetido a uma cirurgia para mudança de sexo à sua revelia -, ao entrar em contato com a obra de Louise Bourgeois, passa a fazer esculturas com materiais diversos, principalmente tecidos, gaze, ataduras e gesso, como é próprio dos objetos construídos por Louise. Vera registra na parede de seu quarto a cronologia da sua clausura, escrevendo palavras incessantemente repetidas - “*respirar, necessito respirar, necessito das palavras*” como fazia Arthur Bispo do Rosário, que bordava palavras em seus estandartes, indumentárias e objetos, inclusive a frase enigmática - “*eu preciso destas palavras, escrita*”

Para Almodóvar, a obra de Louise Bourgeois não apenas o emocionou, mas salvou a vida da personagem Vera, como ele mesmo reconhece ao agradecer à artista nos créditos projetados ao final do filme. De fato, Louise, num de seus textos autobiográficos, afirma que a arte salvou a sua existência. E reconhece que a situação de seus pais, restauradores de tapeçarias, inspirou-a, embora admita também que a sua motivação para a arte era mais básica. A artista declara:

João A. Frayze-Pereira, psicanalista e professor. Membro efetivo e analista didata da Sociedade Brasileira e Psicanálise de São Paulo (SBPSP). Livre Docente do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte da USP. Editor da revista *Ide-Psicanálise e Cultura* (2015-2020). Diretor de Cultura e Comunidade da SBPSP desde 2021. Autor, entre outros, do livro *Arte, Dor. Inquietudes entre Estética e Psicanálise*, editora Ateliê.

Eu deveria ter um trabalho. Deveria fazer algo que valesse a pena, como coisas de homem, em vez de sempre fazer coisas de mulher. [...] Talvez eu devesse ser alguma outra coisa, fazer ou ser alguma outra coisa - há alguma coisa errada com o que faço, e talvez isso signifique que haja algo errado com o que sou. Fazer alguma outra coisa, mudar a maneira que desejo, fazer o que quero da minha maneira, não da maneira deles, mudar, alterar, refazer, transformar, melhorar, reconstruir - eu mudo o mundo ao meu redor por não poder mudar a mim mesma (Bourgeois, 2008, p. 130; tradução nossa).

Para sobreviver, tive de inventar formas de me tornar apreciada. Era a única forma de escapar da depressão que vinha do fato de me sentir supérflua, me sentir abandonada. Mudei de um papel passivo para um ativo, que é uma arte que pratiquei a vida inteira - a arte de combater a depressão (a dependência emocional). [...] As conexões que faço em meu trabalho são conexões que não posso encarar. São na verdade conexões inconscientes. O artista tem o privilégio de estar em contato com o seu inconsciente, e isso é um dom. É a definição da sanidade. É a definição da autorrealização (Bourgeois, 2000, pp.167 e 367).

Essas reflexões lembraram-me de Ela - uma paciente que acompanhei psicanaliticamente. Aos 50 anos, inicia o processo bastante raivosa, sob o impacto da descoberta feita, há poucos anos, que seu marido mantinha outra mulher e filhos, isto é, outra família. E, durante o seu primeiro ano de análise, considerando a situação insustentável, contra a vontade de seus irmãos e de seus quatro filhos, exige o divórcio. Dona de casa, passa a viver sobretudo da boa herança que recebera de seus pais, falecidos, dada a insuficiência da pensão paga pelo ex-marido. Porém, logo após a separação, bastante insatisfeita com a vida, visto ter se casado ainda muito jovem, “*vida de mulherzinha, esposa e mãe exemplar*”, considera fazer algo que possa ter algum valor, que mostre aos outros que seria capaz de se responsabilizar pela própria existência. Com tais preocupações em mente, decide redecorar a sua casa. Muitas associações foram feitas espontaneamente por ela, relacionando essa reforma, que durou quase um ano, e as recentes transformações que percebia acontecerem consigo mesma. Esse trabalho, gerenciado por ela, foi tão bem-sucedido que logo foi convidada a projetar uma pequena reforma na residência de uma amiga. Entusiasmada, pensando em se aprimorar, matriculou-se num curso de decoração, no qual descobriu seu talento para a “*arte de pintar*” o que passou a fazer por prazer e por necessidade pessoal de expressão, num pequeno ateliê que instalou em sua casa. Reforma e transformação: de-coração. A pintura nos mais diversos suportes - objetos de uso variado, tábuas de caixotes de supermercado, roupas usadas, tecidos e, finalmente, telas - passou a organizar a rotina diária da paciente, que percebia “*essas coisas*” como se fossem a “*materialização de sonhos*”, a “*expressão pura do inconsciente*”. E de fato, na análise, frequentemente relatava sonhos e deles extraía motivos para as pinturas. “*Eu me sinto outra*”, Ela declarou, “*nunca imaginei que eu poderia ser autora de alguma coisa*”.

No entanto, sem jamais ter exposto esses objetos fora do seu ambiente familiar e sem a pretensão de fazê-lo, Ela persistia cada vez mais nesse processo criativo incomum, decorando as paredes e demais espaços de sua casa com as suas criações, o que passou a chamar a atenção de seus irmãos e cunhadas que, incomodados, viam essa atividade como absurda. Seu irmão mais velho dizia que Ela “*gastava seu tempo com inutilidades*” que, em vez de “*ir ao clube*” ou “*receber amigos*” ou “*ir a festas*” ou “*namorar para quem sabe, arrumar um novo marido*”, dedicava-se

a esse “*artesanato inútil*”. A perturbação chegou a tal ponto que, amparados por profissionais, os irmãos da paciente a interditaram. Sem acesso aos seus recursos para a compra de materiais, deprimiu gradualmente, tendo sido finalmente retirada da análise e internada numa clínica. Durante esse período, tentei intervir algumas vezes, falando com o irmão mais velho da paciente, explicando o momento importante em que Ela se encontrava, tanto na vida como em sua análise, enfatizando que esta não era incompatível com o tratamento médico, que havia descoberto a sua vocação para a pintura, a possibilidade de realizar-se como pessoa e artista, e que, nesse sentido, precisava do apoio da família. Entretanto, não obtive sucesso. Nesse período, a última mensagem que Ela deixou gravada no meu telefone foi para dizer que não tinha desistido da arte (pensei eu: “*Da sua análise?*”), pois tinha conseguido material para fazer tricô, com o qual estava tecendo uma linda manta que gostaria de me enviar de presente, mas só quando morresse, pois, só pararia de tricotar no dia da sua morte. Nunca mais tive qualquer notícia. E nunca recebi esse presente.

Ora, considerando essas situações, da arte à clínica, ocorreu-me as perguntas: a arte salva? a psicanálise salva?

Arte e psicanálise: dos manicômios às exposições e aos museus de arte.

A questão do relacionamento entre arte e psicanálise, em plena época do modernismo paulista, ocupou um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. Dr. Durval Marcondes, que também era poeta e amigo de muitos artistas, escreveu o trabalho, “O simbolismo estético na literatura” (1926), sobre o uso da psicanálise na crítica literária. Durval enviou esse trabalho a Freud, acompanhado de uma carta, que o mestre respondeu, dando início a uma breve correspondência entre ambos. Posteriormente, em parceria com Osório César, psiquiatra e crítico de arte, marido da pintora Tarsila do Amaral, Durval realizou outros trabalhos, como “Sobre dois casos de estereotipia gráfica com simbolismo sexual” (1927), com a apresentação de desenhos feitos por pacientes, e o livro ricamente ilustrado *A expressão artística dos alienados* (1929), com prefácio do modernista Cândido Motta Filho. Nessa mesma época, fundou a Sociedade Brasileira de Psicanálise. Quer dizer, não é apenas a relação entre psicanálise e ciência, mas principalmente a articulação entre psicanálise e arte que se encontra na origem desta Sociedade, sob a chancela do relacionamento epistolar entre Durval e Freud. E essa articulação entre psicanálise e cultura, na época, foi mais longe.

A Seção de Artes Plásticas do Hospital Psiquiátrico do Juqueri, em Franco da Rocha, criada oficialmente em 1949, foi resultado direto do trabalho de Osório César no hospital, a partir de 1923, e dos trabalhos feitos em parceria com Durval Marcondes. Apenas em 1956 essa Seção será denominada Escola Livre de Artes Plásticas. Seu propósito básico era a recuperação e reintegração dos pacientes na sociedade por meio do desenvolvimento de suas aptidões artísticas. Ainda que a meta do trabalho fosse eminentemente terapêutica, Osório mostra-se sensível às capacidades expressivas individuais e às possibilidades de revelação de novos talentos. Nesse sentido, realiza testes para a verificação de vocações, sendo alguns pacientes selecionados precisamente em função delas. A base da proposta dessa escola era inspirada nas concepções estéticas do crítico Herbert Read e nas ideias de Anita Malfatti sobre ensino da arte. A proposta desenvolvia a noção de que os pacientes deveriam trabalhar livremente na escolha de temas, técnicas e materiais, com o mínimo de interferência do supervisor. O propósito era garantir a espontaneidade das manifestações, o que permitiria tanto o desenvolvimento psicológico - pelo

estabelecimento de uma relação profunda do paciente com o seu mundo interior - quanto o artístico. Além de pioneiro no estudo das obras produzidas por “doentes mentais”, Osório César procurava dinamizá-las, sobretudo na década de 1950, com exposições em galerias e museus da cidade (Ferraz, 1999).

Esse trabalho de Osório César deixou marcas na medicina e na arte brasileira, repercutindo em outras experiências, como a da psiquiatra Nise da Silveira, no Centro Psiquiátrico Pedro II, no Rio de Janeiro. Com o apoio de muitos profissionais, entre eles o crítico Mário Pedrosa, a doutora Nise instaurou o Museu de Imagens do Inconsciente, em 1952, no qual estagiei em 1980. Pude verificar que os trabalhos realizados no Juqueri, em São Paulo, e no Museu, no Rio de Janeiro, com orientações distintas, enfatizavam a importância da dimensão estética no processo terapêutico, sendo responsáveis pelo sucesso artístico de muitas obras e inúmeros artistas. Em 1981, trabalhos dos pacientes do Juqueri, do Museu de Imagens do Inconsciente e de outros artistas nacionais e internacionais foram apresentados no módulo Arte Incomum, da 16ª Bienal Internacional de São Paulo. Trabalhei, junto à curadoria da mostra, como pesquisador, obtendo um extenso material empírico que deu suporte à minha tese de doutoramento na USP, em 1987 - publicada anos depois (Frayze-Pereira, 1995). Aliás, o próprio título da tese, *Olho d'água*, surgiu do depoimento de uma das artistas presentes na mostra, a catarinense Eli Heil.

Paralelamente, nesse cenário que resumidamente descrevi, surge outro artista igualmente incomum: Arthur Bispo do Rosário, que passou mais de cinquenta anos internado como esquizofrênico na Colônia Juliano Moreira, adquirindo notoriedade artística após a sua morte, em 1989. Nesse mesmo ano, é realizada a primeira exposição individual de suas obras, na Escola de Artes Visuais do Parque Lage, no Rio de Janeiro, e depois no Museu de Arte Contemporânea da USP, ganhando a dimensão de imensa retrospectiva, acompanhada por um simpósio, do qual também participei (Frayze-Pereira, 1990), que discutiu a legitimidade de se considerar Bispo do Rosário um artista brasileiro contemporâneo - legitimação que foi feita, sobretudo, pelas intervenções do crítico Frederico Morais. Depois disso, a obra de Bispo viajou pelo mundo afora.

Com efeito, em outubro de 2011, visitei a 11ª Bienal de Lyon, na qual Bispo foi apresentado como um dos mais instigantes artistas contemporâneos. E nenhuma menção foi feita, no catálogo da exposição, sobre as condições de produção de sua obra. Não foi a primeira vez que isso aconteceu: em 1996, na Bienal de Veneza, uma das mais importantes mostras internacionais de arte contemporânea, ao lado de Nuno Ramos, notável artista brasileiro contemporâneo, Bispo também foi selecionado para representar o Brasil.

Para termos uma ideia do grau de presença da obra desse artista no campo da arte contemporânea, só em 2011, além da Bienal de Lyon, Bispo foi exposto no Instituto Valenciano de Arte, na Espanha, onde integrou a mostra *Gigante pela própria natureza* ao lado de outros 51 brasileiros, entre eles Cildo Meireles, Hélio Oiticica e Lygia Clark. Também estive em foco no museu Art & Marge, em Bruxelas, numa das exposições que fazem parte do grande evento belga Europolia, que teve o Brasil como tema. Com presença nessas grandes exposições, o reconhecimento de Bispo como artista contemporâneo tornou-se definitivo. Finalmente, em 2012, ele foi um artista destacado na Bienal de São Paulo, que incorporou sua obra e o confirmou, mais uma vez, como artista contemporâneo.

A curadora da 11ª Bienal de Lyon, Victoria Noorthoorn (2011), insere Bispo num eixo importante da Bienal, cujo sentido é pensar a produção artística

como atividade intelectual que rompe as fronteiras do que se denomina artes visuais. Ou seja, essa curadora, entre outros profissionais, intervém no debate sobre a obra de Bispo, deslocando-a do campo do imaginário para o do conceitual (Cypriano, 2011).

Porém, diante dessa situação, cabe perguntar: qual o significado desse trânsito de obras produzidas num manicômio para os museus ou para as exposições de arte? Qual o motivo desse interesse contemporâneo por obras de pessoas psiquiatrizadas?

É necessário lembrar que, no período pós-Segunda Guerra, desenvolveu-se na Europa uma arte gestual, não somente como reação à onda crescente de materialismo, mas como alternativa à arte formalista, hegemônica na época; contra a criação plástica dominada pela estética cubista e suas derivações, em particular pela tendência neoconstrutivista oriunda da Bauhaus. Ao formalismo, muitos artistas responderam com uma arte dita *informal*, cujas numerosas variações se opõem a todo princípio geométrico, ao intelectualismo vazio e ao superficialismo estético. Ou seja, o conjunto da chamada “arte informal” é um fenômeno complexo, pluridimensional. E, no entanto, há um denominador comum a todos os artistas que se engajaram nesta corrente poética: a vontade de romper com uma tendência que lhes parecia opressora, autoritária, esterilizante. À geometria rigorosa, eles opunham as formas irregulares; à composição refletida, a improvisação e o acidente; à determinação, o indeterminado. Pronunciando-se a favor de toda manifestação livre da sensibilidade, dos instintos, da energia vital, os artistas e os críticos afiliados a eles denunciavam a arte mediada por conceitos e repensam os caminhos da abstração. Esse novo modo de ser da arte contemporânea, em estado nascente, propunha um contato direto com o espectador, seja no nível das sensações, seja no nível das emoções. O gesto espontâneo é considerado expressão do ser primordial, *pré-reflexivo*, nos termos de Merleau-Ponty (1964) que, em seus escritos estéticos, revela ter acompanhado a elaboração dessa arte nova, momento no qual o pintor Jean Dubuffet, em 1946, lança a ideia de *art brut*, qualificando artisticamente e pela primeira vez, do ponto de vista da crítica, as criações espontâneas dos não profissionais (Dubuffet, 1967).

Nessa mesma época, Mário Pedrosa (1949, p. 15) escreveu a favor do que denominou *arte virgem*, que não leva em conta as convenções acadêmicas estabelecidas, os códigos visuais instituídos, “arte que pertence a todo ser sensível que além de artistas são alienados”. São criadores virgens, artistas espontâneos, que começam a pintar “depois de adultos e doentes”. E nada, no plano da arte, permite distingui-los dos profissionais. Nessa medida, as obras de “arte virgem são da mesma natureza fundamental das obras dos grandes artistas universais” (p. 161). Como Dubuffet (1967, p. 206), Mário valoriza nessas manifestações o caráter transgressivo da imagem com relação ao sistema das artes, considerado tão opressivo quanto os totalitarismos que, na primeira metade do século XX, acabavam de horrorizar o mundo.

Mas o que torna possível a passagem de uma obra do campo da loucura para o campo da arte?

Michel Thévoz (1980), conservador-chefe do Museu de Arte Bruta de Lausanne durante décadas - instituição que recusou incluir obras de Bispo em seu acervo, por considerar seu trabalho corrompido pelas instituições da chamada arte culta, o que, tratando-se de arte contemporânea, supõe a mediação do sistema da arte -, indaga-se em que medida seria possível, hoje, subsistirem essas personalidades tão singulares, a ponto de inventarem suas próprias mitologias e linguagens figurativas, especialmente nos últimos trinta anos, em que se constata um extraordinário desenvolvimento da

informática, dos meios de uniformização das massas, da pesquisa farmacológica e da consequente administração de drogas que docilizam os corpos e espíritos de indivíduos inquietos, potencialmente criadores. Nesse sentido, Thévoz constata que as fontes principais da arte bruta deixaram de ser os asilos psiquiátricos, passaram a ser os asilos para idosos. Nesse caso, mais do que nunca a arte bruta se opõe à arte culta, isto é, contemporânea, sobretudo jovem e anticonformista: “os idosos representam hoje os estrangeiros que não vêm de outro mundo, mas de outro tempo” (Thévoz, 1995, p. 52; tradução nossa). Para eles, a proximidade da morte ressignifica o passado distante e libera os compromissos com os códigos do presente. Indiferentes à “carreira artística”, esses velhos inventores advertem-nos de que a essência da arte se concentra no ato inventivo, no corpo a corpo com a folha de papel, a tela ou o tricô (p. 57). A esse respeito, é emblemática a obra de Jacky Garnier (1984), *Tapeçaria interrompida* (*Collectie De Stadshof Foundation/Coleção Art Brut*, Lausanne): iniciada em 1976, ela atinge vários quilômetros de comprimento, segundo um modo de associação livre, plástico e mental, que questiona radicalmente os meios convencionais de difusão - ela é invendável, irreprodutível, resistente a qualquer tipo de exposição total. Essa obra interroga a rede mercantil e os modos de comunicação da arte, vinculando o fim da obra ao da própria vida do artista. Trata-se de uma imensa passadeira inconclusa que transcende este mundo, tornando a morte não o oposto da vida, mas o que a forra por dentro, um recurso imaginário, uma abertura para um “entremundo” ao qual a arte bruta nos introduz de maneira explosiva (Thévoz, 1985).

Ora, quando, há alguns anos, vi referência a essa obra, lembrei-me de Ela e da linda manta que eu jamais recebi. E pensei: Ela não era idosa; foi internada numa clínica psiquiátrica e não teve a mesma sorte de um artista bruto. A pergunta, então, se repõe: a arte salva?

Não é possível ignorar que, ao serem reconhecidos publicamente como artistas, os velhos e os loucos são apanhados pela rede da cultura e trazidos para dentro de sua órbita, ainda que excêntrica. Como diz o psiquiatra e crítico de arte Jean Starobinski (1984, p. 15, tradução nossa), “ei-los incluídos após terem sido excluídos”. Diante disso, pode-se pensar: em que medida a apropriação pela cultura do que é considerado não cultura não implicaria exorcizar a potencialidade subversiva das obras? Ou, ainda, até que ponto essa inclusão simbólica da arte de excluídos (loucos e idosos), que transita dos asilos para os museus de arte, nada mais é do que a expressão da necessidade ideológica de afirmar publicamente que a opressão social não anula a força da invenção?

Ao longo do processo em que um ato inventivo, instituinte de uma obra transgressiva, é assimilado pela arte instituída nas exposições e museus, há um impensado que demanda mais reflexão. Mas o que seria o impensado de uma obra? E como a psicanálise se posiciona diante dele?

Arte e psicanálise: tradição e invenção

Claude Lefort (1972), discípulo de Merleau-Ponty, demonstra em seus estudos que o impensado de uma obra é o trabalho que a própria obra realiza junto ao receptor (leitor ou espectador) e que, portanto, é do receptor que a obra de arte depende para se fazer pensar, para se consagrar como obra propriamente dita. A posição do receptor frente à obra é decisiva. É dele que partirá a pergunta “O que isto significa?”. É o receptor quem irá interrogar a obra. Mas o que seria interrogar? Resumidamente, interrogar é descobrir que a obra contém a potência de fazer falar, é

acompanhar os caminhos que ela própria abriu, é encontrar de novo a sua fundação. Ou seja, interrogar é tomar a obra de outrem como matéria-prima para a nossa própria reflexão (Lefort, 1979, p. 15). É, portanto, garantir a transcendência da obra com o trabalho da leitura entendida como interrogação.

Nessa medida, o impensado da obra não é aquilo que não foi pensado por seu autor, mas aquilo que a obra ao pensar dá a pensar. Não é, portanto, o menos; ao contrário, “é o *excesso* do que se quer dizer e pensar sobre o que se diz e pensa” (Chauí, 2002, p. 39). É o que, no pensamento, faz pensar; é justamente o fundo que permite diferenciar as figuras de leitor e escritor, de espectador e artista. É esse mesmo fundo, porém, que os relaciona e que nós chamamos de tradição fundada pela própria obra. Mas por que “a tradição é esquecimento da origem”, como escreveu Husserl e como pensava Merleau-Ponty? E o que significa “esquecimento”?

Em primeiro lugar, ele é o modo pelo qual a origem se faz presente, e não haveria como ter acesso direto a ela sem a tradição interposta, o fundo comum entre espectador e obra. Ou seja, o campo comum no qual leitor e obra se relacionam é o que chamamos de tradição, aquilo que a obra funda. E por que a tradição é esquecimento? Já sabemos que ele é o modo pelo qual a origem se presentifica e que não haveria como ter acesso direto à obra sem essa tradição interposta, que é o campo comum entre nós e ela. Nesse sentido, como esquecimento da origem, a tradição é a obra sedimentada, pois o que era criação e inaudito torna-se, com o advento da obra, usual e corriqueiro; o que era novidade torna-se disponível. A obra inventiva, instituinte, torna-se instituída.

Entretanto, entre aquilo que se sedimenta e o sedimentado, entre o instituinte e o instituído, entre a origem e a tradição, a relação não é de oposição, como o antes e o depois, ainda que possamos considerar essa imagem da sucessão e, portanto, a ideia de que tal relação se desenrolaria no tempo empírico. Por exemplo, no caso da linguagem, que, como sabemos, tem uma dupla face, a língua e a fala: a fala falante, instituinte de sentido novo, utiliza o material disponível da língua e lhe impinge uma torção, a partir da qual algo novo, que não estava disponível, é dito. Inventado o novo significado, ele logo se sedimenta e passa a fazer parte do corriqueiro, do disponível, torna-se fala falada. A impressão de sucessão parece vir naturalmente: aquilo que era invenção perde a novidade e se torna, depois de inventado, disponível. Então, o que achamos, hoje, que é algo dado, em seu tempo, foi criação. Porém, fundada a tradição, a origem é esquecida - não porque, não sendo considerada pelo presente, é da ordem do passado, mas porque, se a tradição é o visível de um invisível, se a relação dela com a origem não é de sucessão, será preciso reconhecer que mesmo o originário não era uma identidade, que ele próprio já era diferenciação, já era ato inaugural em relação a um presente interrogado, já era abertura reflexiva e não significação fechada, já era a instauração da diferença entre o que era e o porvir. A esse respeito, pode-se considerar, com Merleau-Ponty, que a noção de impensado interroga as relações entre invenção e tradição, na medida em que apresenta a questão do instituinte e do instituído. Como diz Merleau-Ponty, “as ideias muito possuídas já não são ideias, já nada penso quando as falo” (1964, p. 156; tradução nossa). E se quisermos reabilitá-las, só nos resta um caminho: “pensar de novo”, isto é, “circunscrever um domínio para pensar que, portanto, ainda não foi pensado” (Merleau-Ponty, 1960, p. 260; tradução nossa).

Ora, a interrogação da tradição que uma obra sedimenta por intermédio da psicanálise, segundo André Green (1994, p. 97), pode se dar segundo dois pontos de vista muito diferentes: endopoiético e exopoiético. Sobre esses dois pontos de vista,

já discorri anteriormente (Frayze-Pereira, 2012). Apenas para relembrar: o primeiro é sincrônico - reduz-se ao exame dos constituintes internos da obra; o segundo é diacrônico - aborda os fatores determinantes da obra em vários níveis, que incluem desde a consideração pela vida do autor até o exame das condições sociais e políticas que formam o contexto de produção da obra, para pensá-la para além dela mesma. Nessa medida, deve-se observar que, ao se adotar exclusivamente a perspectiva endopoiética, a impressão de autossuficiência da obra analisada que esse ponto de vista engendra pode nos fazer esquecer o vínculo da obra com o mundo, seu enraizamento nele e a possibilidade de sua abertura para ele. Quer dizer, o esquecimento da origem, característico do modo de leitura endopoiético, impossibilita a transcendência da obra, a verificação do seu valor enquanto obra de cultura. Afinal, como bem disse Winnicott (1975, p. 138), só é possível ser original no contexto de certa tradição. No entanto, se “a tradição, como pensava Husserl, é esquecimento da origem” (Merleau-Ponty, 1960, p. 260; tradução nossa), ao olharmos uma obra pelo vértice endopoiético, o risco que corremos é de esquecer o processo que inaugurou essa obra. Assim, o risco que tal modo de leitura implica é o de reforçar o caráter ideológico da tradição.

Arte e psicanálise: ideologia e saber, liberdade de pensar e de ser

Mas como definir ideologia? Resumidamente, pode-se dizer que ideologia é toda construção imaginária que ignora o seu fundo histórico-cultural com vistas à dominação de algo ou alguém: uma pessoa, um grupo, uma instituição (Zizek, 1996, p. 314). Desse modo, para haver articulação fecunda entre cultura e clínica, há que se ter clara a diferença entre a psicanálise como ideologia e a psicanálise como saber, “na medida em que, neste, as ideias são produtos de um trabalho, enquanto naquela as ideias assumem a forma de conhecimentos, isto é, de ideias instituídas” (Chauí, 1981, p. 5). Ou seja, enquanto instrumento ideológico, a clínica psicanalítica implica a repetição de teorias consagradas e a reificação dos conceitos: explica o novo pelo já conhecido. Ao contrário, na perspectiva do saber, o trabalho psicanalítico promove a interrogação da experiência e exige a elaboração de teorias ajustadas às novas experiências.

Nesse sentido, como alguns autores admitem (Pontalis, 1990, 2000; Bollas, 1992, 2007), é necessária uma permanente revisão dos conceitos psicanalíticos para manter viva a psicanálise.

Ora, se entendermos a liberdade humana como a capacidade para dar um sentido novo ao que parecia fatalidade, transformando a situação de fato numa realidade nova, criada por nossa ação e nosso pensamento, a liberdade não será uma condenação à qual está sujeito o ser humano (como pensava Sartre), mas uma conquista feita por ele (como pensava Merleau-Ponty). No entanto, como entender que o indivíduo é livre se, ao mesmo tempo, ele só existe por sua articulação, como projeto existencial, a um todo maior do que ele, isto é, a cultura? Uma brevíssima passagem, referente a Espinosa, pode nos ajudar a esclarecer esse paradoxo: a experiência nos mostra que os homens creem que são livres simplesmente porque são conscientes de suas ações e inconscientes das causas pelas quais essas ações são determinadas [...] cada indivíduo é uma concentração localizada de atributos da realidade, um quase indivíduo, dado que o único indivíduo verdadeiro é o universo em sua totalidade. E, na medida em que o quase indivíduo é governado por suas emoções, ele não é livre [...] Para tornar-se livre, o indivíduo deve, por meio da reflexão, compreender a cadeia causal extensa que liga todas as coisas, fazendo-as uma só. Tornar-se consciente da totalidade do universo é libertar-se não do determinismo causal, mas da ignorância sobre a natureza verdadeira de cada um (Stokes, 2012, pp. 154-155).

Enfim, refletir sobre a gênese do que nos determinou a ser o que somos é o que se pode fazer para alcançar a liberdade. E para realizar essa reflexão, a passagem pelo todo, isto é, pela cultura, todo do qual somos apenas uma pequena parte, é um caminho necessário. É a perspectiva necessária para todo aquele que aspira alcançar a humanidade, a liberdade de ser.

Nesse caso, o contato dos indivíduos em geral e do psicanalista em particular com a cultura de seu tempo, com o mundo interrogante e transgressivo da arte, pode ser uma experiência salutar para a sua liberdade de ser e de pensar. Quer dizer, é possível aprendermos com a experiência da arte (que pode nos salvar da prisão ideológica e do esquecimento da origem de nossa tradição) se, em contato com as obras, suspendermos nossa potência interpretativa e nos deixarmos interrogar. Só assim a origem da tradição - a da obra e a nossa - não será esquecida.

Foi assim que Vera, personagem de Almodóvar - e, enquanto tal, obra do cineasta -, foi salva por Louise Bourgeois, que, como uma referência ficcional importante dentro dela, a animou a manter acesa a lembrança da sua origem. Bispo do Rosário, apropriado pelos críticos à luz de certa tradição que ele certamente desconhecia, foi transformado à sua revelia em artista contemporâneo, dadas as intervenções de críticos que levaram em conta apenas os aspectos formais da sua obra. Esse foi um procedimento que, de um lado, instituiu essa obra no campo da arte e, de outro, garantiu um lugar para que ela pudesse interrogar os seus espectadores. Sem uma passagem análoga pela cultura, entretanto, Ela - paciente em análise que poderia ter se tornado artista (bruta?) - não encontrou condições para sobreviver. Ao ter surgido em um contexto familiar estéril, não conseguiu florescer... Nesse caso, sem o suporte da cultura, a psicanálise também encontra limites...

Referências

- Bollas, C. (1992). *Forças do destino* (R. M. Bergallo, trad.). Rio de Janeiro: Imago.
- Bollas, C. (2007). *The Freudian moment*. London: Karnac.
- Bourgeois, L. (2000). *Louise Bourgeois: destruição do pai, reconstrução do pai (escritos e entrevistas 1923-1997)*. A. Machado & L. R. M. Gonçalves, trad. São Paulo: Cosac Naify.
- Bourgeois, L. (2008). *Louise Bourgeois*. London: Tate Modern.
- Chauí, M. (1981). *Cultura e democracia*. São Paulo: Moderna.
- Chauí, M. (2002). *Experiência do pensamento*. São Paulo: Martins Fontes.
- Cypriano, F. (2011, 30 de maio). *A conversão de Bispo*. *Folha de S. Paulo*. Recuperado em 8 de junho de 2014 de <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq3005201108.htm>
- Dubuffet, J. (1967). *Prospectus et tous écrits suivants*. Paris: Gallimard.
- Ferraz, M. H. C. T. (1999). *Arte e loucura: limites do imprevisível*. São Paulo: Lemos.
- Frayze-Pereira, J. A. (1990a, 1º de janeiro). *A propósito dos vestígios de Arthur Bispo do Rosário*. *Folha de S. Paulo*, pp. 4-5.
- Frayze-Pereira, J.A. (1990b) O sorriso da loucura. In: Medina, C. (org) *Novo Pacto da ciência- a crise dos paradigmas*. São Paulo: USP, pp. 175-184.
- Frayze-Pereira, J. A. (1995). *Olho d'água: arte e loucura em exposição*. São Paulo: Escuta; Fapesp.

- Frayze-Pereira, J. A. (2012). A questão da autoria: o impensado das obras de pensamento - arte, narrativa clínica e teoria psicanalítica. *Jornal de Psicanálise*, 45(82), 129-140.
- Garnier, J. (1984). *La Tapisserie Interrompue/The Interrupted Tapestry*. Collectie De Stadshof Foundation. <https://www.collectiedestadshof.nl/en/artists/garnier-jacky/>
- Green, A. (1994). *Revelações do inacabado: sobre o cartão de Londres de Leonardo da Vinci*. C. A. Rodrigues, trad. Rio de Janeiro: Imago.
- Lefort, C. (1972). *Le travail de l'oeuvre Machiavel*. Paris: Gallimard.
- Lefort, C. (1979). *As formas da história*. L. R. S. Fortes & M. S. Chauí, trad. São Paulo: Brasiliense.
- Merleau-Ponty, M. (1960). *Le philosophe et son ombre*. In M. Merleau-Ponty, *Signes* (pp. 257-295). Paris: Gallimard.
- Merleau-Ponty, M. (1964). *Le visible et l'invisible*. Paris: Gallimard.
- Noorthoorn, V. et al. (2011). *Une terrible beauté est née: 11^e Biennale d'Art Contemporain de Lyon, 15 septembre - 31 décembre 2011*. Dijon: Les Presses du Réel.
- Pedrosa, M. (1949). *Arte: necessidade vital*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil.
- Pontalis, J. B. (1990). *La force d'attraction*. Paris: Seuil.
- Pontalis, J. B. (2000). *Fenêtres*. Paris: Gallimard.
- Starobinski, J. (1984). Préface. In H. Prinzhorn, *Expressions de la folie* (pp. VII-XVI). Paris: Gallimard.
- Stokes, P. (2012). *Os 100 pensadores essenciais da filosofia: dos pré-socráticos aos novos cientistas*. D. C. Oliveira, trad. Rio de Janeiro: Difel.
- Thévoz, M. (1980). *L'art brut*. Genève: Skira.
- Thévoz, M. (1985). *Art, folie, graffiti, lsd etc*. Lausanne: LAire.
- Thévoz, M. (1995). *Requiem pour la folie*. Paris: La Différence.
- Winnicott, D. W (1975). *O brincar e a realidade*. J. O. A. Abreu & V. Nobre, Trad. Rio de Janeiro: Imago.
- Žižek, S. (1996). Como Marx inventou o sintoma. In S. Žižek (Org.) *Um mapa da ideologia* (V. Ribeiro, trad., pp. 297-331). Rio de Janeiro: Contraponto.

PARADIGMA DO HOSPITAL NO TRATAMENTO DAS DOENÇAS

Artur Teles de Araújo

(Nota da edição: Na trajetória do Projeto Plural, os diálogos ultrapassaram as fronteiras nacionais e contaram seguidamente com pesquisadores de Portugal. Na edição do volume 7 da série Novo Pacto da Ciência, “Caminhos do Saber Plural” (1999), publicamos o ensaio do médico e professor da Faculdade de Medicina de Lisboa, Artur Teles de Araújo, que resgata a história do paradigma hospitalar. Em homenagem ao pesquisador que morreu em 2017, reproduzimos este texto pela amplitude da visão histórica e social da instituição e sua trajetória que, inclusive, contextualiza a implantação das Santas Casas no Brasil.)

Sendo a doença tão antiga quanto a humanidade, a história revela que, em todas as sociedades, ao longo dos séculos, as pessoas sofrendo de aches físicos ou psicológicos procuraram a assistência de diversas categorias de indivíduos devotados à arte e à técnica de curar, indo das práticas familiares aos curandeiros populares e aos médicos profissionais. Os conceitos de doença e as formas de tratamento foram evoluindo segundo o aprofundamento de conhecimentos, o qual não se desenvolveu isoladamente, antes o fez no quadro de determinantes sociais, religiosas, políticas e econômicas, constituindo-se, em cada época, como expressão de cultura e de socialização das populações.

Ao longo da história, todos os modelos explicativos foram construídos e reconstruídos, periodicamente, à medida em que as sociedades e os seus membros encarregados de curar, faziam novas ligações entre os fenômenos. Definida a doença, os seus portadores eram, em regra, sujeitos a terapêuticas. A maioria das sociedades, ao longo dos tempos, tem procurado minorar a doença através dum conjunto de diferentes, co-existentes e inter-relacionados níveis de cuidados. Muitas situações cabiam na capacidade de resolução por parte dos doentes e familiares. Noutros casos, caíam no âmbito dos curandeiros populares, noutros havia possibilidade de recorrer a cuidados médicos ou, ainda, a organização oferecendo ajuda especializada.

Estão, neste caso, os hospitais que neste final do milênio, e após uma longa evolução, representam o que de mais moderno existe na medicina, o local onde os doentes podem esperar encontrar a resposta cientificamente mais correcta aos seus problemas. O hospital desempenha, pois, um papel central nos sistemas de saúde dos nossos dias. Mas, apesar das suas raízes mergulharem até à Antiguidade Clássica, esta importância é um desenvolvimento que surge nos séculos XIX e XX.

Durante séculos eles eram poucos, tratavam apenas um grupo social restrito e um grupo limitado de queixas.

Assim não eram mais do que uma pequena peça. Tinham escassos recursos e, muitas vezes, nem dispunham de apoio médico. Assim não eram mais do que uma

Artur Teles de Araújo (1940-2017), médico pneumologista, foi professor da Faculdade de Medicina de Lisboa e presidente da Fundação Portuguesa do Pulmão.

Nota dos editores: O Projeto Plural adotou, como princípio, conservar as ortografias do Brasil e de Portugal. Se, por um lado não criam dificuldades à leitura, por outro, o diálogo dos autores brasileiros e dos autores portugueses convive com o respeito às diferenças.

pequena peça na rede de cuidados médicos e, certamente, não estavam em condições de contribuírem para o desenvolvimento científico, ao contrário dos nossos dias em que são indispensáveis na rede de assistência e insubstituíveis no desiderato do progresso científico médico.

Entre um extremo e outro um longo caminho foi percorrido e esse percurso deve-se não só ao esforço de desenvolvimento científico dos médicos, como, e de uma forma preponderante, à evolução dos conceitos na sociedade circundante.

Começamos pelos cuidados de saúde nas civilizações primitivas. Nos primeiros tempos, antes de 4000 a.C, as sociedades eram constituídas por pequenos grupos familiares de nómadas e as doenças que predominavam eram as feridas e as infecções pouco virulentas. Nesses tempos, impera o auto-diagnóstico e auto-tratamento e o recurso a medidas mágicas. O único apoio só podia ser encontrado no seio da família.

Com o aumento da população, a sedentarização e o início da agricultura e o aparecimento de grandes civilizações, como a Mesopotâmica e a Egípcia a situação modifica-se radicalmente. Por um lado, o tipo de doenças varia pelo facto de começaram a existir grandes aglomerados populacionais. Por outro lado, a criação de impérios leva à guerra, com sua patologia própria, e à formação de elites cultas, tanto mais que estávamos já situados após a invenção da escrita.

As doenças simples eram encaradas duma forma naturalista. Todavia a eclosão de episódios mais dramáticos obrigava a encontrar explicações mais sofisticadas e veio a implicar o recurso à esfera do sobrenatural, *solução* que perdurará ao longo dos séculos e da qual se mantêm vestígios nos nossos dias.

No neolítico, as sociedades agrárias expandem as curas domésticas e estimulam o aparecimento de novos níveis de cuidados especializados, como seja a cura de ferimentos e o tratamento de fracturas; começam a reconhecer diversas plantas com efeitos terapêuticos. Com o advento da escrita, há melhorias dos conhecimentos anatómicos e clínicos resultantes da transmissão, através dos papiros do conhecimento cumulativamente adquirido.

Nas grandes civilizações mediterrânicas o trauma começa a ser melhor manejado (consequências das guerras) e melhoram-se as técnicas de extracção de compostos de origem vegetal. Os conhecimentos são transmitidos primeiro através da tradição oral. Mais tarde os indivíduos encarregados de curar começam a ser treinados através da aprendizagem com outros e passam a fazer parte da elite que, com os religiosos e os burocratas, começa a tomar posições de destaque nas sociedades dos impérios que se foram criando.

Na verdade, após longos séculos em que a disponibilização de cuidados de saúde assentava no auto-tratamento e nos cuidados familiares, a necessidade que a sociedade sentia de melhorar a resposta a situações que não compreendia faz emergir indivíduos que as populações julgavam investidos do poder de combater forças invisíveis (curandeiros, ervanários etc.) e que contactavam com doentes, famílias e membros da comunidade, reforçando os laços sociais.

O curandeirismo, cujas raízes vão até ao paleolítico, mantém-se como forma de crença religiosa, cuja actividade se destinava a proteger a sociedade das ações destrutivas/punitivas, das entidades divinas. No Egipto e Mesopotâmia os sistemas de cuidados assentavam em curandeiros residentes e em religiões organizadas.

Na antiguidade grega e romana vemos um período de guerras frequentes, a par dum grande desenvolvimento cultural e científico e duma grande preocupação com o corpo, traduzida na importância dada à competição atlética. Com o florescimento da

filosofia e da ciência desenvolve-se uma aproximação própria à doença, cujo expoente máximo é Hipócrates, cujos conceitos sobrevirão até a modernidade (450-370 a.C.). É uma nova metodologia, compatível com a filosofia sofista, assente na observação e no raciocínio conducentes ao diagnóstico cujo ponto fraco consistia na escassez de soluções terapêuticas.

Hipócrates estabelece as bases da teoria humoralista que considerava a saúde e a doença como o resultado dum balanço entre os quatro humores que presidiam ao funcionamento do organismo. Deste conceito resultava que todos os tratamentos se baseavam em técnicas de substituição ou de depleção (sangrias, purgantes, etc.). Há um desenvolvimento de técnicas de cura das feridas (devido a batalhas frequentes), com o estabelecimento gradual da cirurgia. Tendo em vista a competição atlética há um grande enfoque na preparação física e nas dietas. Começa a dar-se importância ao ambiente envolvente dos doentes e aos estilos de vida. Paralelamente, florescia um sistema de cura baseado em princípios religiosos, como o culto de Esculápio, sedado em santuários, onde o doente se recolhia e era submetido a rituais.

Com o advento do Império Romano subsistem e desenvolvem-se os dois sistemas de tratamento acima referidos. Porém, os romanos punham uma tónica particular no *pater familiae* na prestação de cuidados médicos. Surgem também figuras médicas incontornáveis como Galeno (129-210 d.C.) que cria um quadro de médicos e filósofos experientes, capazes de usarem o raciocínio na escolha de alimentos, na prescrição de tratamentos gerais e de drogas de origem vegetal.

O ensino organizado da medicina centrava-se num médico, o que implicava uma transmissão limitada de conhecimentos. Por este período, a medicina não era considerada uma obrigação social e a medicina hipocrática tinha uma natureza personalizada, situação que vai persistir por séculos. No tratamento só interessava o doente e pouco ou nada a doença. Antes de Hipócrates os cuidados de saúde residiam nas redes domésticas e nos curandeiros. Progressivamente, os santuários começaram a desempenhar papel de relevo. A medicina hipocrática, por seu lado, assentava numa negociação entre praticantes e os seus doentes e, por isso, só era acessível a uma faixa estreita de aristocratas.

Mais tarde, em Roma, a medicina foi frequentemente encarada como uma habilidade especial praticada por escravos e médicos estrangeiros (gregos), mantendo-se apenas disponível para as camadas mais elevadas. Todavia, é em Roma que surgirá o primeiro exemplo de disponibilização de cuidados suportados pelo Estado, mas que eram destinados a um grupo privilegiado: os militares.

É por esta época que podemos encontrar os primeiros estabelecimentos que poderão ser considerados antepassados dos hospitais, embora tivessem um papel secundário na disponibilização de cuidados. Assim os santuários dedicados ao culto dos deuses com interferência na doença, evoluíram progressivamente para estâncias com lugares de acolhimento, banhos, teatros e ginásios. Também os sacerdotes começaram a actuar como médicos, prescrevendo enemas, sangrias e drogas e recorrendo à cirurgia, numa simbiose entre cuidados sagrados e seculares. Todavia, mais uma vez, só eram acessíveis a elites.

São os romanos que, durante o império, estabelecem as *valetudinárias*, ou seja, hospitais militares regionais para cuidar dos legionários feridos ou doentes. Com o advento do *cristianismo* há uma mudança radical. Os ensinamentos de Cristo enfatizavam a obrigação de todos cuidarem do seu próximo doente ou ferido e, assim, por volta de 250 d.C. há a evidência dos responsáveis cristãos darem abrigo aos doentes pobres e, provavelmente, tratá-los. Um século depois, tais albergues

estavam institucionalizados, mas a sua característica preponderante era a pequenez e variedade, misturando-se residências para velhos, viajantes e locais de acolhimento de doentes, situação que irá persistir na Idade Média.

Na verdade, não há evidência da existência de edifícios devotados especificamente à recepção, cuidado e tratamento de doentes até 350 d.C. Todavia, alguns conceitos tinham ido sendo produzidos e que servem de fundamento à criação de hospitais. Assim Marcus Vituvius Pollio (25 a.C.) afirmava que a educação do arquitecto devia incluir o estudo da medicina tendo em conta questões de clima, ar, salubridade. Mais clara é a preocupação de Hipócrates que, nos *Ares*, *Águas* e *Lugares*, defendia que uma pessoa doente devia ser posta num quarto afastado, depois talvez numa casa separada e, por fim, num edifício só para doentes.

Mas a origem dos primeiros hospitais se dá na Idade Média. Este longo período da história (séculos V ao XIV) tem, na Europa, como quadro de referência a consolidação do cristianismo, após a conversão dos povos bárbaros que invadiram o Império Romano do Ocidente. Esta doutrina e o poder na Igreja irão ter a maior relevância nos conceitos de abordagem da doença.

Por um lado, a doutrina cristã impunha uma obrigação de todos olharem ao tratamento do seu próximo doente, dando uma dimensão social aos problemas. Por outro lado, afirmava o primado do espiritual sobre o bem estar físico, aceitava a doença como podendo representar um castigo do pecado e considerava a cura como uma graça divina. Daí que a obrigação do cristão perante o doente devesse ser encarada como um dever de caridade e não um direito do homem em sofrimento.

Pelo século VII eclode o *islamismo* que irá também ter grande importância nas atitudes perante a doença, como veremos. Na Europa implanta-se o feudalismo que porá nas mãos do suserano o poder de atender às necessidades dos seus vassallos, mesmo na doença, reforçando a ideia de actos de caridade cristã.

Nos séculos X e XII a cultura da terra torna-se mais extensiva, ressurgem a vida urbana e eclode uma classe de comerciantes impulsionada pelo intercâmbio de idéias entre Oriente e Ocidente. No Norte de Itália surgem as primeiras empresas e a independência de algumas cidades, libertas do poder papal. Começa a estabelecer-se uma economia monetarista, com enfraquecimento do feudalismo e surgem alguns governos centrais fortes, como na Inglaterra, Sicília e França. Estas mudanças da sede do poder político virão a ter repercussões nas respostas às necessidades de saúde das populações.

Pelos séculos XII e XIII começam a surgir tentativas de conciliar fé e razão (S. Tomás de Aquino) e surgem as primeiras Universidades. Vai-se mais longe contestando as preocupações apenas pela vida futura (S. Francisco de Assis). Bacon, por seu lado, advoga a observação e a experimentação, estabelecendo as bases da ciência moderna. Paralelamente, nas cidades sobe o número e importância de diversos grupos sociais de trabalhadores que se agrupam em corporações de artesãos.

No final do século XIII o feudalismo cai definitivamente e a peste negra (bubónica) ao matar $\frac{3}{4}$ da população europeia irá condicionar grandes modificações sociais, tornando-se comum a recompensa do trabalho através dum salário. Na Europa, os conhecimentos médicos, pelo menos nos primeiros séculos, eram escassos e estavam detidos na posse das famílias, de curandeiros e de ordens religiosas. A base científica era escassa e pairava um grande obscurantismo. A evidência clínica era, muitas vezes, negada se as teorias prevalentes a não pudessem suportar. Assistia-se também a uma profissionalização crescente dos médicos com grande enfoque no estatuto social e profissional, assente na autonomia, na detenção de credenciais e de

técnicas especializadas, iniciando-se a consagração a grupos específicos do direito exclusivo à prática da medicina e a cirurgia.

Felizmente, a medicina hipocrática foi preservada através de sucessivas traduções, nos centros médicos árabes. A transmissão de conhecimentos a aprendizes fazia-se através dum rigoroso processo de educação e treino em instituições controladas pela própria profissão. Começa a haver ensino médico nos hospitais e, nas culturas árabes, surgiam comunidades médicas auto-limitadas associadas a um hospital, que atraíam outros médicos e estudantes, olhadas pelo público como locais de proeminência para o tratamento de doentes. Também, por esta época, o ensino da medicina é incluído nos *curriculla* das universidades medievais.

Esta medicina continuava reservada a poucos, continuando a predominar o auto-tratamento, o tratamento familiar e os curandeiros populares, começando a assistir-se a uma especialização destes últimos, segundo as suas habilidades, por vezes reconhecidas por um médico. Dado o carácter profundamente religioso dos conceitos de doença, não surpreende que a cura dos doentes coubesse também a pessoas de forte fé cristã. De salientar ainda que, a partir do século XII, o poderio crescente da burguesia criou diversos sistemas de cuidados, assentes em redes domésticas e na descoberta de novas drogas, secundária ao intercâmbio cultural e comercial.

Na Idade Média, os *hospitais*, incluindo os do mundo islâmico, não podem ser olhados como tendo desempenhado um papel central na prestação de cuidados médicos, dada a escassez de recursos face às necessidades e os conceitos sociais e religiosos de doença. A sua função mais efectiva era servirem e promoverem ideais de compaixão e caridade e, simultaneamente, constituírem focos de atividade e expansão da profissão médica. Vários mosteiros beneditinos (480-547 d.C.) tinham comunidades de trabalho que cuidavam dos seus visitantes e doentes, podendo ser consideradas raízes da instituição hospitalar.

Por volta de 500 d.C., nas grandes cidades de peregrinação existiam albergarias, que chegavam a albergar 500 peregrinos, nas quais, todavia, os cuidados médicos eram apenas complementares da função primordial, a acomodação. Pelo século VII, encontram-se já referências a hospitais perfeitamente estabelecidos, com enfermarias de mulheres e de homens, de doentes cirúrgicos e oftalmológicos. A carta de fundação do Hospital PantoKrator (1136) em Constantinopla previa que houvesse ensino formal dentro dele.

No mundo árabe existiam hospitais complexos nas grandes cidades, como Cairo, Bagdá e Damasco, por volta dos séculos IX e X, existindo nalgum ensino médico. Ainda que inspirados nas albergarias cristãs, muitos deles constituíram-se como coroa da prática médica islâmica e como local de preservação e transmissão de conhecimentos médicos, nomeadamente hipocráticos.

A expansão dos hospitais ocorre paralelamente ao aumento da população e do comércio, reflectindo os desejos dos seus patronos e não as necessidades das populações. Os hospitais eram fundados como actos de caridade pessoal, expressão do poderio individual e não como factores duma política de estado. Frequentemente estavam associados a Igrejas ou Mosteiros, muitas vezes pequenos e não dispendo de cuidados médicos profissionais.

É em Bizâncio, no século IV, que, pela primeira vez, o Hospital surge como edifício próprio. As enfermarias monásticas, que foram surgindo ao lado dos conventos, constituíram o primeiro tipo de edifício hospitalar no Ocidente. Eram longas, com uma capela num dos extremos; os leitos dispunham-se perpendicularmente às paredes e estavam separados, primeiro por cortinas e depois por tabiques de

madeira, proporcionando mais privacidade e a conservação do calor. Pelo século XIII, a adição gradual de alas, terminando num altar comum, fez com que alguns hospitais tomassem a planta cruciforme, de que é primeiro exemplo Santa Maria Nuova (1286). A escassez de hospitais, ainda que só destinados a indigentes, levou a sobrelotação sendo, por vezes, cada leito ocupado por vários doentes, simultaneamente.

Os hospitais árabes da época dispunham de enfermarias para homens e para mulheres, departamentos de doentes internados e externos, além de serviços especiais para algumas doenças e para diferentes procedimentos médicos. Alguns parecem ter sido hospitais especializados, por exemplo para oftalmologia. Em regra, dispunham de cozinha própria, de farmácia, de mesquita, de balneário e de biblioteca médica.

No Portugal medieval, desde o tempo do condado portugalense, há referência à existência de albergarias destinadas aos viajantes e aos indigentes, junto dos conventos, fundadas por D. Teresa, D. Alfonso Henriques, alguns nobres e damas abastadas e por eles dotadas dos bens e rendas necessários à prossecução do objectivo da sua manutenção perpétua, o que raramente era possível. A prática médica assentava em dois polos: a medicina conventual, praticada por indivíduos sem formação escolar, exercendo uma medicina baseada no divino e no carácter punitivo da doença e nos médicos judeus e árabes em melhores condições de se apoiarem em conhecimentos científicos.

Também em Portugal, no final do período, sobe o peso social dos comerciantes e dos artesãos os quais através das confrarias de mareantes e das corporações de ofícios, se organizam em instituições de assistência e fundam os seus próprios hospitais ou albergues. Mas, mesmo nestes casos, se mantém a tónica na compaixão e na caridade.

Na Renascença mudam os conceitos de doença e cura. O Renascimento é um movimento cultural dos séculos XV e XVI, gerador de profundas mudanças de ordem política, social, cultural e económica. A renovação literária, artística e científica faz-se, sobretudo, a partir da revalorização da antiguidade greco-latina. O triunfo do humanismo, iniciado com Petrarca, substitui o teocentrismo medieval pelo antropocentrismo, abrindo caminho, por um lado, ao fenómeno de secularização e ao subjectivismo e, por outro, à descoberta do Homem, das forças da natureza, de novas terras e gentes.

Já Guilherme de Orange, no século XIV, defendera a tese revolucionária de que a Natureza devia ser interpretada pela razão e não pela fé. Assiste-se a um crescimento das cidades italianas e o empreendimento privado prospera. No final do século XV a invenção da imprensa vem facilitar a difusão de conhecimentos, fazendo florescer as ciências, inclusive a medicina.

A guerra dos 100 anos estimula os nacionalismos, reforçando o poder central detido pelos reis. A expansão portuguesa contribui para o melhor conhecimento do mundo e para o intercâmbio de culturas. Novos conhecimentos médicos são importados, nomeadamente novos fármacos: refira-se o papel desempenhado pelo português Garcia de Orta.

Copérnico, ao considerar que a Terra não é o centro do Universo abala, até os alicerces, o edifício do saber instituído. A reforma ao abandonar o conceito de remissão de pecados através de obras de caridade irá ter profunda influência nos conceitos das obrigações dos indivíduos perante os doentes. A Contra-Reforma e a Inquisição irão, por seu lado, ter papel negativo, fechando as fronteiras da liberdade da criação científica e impondo a expulsão de médicos judeus, detentores de saber de bases científicas, de diversos países, nomeadamente os do sul da Europa.

Contudo, neste período é ainda a medicina popular aquela a que recorrem a maioria dos doentes, continuando a medicina de base científica e escolar reservada às elites. Os médicos com treino universitário eram escassos devido à diminuta capacidade das instituições e ao preço elevado do ensino. Estes médicos e os cirurgiões, cujo estatuto social melhora grandemente, rapidamente se colocam no topo da hierarquia dos prestadores de cuidados.

A terapêutica continuava a basear-se nas teorias humoralistas de Hipócrates. Pelo século XVI Vesálio expõe a sua anatomia, progressivamente aceite, e que veio pôr em causa as explicações clássicas. Novas explicações da doença começam a surgir baseadas nas alterações anatomopatológicas verificadas durante as autópsias, que passam a ser mais frequentemente autorizadas. No campo da terapêutica, emerge a teoria de Paracelsus que levou à passagem do uso quase exclusivo de plantas para o de substâncias químicas, nem sempre inócuas e, por vezes mesmo causadoras de iatrogenias. É ainda um período de grande desenvolvimento da cirurgia. Ambroise Paré (1510-1590) introduz novos métodos cirúrgicos e cria novos instrumentos, reforçando o papel da cirurgia no arsenal terapêutico.

A filosofia de disponibilização de cuidados de saúde evoluiu lentamente neste período. Os doentes continuavam a depender fundamentalmente dos cuidados familiares e socorriam-se duma rede de curandeiros. Os cuidados médicos estavam, preferencialmente ao alcance das classes dominantes e a Igreja mantinha o seu sistema de assistência.

Todavia, o poder das autoridades locais e nacionais ia crescendo à medida que se instituía o centralismo do Estado, o que se traduzia, no campo da saúde, pelo seu envolvimento no apoio a planos de cuidados envolvendo médicos e cirurgiões e que se tentava fossem socialmente mais abrangentes. Como expressão dessas políticas nas grandes cidades, os hospitais religiosos mudam progressivamente para a jurisdição secular e alguns médicos tornam-se assalariados, nessas instituições, garantindo-lhes apoio técnico diferenciado. Como consequência dessa laicização, os cuidados directos aos doentes passam a ser exercidos também por leigos, com escassa ou nula preparação técnica, recrutados entre os antigos doentes e os pobres.

Reconhecida a ineficácia das pequenas instituições destituídas de meios necessários ao tratamento dos doentes e como afirmação do poder do Estado, surgem por toda a Europa grandes hospitais sem que, todavia, deixem de persistir pequenas instituições destinadas a apoiar grupos particulares de pobres. Arquitectonicamente, espalham-se os hospitais de planta cruciforme, cujo incremento assentará na progressiva criação dum sistema formal de informação, base do funcionamento hospitalar, facilitado por essa disposição física.

No século XVI, arquitectos e público em geral começam a ter em consideração princípios de raiz hipocrática, na construção da cidade ideal e dos edifícios. Leone Battista Alberti (1402-1472) no *De Aedificatory* especificava que os hospitais para doenças contagiosas deviam ser construídos fora das cidades e longe das estradas públicas. As preocupações da sociedade para com os doentes iam mais longe e muitos advogavam que os hospitais deviam ser edifícios bonitos cómodos e saudáveis, ainda que outras vozes se levantassem contra o desperdício de meios em tais “casas para pobres”.

Os hospitais deixavam de ser meros refúgios para miseráveis para passarem a traduzir preocupações sanitárias, quer em relação aos doentes, quer em relação aosãos, tornando-se explícito o conceito do risco de contágio. Assim, Jean Luís Vives (1493-1540) de *De Subventionem Pauperum* advogava que os doentes deviam ser

internados em instituições especiais para lhes assegurar bem estar físico e moral e para livrar a cidade da sua presença desagradável, reduzindo o risco de contágio. Estes conceitos creditavam a planta cruciforme, por razões de higiene. Permitia uma fácil ventilação e facilitava a separação de diferentes classes de internados e a vigilância, rectificando a contagiosidade e a promiscuidade desordenada que se considerava apanágio da existência urbana.

Também em Portugal se assistiu a uma modificação das relações entre o Estado e os diferentes corpos sociais, com enfraquecimento do poder monástico e da alta nobreza e desenvolvimento do poder burocrático e das corporações de ofícios, alargando-se o poder centralizador do Estado. É deste novo equilíbrio que surgirá o Hospital Moderno e desabrocharão as Misericórdias.

Surgiram hospitais em Lisboa, Caldas da Rainha. Évora, Coimbra e Santarém, resultantes da fusão de numerosos pequenos hospitais, com um novo estatuto e uma reformulação orgânica.

O Hospital Termal das Caldas da Rainha inicia sua construção em 22 de janeiro de 1485 (Hospital de Nossa Senhora do Populo), sendo o primeiro hospital termal do mundo e dispondo de 117 camas. O hospital, mandado construir pela Rainha D. Leonor, inseria-se na política de D. João II, tinha médico privativo, consultas diárias prévias ao internamento e farmácia. Assim, os critérios de internamento eram fundamentalmente de ordem clínica. O *compromisso*, mandado lavrar pela Rainha em 1525, dispunha que o Hospital “nunca poderia ter como Provedor nenhum frade, nem comendador, nem pessoa poderosa que fosse de cavaleiro para cima.” Neste documento se discrimina um quadro de funcionários e um conjunto de normas administrativas e de protocolos clínicos, enquadrando a vida hospitalar.

O Hospital de Todos os Santos, exemplo típico de edifício de planta cruciforme, é mandado construir por D. João II, sendo a primeira pedra lançada em 1492, e recolherá os bens de 38 pequenas instituições. A obra só será inaugurada por D. Manuel I em 1502, com 130 camas. Era dotado de um corpo clínico, administrativo e auxiliar de cerca de 50 pessoas, com funções bem definidas e normas e serem cumpridas no atendimento e seguimento dos doentes internados. Em meados do século XVI internava de 2500 a 3000 doentes por ano. Por essa altura já era aproveitado para o ensino médico, pelo menos de cirurgia.

É dessa época a instituição das Misericórdias, que terão papel fulcral na organização e gestão dos hospitais. A primeira, por influência de Frei Miguel Contreiras sobre a Rainha, com o acordo de D. Manuel I, será fundada em 15 de Agosto de 1498 e, em breve, tomará conta da administração do Hospital de Todos os Santos.

Tinham como rendimentos os da própria instituição, originados em benefícios régios, donativos e legados. Tratavam-se de organizações laicas, muito ligadas à burguesia, resultantes do espírito centralizador do Estado, e que, ao longo dos séculos XVI e XVII, tomariam conta da administração de hospitais, gafarias, albergarias, apoio a órfãos, inválidos, incuráveis e enjeitados. Embora fizesse parte dos Regimentos a obrigação cristã da concretização de obras da cidade, não há dúvida de que espelhavam a supremacia do poder real face à Cúria romana, já que a integração de estabelecimentos preexistentes, mesmo que fundada por bula papal, apenas requeria assentimento régio.

Mais tarde, uma outra época da história teve repercussões importantes na medicina e em seu exercício. O Iluminismo foi um movimento cultural, social, político e espiritual que se iniciou na Europa no século XII e floresceu no XVIII, que

ao pretender libertar a razão da tutela do dogma escolástico, pondo-o ao serviço do progresso moral e material da humanidade, veio modificar muitos dos conceitos existentes em todas as áreas do conhecimento, alterando profundamente a sociedade. É uma época em que surgem numerosos movimentos culturais e filosóficos, em que nacionalismos e o poder nacional se desenvolvem e em que se assiste a um grande desenvolvimento da burguesia.

Se é certo que a Igreja condena a astronomia de Copérnico, também o é que Francis Bacon formula o método científico moderno e Locke advoga o governo pelo consentimento do povo. Simbolizando as novas correntes, governos como Maria Teresa de Áustria e Frederico I da Prússia usam o poder para fomentar o bem do povo e reformam as leis baseados nos conceitos de Voltaire e Rousseau. A população da Europa sobe de 120 milhões para 185 milhões e os habitantes de Paris e Londres duplicam.

Mas nem tudo corre bem. Os nacionalismos exacerbados conduzem a numerosas guerras e a dos Trinta Anos dizima 1/3 da população. No final do século XVIII a opressão do povo e más colheitas levando à fome irão estar na génese de colaboração universal, nos ramos da química, da física e da medicina. Assistiu-se a uma profunda modificação dos conceitos de doença, com o desenvolvimento da fisiologia e o início da abordagem verdadeiramente científica da medicina. Harvey descreve a circulação de sangue e são questionadas as teorias humoralistas, que vinham desde Hipócrates.

Os novos conceitos prefiguram um novo mundo fundado na razão e, paralelamente, emerge uma visão funcional do corpo humano que funcionaria como uma máquina regida por princípios físicos, a que a alma concedia uma dimensão espiritual. Todavia, a relativa falência da aplicação destes conceitos à terapêutica fazia com que, nesse campo, prevalecessem teorias de depleção de base humoralista. Sydenheim (1624-1689) defendia que o avanço da medicina assentava na história da doença e que esta devia determinar, de forma regular e exacta, a sua abordagem. Este conceito será crucial na futura prescrição de remédios específicos para diferentes doenças, ao invés numa terapêutica exclusivamente dirigida ao doente.

Será também no século XVIII que os médicos estabelecem padrões de doenças correlacionando sintomas com órgãos doentes. Para esta nova visão muito contribui o ensino feito nos hospitais e assente nos dados de autópsias tornadas muito mais frequentes e consideradas como indispensáveis à formação dos médicos.

O enquadramento político terá papel relevante numa nova filosofia de prestação de cuidados de saúde. No século XVIII começa a considerar-se que um dos requisitos para um poder nacional forte era uma população saudável e em expansão. Daí que os governos europeus pensassem progressivamente mais na instituição de políticas sociais, enfatizando a saúde ambiental, o bem-estar materno-infantil, a higiene militar e naval e o tratamento em massa dos pobres nos hospitais, cujo número e dimensão cresce significativamente. Começa a consensualizar-se que a saúde de civis, soldados e marinheiros era uma responsabilidade do Estado, o que constitui um ponto de viragem na história dos cuidados a disponibilizar na prevenção e tratamento da doença. De problema individual passa a preocupação colectiva.

Aos médicos competia o papel de contestar que a doença dependesse do divino, do inexplicável. Daí que os médicos comessem a desempenhar um papel mais preponderante na sociedade e práticos eminentes, membros de colégios ou academias, mantinham um controle absoluto sobre um pequeno mais lucrativo mercado. Uma burguesia em ascensão junta-se às classes elevadas na procura de cuidados médicos.

Assim crescia o número dos que tinham acesso a médicos profissionais, no sector privado, e vulgarizava-se o recurso da restante população a hospitais que, progressivamente, se transformam de estabelecimentos indiferenciados em instituições estritamente médicas. Os médicos envolvem-se, pois, na saúde pública e privada tendo como destinatários toda a sociedade, ricos e pobres, estes últimos tratados nos hospitais, dispensários e policlínicas.

O tratamento de muitos doentes de cada uma das patologias e as autópsias sistemáticas possibilitaram um aumento dramático dos conhecimentos e conduziram a uma nova medicina hospitalar, de base científica e orientada clinicamente, a qual se tornou proeminente na Europa do século XVIII. Malgrado o crescimento dos hospitais, estes continuavam a ser estruturas pouco flexíveis que não se ajustava aos princípios da especificidade individual em que se baseavam as terapêuticas até ao século XIX. As enfermarias eram locais promíscuos que só no século XVIII se começaram, de forma generalizada, a organizar por patologias, diminuindo as possibilidades de infecção cruzada.

Estes aspectos e o aumento considerável de dimensões e de número de internados faziam crescer os riscos e levou a que o hospital fosse considerado como ambiente artificial, com doenças próprias como o tifo (febre dos hospitais, ou das prisões, ou das instituições confinadas). Pringle (1703-1782) afirmava que pessoa doente emanava venenos que, em concentração suficiente, causariam febre.

O conceito e o receio das doenças hospitalares resultaram numa visão antropomórfica de edifícios com “doenças inatas e infecções traumáticas e crónicas”. Este conceito sobreviveu ao advento da teoria dos germes já que era dado conhecido que erisipela, piemia, septicemia e gangrena eram situações mais comuns em certas enfermarias. A escassa compreensão do fenómeno levou a que, enquanto as teorias miasmáticas oscilavam, a opinião científica começasse a advogar a construção de pequenos hospitais e pequenas enfermarias, já que a acumulação de doentes aumentava a concentração de toxinas e que os grandes espaços eram difíceis de ventilar. Como o mesmo objetivou Tenon (*Mémoires sur les Hôpitaux de Paris*-1788) foi o primeiro a advogar a construção de hospitais por pavilhões, que se vulgarizará no século seguinte.

Em Portugal, afastada a crise social conseqüente à perda da independência de 1667 e durante três reinados que culminarão com D. José e o Marquês de Pombal, tinha-se entrado num período de estabilidade, acréscimo da produção agrícola e industrial e incremento do comércio externo. Esta conjuntura favorável, a par da influência de personalidades como Ribeiro Sanches, profundamente integrado nas correntes europeias da época, irá ter importantes repercussões nos hospitais, mau grado o incêndio de 1750 e o terramoto de 1755 que, praticamente destruíram o Hospital de Todos os Santos.

Desta época datam uma série de Hospitais Monumentais que continuam em funcionamento até hoje. Parte desses hospitais ocuparam conventos vazios após a expulsão das ordens religiosas por Pombal e parte é constituída por edifícios construídos de raiz. Estes constituem os primeiros exemplares duma arquitetura verdadeiramente hospitalar, conjugando o gigantismo duma obra pública destinada a servir toda uma população, com a disposição geométrica, funcional e expressando uma sensação de amplitude. Datam também, entre outros, o Hospital de S. José (1755), o Hospital de Santo Antônio (construído de raiz a partir de 1770), o Hospital de Viana do Castelo e o Hospital do Terço (1781).

Mas há ainda outras influências na saúde das populações, tais como a

Revolução Industrial, o positivismo Kantiano e as teorias colectivistas. O século XIX inicia-se sob a influência da Revolução Francesa que repudiara todo o passado, assistindo à queda de Napoleão, ao Congresso de Viena que restaura a Ordem Antiga e ao reforço dos nacionalismos. A Inglaterra, e depois o resto da Europa, são assoladas pela Revolução Industrial que conduz a uma enorme concentração de população nos centros urbanos com notável aumento da poluição atmosférica, a um enriquecimento e reforço do poder da burguesia e à expansão da classe operária, que progressivamente se afirma como força política consciente dos seus deveres.

Refira-se, como exemplo, que a população de Londres salta de 875.000 para 5 milhões. Todos estes factores irão ter enorme influência na saúde dos povos, tanto mais que originaram situações de grande insalubridade e que um capitalismo desenfreado causava, muitas vezes, condições de trabalho degradantes. As doenças infecciosas grassavam livremente, sendo expoente máximo a tuberculose que dizimava as famílias e para a qual a cura era desconhecida.

Todas estas convulsões sociais estiveram na génese de correntes filosóficas como o positivismo de Kant e a teoria da luta de classes em que se apoia a doutrina comunista. As diferentes formas de ver o mundo irão ter grande influência na abordagem científica dos problemas a que, no campo da medicina, se juntará uma diferente perspectiva social da sua função.

Darwin publica o *Da Origem das Espécies* que abala todas as concepções do homem até aí vigentes e assiste-se a grandes realizações no campo da medicina, da astronomia e da física. No campo da medicina desenvolvem-se os métodos físicos de diagnóstico, como a percussão e a auscultação e os conhecimentos alargam-se através da correlação entre os dados clínicos da observação e os achados das autópsias sistematicamente executadas nos indigentes falecidos nos hospitais. Desta forma, estas instituições tornam-se mais relevantes no progresso médico e os clínicos adquirem uma nova autoridade e um estatuto mais elevado.

É também o século da vulgarização do uso da estatística na comparação entre achados clínicos e resposta terapêutica. Era um conceito revolucionário que preteria a tradição assente na experiência individual interiorizada em favor do recurso a conclusões extraídas dum número elevado de casos, passíveis de serem reproductíveis. Como uma das primeiras consequências, foi possível demonstrar a ineficácia de purgas e sangrias definitivamente afastando as teorias terapêuticas de base humoralista.

Por volta de 1830, os métodos científicos e o recurso a instrumentos adequados, para a origem e vulgarização dos quais certamente contribuiu a industrialização, levam a numerosas descobertas no campo da anatomia microscópica, métodos levam à descoberta dos germes microbianos causadores de doenças, renegando as teorias miasmata e abrindo novos campos à terapêutica, nomeadamente com a descoberta de vacinas e soros.

Neste período considera-se que a medicina era para ser praticada por médicos devidamente habilitados e credenciados e nos hospitais para todos os que não pudessem pagar os cuidados desses profissionais. Refira-se ainda que, por esta época, grupos de trabalhadores desenvolvem uma prática, com raízes no século XVI, assente na negociação da cobertura de cuidados médicos através de seguros.

Tendo-se assistido a um dramático aumento da população e tendo em consideração a filosofia de cuidados da época, lógico é pensar que os hospitais tivessem crescido muito em número, ainda que de forma insuficiente, pelo que a sobrelotação continuava a ser uma realidade. Como já foi referido, as autópsias sistemáticas nos doentes falecidos nos hospitais levaram a grandes modificações de conceitos através

duma melhor compreensão das alterações provocadas pela doença nos órgãos e sistemas. Isto será relevante para as instituições e, por exemplo, o *Aphotecary act* de 1812 formalmente requer que a prática hospitalar faça parte do ensino, trazendo os hospitais para o primeiro plano da profissão médica.

No século XIX começam a florescer instituições especializadas capazes de oferecerem condições de instalação adequadas, condições climatéricas especiais e capacidade de disponibilizarem os cuidados médicos mais modernos e adequados. É o caso dos Sanatórios que, iniciados na Suíça, se estendem a toda à Europa, procurando combater a terrível *peste branca*, a tuberculose. Os hospitais especializados irão abrir caminho à medicalização dos hospitais, isto é, ao seu controle absoluto pelos médicos, que passam a gerir a admissão dos doentes e do pessoal e a política geral do seu funcionamento.

É na psiquiatria que o hospital é primeiro considerado como instrumento terapêutico. J. G. Spurzheim (1776-1832) dizia que os arquitectos eram capazes de fazer bonitas casas, mas eram completamente ignorantes da mente humana. Duas correntes se foram afirmando nesta área: uma procurava desenhá-los cuidadosamente para que funcionassem como algemas redundantes considerando a necessidade terapêutica do exercício de coerção física e psicológica, outros, defendendo métodos de psicoterapia tentavam a construção de edifícios de aspecto anódino, doméstico, no meio de parques e relvados (Bevans e William Tuke).

O descrédito da teoria miasmalista teve pouco efeito na sua grande manifestação arquitectónica o hospital por pavilhões, conceito iniciado no final do século anterior e que, aliás, sobrevive até hoje, em muitos casos. Trata-se dum edifício que não se parece com nada mais, abandonando os seus antecedentes eclesiásticos, monásticos e domésticos. Consistia, de preferência, num edifício de um único andar, no máximo dois, e era constituído por diversos blocos colocados perpendicularmente a um corredor, que devia ser rectilíneo ou incluir um largo central. Os pavilhões eram separados por largos espaços relvados ou ajardinados. Nos pavilhões procurava-se alcançar uma ventilação cruzada através de filas de janelas estreitas indo do chão ao tecto. A orientação a sul, para facilitar a exposição solar, era a regra. Arquitectos, médicos, enfermeiros e leigos aliam-se para defender este tipo de planta e suas variantes, interiorizando que a arquitectura hospitalar era do domínio duma técnica altamente especializada.

Nos meados do século, a instituição hospitalar entra em crise de confiança que se origina na frequência e gravidade das infecções hospitalares, causadoras de enorme mortalidade e morbilidade. Florence Nightngale (1820-1910) nas suas famosas *Notes on Hospitals* defendia que o primeiro requisito dum hospital era que não fizesse mal aos doentes. Como tentativa de minimizar o mal, Richardson, no final do século advogava o abandono da velha idéia de os Hospitais serem enormes armazéns de doentes dando a preferência a pequenos hospitais, um para cada 5.000 pessoas.

Mas é com Krankenhaus, ao recomendar a lavagem cuidadosa das mãos dos estudantes antes de tocarem nas parturientes como condição para evitar a febre puerperal, que se inicia a era da antissépsia. Após o início da era bacteriológica, está aberto o caminho para a assepsia, que mais irá fazer baixar a incidência da infecção hospitalar. Estes dois princípios e o advento da anestesia irão ser cruciais para a afirmação do hospital como elemento chave no tratamento de doentes, a qual se tornará evidente no século seguinte.

Entre nós o século XIX é um período extremamente agitado: invasões

francesas, com as suas conseqüências negativas e positivas, liberalismo, guerra civil e colapso do comércio externo conseqüente à proibição do tráfico de escravos. Talvez por isso, as correntes médicas dominantes se mantivessem ligadas ao século anterior, sendo questionado o interesse do novo conceito anatomo-patológico de doença, oriundo da escola de *Virchow*. A industrialização incipiente e a degradação económica e financeira condicionam o estado sanitário das populações, com particular influência em doenças infecto-contagiosas como a tuberculose.

Em Portugal, as condições nos hospitais, nos meados do século, deviam ser deploráveis, sem bem que de forma semelhante ao que se observava nos outros países. Assim, a mortalidade atingia os 53,4%, sendo para o tifo e a febre tifóide de 82% e para a tuberculose de 97%. Apesar disso, a população que procurava os hospitais ia aumentando extraordinariamente, o que levou a que diversos conventos que, entretanto, tinham ficado devolutos, fossem adaptados a hospitais, como o do Desterro e o de Arroios, ficando o conjunto dos Hospitais Cíveis de Lisboa com a designação de Hospital de São José e Anexos. Não houve, pois, neste período, um verdadeiro surto de construção de hospitais de raiz em Portugal.

A sociedade civil, sensibilizada para o problema dos doentes psiquiátricos e tuberculosos, com a colaboração da Sociedade de Ciências Médicas, promove diversos estudos que culminam na transformação do edifício de Rilhafoles em Hospital Psiquiátrico (1848), na fundação dum hospício para 24 tuberculosas na Ilha da Madeira, pela Imperatriz do Brasil, após a morte da sua filha, vitimada pela doença, e pela fundação, por beneméritos, em 1860 e 1890, de duas enfermarias para homens e mulheres tuberculosos, no Hospital de Santo António.

No final do século, é fundada a Assistência Nacional aos Tuberculosos, organismo governamental, com forte interacção com a sociedade civil, e é aberto o primeiro Sanatório, no Outão, em edifício doado pela Rainha em 1899, cerca de 37 anos após ter aberto na Silésia o primeiro estabelecimento do género e antes dessa forma de tratamento se ter vulgarizado na Europa.

Ao movimento de segurança na doença iniciado por grupos de trabalhadores na Alemanha, corresponde, entre nós, a fundação de Associações de Socorros Mútuos, na segunda metade do século, que chegam a ocupar posição de relevo na prestação de serviços médicos e no fornecimento de medicamentos.

Já em nosso século, observa-se o apogeu e a crise dos hospitais. Na transição do século XIX para o XX assiste-se a uma nova fase da Revolução Industrial exigindo mais matérias primas para satisfazerem as novas indústrias. Entre 1880 e 1914 desenrola-se uma corrida a novas fontes de matérias primas e a novos mercados que levarão a um alargamento dos domínios coloniais das potências europeias que ultrapassou os 24 milhões de quilómetros quadrados, expondo a saúde de europeus e povos colonizados a complexas agressões. Foram-se constituindo impérios frágeis, já que nenhuma potência tinha capacidade de gerir a suas possessões, ao mesmo tempo que povos de África e da Ásia eram precipitadamente empurrados para o século XX.

É o século da comunicação. A melhoria das vias de comunicação, a facilidade e rapidez da comunicação escrita à distância, via cabos submarinos, e o aumento do comércio externo ampliam e facilitam o impacto da troca de idéias. Surgem numerosas crise diplomáticas que culminam nas duas Guerras Mundiais, com o seu cortejo de horrores, de doenças e de traumatismos, mas também com o seu contraponto de progresso tecnológico. Assiste-se à queda dos impérios coloniais e à instauração duma nova ordem política. O mundo ocidental sofre o impacto de

grandes convulsões económicas como a depressão de 1929 e assiste à ascensão e queda de regimes totalitários de diferentes matizes.

Mas paralelamente a estes aspectos de grande agressividade social, desde o princípio do século, a evolução das sociedades desenvolvidas vai no sentido de fazer vacilar as teorias individualistas e do capitalismo desenfreado, permitindo o estabelecimento de princípios mais colectivistas que procuram incrementar o bem público, considerando-o uma responsabilidade da sociedade.

Começa um movimento social no sentido de garantir cobertura médica aos trabalhadores de todas as classes e ocupações. À medida em que se afirma a efectividade da medicina científica nestes países e se nestes países atingem níveis científicos mais elevados, um novo quadro ideológico emerge defendendo que o direito à saúde deva ser garantido pelo Estado. Daí deriva, nos anos 50 e 60, a criação de numerosos esquemas locais e nacionais capazes de prover cuidados médicos aos cidadãos.

A medicina ganhou um poder e prestígio enormes, ao tornar-se capaz de interferir na história natural da doença – veja-se o caso dos antibióticos – e exibindo um progresso tecnológico até aí impensável, com a descoberta e a vulgarização duma enorme série de métodos auxiliares de diagnóstico. A cirurgia asséptica, a quimioterapia, a nutrição científica apagaram a noção até aí vigente da impotência terapêutica, na maioria das situações. Novas gerações de médicos dão ênfase aos dados objetivos, numéricos e probalísticos e adoptam a metodologia e a racionalidade científica, a par da assunção do conceito da dupla realidade – corpo e mente – na origem da doença e na base da cura.

Este século tem assistido a uma revolução na terapêutica que se acelerou após a II Guerra Mundial, com o advento duma nova categoria de fármacos sintéticos, os antibióticos. Começam a haver bases científicas na apreciação das curas, com conseqüentes implicações prognósticas. Numa medicina científica começa a imperar a impessoalidade universal da ciência contrapondo-se às necessidades de apoio emocional e de compreensão da pessoa doente. Esta dicotomia persiste até hoje, ainda que logo a partir dos anos 30 se ouvissem vozes na profissão médica afirmando que, perante o homem doente, *ciência de curar e arte de curar obrigatoriamente teriam que ser aspectos complementares e nunca antagónicos*.

Os hospitais sofrem uma evolução radical e dramática. Perdem o estigma de casas de caridade devotados a tratarem exclusivamente os pobres e transformam-se em estabelecimentos onde novas técnicas de diagnóstico e terapêutica, assentes nos avanços científicos e desenvolvimentos tecnológicos, estão disponíveis para todas as classes sociais, e onde a especialização vai tendo uma importância crescente, com as suas vantagens e inconvenientes. A par disso, os hospitais, devido à complexidade crescente do seu desempenho, vão-se tornando instituições profundamente burocratizadas, necessitando de cada vez mais recursos, a fim de responderem às solicitações com o adequado quadro técnico e administrativo. Tornam-se locais em que o doente espera encontrar uma mais valia face ao que lhe podia ser proporcionado pela simples visita ao seu médico ou pelo aconselhamento junto do farmacêutico.

Assiste-se a um crescimento explosivo dos hospitais na Europa e nos Estados Unidos. Guiados pelos modelos de eficácia industrial, os hospitais tornam-se repositórios da mais avançada e prestigiada tecnologia, permitindo que medicina de ponta seja disponibilizada a um largo espectro de utentes, em grande parte sob cobertura de diversos planos de saúde, estatais e privados. Sendo indiscutível o benefício que os hospitais trazem à abordagem da dimensão física da doença, muitas das rotinas hospitalares são prejudiciais à relação médico/doente, já ferida

pela impessoalidade da medicina científica. Paralelamente, o trabalhar num hospital torna-se um sinal de notoriedade profissional para o médico.

Pelos anos 60, começam a surgir críticas aos hospitais, baseadas em situações de erro médico, consideradas inaceitáveis e, nas enormes somas, sempre crescentes, gastas com equipamentos e tratamentos. A *boa* medicina é, cada vez mais, definida segundo critérios técnicos, o que torna difícil que todas as instituições se mantenham na primeira linha da tecnologia. Em sistemas privados isso poderá levar ao encerramento dalguns e em sistemas públicos poderá levar a que se mantenham em funcionamento hospitais decrépitos, comprometendo a qualidade do tratamento neles disponibilizado.

Em muitas regiões do mundo, a escalada exponencial dos custos tem profundas implicações futuras. As decisões terão, muitas vezes, de ser feitas na base das disponibilidades económicas, mais do que das necessidades médicas dos utentes. Daí que os profissionais médicos cada vez mais estejam em oposição com administradores e planeadores de saúde. Não é já possível que decisões médicas sejam tomadas sem ter em consideração uma rentabilização de meios e as políticas de saúde, levando a uma certa erosão do poder e do estatuto do médico assalariado.

Nos hospitais convivem profissionais de saúde de diversas áreas, situação que, por vezes, é geradora de conflitos indesejáveis. O primado absoluto do poder médico na definição das atitudes diagnósticas e terapêuticas começa a ser questionado à medida que outros técnicos vão adquirindo formação escolar de nível superior – ainda que os enfermeiros tendam a manter uma tónica preponderante na área da humanização dos cuidados, não desenvolvendo a especialização a não ser duma forma incipiente e mais ligada à progressão na carreira do que ao seu uso técnico efectivo. Todavia estes e outros técnicos têm uma função complementar, que assim deverá ser entendida, facilitando um tipo de relações mais estimulante para todos.

Nos dias de hoje o hospital não é mais um elemento isolado no sistema de saúde. Deverá estar, cada vez mais, integrado com os restantes níveis de cuidados, numa rede perfeitamente articulada. O hospital não poderá esquecer que existe para suprir as necessidades de saúde das populações, que existem e merecem uma prática humanizada, como é preocupação da profissão médica, desde a Antiguidade. A tendência actual dos cuidados médicos vai no sentido de incrementar o ambulatório, não obstante persistir o papel central do hospital nos episódios agudos e mais complicados de doença. Pessoal especializado e tecnologia moderna são um parceiro indispensável e deverão pois organizar-se no sentido do ambulatório, privilegiando as consultas externas e os hospitais de dia e apoiando a medicina domiciliária.

Aliás, as necessidades duma população idosa crescente nos países desenvolvidos impõem uma nova estrutura de cuidados de longa duração, diferente dos modelos correntes e dispendiosos. Alguns defendem que a investigação futura deverá ter em consideração todos os factores psicológicos, culturais, económicos e políticos que inibem e facilitam a prestação de cuidados de todos os tipos, incluindo redes domésticas contemporâneas e, até mesmo, sobretudo em países do terceiro mundo, as franjas sobreviventes do curandeirismo popular. De facto, não se deverá esquecer que os factores sociológicos, psicológicos e ambientais, interagindo com os elementos biológicos, alargam consideravelmente as fronteiras do tratamento das doenças.

Acresce que estudos modernos demonstram que 90% dos cuidados básicos estão ainda dentro do sector popular, levando a que muitos planificadores considerem válido promover práticas de tratamentos domésticos, supervisionados medicamente,

denominando-os de cuidados de saúde pré-primários. Nos países desenvolvidos, dentro dos conceitos de anti-autoritarismo, o poder dos doentes está em ascensão, tendendo a que os cuidados médicos sejam considerados como o último e não o primeiro recurso a ser utilizado e apenas quando falham os sistemas domésticos.

A evolução arquitectónica dos hospitais procurou responder às necessidades da medicina deste século. Manteve-se o conceito de edifício de arquitectura própria e a ideia básica de alas separadas, unidas por corredores de ligação. A complexidade das técnicas desenvolvidas, a pulverização de especialidades, as necessidades de ensino e a dimensão da máquina administrativa necessária ao seu funcionamento impuseram um aumento enorme das áreas necessárias que é agora 5 a 7 vezes superior ao que era no início do século.

Tendeu a criar-se um edifício com um coração onde se agrupam serviços clínicos, técnicas e espaços de ensino, à volta do qual se dispõem as enfermarias. Os edifícios atingem áreas incompatíveis com uma construção em superfície, elevando-se em andares sobrepostos que, nalguns casos chegam a verdadeiras torres. Entre nós são exemplos o Hospital de Santa Maria em Lisboa e São João no Porto e os hospitais distritais mais recentes. Nalguns casos, como o Hospital da Universidade de Coimbra, na tentativa de rentabilização de espaços e de obtenção de maior funcionalidade optou-se por uma construção em andares sobrepostos, mas com uma disposição cruciforme.

Por fim, o hospital de hoje debate-se com a necessidade de se adaptar aos novos tempos, privilegiando o ambulatorio, os hospitais de dia e a resposta adequada à emergência médica. Será necessário evoluir no sentido do edifício estar preparado para responder ao que se lhe exige.

A evolução dos hospitais portugueses foi acompanhando, nas suas linhas gerais, as correntes que iam surgindo na Europa. No início do período, a situação socio-económica era deplorável e o analfabetismo grassava (75% da população), repercutindo-se na situação sanitária do país (120 óbitos por 1000 nascimentos e 20.000 óbitos anuais por tuberculose). Tal situação determinou que, nas primeiras décadas do século, se fossem construindo vários Sanatórios. Cabe uma referência à Estância Sanatorial do Caramulo, fundada em 1922 por Jerónimo Lacerda, instituição privada que irá ter papel relevante na Tisiologia Portuguesa e na saúde das populações, ao fornecer cuidados médicos e cirúrgicos de nível europeu, ao promover a formação de especialistas e ao abrir as suas portas a um grande número de doentes, independentemente da sua situação social, através dum sistema de contratualização.

Como nos outros países a procura dos hospitais sendo crescente, o que motivou que o número de estabelecimentos e de camas fosse aumentando. A partir dos anos 50, inicia-se um período de instalação e crescimento das especialidades, com aparecimento de Serviços de Acção Médica e valências diferenciados, e a existência duma formação pós-graduada organizada, nos hospitais, à qual se seguiu a criação dos Colégios de Especialidade na Ordem dos Médicos.

No que diz respeito à organização hospitalar há que referir a Lei 2011, de abril de 1946, que estabeleceu um sistema hospitalar regionalizado, completada pela Lei 2120, de Julho de 1963, que dispunha sobre a necessidade de articulação entre os diversos níveis de estabelecimentos hospitalares. Finalmente, foi publicado o Estatuto Hospitalar (Decreto-lei 48357, de 27 de abril de 1968), que irá marcar, até hoje, a vida dos hospitais. Nele são equacionados e regulamentados alguns dos principais aspectos da vivência hospitalar e aos hospitais é reconhecida personalidade administrativa e autonomia financeira.

Até 1935 existia em Portugal assistência pública e privada apenas aos indigentes, sendo nessa altura que o Estado cria o Seguro Social obrigatório. Em 1944 e 1945 são publicados o Estatuto da Assistência Social e a Organização da Assistência Social, começando a surgir diversas organizações assistenciais. Em 1946 é criada a Federação das Caixas de Previdência, que permite a expansão dos Serviços Médico Sociais, particularmente no ambulatório e nos cuidados primários através duma rede que assentava no Seguro Social Obrigatório. O Estado assumia um carácter supletivo, intervindo particularmente nalgumas doenças de expressão social, como a tuberculose, o sezonismo, o cancro e as doenças mentais.

Em 1971 é publicada nova legislação que reconhece o direito à saúde e cria os Centros de Saúde. Os hospitais portugueses foram claramente influenciados pelas opções políticas pós 25 de Abril de 1974, que se podem inserir, ao menos tendencialmente, no conceito de Estado Providência (Decreto-lei 203/74 e Lei 56/75), com a criação duma fase incipiente, condicionada por problemas de financiamento. A Lei de Bases da Saúde, de 1990, admite que o financiamento passe também a ser da co-responsabilidade doutras entidades, inclusive os beneficiários, e estatui o princípio do livre acesso à prestações de cuidados de saúde através da rede oficial de cuidados, admitindo a contratualização com outras entidades, na incapacidade de resposta total às solicitações.

Neste final de século, nos hospitais portugueses tem-se assistido a um reforço da importância dos Hospitais Distritais, a uma relativa estabilização do número de internamentos, a uma enorme subida do número de Consultas Externas (entre 1961 e 1995, 3 vezes nos Hospitais Centrais e 15 vezes nos Distritais) e de episódios de urgência (no mesmo período 7 vezes nos Centrais e 40 vezes nos Distritais). Os Hospitais Distritais sofreram profundas modificações, traduzidas não só no aumento da afluência como na melhoria dos quadros, equipamentos e instalações, tornando-se em muitos casos, modernos hospitais gerais.

Os Hospitais Públicos Portugueses, mau grado as suas insuficiências, permanecem como protótipo dos locais onde se pratica medicina de alta qualidade. Terão, todavia, que se adaptar aos tempos e solicitações actuais. Permanecem como lugar insubstituível de ensino prático e actualização de médicos, enfermeiros e técnicos de diagnóstico e terapêutica.

Como condicionantes externas ao funcionamento dos hospitais tem sido apontado o Estatuto Hospitalar, o subfinanciamento e a afluência exagerada de utentes, particularmente às urgências. O primeiro é, de facto, um espartilho que dificulta a tomada de medidas de gestão inovadoras. Quanto ao subfinanciamento, passará, pelo menos em parte, por um reaproveitamento de recursos; não podemos de facto esquecer que se é certo que o total das despesas de saúde, em percentagem do PIB, não difere do de outros países, não é menos que cerca de metade dessas despesas são privadas e o total de despesas *per capita*, em valores absolutos, é consideravelmente inferior ao dos nossos parceiros comunitários.

O afluxo exagerado às urgências é indiscutível, sendo que grande parte da sua resolução não cabe aos hospitais. Todavia, uma parte será justificada por dificuldades de acesso às consultas hospitalares, problema para cuja resolução contribuirá a total rentabilização da capacidade instalada, em recursos humanos e equipamentos. Certamente, o bom funcionamento dos hospitais resultará da sua capacidade de organização interna, mas dependerá, e muito, da envolvente externa. Certamente, no próximo século, eles continuarão a ter papel de grande relevo na prestação de cuidados de saúde diferenciados a *todos* os cidadãos.

NÃO HÁ RESPOSTA FÁCIL PARA OS PROBLEMAS QUE ATRAVESSAM O MEIO AMBIENTE, ENERGIA E COMUNICAÇÃO

(A complexidade que cerca os temas foi o fio condutor das discussões do décimo volume da coleção Novo Pacto da Ciência, coordenada por Cremilda Medina.)

Carolina Klautau

O ano é 2008 e cientistas, ambientalistas, empresários, jornalistas, estudantes e professores de Comunicação Social estiveram reunidos no Seminário Permanente Portugal/Brasil, na Faculdade Cásper Líbero, para refletir sobre a tríade que dá nome ao décimo livro da série Novo Pacto da Ciência: *Energia, meio ambiente e comunicação social*. Pesquisadores da Universidade Fernando Pessoa, em Portugal, também compartilharam seus estudos e experiências sobre o tema do evento, coordenado pela professora titular da Escola de Comunicação e Artes da USP, Cremilda Medina.

Geração de energia, impactos ambientais, mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável e o papel do jornalismo como mediador social da informação foram assuntos postos em debate no painel científico do evento. Em suas reflexões sobre a programação, o engenheiro agrônomo Laércio Giampani considera que “são de eventos como esses em que nascem ideias, atitudes e posturas de pessoas que acreditam que existem causas que valem a pena ser trabalhadas e defendidas”.

Paralelamente ao painel científico, profissionais de comunicação social participaram de laboratórios epistemológicos para pensar sobre a importância da área na contemporaneidade e para a proposição de estratégias de como dar conta de abordar a complexidade dos temas do meio ambiente e da energia, uma agenda cada vez mais presente no cotidiano.

Em agosto de 2021, então 13 anos depois do Seminário, é publicado o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) indicando que estamos diante de transformações sem precedentes no meio ambiente – sendo que algumas já são irreversíveis. O estudo aponta que entre 2021 e 2040, anos antes de outras previsões, a temperatura do planeta deve subir 1,5°C; que o nível do mar vai continuar aumentando; e reafirma que, sim, seres humanos têm influenciado sobremaneira no aquecimento do planeta. O relatório do IPCC foi amplamente divulgado nas mídias quando lançado, mas será que essa divulgação estava mais alinhada à postura difusionista ou ao signo da relação?

O jornalista e, à época, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior de Portugal, Miguel Jorge, pontua que é pela prática da relação dialógica que a comunicação pode ser vista “como instrumento de cidadania e de promoção de diálogo entre governo, Estado, sociedade civil e os próprios cidadãos” e como um meio para que os indivíduos compreendam a importância que a agenda do clima tem

Carolina Klautau é jornalista, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo e docente do curso de Jornalismo da Universidade Anhembi Morumbi. Integrante do Grupo de Pesquisa Epistemologia do Diálogo Social, liderado pela Prof.^a. Dr.^a. Cremilda Medina da ECA-USP.

e a urgência de tomar iniciativas que possam oferecer uma perspectiva de futuro mais confortável e digno para todas as espécies que habitam o planeta.

A tarefa que Miguel Jorge atribui à comunicação não é fácil, isso é fato, mas é por meio da mediação social da informação que jornalistas tem alguma chance de sensibilizar a população e demais formadores e formadoras de opinião, pois a profissão tem a possibilidade de transitar pelas diferentes camadas da sociedade. Ele diz que “é preciso promover um diálogo, uma mediação, uma troca. A conscientização sobre uma base de confiança, de transparência e de comprometimento com a qualidade de vida do ser humano e de todos os seres vivos do planeta”.

Jorge, ao olhar de maneira complexa para a relação entre comunicação, geração de energia e meio ambiente, atribui a responsabilidade ambiental às empresas, governos e indivíduos – guardando as devidas proporções, é claro – e que é necessário envolver a sociedade civil na temática, e não apenas pensar nela como uma massa que deve receber uma tempestade de informações e, assim, achar que assim está orientada.

Ainda na esfera da comunicação, mais especificamente no jornalismo, o professor catedrático na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa, Manuel Lemos de Sousa, entende que as melhores abordagens da questão energética são feitas pelas lentes da ciência e da tecnologia – mas que o jornalismo ainda está preso na perspectiva política e econômica do problema.

Em seu texto, Sousa quebra algumas visões já cristalizadas na sociedade a respeito da geração de energia. Para começar, ele diz que é um engano pensar que as energias que não são fósseis são alternativas, pois “todas as formas de energia se podem considerar alternativas umas das outras” – inclusive, o próprio petróleo é uma alternativa do petróleo, já que este apresenta múltiplas qualidades e usos; em outro momento, o professor pontua que “de fato, não há nenhuma energia limpa”, ao entender que não há nenhum tipo de energia que não provoque impactos no meio ambiente.

Sousa também acredita que não se pode abrir mão de gás, petróleo e carvão como recursos energéticos e que não é possível apostar todas as fichas em um só tipo de energia. O importante é a coexistência entre as fontes energéticas renováveis e não-renováveis. Para o autor, “é, pois, indispensável se vale de gás, petróleo ou carvão em tecnologias limpíssimas e promover a captura e sequestro do CO₂. Da mesma maneira, desenvolver renováveis até onde for possível”. A mensagem aqui é a da necessidade do mix energético – sem desprezar nenhuma fonte disponível de energia.

Outro autor a romper “certezas” é Renato Seixas, quando problematiza o dogma de que o destino do hemisfério norte é o desenvolvimento contínuo e o do hemisfério sul (ou hemisfério Sol, como é chamado no segundo volume da série Novo Pacto da Ciência) o subdesenvolvimento. É à luz do fenômeno da migração e da demografia que o professor do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da USP olha para as contradições impostas entre essas duas partes do mundo.

O hemisfério sul teria enormes vantagens competitivas em relação ao hemisfério norte pela imensa capacidade de produção de energia que possui; é também por essas terras em que há maior densidade demográfica e, por consequência, grandes níveis de consumo. Será que essa combinação pode alterar a dinâmica do jogo desenvolvimento *versus* subdesenvolvimento?

“As regiões industrializadas continuarão a ser consumidoras do combustível,

mas não necessariamente produtoras, e terão que negociar seus interesses com as regiões produtoras de energia”, diz Seixas, fazendo emergir novos grupos de interesse no cenário energético.

Não se pode falar em conclusões dos debates que se deram no Seminário Permanente Portugal/Brasil, e que resultaram no livro *Energia, Meio Ambiente e Comunicação Social*, apenas em caminhos possíveis para pensar uma agenda que cada vez mais deixa sua urgência evidente.

Todas as pessoas que contribuíram para a reflexão naquele dia em 2008, na Faculdade Cásper Líbero, não apenas apontaram os problemas relacionados à energia, ao meio ambiente e à comunicação – o que talvez fosse a opção mais fácil – elas apresentaram também possíveis soluções complexas para a tentativa de trilhar um futuro mais digno para esta e as próximas gerações.

Um desses caminhos é apontado pela professora do Departamento de Engenharia de Energia e Automação Elétricas da Escola Politécnica da USP, Eliane Fadigas, no texto “Diversificação para diminuir dependência”, uma reflexão – e atualização – de sua participação no Seminário. No texto produzido em 2021, a autora chama atenção para os benefícios econômicos, ambientais e sociais da diversificação da matriz elétrica, além de trazer uma recapitulação da utilização dos principais tipos energéticos entre os anos de 1973 e 2018, no Brasil e no restante do mundo.

Autores e autoras que contribuíram para *Energia, Meio Ambiente e Comunicação Social*: Sinval Medina, Cremilda Medina, Miguel Jorge, Manuel Lemos de Sousa, João Marcelo Ketzer, Oswaldo dos Santos Lucon, Pedro Ortiz, Eduardo Geraque, José Goldemberg, Renato Seixas, Laércio Giampani, Lucas Bataglin, José Carlos Miranda Farias, Eliane Fadigas, Ricardo Baitelo, Antônio Pádua, Laura Greenhalgh, Carlos Félix Ximenes, Dimas A. Künsch, Laan Mendes de Barros, Marcia Blasques, Tereza Cristina Vitali e Salvato Trigo.

DIVERSIFICAÇÃO PARA DIMINUIR A DEPENDÊNCIA

Eliane Fadigas

Apresentarei brevemente as fontes renováveis de energia, com ênfase na energia solar e eólica, minha área de atuação na Universidade de São Paulo. Existem diversas fontes renováveis de energia elétrica, sendo a mais conhecida e utilizada por nós brasileiros, a hidroeletricidade. As novas fontes renováveis de energia são chamadas de fontes alternativas de energia, porque ainda não são técnicas ou economicamente competitivas frente às fontes convencionais de energia, que são as centrais hidrelétricas de médio e grande porte, as centrais termelétricas e as centrais nucleares.

No mundo, há diversos tipos de fontes renováveis de energia em operação: a energia solar fotovoltaica, as centrais hidrelétricas, a energia da biomassa, centrais oceânicas, que se aproveitam das marés e ondas para a geração de energia, as centrais eólicas, dentre outras. Algumas delas ainda são caras e estão em processo de aperfeiçoamento. Assim sendo, são projetos-piloto em fase de pesquisa. Entre as várias fontes alternativas de energia, tem crescido a participação das centrais eólicas, usinas térmicas à biomassa, pequenas centrais hidrelétricas e a energia solar fotovoltaica, esta última em aplicações de menor potência para atendimento de áreas remotas.

Existem várias razões para se investir em novas fontes renováveis de energia. No Brasil, especificamente, a redução de emissões provocadas pelas fontes de energia de origem fóssil e a diversificação da matriz energética são as mais importantes, porque existe um apelo ambiental muito grande, devido ao agravamento do efeito-estufa.

Também a maior participação das fontes limpas e renováveis vem de encontro a preocupação recente com a escassez dos recursos fósseis; a intensificação de pesquisa e do desenvolvimento tecnológico e consequente maturidade tecnológica do país; a quantidade de empregos diretos e indiretos gerados por unidade de geração de energia (as principais geradoras de empregos diretos e indiretos são a energia eólica e a fotovoltaica); desenvolvimento regional e industrial (no Nordeste, o potencial eólico é muito bom) e otimização da operação das centrais hidrelétricas, aproveitando a complementaridade entre os recursos hidráulicos, eólicos e da biomassa. Estudos recentes mostram que nas regiões Nordeste e Sudeste existe uma boa complementaridade entre os recursos hidráulico, eólicos e no caso da região Sudeste especificamente o recurso proveniente do bagaço da cana., ou seja, nos meses em que as vazões afluentes aos reservatórios são menores, os ventos sopram com maior intensidade e a cana de açúcar está no seu período de safra.

Por que as novas fontes geradoras de energia ainda são consideradas como fontes alternativas? Existem algumas barreiras, como a falta de escala e escopo. Algumas fontes geradoras como a fotovoltaica, por exemplo, em função do desenvolvimento tecnológico e custo, têm um nicho de mercado mais restrito. Ela ainda não é competitiva para aplicação em larga escala e grande parte da aplicação desta tecnologia se restringe a comunidades isoladas (casas, residências, hospitais, escolas no interior da Amazônia e em outras regiões remotas).

Eliane Fadigas, professora doutora e pesquisadora do Departamento de Energia e Automação Elétricas da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, é também coordenadora do Núcleo de Energias Renováveis da USP.

A falta de escopo diz respeito a tecnologia ter uma aplicação específica. Como exemplo podemos citar a energia solar térmica através da utilização dos coletores solares planos para aquecimento de água. É uma fonte de energia térmica que, com a ampliação da capacidade instalada no Brasil, pode contribuir para a redução do consumo de energia elétrica, principalmente, no horário de ponta.

Em relação à economia ou envergadura da indústria energética convencional, no Brasil temos o setor de petróleo e de carvão, que têm uma estrutura grande de produção, transporte e uso e, em função disso, adquire facilmente financiamento com os bancos, o que não acontece com outros investidores de fontes alternativas de energia, que são investidores pequenos

A geração de energia de fontes renováveis obedece a uma função estocástica, ou seja, são fontes com produção intermitente, disponível para ser usada somente no local. Ela não pode ser transportada (na sua forma natural): ou ela é armazenada, no caso da energia hidráulica que pode ser armazenada nos reservatórios em forma de água, ou ela é despachada instantaneamente, no caso da energia eólica, que gera energia em função da disponibilidade dos ventos. Assim sendo, pode se dizer que estas fontes apresentam a desvantagem, de não possuírem uma curva de geração que coincida com a curva de demanda. As energias fósseis, entretanto, podem ser estocadas e transportadas para outros locais com sua utilização adaptada à carga (demanda).

A densidade energética é um fator importante. Tanto a energia eólica quanto a energia solar são recursos primários de baixa densidade de potência. Por isso, há a necessidade de que os equipamentos de conversão tenham uma área extensa para captação dos recursos (sol e vento) e transformação dos mesmos em uma quantidade de potência considerável. Uma turbina eólica de 4 MW considerada de grande porte, por exemplo, tem uma potência pequena frente à potência das usinas hidrelétricas e termelétricas, e tipicamente possui um diâmetro de pá em torno de 100 metros.

Diante dessas barreiras, as fontes renováveis dependem de políticas específicas e de incentivos, dentre outros mecanismos transparentes e de longo prazo, necessários para que estas fontes atinjam um grau de maturidade no país, com vistas a disputarem mercado e tornarem-se competitivas com as fontes convencionais de energia.

Países europeus e os Estados Unidos vêm adotando mecanismos de incentivos a estas fontes alternativas desde a década de 1980. Em parte, devido à preocupação com a questão ambiental, mais especificamente com agravamento do efeito estufa, e também, com o objetivo de diversificar a matriz energética, para diminuir a dependência energética do petróleo

Mecanismos adotados nesses países para alavancar essas fontes geradoras de energia com bom resultado:

- Tarifa fixa, sistema adotado para a energia eólica no Brasil (garantia de compra da energia gerada a um preço determinado);
- Sistema de cotas e certificados, adotados nos Estados Unidos;
- Subsídios e incentivos fiscais;
- Linhas de crédito especiais para financiamento de tecnologias;
- Investimentos elevados em pesquisa e desenvolvimento, para desenvolver internamente a tecnologia e adquirir maturidade para aplicar os demais mecanismos, criar mercado e tornar as fontes competitivas.

Metas ambiciosas foram traçadas na União Europeia com a pretensão de, até 2020, reduzir em 20% o consumo dos combustíveis para geração de eletricidade nas

usinas termelétricas (derivados de petróleo e carvão basicamente) com a utilização de fontes renováveis de energia. O Brasil iniciou a reestruturação do setor elétrico em 1990. Até hoje, várias leis tem sido criadas e regulamentadas com o objetivo de incentivar a introdução de novas fontes renováveis de energia. A principal delas foi a criação da Lei nº 10 438/2002, que criou o PROINFA – Programa de Incentivo à Fontes Alternativas de Energia.

Além da atuação na área de geração de eletricidade, com a diversificação dos tipos de fontes utilizadas e aumento da participação das fontes renováveis de energia, é preciso implantar políticas mais agressivas na área de eficiência energética nos usos finais de energia. Desperdiçamos muita energia elétrica. É preciso intensificar os programas na área de combate ao desperdício de energia; orientar o planejamento energético com foco nos usos finais, ou seja, ofertar energia não apenas aumentando a capacidade instalada em fontes geradoras, mas também diminuir o consumo, combatendo o desperdício e utilizando equipamentos de usos finais mais eficientes.

Temos de introduzir um planejamento integrado dos recursos energéticos de forma mais enfática, comparando e avaliando as alternativas não só nos aspectos técnicos e econômicos, mas também nos aspectos ambientais e sociais. É preciso internalizar os custos ambientais e sociais no custo das alternativas para comparar as mesmas de maneira mais ampla e realista. Desse modo é possível que algumas fontes alternativas já na atualidade passem a apresentar custos compatíveis com os custos das fontes convencionais de energia.

Os desafios a serem enfrentados são muitos e de diversas ordens. No Brasil, especificamente, precisamos sensibilizar a população e os dirigentes dos setores produtivos, bem como a administração do País quanto à importância dos programas de eficiência energética, da exploração das fontes energéticas mais limpas e dos problemas ambientais decorrentes do uso desenfreado dos recursos naturais. Além disso:

- Investir em campanhas educativas e aumentar a consciência e nível cultural da população, para que a mesma tenha um melhor entendimento das novas fontes alternativas de energia e vantagens decorrentes do uso das mesmas;
- Aumentar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico;
- Desenvolver um mercado para produtos energeticamente eficientes (equipamentos de uso final e fontes renováveis de energia);
- Cobrar das fontes convencionais encargos devido aos impactos ambientais nocivos;
- Evitar a construção de novas indústrias eletrointensivas de baixo valor agregado, que geram poucos empregos e gastam muita energia elétrica.

3. Dos territórios e das Sobre Vivências

Autores cuja reflexão desliza da experiência cotidiana a interrogantes do mundo político e cultural no Hemisfério Sol onde o Brasil se move:

- . De como **Sinval Medina** ensaia as visões de Estado Democrático.
- . De como **Márcia Blasques e Patrícia Patrício** percebem as agonias do Leviatã.
- . De como **Lenina Pomeranz** vê o atual desafio do mundo do trabalho.
- . De como **Cremilda Medina** retoma as Sobre Vivências em tempos de pandemia.
- . De como **Márcia Blasques e Patrícia Patrício** apostam na pluralidade criativa.
- . De como **Ana Maria Marangoni** aborda o labor da criança.

Homenagem póstuma

BRASIL, PAÍS DO PASSADO?

Sinval Medina

“E quem vive neste país, ouve o sussurro forte das asas céleres do futuro.”

Stefan Zweig

“Por esse erro na visão da realidade, por vícios ideológicos do passado e por vínculos com os beneficiados, atravessamos 26 anos sem querer, sem propor e sem apoiar a reforma das velhas estruturas montadas ao longo de décadas pelas forças reacionárias que dominaram o Brasil antes de nós. Viemos para reformar e ficamos na história como antirreformistas.”

Cristovam Buarque

Em 1996, publiquei no livro *A agonia do leviatã* (Projeto Plural, vol. 5) um artigo intitulado *O gigante sob suspeita*, que começava com as seguintes palavras: “Seria chover no molhado discorrer sobre as incertezas que, no momento atual, afetam o modelo de organização política que nos habituamos a chamar de Estado Nacional”. E citava “o desemprego estrutural, o avanço dos índices de criminalidade, o colapso dos serviços públicos, a derrocada dos sistemas de segurança social, o poder do capital transnacional, só para mencionar alguns sintomas do mal-estar que abala as estruturas sociais na virada do milênio”.

Na época, meu tom era de expectativa otimista em relação ao futuro. Um calendário eleitoral definido, pleitos sem contestação e alternância no poder, mais um inadiável programa de reformas estruturantes apontava para a consolidação da democracia no País. Pairava no ar a sensação de que caminhávamos para um futuro de aperfeiçoamento das instituições políticas, aliado ao crescimento econômico com justiça social. Não foi o que aconteceu. A democracia está sob ataque. E a desigualdade entre os brasileiros aumentou.

O modelo de Estado vigente hoje em quase todas as nações do Mundo Ocidental baseia-se em certos princípios normativos genéricos, entre os quais se alinham a representatividade pelo voto universal e secreto, respeito às garantias e liberdades individuais, igualdade perante a lei, equilíbrio e independência entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Este desenho ideal foi de tal maneira mitificado e difundido entre nós que tendemos a encará-lo como o ponto culminante da evolução humana em matéria de regulação das relações sociais, registrava eu no meu artigo de 1996.

Já então eu manifestava ceticismo: “Às portas do século XXI, percebemos que a Utopia prometida pela extraordinária expansão das forças produtivas

Sinval Medina, jornalista, escritor de ficção e ensaísta, é colaborador do Projeto Plural. Autor de romances fundacionais, o mais recente, *O Governador do Fim do Mundo* (2021), escreveu também reportagens históricas como *A Batalha de Porto Alegre, 3 de outubro de 1930* e *O Mistério da Estrada de Petrópolis: a primeira morte de Getúlio Vargas*.

desencadeada especialmente nas últimas décadas transformou-se em miragem”. E pontuava que, sem diminuir expressivamente a violência, a fome e a doença no mundo, o crescimento econômico desenfreado, com base na mais valia produtivista e na racionalidade do lucro gerava, na esfera ambiental, uma crise que colocava em risco a própria sobrevivência da humanidade. À época, os adeptos dessas ideias eram vistos como Profetas do Apocalipse.

Naquele momento, tragédias anunciadas (como a catástrofe ambiental, o poder absoluto do capital financeiro transnacional e a criminalidade organizada a nível planetário) pareciam evitáveis desde que se fizessem as devidas correções de percurso. O que vimos, no entanto, foi a persistência na rota do desastre. As questões levantadas no texto de 1996 não só se agravaram como se somaram a outras já perceptíveis, mas ainda em estado larvar.

O certo é que, às portas do novo milênio, as nações centrais do Ocidente pareciam seguras de sua liderança sobre os destinos do mundo. E mais: acreditavam que o *way of life*, ancorado na Democracia, era uma aspiração universal de todos os habitantes do planeta. O crescimento econômico da China, que então se acelerava, era visto como o caminho que conduziria os súditos do Império do Meio a se livrar de três milênios de autoritarismo e derrubar a ditadura comunista com comícios monstro na Praça da Paz Celestial. O mesmo pensamento era alimentado em relação à antiga União Soviética, agora “reduzida” à Rússia. O que aconteceu nestes dois gigantes foi a substituição do controle estatal na economia por práticas capitalistas sem mudanças democráticas no plano político.

Vinte e cinco anos depois, persiste a marcha da insensatez (expressão cunhada por Barbara W. Tuchman). A questão climático-ambiental passou do ponto de não retorno; as tensões internacionais atingiram um nível explosivo; alargou-se o fosso da desigualdade entre pessoas e nações. Abalada por um tsunami de incertezas, a democracia sente os novos tempos.

Lembremos que os regimes democráticos se baseiam no ideário Iluminista do século XVIII, que pregam “liberdade, igualdade e fraternidade” como pilares da sociedade e consagram o princípio de que “todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido”.

Com base nestas ideias, difunde-se no Ocidente a imagem do Estado de Direito como ponto culminante da evolução humana na regulação das relações sociais. A substituição do direito divino dos reis pelo primado da soberania popular é, sem dúvida, um enorme salto civilizacional. O problema é que, na prática, nem tudo o que reluz é ouro. As construções teóricas, ao saírem do vácuo (onde não há atrito) para cair no mundo concreto, precisam enfrentar as rugosidades e asperezas do real.

De fato, desde as vitórias sobre o Absolutismo, conquistadas na Guerra de Independência dos Estados Unidos e na Revolução Francesa, os ideais democráticos enfrentam desafios gigantescos, que tornam a democracia o pior o regime do mundo, excetuados todos os outros, na irônica frase atribuída a Winston Churchill.

No mundo Ocidental (incluído o Extremo Ocidente, criação do diplomata francês Alain Rouquié para designar a América Latina), o ideal democrático é uma crença enraizada no Evolucionismo, um dos pilares da Revolução Epistêmica anunciada pelo Iluminismo no final do século XVIII. Para nós, é repugnante a ideia de viver sob um governo totalitário ou autoritário, mas não podemos esquecer que, para a maior parte dos habitantes do planeta, essa é a realidade desde o início dos tempos. Se considerarmos a Constituição norte-americana de 1776 como o marco zero, estamos falando de menos de três séculos de democracia como forma de organização política e social.

É vã ilusão pensar que os bilhões de seres humanos privados de direitos civis pelos quatro cantos do planeta anseiam por liberdade, igualdade e fraternidade. A democracia é uma construção resultante da Revolução Científica e Tecnológica que alimentou a expansão do Capitalismo nos últimos cinco séculos, levando as nações centrais do Ocidente a agirem como “donas do mundo”. Como observa o filósofo Luiz Felipe Pondé, a democracia é um regime histórico e, como tal, é (ou pode ser) efêmera. Por ser um organismo vivo, está permanentemente sujeita a ataques e choques que podem levá-la à morte, ainda que sua perenidade seja um ato de fé profundamente arraigado no imaginário ocidental. Está na hora de rever tais crenças. Isso não significa buscar alternativas fora da democracia, mas aceitar que só é possível defendê-la reconhecendo suas imperfeições e tratando de mitigá-las com reformas estruturais profundas.

As grandes potências ocidentais, que se arrogam o direito de dar lições de democracia ao mundo, em vários momentos de sua história seguiram o princípio do “faz o que eu mando, mas não faz o que eu faço”. Na década de 30 do século passado e durante a guerra que se seguiu, a democracia praticamente sumiu do planeta. Não por acaso o Brasil viveu, entre 1937 e 1945 sob a ditadura do Estado Novo. No mesmo período, não sobreviveu quase nenhum governo democrático na Europa continental (Suíça e Suécia são exceções que confirmam a regra). Mesmo os baluartes da democracia sofreram com a dramática conjuntura internacional. A Inglaterra, para resistir ao cerco nazista, foi obrigada a impor restrições aos direitos civis e os Estados Unidos, na prática, transformaram Franklin Roosevelt em presidente vitalício.

A derrota das tiranias nazifascistas não significou a universalização das práticas democráticas. Durante um bom tempo após a vitória, França, Inglaterra e Estados Unidos impuseram governos autoritários aos milhões de habitantes de suas colônias. O direito de gerir os próprios destinos foi conquistado por nações como Índia, Paquistão, Indonésia, Argélia, Vietnã, Filipinas e tantas outras, em lutas de libertação nacional contra opressores autoproclamados democráticos. Na Europa de Churchill e De Gaulle a democracia era um produto para consumo interno. Nos Estados Unidos, nem isso: em algumas unidades da federação o acesso a direitos civis básicos era negado por lei à população negra. Os conflitos raciais presentes na sociedade norte-americana e a pressão de refugiados das antigas colônias sobre as fronteiras da Europa são, ainda hoje, ameaças ao núcleo duro da democracia. O esmagamento das tiranias após a II Guerra Mundial representou o triunfo da dos ideais iluministas no Ocidente. Nas áreas periféricas, porém, (leia-se América Latina) instalam-se regimes democráticos “imperfeitos”, quando não francamente autoritários.

No período da Guerra Fria (1947/1991) o autoproclamado Mundo Livre lutava contra a infiltração de “ideias exóticas” provenientes da União Soviética e da China Comunista. A estatização dos meios de produção sob um regime de ditadura do proletariado assombrava o Ocidente. No fundo, os Estados Unidos e seus aliados entendiam liberdade enquanto sinônimo de livre iniciativa, ou seja, de defesa do sistema capitalista.

De fato, desde sua origem, os regimes democráticos nunca puseram no mesmo plano a liberdade e a igualdade. Em 245 anos de experiências democráticas (um piscar de olhos na História) o que vivenciamos até hoje foi a prevalência da primeira sobre a segunda.

Como adverte o cientista político Adam Przeworski, “a coexistência do capitalismo com a democracia sempre foi problemática e delicada. (...) A lei de Newton do capitalismo diz que a desigualdade cresce de maneira constante, a menos

que seu avanço seja neutralizado por recorrentes e vigorosas ações do governo”. Em outras, palavras, ao negar o papel regulador do Estado no campo econômico, governos ultraliberais colocam a democracia em risco.

Para o ensaísta polonês, em apenas treze países, quase todos situados no Norte da Europa, a convivência estável entre capitalismo e democracia plena é secular. Como lembra Demétrio Magnoli, existe uma contradição entre igualdade e liberdade, dois pilares do ideal democrático. No plano teórico, a soberania popular se expressa por meio de eleições livres, instituições que regulem as ações dos governantes de turno e, sobretudo, pela alternância no poder (pressupostos da liberdade). Mas isso não basta para garantir a justiça econômica e social (que pressupõe igualdade de oportunidades). Nesse ponto, opiniões de peso se dividem. O Prêmio Nobel Mário Vargas Llosa, ao comentar o livro de Anne Applebaum *Twilight of democracy*, define o liberalismo (ou seja, o livre mercado) como “motor da democracia”. Para o escritor peruano, “um país pode progredir com liberdade mediada ou proibida, como a China, mas apenas até certo ponto; depois dele as liberdades de investigação e de competição são indispensáveis para avançar no domínio da tecnologia e da ciência”. (OESP, 28/8/21). A profecia de Llosa soa mais como desejo do que expressão da realidade. Nas palavras do jornalista Lourival Sant’Anna, “os chineses nunca gozaram de liberdades democráticas, nem essa é uma exigência cultural. Ao contrário, as raízes confucionistas da cultura chinesa priorizam a hierarquia e a disciplina sobre a liberdade”. (OESP, 4/7/21)

A vitória dos Aliados sobre as tiranias do Eixo em 1945 espalhou a falsa impressão de que a democracia triunfara. No Brasil, o pós-guerra pôe fim ao autoritarismo da Era Vargas. Uma nova Constituição e a eleição direta do presidente da República assinalam a volta das liberdades democráticas ao País. Até 1964...

A essa altura, o cenário internacional não é nada favorável à democracia. “Durante a Guerra Fria, golpes de Estado em sequência serão responsáveis por três em cada quatro colapsos democráticos”, assinalam Steven Levitski e Daniel Ziblatt, autores de *Como as democracias morrem*. Brasil, Chile, Argentina, Gana, Grécia, Guatemala, Nigéria, Paquistão, Peru, República Dominicana, Tailândia, Turquia, Uruguai e vários outros países tiveram governos eleitos democraticamente usurpados por militares alinhados à luta conta o comunismo.

A transição democrática que se opera a partir de 1974 em países como a Grécia, Portugal e Espanha, seguida pelo fim do ciclo militar na América Latina e culminada com queda do muro de Berlim (1989) e a desintegração da União Soviética (1991) é vista no Ocidente como um grande triunfo do “mundo livre” sobre a “cortina de ferro”. Generaliza-se o sentimento de que eleições limpas e a consequente alternância no poder garantirão o triunfo da democracia não só na Rússia, mas nas demais repúblicas soviéticas e nos antigos satélites do Leste Europeu.

Após uma tumultuada permanência no poder (última década do século passado), Boris Yeltsin, primeiro presidente eleito na Rússia, implanta o capitalismo no país sem, contudo, consolidar a democracia. Sucede-o Vladimir Putin, um ex-integrante dos quadros da KGB que, sem restaurar o socialismo, adota o velho estilo imperial russo, transformando-se em presidente praticamente vitalício.

Na China, os ventos democráticos que sopram no início do século terminam em violenta repressão (o massacre da Paz Celestial ocorre em 2001). Ao mesmo tempo que sufoca a tímida oposição, o governo neoimperial chinês aprofunda a implantação de um capitalismo de estado que relega as práticas coletivistas de Mao Tsé Tung aos alfarrábios da História.

A abertura da economia, as espetaculares taxas de crescimento e uma sólida elevação do padrão de vida da população não trouxeram, por geração espontânea, uma demanda irrefreável por liberdades civis, como previam muitos analistas ocidentais. O “milagre chinês” está acontecendo sob um regime político que não lembra, nem de longe, a democracia tal como foi concebida pelos filósofos iluministas no final do século XVIII. Ao contrário, cresce na população o sentimento de que, graças ao atual governo, a China superou o “século de humilhações” imposto pelo imperialismo ocidental após a derrota na Guerra do Ópio (1839-1860) e volta a ser o poderoso Império do Meio (Zhongguó) fundado pela dinastia Cin no século III a.C.

Nada indica que a milenar tradição autoritária chinesa esteja prestes a render-se às regras democráticas que regulam as sociedades ocidentais. O mesmo pode se dizer da Rússia, outro gigante da antidemocracia, e de atores menores, mas não menos importantes no palco internacional, como a teocracia iraniana e as monarquias absolutas do mundo árabe, sem falar nos regimes autoritários vigentes em muitas nações asiáticas e na maior parte do continente africano.

De outro lado, as frustras tentativas de “democratização compulsória” lideradas pelos Estados Unidos no Iraque, no Afeganistão e na Síria resultaram em tragédias humanas com proporções ainda por dimensionar. Na verdade, esses conflitos atendem aos interesses da indústria bélica norte-americana, num roteiro que se repete desde a Guerra da Coréia. Nos anos 1960, James Cook em *O Estado Militarista* e Jean Larteguy em *Um milhão de dólares por Vietcong*, como na história infantil sobre a nova roupa do rei, expuseram a nudez de Tio Sam ao posar de mensageiro da paz e da democracia. Na verdade, começando na II Guerra Mundial e depois na corrida armamentista contra a União Soviética e nas guerras localizadas, um importante setor da economia norte americana viveu pendurado no orçamento de defesa do país, gerando lucros, empregos e vítimas. A recente aventura no Afeganistão teria consumido, ao longo de vinte anos, cerca de três trilhões de dólares. No rescaldo do incêndio, resta um país em ruínas e um povo milenar entregue a uma ditadura feroz.

A essa altura, lembro a semelhança desse processo com a “conversão à fé cristã” promovida pelos colonialistas europeus contra os nativos das terras conquistadas entre os séculos XVI e XIX. Em ambos os casos, alegadas intenções civilizatórias encobrem estratégias de conquista territorial, apropriação de bens materiais e negação da diversidade cultural.

Isso não significa que fora do Ocidente não existam aspirações democráticas. Já no século XXI, em outras latitudes assistimos a revoltas de populações em luta nas ruas para se libertar de regimes opressivos. Nessa linha, o movimento de maior visibilidade foi a chamada Primavera Árabe, que em 2010 derrubou governos ditatoriais no Egito e na Tunísia e alimentou levantes na Líbia e na Síria. No Egito, o presidente Mohamed Morsi, eleito em 24 de junho de 2012, foi derrubado por um golpe militar clássico em 3 de julho de 2013. Na Tunísia, berço da Primavera Árabe, após uma década de frustrante transição democrática, o presidente Kais Saied, eleito em 2019, se inclina para um autoritarismo “legal” à moda de Donald Trump. Na maior parte do mundo islâmico (Argélia, Marrocos, Arábia Saudita, Emirados Árabes, Jordânia, Somália e Sudão por exemplo) os anseios democráticos foram sufocados por governos autoritários ou totalitários que se mantiveram no poder.

Infelizmente, o clamor popular por liberdades civis e reformas econômicas que varreu o Norte da África e o Oriente Médio ficou longe de atingir seus objetivos. Em muitos casos, as potências ocidentais, supostamente guardiãs dos ideais democráticos,

trocaram o apoio aos insurgentes por interesses geopolíticos. A espúria aliança dos Estados Unidos com a monarquia absoluta da Arábia Saudita só se explica pela arcaica visão de que “o inimigo do meu inimigo é meu amigo”. O inimigo, no caso, é o governo teocrático do Irã.

Feitas as contas, não se pode dizer que o século XXI tenha registrado avanços significativos da democracia no mundo. Hoje, mais habitantes do planeta vivem na condição de súditos do que de cidadãos, ou seja, sem o direito de escolher seus representantes políticos. Utilizando um critério que define como “minimalista”, Przeworski, considera democráticos os países em que se realizam eleições periódicas, dentro de regras pré-estabelecidas, que garantam a alternância no poder: quando os candidatos de oposição vencem, tomam posse pacificamente. O circo armado por Donald Trump ao contestar a eleição de Biden sugere que, mesmo nas democracias ditas avançadas, essa regra básica está sujeita a chuvas e trovoadas.

O certo é que a maior parte dos membros plenos da ONU não se enquadra no critério minimalista de Przeworski. Em 2019, a revista casa *The Economist* divulgou um índice da democracia no mundo classificando 167 estados nacionais (mais de 80% dos membros da ONU) em quatro categorias: regimes autoritários; regimes híbridos; democracias imperfeitas; democracias plenas. Entram na avaliação os seguintes itens: processo eleitoral e pluralismo, funcionamento do governo, participação política, cultura política e liberdades civis. Como se vê, os critérios valorativos reverberam os ideais iluministas da cultura ocidental, devendo, por isso, ser encarados com as devidas ressalvas. De qualquer modo, o índice da *The Economist* lança luz sobre uma questão que assombra o “mundo livre” (para exumar uma expressão sepultada com o fim da Guerra Fria): a erosão da democracia.

São considerados autoritários os regimes de 54 países, localizados principalmente na Ásia e na África. Os regimes híbridos, no qual se enquadram 37 nações, também são majoritariamente africanos ou asiáticos, com exceção da Rússia e da Turquia, que têm parte de seu território na Europa. A exceção europeia é Belarus. Já na América Latina, são considerados autoritários os regimes de Cuba e Venezuela, enquanto Nicarágua e Bolívia são classificados como híbridos. Ou seja, por esse ranking, 54% dos países estudados adotam regimes não democráticos, enquanto as democracias plenas mal chegam a 17%, e as ditas “imperfeitas” (entre elas a brasileira e a norte-americana) rondam os 29%.

Qual o alcance do Estado Democrático de Direito? A régua “minimalista” (realização de eleições periódicas livres que possibilitem a alternância no poder) é suficiente? Por esse critério, desde o fim ditadura militar vigora no Brasil uma democracia exemplar. Apesar disso, sucessivas crises políticas condenam o País a níveis medíocres de avanço no plano econômico e, sobretudo, social. Até quando se arrastará o impasse? Impossível prever. Como observa Przeworski, “tentar identificar as causas do desgaste das instituições e normas democráticas rende mais perguntas que respostas”.

Segundo o autor polonês, a perda da fé na igualdade, calcanhar de Aquiles da democracia, leva à descrença no sistema. A dificuldade de conciliar os dois princípios fundantes da democracia também é abordada pelo sociólogo Demétrio Magnoli, que coloca a questão em termos de “liberdade versus igualdade”. De fato, essas premissas, vistas pelos filósofos iluministas como faces da mesma moeda, na verdade são íons com cargas elétricas contrárias em permanente disputa o interior do microuniverso atômico.

Na sociedade capitalista democrática, é possível manter o sistema em instável

equilíbrio por meio de recorrentes e vigorosas ações de governo que mitiguem a desigualdade sem inibir a dinâmica do capitalismo. Esse arranjo, responsável pela criação dos chamados estados de bem-estar social na Europa, não foi alcançado no Brasil após a redemocratização, apesar de se terem sucedido governos de diferentes matizes políticos. Eleições livres e alternância no poder, condições necessárias (mas não suficientes) para o funcionamento da democracia não produziram o esperado efeito no plano social, condenando o País a índices medíocres de desenvolvimento humano, mesmo se comparados a outras nações de renda média. Seria exagero afirmar que andamos para trás nos últimos trinta anos. O mais correto é dizer que avançamos a passo de caranguejo. Basta olhar para o nosso desempenho na educação, no saneamento básico, na criação de empregos, em obras de infraestrutura, na política ambiental, no combate à corrupção, na distribuição de renda e por aí afora para constatar que, a partir de 1985, (o mais longo período de vigência democrática desde a Proclamação da República) fizemos avanços no terreno dos direitos civis, mas cresceu a desigualdade na distribuição de renda, minando a confiança da população na democracia.

Esse efeito colateral indesejável não atinge apenas o Brasil. Hoje a democracia enfrenta preocupantes desafios em espaços onde sempre pareceu solidamente implantada. Assim, é natural que os analistas especulem sobre “a erosão da democracia”, “o crepúsculo da democracia”, “as crises da democracia” e temas conexos.

Como assinala o cientista político Jairo Nicolau, nos últimos anos a preocupação dos estudiosos passou a ser a crise das democracias consolidadas, sobretudo a partir das ameaças trazidas pela era Donald Trump na Casa Branca. A questão agora é tentar entender como regimes democráticos tradicionais são enfraquecidos por dentro, sem quebra violenta das normas legais. As mudanças se operam de modo sutil, e muitas vezes não são percebidas pelo cidadão comum. “Não há tanques nas ruas. Constituições e outras instituições nominalmente democráticas restam vigentes. As pessoas ainda votam. Autocratas eleitos mantêm um verniz de democracia enquanto corroem sua essência”, assinalam Daniel Ziblatt e Steven Levitsky em *Como as democracias morrem*. Com o discurso de “aperfeiçoar a democracia”, candidatos que se apresentam como “não políticos”, ao serem eleitos propõem medidas legais que lhes garanta a perpetuação no poder.

Não faltam exemplos de como mudanças legislativas afetam o exercício da democracia. Políticos autoritários como Erdogan, na Turquia; Orban, na Hungria; Andrzej Duda, na Polônia; Duterte, nas Filipinas; Lukashenko em Belarus; Alyeiev no Azerbaijão; Maduro (e seu criador Hugo Chávez) na Venezuela; Ortega, na Nicarágua revelam como se perpetuar no poder violando, com expedientes variados, as regras do jogo eleitoral.

As vicissitudes da democracia vêm de longe. A crise do capitalismo liberal exposta com o crack do mercado de ações em 1929 derrubou governantes eleitos pelo voto ao redor do mundo, desacreditando o modelo “democrático” então vigente.

Com a derrocada do liberalismo econômico, a democracia ao estilo ocidental desaparece na Itália, Alemanha, Portugal, Espanha e países da Europa Oriental, bem como em boa parte da América Latina. No Japão, consolida-se, à sombra do Imperador, uma elite aristocrática com poderes absolutos. Na União Soviética, a Revolução de Outubro descamba para a ditadura estalinista. Por mais distintas que sejam as perspectivas ideológicas, existe um traço de união entre esses regimes: a transferência para o governo de grande capacidade de intervenção na área econômica.

Nos regimes de direita o Estado se alia ao Capital, privilegiando grupos empresariais alinhados com o partido único. Nos regimes socialistas instala-se o dirigismo estatal em detrimento da livre iniciativa. Em ambos os casos, os governos adotam políticas de defesa das riquezas nacionais e do mercado interno, implementando medidas de substituição de importações e de conquista de mercados no exterior. Tais políticas visam diminuir o domínio das potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial (Reino Unido, França, Estados Unidos) cujos governos defendem a livre iniciativa como o dínamo da criação de riquezas. A crise de 1929 coloca em xeque os princípios liberais, exigindo a presença do estado no controle das economias nacionais.

A revolução de 30 no Brasil emerge desse terremoto internacional. Entre nós, a onda estatizante começa com a Revolução de 30, consolida-se com a vitória do varguismo sobre a elite liberal paulista em 1932 e atinge o estágio de um projeto estruturado de modernização conservadora, calcado no capitalismo estatal, a partir de 1937 com a implantação do Estado Novo. Desenha-se assim o “nacional desenvolvimentismo”, que desabrocharia no Governo Juscelino Kubitschek (1956/1960).

Desde a Era Vargas, sucessivos governos (eleitos pelo voto popular ou impostos pela força das armas) aperfeiçoaram a versão brasileira do capitalismo de estado. O modelo iniciado por Vargas atingiria seu clímax nos “cinquenta anos em cinco” de Juscelino Kubitschek.

Não se pode negar importância da iniciativa estatal no desenvolvimento econômico do Brasil. A mão visível (e pesada) do Estado a partir dos anos 1930 colocou-nos entre as dez maiores economias do planeta. O País foi um dos primeiros a sair da grande depressão iniciada em 1929. Já no início da década de 1930, enquanto as economias centrais se afundavam na recessão, crescíamos mais de 3% ao ano. Devido às incertezas da II Guerra Mundial, no período de 1939 a 1942 o produto interno cai. Porém, como assinalam Marcelo de Paiva Abreu e Pedro Malan, “a partir desse último ano teve início um período de crescimento espetacular do PIB por 20 anos, à taxa média próxima dos 7% anuais, correspondendo a 4% por ano por habitante”.

Não por acaso, as duas décadas “chinesas” da nossa economia coincidem com a projeção internacional do País no campo das artes (bossa nova, cinema novo, teatro de vanguarda, artes plásticas) e dos esportes (futebol, tênis, boxe), sem falar na construção de Brasília, a mais moderna capital do mundo, em menos de cinco anos. Esse foi o ponto mais próximo que chegamos da profecia do escritor austríaco Stefan Zweig em sua clássica obra clássica de 1941, *Brasilien: Ein Land der Zukunft* (Brasil, país do futuro).

A conta dos exageros desenvolvimentistas viria na forma de inflação, aumento da dívida externa, denúncias de corrupção e críticas ao modelo estatizante. Tudo isso permitiu que Jânio Quadros, um político excêntrico (para dizer o menos), com confusas propostas econômicas de cariz liberal e feroz retórica moralista chegasse à presidência da República. Eleito para governar cinco anos, o “homem da vassoura” durou exatos 207 dias no poder.

A ascensão e queda de Jânio é, até hoje, atribuída à instabilidade emocional que o tornava impulsivo, imprevisível e autoritário. Fatores psicológicos à parte, ressaltamos que, mesmo sem ter um programa de governo coerente, ao flertar com o liberalismo econômico, ela desafiou interesses solidamente encastelados na fortaleza do nacional desenvolvimentismo que orientara o País desde a era Vargas.

O governo que assumiu após o frustrado golpe militar de 1961 foi marcado,

desde o início, por uma crise política que travou o projeto reformista esboçado pelo ministro Celso Furtado no Plano Trienal de 1963. As “reformas de base”, atacadas raivosamente pela direita, corrigiriam os rumos do nacional desenvolvimentismo, dando-lhe o caráter social que faltara no governo JK. Seria um exercício inútil especular como essas reformas teriam alterado a estrutura do Estado brasileiro. Raciocínios contrafactuais pertencem ao território da Literatura, não da História. O fato é que em 1964 as reformas de propostas pela esquerda foram sepultadas pela ditadura então instalada.

Ao chegar ao poder, apoiado em tanques, baionetas e canhões, o general Castelo Branco ungiu liberais de carteirinha como Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões para implantar reformas no País. Não as reformas de base defendidas pela esquerda, mas reformas ditadas pelo figurino do FMI (austeridade fiscal, abertura ao capital estrangeiro, combate à inflação, eliminação de subsídios, controle de salários, repressão aos sindicatos), entre outras medidas que restringiam a ação estatal sobre a economia. Mais uma vez, o liberalismo trombou de frente com as estruturas corporativas do nacional desenvolvimentismo, aliadas à ala nacionalista e estatizante das Forças Armadas. Logo as políticas desenvolvimentistas voltaram à cena, desta vez associadas à feroz repressão aos direitos civis, com a proibição de greves e manifestações populares em geral. O sacrifício imposto à classe trabalhadora se justificava, segundo o ministro Delfim Neto, porque era preciso “fazer o bolo crescer para depois distribuí-lo”. A luta dos trabalhadores em busca de maior participação na renda nacional foi brutalmente reprimida pelos militares com um impiedoso arrocho salarial e a criminalização do movimento sindical.

Nos anos de chumbo, o controle do Estado sobre setores chave da economia (energia, mineração, infraestrutura logística, telecomunicações, obras públicas, indústria petroquímica e de bens de capital, só para citar alguns) tornou-se questão de segurança nacional. Tomado de hiperatividade empreendedora, o governo militar chegou até a “encampar” uma rede de hotéis abandonada pela iniciativa privada.

O aprofundamento do estatismo, sobretudo no governo Geisel, representou o canto de cisne do nacional desenvolvimentismo. Na década de 1980, já sob João Figueiredo o sistema estava com a língua de fora. Com o avanço da mundialização da economia, tornava-se cada vez mais difícil manter o País fechado aos fluxos internacionais de capital. Afinal, “encurralada” e finalmente “derrotada”, nas palavras de Élio Gaspari, a ditadura ensarilha armas, deixando como legado uma profunda crise social e uma economia em ruínas.

A geração que combateu (e venceu) a ditadura militar no Brasil sonhava com uma democracia que restaurasse as liberdades civis e, ao mesmo tempo, mitigasse a desigualdade entre os diferentes estratos da população. A tarefa, infelizmente, ficou incompleta. Alcançamos a democracia no plano político, mas as reformas sociais estruturantes que o País exigia para ingressar em condições competitivas no século XXI não prosperaram.

Na Assembleia Nacional Constituinte de 1987/88, o PMDB, que catalisara a luta contra o regime militar, elegeu 54,4% dos representantes, número mais do que suficiente para promover uma verdadeira revolução democrática no Brasil. Mas, mesmo somado aos 23,6% do PFL e 6,8% do PDS, que formavam uma aliança centrista aparentemente favorável à modernização institucional, as reformas modernizadoras encaalharam no pântano do patrimonialismo. Como registrou à época o cientista político Leônidas Xausa (1932-1998), membro da esquerda peemedebista “desde logo os primeiros textos expressam uma clara vitória dos grupos mais

conservadores e retrógrados, além do que seria lícito imaginar. As forças tidas como progressistas, da maioria do PDT e dos constituintes do PMDB fiéis ao programa e à história do partido, foram dizimadas pela união do PFL, PDS e um certo “centro democrático” dentro do PMDB, composto de autodenominados moderados, além dos intrusos contrabandeados da ex-Arena e do próprio PDS, e mais um indefinido número de ressentidos, mais ocupados em desprestigiar o líder Mário Covas e seu ‘autoritarismo’, no dizer de um deputado mineiro”. (ZH, 31/5/87)

Para não deixar o sermão sem exemplo, o brilhante analista gaúcho alertava que, na subcomissão de princípios gerais da Ordem Econômica, a proposta do relator do PMDB, que apontava para discretos avanços, foi atropelada por um rolo compressor direitista, comandado pelos constituintes Delfim Neto e Roberto Campos. Passou, assim, um texto “aquém da Constituição de 1934, a serviço dos piores interesses plutocráticos nacionais e internacionais, escancaradamente contrário ao programa do PMDB”, lamentava Xausa. Decretando a falência do sistema partidário, oito dos doze membros do PMDB que integravam a subcomissão da Ordem Econômica votaram a favor da proposta de Delfim Neto e Roberto Campos. Uma vitória da política dos grotões, voltada para a manutenção de privilégios grupais, sobre a política programática, que buscava reformar o esgotado modelo nacional desenvolvimentista.

Com visão profética, Xausa identificava, já nos debates da Constituinte, o ovo da serpente que, aos poucos, tomaria a forma de uma sucuri parlamentar capaz de ditar as regras do jogo no País. Forças a serviço de interesses privados, corporificadas no mostrengo chamado Centrão, capturam o Estado, instituindo de fato um novo sistema de governo, o “presidencialismo de coalizão”. Diante de um poder executivo enfraquecido e desnorteado, o Centrão se apossa da chave do cofre e passa a controlar o orçamento federal. Não satisfeito em cupinizar órgãos de Estado, colocando-os a serviço de grupos privados, e de sacramentar privilégios corporativos (regalias trabalhistas ao funcionalismo, subsídios e isenções fiscais a grupos empresariais), o Legislativo, a partir de 2015, avança sobre os recursos públicos por meio de emendas parlamentares. A situação chega a tal ponto que hoje as verbas administradas pelos congressistas abocanham 51% dos investimentos da União. (OESP, 12/9/21). No popular, as raposas assumiram de vez o controle do galinheiro. O presidente que se elegeu em 2018 prometendo (sem a menor base na realidade) acabar com a “velha política” foi sufocado pela Sucuri que devora o Estado brasileiro. A *real politik* do Centrão se impôs.

Ao falar grosso, Bolsonaro tentou nocautear a democracia e foi derrotado. Dentro do minimalismo democrático de Prezworski, as instituições reagiram à altura. O golpismo foi golpeado. Mas as reformas necessárias para abrir ao País as portas do século XXI continuam fechadas. Sem um projeto nacional que supere de vez o modelo atual, dificilmente o vitorioso nas eleições de 2022 escapará do abraço mortal do Centrão.

Nunca é demais lembrar aqui a sempre citada frase de Tancredi, no romance *O Leopardo*, de Lampedusa: “Tudo deve mudar para que tudo fique como está”. Ficar como está, no nosso caso, significa a manutenção dos privilégios de corporações funcionais, conglomerados empresariais e grupos políticos provincianos enraizados nas entranhas do falecido Estado Nacional Desenvolvimentista. Não vou aqui especular sobre o que nos reserva o futuro, já que ao cronista cabe relatar fatos. Previsões ficam a cargo dos profetas, que podem até acertar por acaso, mas quase sempre estão mal informados ou mal intencionados.

A queda do Muro de Berlim e a desintegração da União Soviética marcam, no início dos anos 1990, não só o fim da Guerra Fria, mas o triunfo espetacular do Capitalismo Global sobre o Socialismo Real. Já sob a égide da Constituição Cidadã de 1988, o Brasil elege Fernando Collor de Melo, um “caçador de marajás” que promete derrotar a corrupção, derrubar a inflação (que chegara a inacreditáveis 1.789,90% ao ano no governo anterior) com um *ippon* e promover um choque de concorrência na economia brasileira, abrindo-a ao exterior. Segue as ideias do Consenso de Washington que, em 1990, torna-se o receituário oficial do FMI para “salvar” países à beira da insolvência como o Brasil. Entre as medidas preconizadas (e testadas por Ronald Reagan nos EUA e Margaret Thatcher na Grã-Bretanha) alinham-se a responsabilidade fiscal, a flexibilização do mercado de trabalho (leia-se precarização do emprego), enfraquecimento dos sindicatos, livre fluxo de bens e capitais e redução de impostos sobre rendas mais altas.

Por aqui, o projeto não passou das intenções. Levado pela incompetência, pela corrupção e pela perda de apoio popular, o governo Collor acaba antes de terminar. Mas o maior erro do caçador de marajás no meu modo de ver foi sua canhestra tentativa de ameaçar, com políticas neoliberais, as estruturas remanescentes do nacional desenvolvimentismo.

Nos governos democráticos eleitos sob a égide da Constituição de 1988 houve significativos avanços no tocante aos direitos civis (quesito liberdade), mas afora a vitória sobre a inflação (Plano Real), no breve mandato de Itamar Franco, o País andou a passos lentos na área social. Períodos de crescimento econômico medíocre e até negativo, alternados com “voos de galinha”, resultaram nas chamadas décadas perdidas, ampliando cada vez mais a desigualdade no País. A aspirina para aliviar essa dor de cabeça viria na forma de auxílios governamentais que alcançam um número crescente de famílias, impedindo-as de cair na miséria absoluta, mas condenando-as à dependência do Estado e à pobreza estrutural devido ao valor indigente das “bolsas” oferecidas. Com exceção do agronegócio, por falta de inovação e penúria de investimentos, o setor produtivo perde cada vez mais a capacidade de gerar emprego e renda. Como bem lembra Cristovam Buarque, só uma reforma educacional estruturante poderia livrar o País do ciclo de pobreza que nos envergonha há décadas.

Muito se tem discutido sobre os motivos que levaram o País a despencar da liderança no campeonato do crescimento econômico para a apagada posição de lanterninha. Nas palavras de Armínio Fraga, “reina no Brasil enorme confusão sobre o papel do Estado e das empresas na organização da sociedade”. (*FSP*/28/02/21) Lembrando que algumas funções (como administrar a máquina pública, fazer leis, julgar, ter exército e polícia) são indelegáveis; outras, como telecomunicações, energia e bancos podem ser geridas pelo setor privado, desde que submetidas à regulação governamental. Via de regra, empresas privadas operam serviços públicos com mais eficiência do que empresas estatais.

A discussão sobre o fracasso do Estado como provedor de serviços públicos ultrapassa o debate “privatização versus estatização”. A questão central é a arquitetura institucional que vigora no País desde os anos 30 do século passado. Em 1995, ao sancionar a Lei das Concessões, o presidente Fernando Henrique Cardoso anuncia “o fim da Era Vargas”, declarando que o Estado brasileiro estava maduro para deixar o papel de investidor, passando a regulamentador e fiscalizador dos serviços públicos.

Acusado de “entreguista” e “neoliberal”, o governo inicia um ambicioso programa de desestatização que tem como marcos a privatização da Companhia

Vale do Rio Doce (1997) e da Telebrás (1998). A crise financeira internacional desencadeada pela quebra da Rússia bate forte por aqui, levando à desvalorização do real e a um pedido de empréstimo ao FMI. Com a popularidade em frangalhos, o PSDB perde a eleição de 2001, antes que amadureça o programa de reformas que deveria inserir no País na nova realidade internacional.

Nas décadas seguintes, em resposta às mudanças na economia mundial, as democracias ocidentais, sob governos de esquerda, de direita ou muito antes pelo contrário, adotam políticas aparentemente inevitáveis, baseadas em responsabilidade fiscal, livre fluxo de capitais e flexibilização das relações de trabalhistas, tentando, ao mesmo tempo, deter o desemprego e a crise social. “Subsídios direcionados aos muito pobres atenuaram o cenário em alguns países, notadamente o Brasil, mas os mercados não sujeitos a restrições reproduziram a desigualdade numa torrente ininterrupta”, como observa Prezworski.

Números levantados pelo especialista em contas públicas Raul Velloso indicam que, em 2020, a rede de proteção social brasileira, incluindo programas como o Benefício de Proteção Continuada (BPC), Renda Mensal Vitalícia (RMV), Seguro Desemprego, Abono Salarial e Bolsa Família destinou cerca de 3,1% do PIB aos segmentos desfavorecidos da população. Não é pouco para um país como o Brasil. Indispensáveis em caráter emergencial, políticas assistencialistas não podem ser encaradas como soluções de longo prazo. Na verdade, duas décadas de marcha lenta na economia limitam a única forma sustentável de distribuição de renda: a criação de empregos qualificados. Nas palavras de Bolívar Lamounier, “a realidade com que hoje nos deparamos é, pois, uma estrutura de poder incapaz de promover o crescimento num ritmo compatível com o aumento da população, com a superior organização de nossos competidores internacionais e com nossa dramática anemia educacional, científica e tecnológica”. (*OESP*, 25/09/21)

O fato é que o Estado getulista, pai dos pobres e sócio dos ricos instituído no Brasil após a Revolução de 30, mesmo dando visíveis sinais de senilidade diante de um mundo em frenética transformação (que Gustavo Franco chama de “globalização chinesa”) sobrevive e permanece poderoso. É verdade que perdeu força como empresário, graças a um errático programa de privatizações que avança aos trancos e barrancos; também esgotou, por falta de recursos, a capacidade de investir em obras públicas, mas continua firme e forte como consumidor, empregador e agente financeiro. O controle do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES assegura ao governo participação expressiva no mercado de crédito nacional.

Quando falo em “Estado consumidor” penso na enorme quantidade de bens e serviços que a máquina pública demanda para se manter em funcionamento, o que é um convite ao chamado PF (por fora). Mesmo admitindo que os mecanismos de auditoria e controle possam coibir trambiques e maracutaias (o que é improvável), o volume de compras do setor público confere superpoderes aos ordenadores de despesas do governo.

Já o “Estado patrão” confere aos servidores públicos regalias e privilégios que os transformam em trabalhadores diferenciados, premiando-os com salários acima dos valores de mercado, seguidos de generosas aposentadorias e pensões incomparáveis com as concedidas pelo INSS.

Além disso, o Estado brasileiro ainda concede benesses (isenções, desonerações, subsídios) a setores específicos da iniciativa privada. Um dos efeitos colaterais indesejáveis das políticas protecionistas é a blindagem de certos segmentos contra a competição externa, permitindo que sobrevivam apesar da defasagem

tecnológica. Nas palavras de Afonso Celso Pastore: “Avaliado pela capacidade de garantir os *rents* [lucros] das empresas com visão antiga, o protecionista tem sido um sucesso. Mas, avaliado pela capacidade de elevar o crescimento em benefício da sociedade como um todo, o resultado é péssimo.” (OESP, 12/9/21). A exceção tem sido o agronegócio que, graças a significativos ganhos produtividade (lastreados em inovações tecnológicas) transforma o Brasil em referência mundial na produção (e exportação) de *commodities* agrícolas.

Não há como negar que ficamos para trás na vaga de transformações que sacudiu a economia mundial nas últimas três décadas. Como lembra Jorge Caldeira, “o processo de globalização se tornou impositivo porque foi carreando para si todos os Estados nacionais, independentemente de opções políticas ou ideológicas locais. Ter um setor privado forte, atuante no mundo inteiro, capaz de competir em escala mundial passou a ser a regra do jogo. Manter o isolamento, os apanágios nacionais, o mercado fechado, as regras idiossincráticas, tornou-se a marca dos perdedores – o caso do Brasil nesse período”.

O Estado desenvolvimentista teve importância crucial na formação do Brasil contemporâneo. A iniciativa estatal foi responsável por transformar uma economia “essencialmente agrícola” (como diziam os barões do café até 1930) no País urbano e industrial de hoje. Mas, como na canção de Chico Buarque, “o tempo passou na janela e só Carolina não viu.”

Onde se lê Carolina, leiamos “nós”, como sustenta com clarividência Cristovam Buarque em *Por que falhamos – o Brasil de 1992 a 2018*. “Depois do susto da noite de 28 de outubro de 2018, nos perguntamos como Bolsonaro conseguiu vencer, uma vez que ele não tinha programa nem partido e representava uma visão sectária e retrógrada – posições que pareciam superadas desde a redemocratização – além de não expressar qualquer experiência gerencial. Esquecemo-nos de perguntar por que perdemos. Apesar do cansaço e esgotamento da população com mais de duas décadas dos nossos governos democratas-progressistas, apesar da violência, da corrupção, da inflação, do desemprego, da recessão, do desencantamento conosco, Bolsonaro não alcançou mais do que 39,3% dos votos. Na verdade, ele não ganhou, nós perdemos” ...

Ao escrever na primeira pessoa do plural, Cristovam Buarque se inclui na crítica aos políticos do arco democrático progressista que, após a vitória popular sobre a ditadura, não estiveram à altura do desafio que a história lhes ofereceu. “Ao longo dos nossos de 26 anos -- de Itamar a Temer – cada um de nós deu contribuição específica para conseguirmos avançar na consolidação do marco democrático, na integração nacional, na defesa dos interesses nacionais, na garantia das liberdades individuais e na generosidade de programas assistenciais”, constata Cristovam. “Mas não construímos o Brasil diferente e permanecemos no atraso econômico e na desigualdade. Mantivemos o analfabetismo, a corrupção, a deseducação, o patrimonialismo, e a elite continuou separada do povo por uma *apartação*. Não entendemos nem atendemos o que prometíamos e representávamos: democracia progressista para o Brasil”. É a sincera autocrítica de um brilhante intelectual de esquerda que cabe, neste momento, a todos os militantes do campo progressista. Seremos capazes de fazê-la? Só o tempo dirá.

Diante do embate eleitoral em curso (escrevo nos primeiros dias de outubro de 2021), duas correntes (ambas reducionistas) apresentam soluções antagônicas para voltarmos à trilha do desenvolvimento econômico e social. Uma recomenda doses maciças de Liberalismo globalista, esquecendo seus perversos efeitos colaterais; outra

prescreve Intervencionismo estatal na veia, ignorando que o remédio perdeu o prazo de validade. É sob os cuidados desses “doutores” que nos aproximamos das próximas eleições presidenciais. Existe, é claro, um terceiro caminho (que alguns chamam de terceira via), mas esse ainda precisa ser aberto.

O fato é que, enquanto “médicos” da direita e da esquerda divergem sobre o tratamento do paciente, morubixabas tribais apostam na velha e boa pajelança para manter tudo como está para ver como fica.

Desde que as eleições diretas para a Presidência da República foram restabelecidas, em 1989, tivemos governos com diferentes “projetos nacionais”, desde o desastrado liberalismo de Collor de Melo, passando pela social democracia iniciada por Itamar Franco e abraçada por Fernando Henrique Cardoso, seguida pelo Brasil Potência de Lula e pela ilusão estatizante de Dilma Rousseff. O ato final foi o feijão com arroz de Temer que, refém do Congresso, limitou-se a esquentar o banco para o sucessor.

Em três décadas tivemos quatro presidentes (e dois vices) que exerceram o poder dentro das regras constitucionais. Todos buscaram, a seu modo, superar as estruturas estatais nascidas na Era Vargas e, desde o fim da ditadura militar, incapazes de enfrentar os desafios do novo milênio.

Bolívar Lamounier radiografou com precisão o estado da arte do Leviatã brasileiro às vésperas da pandemia. “No Brasil, faz tempo que o ‘nacional desenvolvimentismo’ está morto, mas são poucos os que se preocupam em proporcionar-lhe o devido sepultamento. A maioria parece esperar uma improvável ressurreição”. (*OESP*, 26/01/20)

O nacional desenvolvimentismo, baseado na ampla intervenção estatal na economia e na imposição de restrições à livre iniciativa, funcionou bem no período definido por Bolívar como a fase fácil da industrialização, quando o desenvolvimento foi movido muito mais pela incorporação de mão de obra pouco qualificada do que pelo avanço tecnológico e pelo aumento da produtividade, o que pressupõe uma acentuada elevação do nível médio de educação na sociedade. Dispensa comentários a tragédia educacional que condenou milhões de jovens brasileiros, ao atingir a idade laboral, ao desemprego ou a postos de trabalho de baixo nível, enquanto faltam profissionais para preencher vagas na economia do futuro.

Em vez do salto qualitativo que o levaria ao século XXI, o Brasil se agarrou ao velho modelo de estado desenvolvimentista que encalhou, mas não afundou: transformou-se num transatlântico fantasma perdido nas brumas do passado. O patrimonialismo denunciado por Raimundo Faoro em *Os donos do poder*, clássico de 1958, alimentava, segundo Bolívar, um “Leviatã manso, que cedo ou tarde domaríamos, à medida que a base da democracia se alargasse, que uma elite com real espírito público se constituísse e as grandes máquinas indutoras do crescimento – como o BNDES – se mantivessem estritamente fiéis à sua missão”.

Não foi o que aconteceu. O esgotamento do nacional desenvolvimentismo derrubaria o investimento público, afetando o crescimento da economia; nas últimas “décadas perdidas”, a queda do PIB impacta negativamente a arrecadação de impostos, mas o Leviatã continua insaciável. Em lugar de se voltar para as atribuições específicas de Estado (Justiça, Educação, Saúde, Segurança Pública) sucessivos governos democráticos foram incapazes de promover reformas estruturais de caráter modernizador. Hoje, os brasileiros suportam a mais alta carga tributária entre os países de renda média e recebem em troca serviços públicos que oscilam entre o medíocre e o deplorável. A maior parte da arrecadação é engolida pelo sustento da

máquina pública e por despesas obrigatórias.

A disputa por recursos instala no País um conflito distributivo em que os setores desfavorecidos da população ficam em permanente desvantagem. Consolidase a cultura da “farinha pouca, meu pirão primeiro”, que beneficia castas privilegiadas em detrimento do conjunto da sociedade. Basta lembrar que, no auge da crise da década passada, o socorro do governo à indústria automobilística chegou a ser cinco vezes maior do que o volume de recursos destinados ao programa Bolsa Família.

Pressionado por grupos de interesse, o governo de turno deixa de ser promotor do bem comum para atender a interesses corporativos. Ao se infiltrar na esfera pública, os cupins das estruturas estatais transformam a *res publica* em *cosa nostra*.

As distorções na esfera política, das quais a multiplicação de siglas partidárias é a face mais visível, põe a nu esse movimento. Hoje existem trinta e seis partidos legalmente constituídos no País. Destes, vinte e oito estão representados no Congresso Nacional. E há mais de cinquenta com pedidos de registro em tramitação na Justiça Eleitoral. Recentes medidas aprovadas no Congresso (OESP, 26/01/20) para regular as eleições de 2022 podem funcionar como uma aspirina para aliviar essa febre, mas uma reforma para valer no sistema representativo ainda está longe de se concretizar.

Não precisamos desperdiçar argumentos para demonstrar que a pulverização partidária é uma pedra no caminho das reformas estruturais. Nos últimos vinte e quatro anos, alternaram-se em Brasília um governo social democrata, dois socialistas e o atual, (direitista-obscurantista, digamos assim). Com diferentes receitas, todos prometiam reduzir a desigualdade social e lançar o País em um novo ciclo de crescimento, sem recorrer ao velho e desgastado nacional desenvolvimentismo. Abstraindo as muitas diferenças ideológicas de seus programas, nenhum deles conseguiu levar a cabo as reformas prometidas. Todos acabaram na goela do insaciável monstro chamado Centrão.

Não se trata de mais uma jabuticaba da política brasileira. A Assembleia Nacional francesa, eleita em 1791 sob a inspiração dos princípios iluministas, era composta por 745 deputados. A bancada dos monarquistas constitucionais (*Feuillants*), adeptos de reformas moderadas, era composta por 263 representantes que se sentavam à direita no plenário (conhecido como “a Planície”). Já os reformistas radicais (*Jacobins*) posicionados à esquerda (na “Montanha”) contavam com 136 deputados. Esses dois grupos travavam um encarniçado debate de ideias sobre os destinos da França. Mas nem a esquerda nem a direita detinha a maioria dos votos. Entre uns e outros, havia mais de 300 parlamentares no *Marais* (“o Pântano”), cujos votos oscilavam de acordo com as conveniências das corporações por eles representadas. Qualquer semelhança com o Congresso brasileiro é mais do que mera coincidência.

De fato, partidos políticos sem ideologia, (nem de esquerda, nem de direita, nas palavras de Gilberto Kassab, fundador do PSD), remontam ao *Marais* da Assembleia Nacional francesa de 1791. E no Brasil de hoje, alimentam siglas a serviço de grupos de interesse habituados a “mamar nas tetas do governo”, como disse certa vez o ex-ministro da ditadura Delfim Netto. Esses partidos formam uma lamacenta frente cujo único objetivo é simular mudanças para que nada mude. Sua unidade programática se resume a um único princípio: “Não toque nos meus privilégios que eu não mexo nos seus”. Infiltrados em todas as instâncias do poder, paralisam qualquer iniciativa reformista que ponha em risco os supostos “direitos adquiridos” de seus integrantes. O trato da coisa pública como ação entre amigos anaboliza a

corrupção estrutural que move as engrenagens do poder. O cupinzeiro instalado nas entranhas do Leviatã se organiza em bancadas (da bala, da saúde, da educação, do funcionalismo, das forças armadas, da educação, da indústria automobilística, das empresas estatais e por aí afora) para ficar com a parte do leão das receitas do estado. Vivemos em uma democracia que garante as liberdades individuais, mas falha no combate à desigualdade social. Essa contradição acabou por se refletir no cenário político em 2018, com a chegada ao poder de um livre atirador que se posicionava claramente como adversário da democracia.

Palavras de Prezworski: “As vitórias de Bolsonaro e Trump mostram que quando estão desesperadas, como pacientes de uma doença terminal, as pessoas vão atrás de qualquer remédio, agarram-se a sejam quais forem as possibilidades de salvação, mesmo quando oferecidas por impostores que vendem curas milagrosas”, e aceitam votar no “novo” esperando mudanças que não se concretizam. “Buscar soluções mágicas não é a única areação à insatisfação com as instituições tradicionais. A outra é propor uma democracia direta”, presente na retórica dos políticos “salvadores da pátria”, que criticam os poderes reguladores do judiciário, do legislativo e dos órgãos reguladores do Estado e pretendem estabelecer uma linha direta com o “povo”, com o argumento de que os freios e contrapesos democráticos os impedem de governar.

Quando pessoas de todos os extratos sociais dizem: “os políticos que estão aí são todos uns ladrões. Por isso vou votar em alguém capaz de mudar essa situação”, levam ao poder líderes com ideias autoritárias e extremistas. Demagogos que vencem pleitos democráticos com esse tipo de discurso se aproveitam do cansaço da população. E logo que chegam ao poder, tratam de desacreditar as instituições que utilizaram para se eleger. Segundo Prezworski, a democracia é um mecanismo de processar conflitos dentro de princípios pré-estabelecidos, tendo como base eleições livres e a garantia de posse dos eleitos. Quando esses princípios são questionados, a democracia balança. E não faltam candidatos a ditador para questioná-los, lançando seus discursos no fértil terreno do descontentamento popular.

Trump e Bolsonaro exemplificam essa conduta, ainda que não tenham chegado aonde pretendiam: a destruição das instituições democráticas. Em outras latitudes o tratoração triunfou. Segundo Anne Appelbaun, em todo o mundo, da Rússia de Putin às Filipinas de Duterte, há muitas versões do Estado iliberal unipartidário. Esses dirigentes conseguiram instalar uma forma de neo-ditadura, que não requer violência em massa para dominar a sociedade. Em vez da opressão nua e crua, tais regimes, apoiados por elites insensíveis, utilizam a burocracia, a mídia estatal, os tribunais e as empresas públicas para se manter no poder.

Mas não são esses casos extremos que ameaçam a democracia, e sim o recuo onde ela parecia solidamente enraizada. Hoje, em plena Europa, países como a Polônia e a Hungria deram marcha à ré e também preocupa o crescente número de adeptos do autoritarismo em democracias tradicionais como a Itália, a França, a Bélgica e a própria Alemanha. As motivações e formas de ataque à democracia variam de um país para outro, mas têm o mesmo pano de fundo: a fraqueza dos governos democraticamente eleitos para lidar com os novos desafios globais.

Como observa Anne Appelbaun: “A democracia está em crise quando punhos cerrados, pedras ou balas substituem os votos. Ou os ocupantes tornam impossível para a oposição tirá-los dos cargos e esta não tem outra opção a não ser resistência, ou então não reconhece a legitimidade do governo e este se defende mediante a repressão, ou grupos políticos antagônicos não aceitam o resultado da interação institucional de

interesses e partem para o confronto direto, quase sempre violento”.

O assalto às regras democráticas em países que pareciam imunes a retrocessos políticos é um fenômeno em pleno desenvolvimento; como tal, torna-se difícil, se não impossível, analisá-lo em sua real dimensão. É nuvem passageira ou veio para ficar? A democracia, mesmo no sentido minimalista, passa por uma crise superável ou vive seu crepúsculo? O mundo regido pela Democracia, pela Ciência e pela Razão tem futuro, ou somos testemunhas vivas do fim da Era das Luzes?

Nem todos os analistas, porém, se deixam levar pelo pessimismo. Em *A política em tempos de indignação*, o cientista político basco Daniel Innerarity escreve: “Desejaria contribuir para que essa indignação não passe de um desabafo improdutivo, mas que se converta numa força que impulse a política e melhore nossas democracias”.

Ao que tudo indica, porém, no próximo pleito presidencial os eleitores brasileiros serão forçados a fazer uma escolha de Sofia. Como observa Bolívar Lamounier, “O Brasil atual não está meramente estagnado, *[está]* retrocedendo. E completa: “só os muitos obtusos não percebem que a repetição desse enredo *[Lula x Bolsonaro]* em 2022 poderá perpetuar ainda por muitos anos a situação catastrófica em que nos encontramos”. (OESP, 9/10/21)

Estará o venturoso “país do futuro” se afirmando cada vez mais como o decrepito “país do passado”?

Enfim, vivemos uma era carregada de incertezas. Como os últimos patrícios romanos nos versos do poeta grego Konstantinos Kafávis (1863/1933), estamos à espera dos bárbaros?

Outubro de 2021, segundo Ano da Pandemia*

**Nos últimos meses, o mundo deu tantas voltas que esse texto pode parecer, hoje, algo como um papiro encontrado na tumba de um faraó. Mantenho-o tal como o escrevi, sugerindo que seja lido como um registro de fatos passados. Refaço apenas a frase com que o encerrei: “Estamos à espera dos bárbaros?”*

Nesse momento, é melhor perguntar: “Será que os bárbaros já chegaram?”

Referências

APPLEBAUM, Anne. *O Crepúsculo da democracia. Como o autoritarismo seduz e as amizades são desfeitas em nome da política*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2021.

ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (organizadores). *Razões e ficções do desenvolvimento*. Editora Unesp e Edusp, São Paulo, 2001.

BACHA, Edmar; FALCÃO, Joaquim; CARVALHO, José Murilo de; TRINDADE, Marcelo Fernandes; MALAN, Pedro; SCHWARTZMAN (organizadores). *130 anos: em busca da república*. Rio de Janeiro, Editora Intrínseca, 2019.

BUARQUE, Cristovam. *Por que falhamos – O Brasil de 1992 a 2018*. Brasília, Tema Editorial, 2020, 2ª ed.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento – Brasil JK-JQ*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, 2ª ed.

- CALDEIRA, Jorge. **História da riqueza no Brasil – cinco séculos de pessoas, costumes e governos**. Rio de Janeiro, GMT Editores/Estação Brasil, 2017.
- CALDEIRA, Jorge; SEKULA, Julia Marisa; SCHABIB, Luana. **Brasil, paraíso restaurável**. Rio de Janeiro, GMT Editores/Estação Brasil, 2020.
- FIORI, José Luís. **O voo da coruja – uma leitura não liberal da crise do estado nacional desenvolvimentista**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1995.
- INNERARITY, Daniel. **A política em tempos de indignação**. D.Quixote, Lisboa, 2016.
- LEVITSKY, Steven e ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro, Zahar, 2018.
- MAGNOLI, Demétrio e BARBOSA, Elaine Senise. **O mundo em desordem – liberdade versus igualdade (vol.1 – 1914-1945)**. Rio de Janeiro, Record, 2011.
- MAGNOLI, Demétrio e BARBOSA, Elaine Senise. **O leviatã desafiado – liberdade versus igualdade (vol.2 – 1946-2001)**. Rio de Janeiro, Record, 2013.
- NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita – uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Rio de Janeiro, Zahar, 2020.
- PASTORE, Affonso Celso. **Erros do passado, soluções para o futuro. A herança das políticas econômicas brasileiras do século XX**. São Paulo, Penguin, 2021.
- PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro, Zahar, 2020.
- RATTNER, Henrique (organizador). **Brasil no limiar do século XXI**. São Paulo, FAPESP/Edusp, 2000.
- TRINDADE, Héglio e LEITE, Luiz Osvaldo (organizadores). **Leônidas Xausa**. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2004.
- ZWEIG, Stefan. **Brasil, país do futuro**. Rio de Janeiro, edição especial para a Civilização Brasileira, 1960. Original em alemão: **Brasilien: Ein Land der Zukunft**, com traduções em sueco, inglês, francês e em português lançadas simultaneamente no ano de 1941.

Nota

Citações a textos de jornais são identificadas com o nome do autor, a data da publicação e as siglas *OESP*, para *O Estado de São Paulo* e *FSP* para *Folha de São Paulo*.

O LEVIATÃ AGONIADO

Marcia Blasques & Patrícia Patrício

O ano é 2021. Início da segunda década do novo milênio. O mundo chacoalhado por uma pandemia que parece não ter fim, por um lado esperançoso pela chegada de vacinas em tempo recorde, por outro temeroso de novas variantes que possam passar incólumes pelos imunizantes. A epidemia escancara de vez as desigualdades planetárias, aumenta a miséria por todo o globo. Países fecham fronteiras, olham para dentro de si, quando a realidade aponta para um planeta que é uno - um pontinho azul perdido em um sistema solar qualquer, onde o que acontece com um afeta a todos inexoravelmente. Ninguém está a salvo se todos não forem salvos.

Se na década de 1990 Leviatã agonizava, agora ele está agoniado. Discussões sobre Estado mínimo, liberalismo, neoliberalismo, que atravessaram os últimos anos do século 20, ainda estão presentes na mídia, nos desejos do mercado financeiro e no discurso tresloucado e perdido de alguns (des)governos de plantão. Mas a realidade se impõe, e Leviatã - até então tão malvisto e indesejado - mostra-se em grande parte como a tábua de salvação diante do naufrágio. É o Estado que pode decretar o *lockdown* que impede que o vírus pandêmico se espalhe mais do que já se espalhou. É o Estado que pode garantir renda para quem não pode sair para trabalhar, ou para quem não tem como se sustentar. É o Estado que pode garantir atendimento aos doentes, independentemente de classe social. É o Estado que pode levar a vacina aos braços das pessoas. É o Estado que pode implementar políticas públicas para garantir pão, saúde e educação.

A trama da História é tecida, e os fios que se entrelaçam em sua urdidura têm sentidos lógicos, mas também afetivos. É a seta do tempo, que nos leva inexoravelmente adiante, e o ciclo do tempo, que nos faz buscar a imanência, o conjunto complexo de correspondências entre passado e futuro (GOULD, 1991). E é assim que, neste momento angustiante da história humana, amigas-irmãs de quase uma vida, nos debruçamos na releitura de *Agonia do Leviatã - A crise do Estado Moderno*, quinto livro da coleção Novo Pacto da Ciência, publicado em 1996, momento ainda basilar de nossas vidas. Os mesmos 30 anos que marcam o nascimento do Projeto Plural - surgido em 1991 -, também marcam o início da nossa amizade, os primeiros passos nos caminhos que traçamos até aqui, às vezes nas mesmas veredas, às vezes em curvas distintas do percurso, mas sempre ligadas pelo afeto, pela escolha da partilha.

E foram logo nas primeiras conversas que tivemos, após o convite carinhoso daquela que é nossa mestra e orientadora também nestes 30 anos, Cremilda Medina, que nos demos conta do tamanho do desafio que seria rever a obra passada e tentar conectá-la com os fios do presente. Mas não, como alguns poderiam pensar, por se

Márcia Blasques é jornalista, doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP). Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade de São Paulo (1994) e mestrado em Ciências da Comunicação pela mesma instituição (2005). Atualmente é Diretora da Divisão de Mídias Online da Coordenadoria de Comunicação Social da USP.

Patrícia Patrício é jornalista graduada pela Universidade de São Paulo (1994), mestra (2002) e doutora (2007) em Ciências da Comunicação da mesma instituição. Professora da Fatec Ipiranga. Preside a Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão da Fatec Ipiranga, líder do Grupo de Estudos em Comunicação, Organizações e Cultura da mesma.

tratar de uma obra datada, um conjunto de ensaios e reportagens que por algum motivo ficaram para trás na seta do tempo. E sim por encontrarmos neles a imanência, o resultado da pesquisa teórica e de campo que se entrelaçam e trazem sentido para uma experiência humana essencial. Olhando para as páginas já amareladas, lendo os textos escolhidos para a edição, e analisando os temas e as abordagens com as lentes de 2021, a sensação que brota imediatamente é: “Está tudo lá.”

O tempo passa ou “capota”?

Como pensar no papel do Estado em 2021 e não falar em saneamento básico? Abrindo o livro *Agonia do Leviatã* aleatoriamente, lemos o início do texto “Saneamento básico e saúde: uma parceria necessária”, de Getúlio Martins, engenheiro e mestre em saúde pública pela USP:

Apesar do reconhecimento da importância do Saneamento Ambiental na proteção da saúde e melhoria da qualidade de vida das pessoas, os estudos realizados para avaliar o impacto das ações de saneamento na saúde da população não têm conseguido sensibilizar os responsáveis pela priorização dos investimentos públicos nos três níveis de governo, a fim de que destinem mais recursos para a implantação de uma infraestrutura sanitária mínima adequada nos aglomerados urbanos e rurais (MARTINS, 1996, p.141).

Coisas da década de 1990? Então o que dizer da reportagem publicada pelo jornal *O Globo*, em 1º de março de 2020, intitulada “Falta de saneamento prejudica economia e acentua desigualdades”, de autoria de Glauce Cavalcanti e Pedro Capetti:

O retrato atual do saneamento básico no Brasil mostra 35 milhões de brasileiros sem água tratada e cem milhões — ou quase metade da população — sem coleta de esgoto. O filme completo a partir dessa imagem revela a amplitude de um velho problema. Estudos apontam que, na prática, a falta desses serviços se traduz em variados prejuízos sociais e econômicos para o país. Isso amplia a ocorrência de doenças e os gastos hospitalares, reduz a produtividade dos trabalhadores, prejudica a frequência e o desempenho de crianças e jovens na escola. Os danos ambientais, mais evidentes, levam a perdas no turismo e no mercado imobiliário, reduzindo o potencial de geração de emprego e renda do país (CAVALCANTI; CAPETTI, 2020, p.1)

As principais manchetes dos jornais em julho e agosto de 2021 tratam da presença dos militares do governo Bolsonaro e da escalada de uma crise institucional que pode levar a uma ruptura da democracia. Falam também da proposta de reformas tributária e administrativa em tramitação na Câmara dos Deputados, do debate em torno da privatização dos Correios e da Eletrobrás, de um eventual calote dos precatórios federais e dos “furos” do teto de gastos instituído no final de 2016. Ao retornar para *Agonia do Leviatã*, o texto “O fiel da balança”, da jornalista Santa Maria Nogueira Silveira, busca “entender a relação do Estado brasileiro com dois opostos: o sistema financeiro e os excluídos, os miseráveis”. E a autora destaca:

O Estado brasileiro vive uma crise de quatro dimensões: do modelo econômico, fiscal, político e do aparelho estatal. No primeiro caso, envolve a revisão do modelo imposto pelos militares de intervenção

do Estado na economia, forjando um modelo baseado na criação de estatais voltadas para desenvolver setores estratégicos e fechamento da economia. [...] A questão fiscal implica a necessidade de o País equilibrar suas contas públicas, que está na gênese da inflação. A reforma tributária pretendida pelas demandas socioeconômicas estabelece unicamente um patamar mais igualitário da base de contribuintes. E a reforma da máquina pública busca reequacionar o Estado (SILVEIRA, 1996, p.165).

Todas as angústias, problemas, propostas e esperanças que nos movem neste momento de isolamento e desconexão - não esqueça, querido leitor, que este texto está sendo escrito após 17 meses de trabalho em *home office*, encontros restritos e mediados pela tela do computador e distanciamento social, quando as coisas mais parecem estar sendo forçadas de volta à normalidade pelo cansaço e pelo desespero do que realmente pelo controle da pandemia -, tudo o que analisamos, debatemos e arguimos está nos cinco capítulos que formam o livro.

Por isso, diante da imensidão de aspectos tratados em *Agonia do Leviatã*, que abrangem desde ensaios teóricos sobre a origem e o papel do Estado Moderno ao longo do tempo até relatos sensíveis das realidades dos excluídos e dos invisíveis (sem-terra, negros, curdos, ciganos), achamos por bem nos debruçar sobre dois aspectos que nos são caros: saúde e educação.

Saúde é direito. Saúde é para todos

Ao reconstituir a chegada da gripe espanhola ao Brasil e como se deu o enfrentamento da epidemia, nos idos de 1918, as historiadoras Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling (2020) descrevem as dificuldades enfrentadas pelos governos das províncias na emergência de saúde pública. Em um País já marcado pela desigualdade social, mas que não contava com um sistema de saúde unificado, os corpos se empilhavam nos cemitérios, o curandeirismo e a desinformação somavam-se às dificuldades de acesso ao atendimento médico profissional.

Apesar disso, Nísia Trindade Lima, Cristina M. O. Fonseca e Gilberto Hochman (2011) lembram que, neste momento, as discussões em torno da saúde e das questões sanitárias impactam de modo fundamental na construção do Estado nacional brasileiro:

As políticas de saúde - cujo início efetivo pode ser apontado em fins da década de 1910 - encontravam-se associadas aos problemas da integração nacional e à consciência da interdependência gerada pelas doenças transmissíveis. Foram o resultado do encontro de um movimento sanitário, organizado em torno das propostas de políticas de saúde e saneamento, viáveis apenas com o fortalecimento da autoridade do Estado e do papel do governo federal, com a crescente consciência por parte das elites políticas sobre os efeitos negativos do quadro sanitário existente no país. Expressaram, ademais, a reunião de cientistas e intelectuais do período em torno de um projeto civilizatório que afirmava a possibilidade de construção nacional do país e o quanto este dependia de políticas públicas em áreas como saúde e educação (LIMA; FONSECA; HOCHMAN, 2011, p.36).

Pouco mais de cem anos depois, pode-se dizer que pouco se aprendeu com as lições da gripe espanhola, e o enfrentamento da atual pandemia de covid-19 no

Brasil está longe de ser um sucesso. Com quase 580 mil mortos (número de agosto de 2021), o País, ainda marcado pela desigualdade social, luta contra a desinformação, a descoordenação e a com a falsa dicotomia entre saúde e economia.

A falta de uma coordenação centralizada no combate à pandemia dificultou o alcance e a efetividade das ações locais implementadas por Estados e municípios. Mas, ao contrário do ocorrido em 1918, um ponto contou ao nosso favor, e impediu que a catástrofe fosse ainda maior, e que o sofrimento, as perdas e a dor nos engolissem por completo.

O Sistema Único de Saúde, o SUS, criado após a Constituição de 1988, criticado, subfinanciado e desvalorizado por muitos e por muito tempo, mostrou sua importância, competência e necessidade. “Eu nem sabia o que era o SUS”, afirmou o então ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, em outubro de 2020. Assim como ele, grande parte das elites políticas e econômicas tampouco sabia o que era o Sistema Único de Saúde - além das imagens de corredores cheios de macas, de reclamações no atendimento e de denúncias de corrupção que sempre estiveram presentes na cobertura da imprensa.

A pandemia mudou tudo. Se até então a “opinião pública” - ou as vozes com espaço na mídia - criticava o sistema e até cogitava a ideia de vê-lo privatizado ou, ao menos, de ter sua abrangência reduzida, conforme a peste ganhava corpo (e nossos corpos) e espaço no noticiário, outras visões foram ganhando força.

Em 5 de outubro de 2020, *O Globo* publicava o artigo de Francisco Balestrin, presidente do Sindicato dos Hospitais, Clínicas e Laboratórios do Estado de São Paulo. Intitulado “O SUS que ninguém vê”, o texto questionava: como seria o nosso país se não tivéssemos o SUS? E respondia:

Nesses 30 anos, a saúde brasileira deu um salto exponencial. Avançamos e muito mais rápido do que o resto do mundo. Nesses 30 anos, ganhamos mais de 10 anos de expectativa de vida. Nossos índices de mortalidade infantil reduziram-se em mais de 75%. O Brasil elevou os seus níveis de vacinação, combateu com eficiência a epidemia de HIV/Aids, expandiu a cobertura de atenção primária e reduziu a menos da metade os índices de tabagismo. Num tempo com tantos desafios, a pandemia evidenciou o papel relevante do Sistema Único de Saúde, que salvou a vida de milhares de brasileiros que não dispunham de planos de saúde. É preciso sempre lutar para fortalecer um sistema de saúde público e cada vez mais inclusivo (BALESTRIN, 2020, p.1).

Se a imprensa precisou de uma pandemia para perceber a complexidade de um sistema de saúde capilarizado, em um país que ainda está longe de exercer valores republicanos no trato com o dinheiro público, os pesquisadores do Projeto Plural já olhavam para a importância de uma saúde organizada e patrocinada pelo Estado. Em “Uma janela na saúde pública, a casa do adolescente”, texto da professora da Escola de Comunicações e Artes da USP, Lucilene Cury, o leitor conhece a experiência do programa de atendimento integral ao adolescente, feito pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo em parceria com o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP. Dizia a autora:

É um atendimento feito por profissionais que estão a serviço do Estado, com liberdade de crítica e, principalmente, de caráter não partidário, o que lhe dá cada vez mais legitimidade, já que não depende do partido

que está no poder nas várias prefeituras do país, mas que, a partir de sua competência, vai sensibilizando profissionais e população, criando novas demandas e trabalhando inclusive com voluntários, oriundos dos próprios grupos de adolescentes treinados para o trabalho, a partir do atendimento que recebem, quando não precisam mais dele (CURY, 1996, p.136).

Comparando a situação do Brasil e dos Estados Unidos durante a pandemia - países economicamente muito diferentes, mas que foram igualmente impactados pelo número de mortos pela covid-19 -, os economistas Fernando Pires e Liana Carleial (2020) lembram que o papel dos Estados nacionais ganhou força em grande parte do mundo, visto que são os únicos capazes de organizar respostas eficientes em larga escala em situações críticas e complexas como a que estamos vivendo. E destacam:

Uma lição fundamental, no caso brasileiro, é a imprescindibilidade do SUS que precisa ser fortalecido e ter seu orçamento recuperado, uma vez que além das perdas sofridas desde 2016, a previsão para o ano de 2021 é de uma redução de R\$ 38 bilhões. É fundamental ter claro que sete de cada dez brasileiros dependem do SUS e que esta dependência é mais acentuada nas regiões geográficas mais pobres [...]. Por sua vez, o sistema americano de ‘proteção social’ continua uma tarefa para uma das sociedades mais ricas do planeta, como primeira potência econômica e uma das nações onde a democracia é melhor enraizada e mais estável (PIRES; CARLEIAL, 2020, p.464).

Educação e inclusão: luta nada vã

Na minha experiência eu não me acostumei muito, mas peguei o jeito aos poucos as aulas eram das 9h30 às 10h30 eu fazia as anotações e as tarefas que os professores passavam mas um dia eu cansei e meu pai disse para pelo menos anotar o dia e nome da aula foi um pouco mais fácil e todos os dias às 9h30 eu estava assistindo a aula e os meses se passaram e o coordenador decidiu que [nós alunos] iremos um dia na escola e eu fui me acostumando e quando chegou novembro me sentia que aquilo tudo foi tão rápido e que agora parecia tão devagar, e quando o ano de 2021 chegou eu comecei a ir mais dias, no começo eu não quis aceitar mas com o tempo eu me acostumei.

(agradecimentos à minha mãe, Patrícia Sales Patrício, que me motivou a escrever este texto e a minha dinda Marcia que começou o texto)

Por Luís Norio Patricio Heira, 8 anos, aluno do 3º ano do Ensino Fundamental I da E.E. Almirante Barroso

Os sentimentos de Luís Norio foram os sentimentos de milhares de crianças ao longo desses últimos 17 meses - em maior ou menor grau, com mais ou menos dificuldades, todas foram afetadas. Ainda no início da pandemia, em março de 2020, governos estaduais e municipais começaram a determinar medidas restritivas para conter o avanço das infecções. Em praticamente todas as áreas, em especial no comércio, o que se viu foi a alternância entre o enrijecimento e o relaxamento das restrições. Mas não na Educação: com a chegada da covid-19, todas as aulas presenciais foram suspensas e, com poucas exceções, as escolas permaneceram fechadas durante todo o ano de 2020 e uma parte de 2021.

Não houve coordenação federal no fechamento das escolas e tampouco na implementação do ensino remoto - as regiões mais pobres do País tiveram mais

dificuldades e as desigualdades se aprofundam. As perdas de aprendizagem ainda devem ser objetos de muitos estudos - tanto para se estimar o que foi deixado para trás quanto para descobrir formas de recuperar isso. Estudo liderado pelo economista Ricardo Paes de Barros e publicado pelo Instituto Unibanco indica que, caso essas perdas não sejam recuperadas,

cada estudante que concluir o Ensino Médio em 2021 terá uma perda de renda ao longo de sua vida entre R\$20 e R\$40 mil. A perda para o conjunto dos estudantes no Ensino Fundamental e Médio já supera R\$700 bilhões, podendo chegar a R\$1,5 trilhão caso não ocorra um rápido retorno ao ensino híbrido (BARROS et al, 2021, p. 12).

A postura, na melhor das hipóteses omissa, na pior, nociva, do governo federal se reflete e agrava as incertezas do retorno presencial - ou retorno híbrido, com parte das aulas na modalidade remota, parte na modalidade presencial - que vão da educação infantil ao ensino superior. Mesmo depois de mais de um ano e meio de pandemia, o acesso à internet ainda não é universalizado, o que penaliza alunos que não conseguem acompanhar aulas on-line e docentes que sofrem para dar suas aulas remotas. As metodologias do ensino remoto também tiveram que ser implementadas segundo as leituras e as estruturas locais - e, nesse contexto, o abismo entre o ensino público e o privado se abre ainda mais.

Dados coletados pelo Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social na Pnad Covid-19 mostram que, ao longo de 2020, alunos de escolas privadas, cujos pais ou responsáveis são mais escolarizados e mais ricos, receberam mais aulas presenciais do que os mais pobres, em geral alunos de escolas públicas. “A diferença é ainda maior nos alunos do ensino fundamental, o que representará um marcador importante na redução da mobilidade social no país, além de sinalizar um aumento futuro da desigualdade de renda — já extremamente elevada no Brasil” (CANZIAN, 2021, p.1).

Além disso, os alunos das classes mais altas apresentam mais facilidade para realizar as tarefas que eram enviadas para casa, uma vez que tinham maior probabilidade de contar com a ajuda de alguém da família. Alunos mais pobres, além das dificuldades de acesso por conta da internet, também enfrentaram questões relacionadas ao espaço físico (em geral muitas pessoas dividindo espaços pequenos) e à impossibilidade de contar com a ajuda de algum adulto, já que era mais provável que seus pais ou tutores tivessem que sair para trabalhar.

Neste contexto, não é de se estranhar que a Educação seja ponto nevralgico no momento em que estados e municípios se esforçam para acelerar a vacinação contra a covid-19 e para retornar a uma pretensa “normalidade”, muitas vezes no doa a quem doer. E, como desde 1988 a Educação é direito de todos e dever do Estado, *Leviatã* está novamente sob os holofotes. Esse diagnóstico já era apontado em 1996, no texto de Sonia Maria Vicente Cardoso para *Agonia do Leviatã*:

O primeiro ponto essencial, fundamental, quando se aproximam educação e Estado, é o compromisso de que todos os brasileiros aprendam a ler e a escrever e, mais que isso, possam fazer uso da escrita e da leitura. Trata-se de uma questão, portanto, essencialmente política e ideológica. Só secundariamente se trata de uma questão técnica. (CARDOSO, 1996, p. 117).

E a autora não mede palavras para destacar a posição de destaque do Estado na educação: “A escola pública, a maior das invenções humanas, é a única capaz de

integrar um povo na civilização letrada e permitir que esse povo desenvolva as suas potencialidades.” (CARDOSO, 1996, p. 125).

Por maiores e mais justas que sejam as críticas feitas à escola pública, não dá para negar que o Estado brasileiro fez importantes avanços na área da educação, em especial no período que vai de 2002 a 2016. O pesquisador Luiz Fernandes Dourado, da Universidade Federal de Goiás, destaca alguns:

a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); o estabelecimento de piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica pela Lei nº 11.738/2008¹¹; a aprovação da Emenda Constitucional nº 59/2009, que instituiu a ampliação da educação básica obrigatória - passando do ensino fundamental obrigatório para a educação de 4 a 17 anos (envolvendo a obrigatoriedade da oferta e universalização do pré-escolar, do ensino fundamental e do ensino médio); a definição de que o Plano Nacional de Educação (PNE), de duração decenal, deve ser estabelecido por lei, com o objetivo de articular o Sistema Nacional de Educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas e o estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto; a expansão e duplicação das matrículas na educação superior pública federal (criação, consolidação e interiorização de universidades e Institutos Federais) (DOURADO, 2019, p.1).

Mas os reveses não demoraram a chegar. Após 2016, com o impeachment da presidenta Dilma e a aprovação da PEC do Teto de Gastos, os retrocessos nas políticas públicas atingiram em cheio a educação. Retrocessos esses que se agravaram após o início do governo Bolsonaro, que trouxe consigo um discurso que se traduz em intolerância em relação à escola pública laica e à diversidade no ambiente educacional. Se o segundo ministro da Educação de Bolsonaro, Abraham Weintraub, chocava ao afirmar que as universidades federais eram “antros de maconheiros”, o terceiro e atual ministro, Milton Ribeiro, diz que a “universidade deveria, na verdade, ser para poucos, nesse sentido de ser útil à sociedade” e que, nas escolas básicas, há crianças com “um grau de deficiência que é impossível a convivência”.

Leviatã agoniza, mas não perece. A resistência dos que sabem que só o Estado pode dar respostas robustas às questões mais prementes da sociedade, redistribuindo renda, garantindo acesso à saúde e educação, comida no prato e um teto sob a cabeça, não esmorece, por mais difíceis que as batalhas pareçam ser. Basta olhar as ações feitas nas áreas de saúde e educação por movimentos sociais organizados como MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto) e MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), só para citar alguns.

Leviatã agoniza, mas não perece. As pesquisas iniciadas no início da década de 1990 - e que deram origem a todos os livros da série Novo Pacto da Ciência - formaram gerações de leitores desta realidade que estão preparados não só para tecer os fios do real, dar voz às pluralidades que compõem nossa sociedade, mas também para buscar caminhos possíveis de serem trilhados.

Leviatã agoniza mas não perece. As questões levantadas em 1996 ganharam novo corpo, novos contornos, novas nuances e atores. Mas essencialmente são as mesmas. Talvez hoje possamos encontrar respostas diferentes, soluções que poderiam parecer impossíveis no mundo de três décadas atrás. O importante, já nos lembra Milton Nascimento, é que “é preciso de raça, é preciso ter gana sempre”. Afinal, “quem traz na pele essa marca possui a estranha mania de ter fé na vida”.

Referências

- ALVES, Pedro. Ministro da Educação diz que há crianças com grau de deficiência em que ‘é impossível a convivência’. **G1**, [S. l.], 19 ago. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/08/19/ministro-da-educacao-criancas-impossivel-convivencia.ghtml>. Acesso em: 29 ago. 2021.
- BALESTRIN, Francisco. O SUS que ninguém vê. **O Globo**, [S. l.], 5 out. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniaao/o-sus-que-ninguem-ve-24674095>. Acesso em: 25 ago. 2021.
- BARROS, Ricardo Paes de *et al.* **Perda de aprendizagem na pandemia**. São Paulo: Instituto Unibanco, 2021. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/89499b7c-6c99-4333-937d-1d94870d3181>. Acesso em: 29 ago. 2021.
- CANZIAN, Fernando. “Educação na pandemia diminui a mobilidade social no Brasil”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 jul. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/07/educacao-na-pandemia-diminui-a-mobilidade-social-no-brasil.shtml>. Acesso em: 29 ago. 2021.
- CARDOSO, Sonia Maria Vicente. Educação para todos ou todos pela educação? *In*: MEDINA, Cremilda; GRECO, Milton (org.). **Agonia do Leviatã: A crise do Estado moderno**. São Paulo: ECA/USP/CNPq, 1996.
- CAVALCANTI, Glauce; CAPETTI, Pedro. “Falta de saneamento prejudica economia e acentua desigualdades”. **O Globo**, Rio de Janeiro, 1 mar. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/falta-de-saneamento-prejudica-economia-acentua-desigualdades-24279448>. Acesso em: 29 ago. 2021.
- CURY, Lucilene. Uma janela na saúde pública, a casa do adolescente. *In*: MEDINA, Cremilda; GRECO, Milton (org.). **Agonia do Leviatã: A crise do Estado moderno**. São Paulo: ECA/USP/CNPq, 1996.
- DOURADO, Luiz Fernandes *et al.* Estado, educação e democracia no Brasil: Retrocessos e resistências. **Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação**, Rio de Janeiro, n. 40, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019224639>. Acesso em: 29 ago. 2021.
- GOULD, Stephen Jay. **Seta do tempo, ciclo do tempo: Mito e metáfora na descoberta do tempo geológico**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- LIMA, Nísia Trindade; FONSECA, Cristina M.O.; HOCHMAN, Gilberto. A saúde na construção do Estado nacional no Brasil: Reforma sanitária em perspectiva

REVISITANDO O MUNDO DO TRABALHO

Cremilda Medina

Quando, em 1995, publicava na ECA/USP com o apoio do CNPq, o quarto livro da série *Novo Pacto da Ciência*, não se podia imaginar quanto o tema seria hoje oportuno. *Sobre Vivências – no mundo do trabalho* reunia, como em todas as 11 edições do Projeto Plural, um debate inter e transdisciplinar de autores de vários campos do conhecimento científico, dos saberes cotidianos e da expressão artística ou das linguagens míticas. Um dos trechos que escrevi na primeira aba lançava várias interrogantes nos anos 1990:

Este ciclo de múltiplos compassos mostra contradições aparentemente insuperáveis tanto no mercado de trabalho quanto nas políticas dos Estados. Trabalho para todos? Qualificação profissional para todos? Equilíbrio entre oferta e demanda de mão-de-obra? Sociedades desenvolvidas segundo um único modelo? Aqueles que refletem sobre os dilemas postos pela concepção produtivista do trabalho, não encontram fórmulas para resolver as distorções. Nem o clube dos mais ricos detém essa mágica. Todas as negociações políticas da atualidade ensaiam estratégias emergentes, sem nenhuma garantia de êxito. (1)

Quando, em 2019, os participantes da oficina de *Narrativas da Contemporaneidade* na Universidade Federal da Paraíba que coordenei no lastro do Projeto Plural, decidiram visitar o mundo do trabalho, não se podia imaginar quanto o tema seria emergente em 2020, na experiência universal da pandemia da Covid 19. No entanto, emprego e trabalho continuavam pautas tão oportunas quanto em 1994-1995: e já nessa ocasião o título *Sobre Vivências* (escrito em duas palavras) perseguia *as pegadas da saga coletiva e a assinatura de um povo*. No mesmo paralelo de tempos distantes, autores paulistas de 1995 e autores paraibanos de 2020 se lançaram e se lançariam às *marcas inconfundíveis do trabalho local, escrevendo outros significados que não constam dos manuais econômicos*.

É bem verdade que em 2018, na primeira oficina na UFPB, o grupo de estudantes de pós-graduação em Ciências da Comunicação (com ênfase em Jornalismo) e alguns docentes revelaram acuidade na escolha temática que resultou na publicação de 2019: *Saneamento básico, direito à cidadania* (2). Numa coincidência surpreendente, quando, no primeiro dia da oficina, discutíamos as possibilidades da edição do resultado culminante do laboratório, e levantávamos os principais desafios paraibanos e brasileiros, saneamento básico se impôs. No dia seguinte, o IBGE apresentava o alarmante quadro nacional e todas as manchetes das mídias se curvaram ao assunto que, afinal, nos perturba há muito tempo. Assim, o testemunho das narrativas que a edição da Universidade da Paraíba lançou no ano seguinte, dá à sociedade e às autoridades públicas uma leitura sociocultural inspiradora para o encaminhamento de soluções à altura da cidadania.

Cremilda Medina, jornalista, pesquisadora, mestre, doutora, livre-docente e professora titular sênior pela Universidade de São Paulo, é autora de vinte livros e organizou 59 coletâneas, entre elas, a *Série Novo Pacto da Ciência*, que completa 30 anos em 11 edições e cuja trajetória está contemplada neste título.

O segundo volume do que já se pode considerar um fluxo contínuo de autores da oficina de 2018 e novos autores da oficina de 2019, acresce outro elo histórico-cultural ao revisitar a proposta gerada na USP na década de 1990. O novo conjunto de narrativas da contemporaneidade flagra as atuais *Mutações do Trabalho*. Seria recorrente procurar hoje a criatividade do que se cunhava antes de *sevirol*. Dizia-se então que *já criança, é preciso descobrir as ferramentas do sevirol que só uma cultura ágil oferece para batalhar um lugar no Hemisfério Sol*. (O Projeto Plural, no segundo dos 11 livros da série *Novo Pacto da Ciência*, cunhou o mundo em duas metades, *Hemisfério Noite e Hemisfério Sol* (3), metáfora para destacar as vozes e as vivências do Sul, essas do Sol.) De pronto, o grupo da oficina no final de 2019 sintonizou nessa busca cúmplice das virações ou das Sobre Vivências locais.

Mas em março de 2020, quando os autores foram a campo, explodiu a pandemia e todos os contextos humanos não só da Paraíba como do planeta entraram na era da morte, da doença indomável, da perplexidade dos saberes, do isolamento dos convívios. A contundência do mundo do trabalho e do emprego aflorou como ninguém havia previsto. Era de se desejar, no imaginário coletivo, a volta dos ciclos de crescimento? Se as análises pendiam para o pessimismo de terra arrasada, os autores deste livro, cujo título recebeu um subtítulo – *Em tempos de pandemia* – não se acomodaram e foram à escuta e à observação-experiência para captar cenas dramáticas dos protagonistas anônimos ou a ação social dos paraibanos que vazem acontecer o *sevirol*.

No mundo da rua; as estratégias do asfalto; a força da solidariedade; o diário de Amanda; entre rodos, flanelas e amassados; estratégias para criar estratégias; o ciclo da vida; mais do que letras e sermões; do lixo ao verde – a primeira Eco Praça - eis os capítulos desta aventura humana que expressam nas histórias de vida narradas o que as reflexões finais consideram um *jeito brasileiro de ser* e, no jornalismo, a capacidade de dialogia social. Há no ritmo dos mediadores autores, não uma argumentação de diagnósticos fechados, mas aquela narrativa que se abre às identidades em processo na saga do cotidiano.

Nos *ciclos* recorrentes e nas *setas do tempo*, para homenagear Stephen Gold (4), *Mutações do trabalho em tempos de pandemia* convida a superar nossas desesperanças e reencontrar os *atos emancipatórios do caos*, para acrescentar outra homenagem, agora a Ilya Prigogine (5).

Os autores deste título, publicado em *e-book* na Universidade Federal da Paraíba em 2020, nos convidam a partilhar o gesto afirmativo dos anônimos perante as intempéries do mundo. Primo irmão da Série Novo Pacto da Ciência, o volume atualiza no Nordeste a saga brasileira reportada e refletida em *Sobre Vivências* (1995).

Referências

- (1) Fragmento de texto da primeira aba do livro *Sobre Vivências, no mundo do trabalho*, da série *Novo Pacto da Ciência-4*, organizado por Cremilda Medina e Milton Greco, São Paulo, ECA/USP/CNPq, 1995.
- (2) O primeiro livro que resultou da oficina de Narrativas da Contemporaneidade na Universidade Federal da Paraíba em 2018 de Cremilda Medina, *Saneamento básico, direito à cidadania* foi publicado em *e-book*, Campina Grande, **eduepb**, 2019.

(3) A metáfora Hemisfério Sol foi cunhada no segundo livro da série *Novo Pacto da Ciência - Do Hemisfério Sol, o discurso fragmentalista da ciência*, organizado por Cremilda Medina e Milton Greco, São Paulo, ECA/USP/CNPq, 1993. A edição acentua as vozes ensaísticas do Sul sobre o Sul.

(4) Stephen Jay Gould (1941-2002), paleontólogo e biólogo, nos deixou um de seus livros aqui citados – *Seta do tempo, ciclo do tempo*, São Paulo, Cia. das Letras, 1991.

(5) Ilya Prigogine (1917-2003), Prêmio Nobel de Química, autor de inúmeras obras que acrescentam à epistemologia contemporânea compreensões tão válidas para as ciências da natureza como para as ciências sociais (segundo suas próprias palavras, numa entrevista concedida a Cremilda Medina em um encontro de Buenos Aires em 1991 e que está publicada no livro *Do Hemisfério Sol*, já citado na nota (3). Em sua teoria do caos, introduz da observação científica a noção que do caos surgem atos emancipatórios.

Valioso acréscimo da parceria inter e transdisciplinar

A propósito do quarto livro da Série Novo Pacto da Ciência de 1995, em que se debatiam os desafios do mundo do trabalho, uma das colaboradoras, a economista Lenina Pomeranz, pesquisadora e professora titular sênior da Universidade de São Paulo, enviou a seguinte carta em 2021:

Minha grande amiga,

Você me pede um texto sobre vivências no mundo de hoje, especialmente no que diz respeito ao mundo do trabalho.

As minhas reflexões não se dirigem hoje a essa temática; mas, indiscutivelmente, ela é, ou deveria ser a temática dominante. Pois a nova revolução tecnológica, a meu ver, rompe com toda uma linha de pensamento anterior. A despeito de ainda termos como base de raciocínio o modo de produção e a organização social dele decorrente, a questão que se põe é a de que o trabalho humano está rapidamente perdendo relevância para o robô, e até mesmo trabalhos que não exigiam qualquer profissionalização estão tendendo a desaparecer.

Com a introdução da Inteligência Artificial, o trabalho humano já estava sendo bastante reduzido, levando algumas grandes empresas a diminuir o período de trabalho diário e promover atividades lúdicas no tempo restante. A pandemia do Corona vírus, antes do surgimento da vacina, introduziu a quarentena e dividiu a população urbana em duas categorias: a das pessoas que podiam realizar seu trabalho em casa e a dos trabalhadores informais que não podiam dar-se esse luxo, tendo que buscar seu sustento nas ruas. Com a vacina, o emprego foi retomado, mas em níveis muito inferiores ao do período anterior à pandemia. Como complemento, surgiu o drone para entregas, antecipando a perda de relevância do trabalho humano. O que virão a ser as pessoas que hoje já se apresentam como os “sobrantes” do chamado mercado de trabalho?

Assim, parece-me inevitável admitir que a nova revolução tecnológica representa uma ruptura na estrutura e funcionamento da sociedade, trazendo perguntas importantíssimas para a definição do processo de distribuição da riqueza produzida, desta vez sem a intermediação do trabalho para esse fim. Infelizmente, é bastante difícil tentar respondê-las, mesmo observando a velocidade com que essa revolução tecnológica avança. Porque a tecnologia na sociedade capitalista tem dono, que se apropria dos resultados de sua aplicação. E por ora, prefere mandar um foguete à lua, indiferente à sorte de milhões de pessoas sem fonte de renda para sobreviver.

Grande abraço

Lenina Pomeranz

Lenina Pomeranz Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo (1959) e doutorado em Planificação Econômica pelo Instituto Plejanov de Moscou de Planificação da Economia Nacional (1967). Atualmente é professora associada aposentada em exercício na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

SOBRE VIVÊNCIAS: TEMPOS PLURAIS

Patrícia Patrício & Marcia Blasques

Preâmbulo (à guisa de introdução).

Somos contemporâneas (e coetâneas) ao Projeto Plural. Ingressamos na ECA/USP em 1991, ano de início desse projeto idealizado por Cremilda Medina e Milton Greco para a discussão sobre a crise dos paradigmas na ciência. Três décadas se passaram, e até hoje reverbera em nosso sentir-pensar-agir esse momento formativo da nossa carreira.

Convidadas por nossa querida mestra e orientadora – da graduação ao doutorado – para contribuir com este volume que propõe uma revisão aos trinta anos de Projeto Plural, observamos, para além de uma revisitação de um passado, a projeção de um olhar para o futuro. Trinta anos depois, lançamos um olhar para os livros publicados nos anos 90 à luz destes tempos pandêmicos. As reflexões suscitadas pelos volumes do Projeto Plural ainda têm muito o que contribuir para as interrogantes inquietas deste planeta na terceira década do terceiro milênio.

Questões emergentes em 2021, como a precarização (hoje chamada “uberização”) do trabalho, os desafios do cuidado em comunidade – da infância à velhice – estão entranhadas nos avanços e recuos da sociedade, economia e cultura brasileiras, talqualmente nos anos 1990. O próprio modo como se vê, ainda hoje, a crise dos paradigmas, como funciona o método científico, como a ciência avança e recua, são contribuições semeadas pelo Projeto Plural.

Fazer um esforço rumo à compreensão das realidades complexas, para além de dicotomias. Buscar um olhar mais abrangente, um paradigma sistêmico, uma cosmovisão holística – como define Milton Greco, “luz e tecto que ilumina e limita a formação e actuação do cidadão” (ZAU, 2021, p.1). Eis apenas algumas das muitas contribuições do Projeto Plural em nossa trajetória de vida, acadêmica e profissional.

E assim, com muita honra e alegria, renovamos nosso laço (ainda que à distância) escrevendo capítulos a quatro mãos para mais um livro de Cremilda Medina. Convidada para a curadoria de *Sobre Vivências*, eu, Patrícia, temi o *deadline* mas aceitei o desafio. E sugeri compartilhar a escrita deste texto com minha contemporânea de graduação em Jornalismo na ECA/USP – ingressamos na mesma turma, 1991, ano de início do Projeto Plural –, madrinha de casamento e *cumadi* Marcia Blasques (madrinha de meu primogênito, Luís Norio).

Patrícia Patrício é jornalista graduada pela Universidade de São Paulo (1994), mestra (2002) e doutora (2007) em Ciências da Comunicação mesma instituição. Professora da Fatec Ipiranga. Preside a Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão da Fatec Ipiranga, líder do Grupo de Estudos em Comunicação, Organizações e Cultura da mesma.

Márcia Blasques é jornalista e doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP). Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade de São Paulo (1994) e mestrado em Ciências da Comunicação pela mesma instituição (2005). Atualmente é Diretora da Divisão de Mídias Online da Coordenadoria de Comunicação Social da USP.

Última vez que nos encontramos presencialmente, Marcia e eu, foi no Carnaval de 2020, poucos dias antes da declaração da pandemia. Então, é motivo de grande prazer redigir este capítulo com Marcia, contando os dias para a completude de nossa imunização e a possibilidade de um retorno ao abraço presencial (*nada substitui o signo da relação presencial*, parafraseando Cremilda Medina).

Vamos tecendo os parágrafos a quatro mãos, síncrona e assincronamente, por meio de um arquivo compartilhado no Google Drive, enquanto uma tira o pão do forno e a outra bota pra tocar Joshua Bell interpretando o *Concerto em Ré Maior* de Johannes Brahms. Refletir sobre as trilhas de *Sobre Vivências* e, de modo geral, sobre as pegadas que o Projeto Plural deixou em nossas trajetórias, é o que tentaremos fazer neste ensaio.

Inspirado livremente, fora da ordem de sumário, nas partes do volume dedicado aos relatos sobre o mundo do trabalho nos meados dos anos 90, este texto dá especial atenção às questões de **terra, trabalho e pão** e às **estratégias do asfalto frente à precarização do trabalho na cidade**. Ao revisitar *Sobre Vivências*, busca um olhar-ponte com os dias de hoje (sem impor determinismos causa-efeito ou sem arvorar rigores metodológicos, posto que somos narradoras-comunicadoras, e não historiadoras ou sociólogas).

Além disso, herdeiras da trilha de Cremilda, não podemos nos render a dicotomias ou vícios de um paradigma mecanicista. Buscamos, um dia de cada vez, o diálogo possível nas inquietudes complexas desta terceira década do terceiro milênio.

Diálogo 1 - Comida que se põe à mesa (e se desperdiça).

MB: Em casa eu sempre comi tudo o que aparecia pela frente. Meus irmãos não comiam legumes – influência do machismo do meu pai, que achava que macho tinha que comer carne. Então, minha pobre mãe cozinhava os legumes no feijão, para pelo menos conseguir fazer os três (os meninos e meu pai) comerem algo. Ela e eu, no entanto, nos acabávamos nos legumes cozidos, peixes, saladas etc.

PP: Chico, meu marido, conta que em casa era o terror da fome e da guerra que eu nunca vivi. Uma tia morreu de disenteria e no pós-guerra a fome era constante. Raspar até o último grão do prato, aproveitar o leite coalhado... A gente comeu até broto de samambaia. Não quero isso pra ninguém, mas é bom saber que existem livros sobre PANCs (Plantas Alimentícias Não-Convencionais).

O bom é comer PANCs por prazer, e não por necessidade. Ontem estava sonhando com um quintal com um canteiro de capuchinhas, caminhando de volta do CEI (fui levar umas doações para bebês gêmeos que estão com a avó, porque a mãe morreu de covid-19 logo após o parto; não tinha feito o pré-natal e nem sabia que eram gêmeos) ...

Já cozinhei muito inhame e cenoura no feijão pra passar nutrientes pro Norio via caldo de feijão; preciso retomar isso, com o cuidado de os pedaços serem grandes (uma vez a cenoura esfacelou no cozimento e ele não comeu nenhuma das seis xícaras de feijão que havia feito nessa leva).

Misoshiro da batyan (e agora do pai Chico, que começou a cozinhar na pandemia, pesquisando receitas na internet): eis a salvação feita sopinha de pasta de soja (missô), com algas, cebola, cenoura e inhame.

Isso de raspar o prato, que Chico e Marcia relatam, também vivi. Na minha infância, não era o terror da guerra, e sim o da miséria. Meu pai fazia o maior sermão se deixasse resto no prato: isso alimentaria uma criança africana ou mesmo pernambucana. E lá vinha o relato sobre o tio Ivaldo, que comeu terra por desnutrição; a ladainha sobre a carne que só no Natal (nem no domingo de Páscoa), ou então se o vô Bio ou meu pai, primogênito de nove irmãos, conseguissem caçar um preá ou tatu na mata próxima do engenho (hoje não existe mais: foi desmatada para virar um triste canavial, parcamente produtivo ante os de Ribeirão Preto, mar de cana que engole gentes, bichos e Mata Atlântica, como nos poemas de João Cabral de Melo Neto).

Sobre terra, trabalho e pão, eis a sabedoria do meu vô Bio, que só fez até o quarto ano do ensino primário: **trabalhar pra engenho de cana ou arrendar terra não dá futuro. Melhor trabalhar pra ter um pedaço de chão seu mesmo, pra plantar e viver.** *E ele conseguiu uma terrinha pouca mas boa, e nela plantou e viveu até os 86 anos. Meu tio Ivaldo comeu simbolicamente um punhado de terra do Sítio do Camarão, pouco antes da morte do meu avô, que teve um AVC enquanto cavoucava a terra ao redor de um pé de acerola. Tio Ivaldo falou zombeteiro naquela ocasião-epifania: pronto, já comi minha parte da herança. Tia Hilda declamou um poema no topo do aclave do pomar, os primos descemos correndo a pirambeira até a bica pra beber e pra banhar ali perto, onde havia uma pedra com inscrição de 1750, dizem que foi um marco do tempo da escravidão. Aquela foi a última tarde de verão em que vi “seu” Bio, em janeiro de 2004.*

MB: Nunca passei fome. Apesar das peripécias maternas para garantir o “arroz, feijão e mistura”, da inflação galopante dos anos de 1970 e 1980 que nos obrigava a fazer estoques de latarias em casa para economizar, eu nunca soube o que é uma barriga vazia. Ao contrário da minha mãe, primogênita de sete filhos, que por muito tempo almoçou se perguntando se teria jantar.

Terra, trabalho e pão

Nos anos de 1990, quando *Sobre Vivências* foi publicado, a fome ainda era tema candente no país. Relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) indicava que, entre 1990 e 1992, quase 15% dos brasileiros passavam fome. Em 1993, o mapa do Ipea indicava 32 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza. Pensar em pessoas em situação de insegurança alimentar, num país considerado por muitos o “celeiro do mundo”, era motivo de muita angústia e muita discussão, tanto na academia quanto fora dela. Como não se emocionar com Betinho, com a Ação da Cidadania (lançado em 1993) e com o movimento contra a fome, a miséria e pela vida? Como não atender ao chamado para a ação?

Da ação social à política pública, nos governos do PT, a situação parecia resolvida no final da primeira década do novo milênio. Em 2013, a parcela da população em situação de fome havia caído para 4,2% – o nível mais baixo até então. O relatório *O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: Um retrato multidimensional*, também da FAO, divulgado em 16 de setembro de 2014, indicava que, no período de 2012-2014, apenas 1,7% dos brasileiros ainda não comiam o suficiente diariamente. Era o Brasil fora do mapa da fome.

Mas a história continua a avançar, e o que era ontem já não é mais hoje. Nessa viagem de três décadas ao passado, revivemos as velhas feridas do país não como lembrança, mas como real. Não mais a dor que dói latejada da perda passada, recordando o lirismo de Chico Buarque, mas a dor do outro presente, do outro que sofre e desespera. Dados levantados pelo grupo de pesquisa *Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy*, com sede na Freie Universität Berlin (Alemanha), apontam que, entre agosto e dezembro de 2020, 125,6 milhões de brasileiros sofreram com insegurança alimentar durante a pandemia – número que equivale a quase 60% da população do país. É o Brasil de volta ao mapa da fome.

Diálogo 2: Do campo para a mesa

MB: Tenho fascínio por verduras, frutas e legumes frescos. Entre as lembranças mais queridas da infância estão as idas à feira-livre aos domingos, com tia Lourdes, irmã mais velha do meu pai. As cores, os cheiros, as texturas... era tudo tão lindo, tão farto. Você não imagina qual foi meu choque ao saber, muitos anos mais tarde, que em várias regiões dos Estados Unidos as pessoas não têm acesso a alimentos frescos. Elas simplesmente não sabem como é uma verdura, um legume. Lembro até de uma pesquisa que mostrava que 7% dos estadunidenses acreditavam que o leite achocolatado vem de vacas marrons. Claro que tem um componente de desigualdade grande aí, mas é também uma questão cultural, da relação de um povo com o que come. Um povo sem base alimentar histórica, como o nosso velho e bom arroz e feijão.

PP: Na minha adolescência, tive a oportunidade de cultivar, junto com meus pais e minha tia, um terreno de 1000 m², no condomínio onde meus pais vivem até hoje, em Tatuí. É uma experiência impagável saber o trabalho que dá para cultivar morangos e tomates sem usar agrotóxicos, e conhecer a alegria de colher milho fresquinho e feijão (debulhado entre longas conversas à mesa da cozinha, após o jantar). Em um pequeno apartamento, durante a pandemia, fizemos uma experiência de cultivar tomatinho cereja em garrafa PET, e agora Luís Norio “adotou” um vaso de hortelã em sua escrivaninha de estudos. Mesmo longe do solo, a dez andares de altura, é possível reviver, ainda que na escala diminuta de um vaso, o caminho do campo à mesa. Para crianças, como Luís Norio, que torcem o nariz para os vegetais (ainda que coma bem as frutas), é essencial trazer o contato com a terra, com o ciclo da semente ao fruto. “Acho que a cidade precisava ter uma árvore a cada dois metros”, comentou LN em um passeio pelo bairro numa tarde de agosto de 2021. As caminhadas pandêmicas com as crianças, sábia estratégia instituída por Chico para manter a sanidade, deixaram bem clara a diferença entre ruas arborizadas e estéreis: temperatura e umidade mais agradáveis, ar mais limpo, sem contar a beleza das cores que se alteram com as estações. Outra excelente contribuição é a presença das hortas nas creches, EMEIs e escolas de ensino fundamental. Há que conectar campo e cidade, terra e mesa, horta urbana e agricultura familiar. Aliás, como escreveu Alessandra Oshiro Ceregatti em seu Instagram @aleoshiro13, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) estipula que pelo menos 30% dos produtos destinados à merenda sejam fornecidos diretamente pela agricultura familiar. É uma iniciativa que gera trabalho e renda para milhares de agricultoras e agricultores e traz mais saúde para a mesa das famílias da escola pública. Ficamos encantados ao receber a cesta de agricultura familiar do CEI frequentado pela nossa caçula, Clara Mayumi: o pão integral de Jarinu era simplesmente divino, as batatas, beterrabas e cenouras serviram para um belo cozido, as bananas demoraram um pouco para amadurecer, mas assim que ficaram no ponto foram prontamente devoradas por Mayumi...

Novos paradigmas no campo: para além de dicotomias

Orgânico ou tecnológico? Agricultura familiar ou agroindústria? (*Urbano ou rural?*). Já em *Sobre Vivências*, o capítulo de Júlio Wiziack derrubava um pré-conceito sobre a agricultura familiar (a visão equivocada de que ela seria menos produtiva do que as grandes propriedades agroindustriais).

Pode parecer brincadeira, mas somando toda a produção das pequenas propriedades, em que se pratica a agricultura familiar, os resultados são muito próximos daqueles obtidos pela agricultura patronal, exercida em grandes fazendas com trabalhadores residentes (WIZIACK, 1995, p.194).

A tese de Luiz Carlos Mior, publicada como livro sob o título *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural* (MIOR, 2005), corrobora, dez anos depois da reportagem de Wiziack, a afirmação de que agricultura familiar é sim produtiva e sustentável, e muitas vezes, mais do que a agroindústria patronal.

No Prefácio, Julia S. Guivant ressalta que Mior rejeita as dicotomias do ponto de vista epistemológico entre modelos de desenvolvimento rural endógenos e exógenos. “Estes, identificados com teorias que enfatizavam uma perspectiva estrutural-determinista, colocavam as principais diretrizes para o desenvolvimento rural emanando de fora das áreas rurais” (GUIVANT *in* MIOR, 2005, p.11).

Além disso, o modelo exógeno considera “irrelevantes as práticas não estandardizadas dos atores sociais locais” (GUIVANT *in* MIOR, 2005, p.11). Por outro lado, o modelo de desenvolvimento rural endógeno passou a combinar o entrecruzamento entre forças externas e locais [...] para entender as especificidades e diversidades que levam para a configuração de um mundo rural cada vez mais diferenciado e com diferentes chances de sustentabilidade” (GUIVANT *in* MIOR, 2005, p.11).

Para superar essa dicotomia, Mior indica a proposta da teoria do ator-rede, que compreende as formas econômicas como processos sociais atravessados de relações de poder (LOWE et al., 1995; MARSDEN, 2003; MURDOCH, 2001).

Com a perspectiva das redes é possível identificar o desenvolvimento rural como resultante de uma complexidade de redes, nas quais os recursos são mobilizados, as identidades delimitadas, e as relações de poder consolidadas (GUIVANT *in* MIOR, 2005, p.12).

Na introdução, Mior destaca que, tanto nas grandes agroindústrias convencionais quanto nas pequenas familiares, existem agentes participando das duas formas de rede: pequenos agricultores familiares que agregam valor a seus produtos frequentemente são, também, produtores integrados à agroindústria (no mesmo ou em outro produto). A **noção de rede**, portanto, contribui para **superar a dicotomia entre agroindústria e agricultura familiar**.

O estudo em questão se dedica à “análise conjunta dos processos de inserção da agricultura familiar nas diversas formas de agroindustrialização” como fator de mudança nos padrões de desenvolvimento rural no Oeste do Estado de Santa Catarina (MIOR, 2005, p.19). Uma das interrogantes do trabalho é: como os recursos naturais e sociais do território pesquisado são incorporados em novas redes; com agroindústrias artesanais-rurais de pequeno porte em uma região marcada pelas agroindústrias convencionais?

Ancorando a abordagem de redes verticais e horizontais de desenvolvimento rural a partir do estudo de caso sobre o Oeste catarinense, Mior (2005, p. 22) propõe uma leitura da crise regional sob o prisma do esgotamento das formas tradicionais de produção agroindustrial. Por outro lado, emergem novos agentes regionais e locais.

Ao investigar a transformação da cadeia produtiva de carnes em cluster orientado pelas exigências do mercado externo e o surgimento das agroindústrias de aves na região, o autor observa que esses “são processos que estão apoiando a formação de distintas redes de desenvolvimento rural e regional” (MIOR, 2005, p.23).

Um mapeamento das políticas públicas federal e estadual no início dos anos 2000, orientadas para novas formas de inserção da agricultura familiar (com destaque para o Pronaf), desemboca em uma discussão sobre a necessidade de construir uma nova forma de regulação do desenvolvimento agrícola e regional, com a participação cada vez maior de atores locais e regionais.

Para compreender de perto esses atores, Mior ouviu agricultores familiares que operam empreendimentos agroindustriais rurais; discutiu como a dimensão qualidade se torna elemento para legitimar a agroindustrialização da agricultura familiar rural. Especificamente, analisa as estratégias propostas por agentes como o Instituto Saga, organizações não-governamentais (Apaco) e o Movimento dos Sem Terra (CooperOeste).

Concluindo a pesquisa, Mior identifica como as redes agroindustrial convencional e familiar compartilham o mesmo espaço socioeconômico, verificando interfaces, conflitos e convergências – superando dicotomias e pré-conceitos sobre a agroindústria tradicional e a agricultura familiar.

Precarização do trabalho na cidade

Em *Sobre Vivências*, a “Saga dos Camelôs” é o capítulo que trata do sevirol dos comerciantes informais no centro de São Paulo (PATRÍCIO, 1995). Essa *reportagensaio*, editada a partir do Trabalho de Conclusão de Curso da autora, mostra cenas vivas dos camelôs e a relação conflituosa com o comércio formal. Flagra, ainda, que comerciantes com ponto físico no Triângulo paulistano destinam parte de suas mercadorias para o comércio informal. Mesmo em plena pandemia, os ambulantes seguem pela cidade.

A oferta de produtos pode ter mudado, mas a configuração do comércio e dos serviços informais permanece. À porta do metrô, nos pontos de ônibus e próximo a locais de grande circulação de pessoas, ambulantes vendem máscaras, capas, acessórios e ofertam pequenos reparos para celulares; apregoam ainda brinquedos, lanches rápidos e traquitanas em geral.

Os “camelôs dos serviços” estão nas soluções de mobilidade urbana – transporte, entregas de encomendas, *delivery* de alimentos, cosméticos, roupas e demais itens de consumo – dentre as quais a Uber foi pioneira. Daí o fenômeno denominado “uberização”.

No campo do trabalho, especificamente, diz respeito à economia do compartilhamento: define uma relação de trabalho contemporânea em que se “vende” um serviço para alguém de forma independente, sem intermediação de empresas, em geral via internet. No princípio,

esse fenômeno consistia numa operação de empréstimos e trocas entre iguais; em pouco tempo, com a chegada da Uber, essa dinâmica ganhou o nome da plataforma e passou a explicar a relação entre autônomos e contratantes (DIAS, 2020, p.1)

Ludmila Costhek Abilio, do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit/Unicamp), vem se dedicando a estudar o fenômeno de maneira crítica, apontando esse novo fenômeno no “entrecruzamento de diversos processos que envolvem as transformações no papel do Estado” (ABILIO, 2019, p.2).

A partir de pesquisa empírica realizada com motoboys entre os anos de 2014 e 2019, em comparação com estudo sobre os bike boys (ALIANÇA BIKE, 2019), a autora analisa essa ocupação “tipicamente juvenil [...] em um contexto de crise econômica e alta taxa de desemprego juvenil” (ABILIO, 2019, p.2).

A autora busca compreender esse processo no contexto da flexibilização do trabalho (a Lei da Terceirização no Brasil corou esse processo) e de décadas de políticas neoliberais que eliminam direitos trabalhistas e criam novas formas de organização do trabalho. Compreende o trabalhador como “um auto gerente-subordinado que já não é contratado, mas se engaja no trabalho via a adesão às plataformas” (ABILIO, 2019, p.2).

O uberizado encontra-se totalmente descoberto de garantias, direitos e segurança do trabalho, arca com riscos e custos de sua atividade e seu recrutamento e remuneração seguem novas lógicas. Por um lado (autogestão, ausência de direitos trabalhistas) se assemelha ao camelô das ruas. Por outro, está dentro de uma lógica completamente distinta àquela dos marreteiros dos anos 1990: os trabalhadores uberizados subordinam-se a tecnologias da informação que operam com dimensões gigantescas de extração e processamento de dados, possibilitadas pelas programações algorítmicas.

Parte do discurso das “empresas-aplicativo” (ABILIO, 2017) se assenta nos pilares do neoliberalismo: agentes econômicos encontram-se no mercado e exercem livremente suas atividades, o que levaria a um equilíbrio dinâmico entre oferta e procura. Esse equilíbrio, como foi possível perceber entre julho e agosto de 2021, é altamente questionável: no inverno paulistano, os motoristas passaram a cancelar as viagens sistematicamente, devido à alta dos combustíveis (QUEIROZ, 2021).

Em 2021, a precarização do trabalho e a falência das promessas neoliberais se afirma nas empresas-aplicativo, nos trabalhadores uberizados e na terceirização do próprio *core business* de empresas dos mais diversos portes e segmentos.

A desagregação dos trabalhadores como classe e a perda de direitos trabalhistas no contexto da crise do capitalismo neoliberal estão intimamente ligadas e já se prenunciam em *Sobre Vivências* – nos textos, por exemplo, de Santa Maria Nogueira Silveira, Maria Cristina Cacciamali (“Menos trabalho, mais políticas públicas”), Milton Greco e Ubiratan D’Ambrosio.

Para fazer um contraponto e indicar um ponto luminoso de esperança, Edvaldo Pereira Lima apresenta as tendências humanizadoras nas empresas europeias – que, de certa maneira, foram reproduzidas por organizações brasileiras preocupadas em melhorar sua imagem institucional e quem sabe aparecer nas páginas do especial “Melhores Empresas para Você Trabalhar”, de Você S/A.

Nesse pêndulo entre a esperança das soluções humanizadoras e o desespero da fome, do desemprego, do subemprego, vemos o grande Leviatã agoniado. As inquietudes neste planetinha são imensas. Sigamos, parafraseando Carlos Fuentes, com o orgulho de uma missão (ainda parcialmente) cumprida e a esperança do muito que ainda falta por fazer. Pois, como cantou Gal Costa, “é preciso estar atento e forte. Não temos tempo de temer a morte”.

PS de PP: Agradeço a Luís Norio, 8 anos, a revisão e sugestões.

Referências

- ABILIO, Ludmila Costhek. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, Valparaíso, v.18, n.3., nov. 2019. Disponível em: <https://www.psicoperspectivas.cl/index.php/psicoperspectivas/article/viewFile/1820/1095>. Acesso em: 29 ago. 2021.
- DIAS, Tiago. O que é uberização, como surgiu e outras dúvidas. *TAB UOL*, [S.l.], 07 ago. 2020. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/faq/uberizacao-o-que-e-como-funciona-como-surgiu-e-outras-duvidas.htm>. Acesso em: 29 ago. 2021.
- QUEIROZ, Guilherme. Por que os motoristas de aplicativo passaram a recusar tantas viagens? *Veja São Paulo*, São Paulo, 27 jul. 2021. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/motorista-uber-cancela-viagem/>. Acesso em: 29 ago. 2021.
- PATRÍCIO, Patrícia. A saga dos camelôs. In: MEDINA, Cremilda; GRECO, Milton (orgs.). *Sobre Vivências no mundo do trabalho*. São Paulo: ECA/USP: CNPq, 1995.
- WIZIACK, Júlio. Com a terra na mão. In: MEDINA, Cremilda; GRECO, Milton (orgs.). *Sobre Vivências no mundo do trabalho*. São Paulo: ECA/USP: CNPq, 1995.
- ZAU, Filipe. Educação integral e colcha de retalhos. *Jornal de Angola*, Luanda, 18 ago. 2021. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/educacao-integral-e-colcha-de-retalhos/>. Acesso em: 29 ago. 2021.

OBRIGADA, PROFESSORA ANA MARIA MARANGONI

Angela Maria Farah

A professora Ana Maria Marangoni - que perdemos em 2021 - do departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, escreveu sobre o trabalho infantil no livro *Sobre Vivências*, organizado por Cremilda Medina e Milton Greco, em 1995, na coleção *Novo Pacto da Ciência*, volume 4, conhecido também como *Projeto Plural*.

Marangoni destacou um provérbio popular: “Trabalho de criança é pouco, mas quem perde é louco”, para tratar do trabalho infantil, especialmente na área rural. A professora ressaltou o valor negativo que esse tipo de trabalho ganhou na Revolução Industrial e as consequências de não apoiar o ensino de algumas atividades práticas e profissionalizantes a crianças e adolescentes. O questionamento que faz está centrado no trabalho como um prazer na vida do homem, que aprende a produzir suas próprias coisas no cotidiano, como limpar a casa, lavar a louça, cozinhar e passar roupa, por exemplo. Assim a pesquisadora conclui o seu texto:

‘Trabalho de criança é pouco, mas quem perde é louco’. É louco porque perde a contribuição material da atividade; porque perde uma oportunidade educacional; porque perde momentos de prazer para si, no convívio do ensinar e do realizar o trabalho; porque perde a oportunidade de propiciar à criança o prazer de sentir-se capaz de fazer, de criar, de desenvolver-se com maior utilização de seu próprio esforço e até de sentir-se mais autoconfiante e independente. Trabalho de criança, em si, não configura crime (MARANGONI, 1995, p. 61).

Quando estava cursando o doutorado em Ciências da Comunicação na Escola de Comunicação e Artes (ECA), na Universidade de São Paulo (USP), o tema “trabalho infantil” surgiu na pesquisa documental inicial e, por isso, cheguei a esse texto da professora Marangoni, indicado por minha orientadora, Cremilda Medina. A expressão que usa para dar título ao texto pode provocar uma interpretação ambígua e equivocada se a leitura for apressada. A ligeira leitura pode indicar uma concordância da pesquisadora com o trabalho infantil, no entanto seu objetivo é refletir, de modo mais abrangente, sobre o valor e o papel do trabalho para crianças e adolescentes.

Esse é um tema polêmico. Muito foi feito para que os países percebessem a exploração das crianças pela “nova” sociedade industrial. O sociólogo e fotógrafo Lewis Hine (1874-1940), ao realizar um trabalho fotográfico para o National Child Labour Committee, entre 1908 e 1917, mostrou crianças que trabalhavam mais de 12 horas seguidas em fábricas e em minas. O pesquisador Jorge Pedro Sousa aponta que esse trabalho contribuiu efetivamente para a alteração da legislação norte-americana sobre o trabalho infantil e reflete a preocupação com o bem-estar da criança. O trabalho infantil, estendeu-se, segundo o historiador Peter Stearns, ainda, até 1915, aproximadamente.

Angela Maria Farah, doutora em Ciências da Comunicação, na Escola de Comunicações e Artes (ECA), da Universidade de São Paulo (USP). Graduada em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo, pela Universidade do Vale do Itajaí (1998). Professora do Centro Universitário da Cidade de União da Vitória (UNIUV) desde 2002. Autora do livro *A imagem da criança na imprensa: um estudo dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo*.

De modo geral, as legislações vigentes mundo afora, incluindo o Brasil, preveem o não trabalho infantil, com o objetivo de não permitir o trabalho escravo ou em condições degradantes às crianças, principalmente quando o trabalho as afasta da escola e do brincar. No entanto, a professora Marangoni refere-se ao trabalho para crianças e adolescentes como uma possibilidade de compreensão da vida cotidiana da sociedade, proporcionando, também, uma visão prazerosa na prática das atividades diárias em casa, por exemplo, inicialmente, para a construção de um sentimento de responsabilidade diante de si e do outro. Sabe-se que o contexto social e econômico no caso do trabalho infantil faz diferença, o que também é apontando por Marangoni em sua leitura sobre o tema registrado nesse texto.

Instigada por seu texto e sua experiência de trabalho de campo, convidei a professora Ana Maria Marangoni para participar de minha banca de defesa de doutorado em Ciências da Comunicação, pela Escola de Comunicação e Artes (ECA), na Universidade de São Paulo (USP), em 2018. E foi um grande acerto fazer esse convite.

Em minha pesquisa fiz a leitura cultural de reportagens de jornais paranaenses entre os anos de 1972 a 2015 sobre o tratamento semântico dado a crianças em situação de rua. Marangoni contribuiu com sugestões para ampliar a pesquisa, ou seja, levar a investigação adiante, indicando maneiras de realizar um levantamento de dados indo a campo. Enquanto a professora fazia sua arguição, revelando sua experiência em pesquisas de campo, eu sonhei com ela. Hoje, faço esta modesta homenagem póstuma, com profundo respeito e admiração por seu trabalho e por tudo que aprendi.

A seguir, republicamos nesta edição o enseio de Ana Maria Marangoni do vol. 4 da série Novo Pacto da Ciência (1995).

TRABALHO DE CRIANÇA É POUCO, MAS QUEM PERDE É LOUCO

Trabalho na Revolução Industrial, assumiu um sentido muito negativo, ainda mais se o trabalhador for uma criança. No entanto, desde que o homem é homem, viver e produzir condições de melhores dias alimentam tanto o sonho quanto as realizações do cotidiano. Então por que negar à criança o prazer do trabalho?

Ana Maria Marangoni

“Trabalho de criança é pouco, mas quem perde é louco”. Seria uma legenda para uma ilustração figurando um insano capitalista, de chicote na mão, observando, com evidente satisfação, uma pobre criança, esquelética e vestida com farrapos, carregando algo com peso claramente excessivo para suas forças no interior de uma oficina escura e desorganizada?

Ou a descrição de uma cena protagonizada por um feitor, também de chicote na mão, observando uma evidente satisfação uma criança, filha de escravos negros, trabalhando num engenho de açúcar?

Ou, quem sabe, a frase que sintetiza a narrativa de um capataz de fazenda, repetindo o chicote na mão e a evidente satisfação, a olhar uma criança, pés no chão, com enxada evidentemente muito pesada nas mãos, a capinar numa lavoura? Ou, talvez, numa imagem mais urbana, um adulto esfarrapado, sem chicote, mas observando com muita atenção e um sorriso de desfaçatez, uma criança esquelética e esfarrapada pedindo esmola numa rua de grande movimento?

A lista de cenas deprimentes como essas poderia não ter fim. Porém, em outras circunstâncias, no interior de São Paulo, por volta dos anos 40/50, a frase “trabalho de criança é pouco, mas quem perde é louco” ilustraria outra realidade: cenas domésticas e pacíficas como a de uma mãe costurando, enquanto a filha, criança ainda, prega botões ou faz uma barra de saia. Numa outra circunstância, uma mãe cozinhando, enquanto a criança descasca ervilhas ou escolhe feijão numa peneira. Serviria também para uma cena onde o pai estivesse serrando ripas para construir uma cerca, enquanto o filho desentorta os pregos, empilha ripas serradas, firma uma das pontas da ripa para o pai.

Hoje, é interessante observar que, quando se fala em trabalho de criança, as referências e interpretações mais óbvias quase sempre estão ligadas a situações de injustiça social.

Há, é certo, uma infinidade de situações em que escandalosos abusos são até facilmente comprovados, com absurda e inaceitável exploração do trabalho de crianças. Mas pouco tem sido discutido sobre o papel do trabalho na (tão na moda) “formação do cidadão”.

O que seria trabalho e não-trabalho para a criança? Qual o papel do aprendizado de atitudes de trabalho, no processo de amadurecimento da criança, em

* Publicado em *Sobre Vivências no Mundo do Trabalho*, organizado por Cremilda Medina e Milton Greco, em 1995, na coleção Novo Pacto da Ciência, volume 4.

Ana Maria Marangoni, que morreu em 2021, possuía graduação (Bacharelado e Licenciatura) em Geografia (1966), pós-graduação em Geografia (1972) e doutorado em Geografia (Geografia Humana, 1983), todos pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Colaboradora de várias instituições de pesquisa, prefeituras e universidades, como geógrafa atuou em planejamento e formação de pessoal de políticas públicas.

diferentes idades? Quanto de atitudes de rejeição a atividades organizadas na vida adulta poderiam ser evitadas através de um processo educativo que desse maior valor ao trabalho produtivo, criativo, manual e intelectual?

No caso brasileiro, o próprio sistema educacional demonstra a pouca preocupação com resultados efetivos para o assunto. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada no início da década de 60, e da Lei 5.692, de alguns anos depois, as mudanças curriculares introduzidas, em especial no que se refere ao antigo Curso Ginásial, eliminaram três disciplinas que poderiam ter seu conteúdo voltado para a formação de atitudes de trabalho e criatividade: Trabalhos Manuais, Desenho Artístico, Desenho Geométrico e Música. Para as meninas havia ainda, no Estado de São Paulo, a disciplina de Educação Doméstica. Foram também criadas as disciplinas de Educação Artística e Educação para o Trabalho (esta última deixou de constar do currículo da maior parte das escolas).

Não apenas a mudança de disciplinas, mas sobretudo a mudança de atitudes quanto ao estabelecimento de programas mínimos oficiais e seu cumprimento levaram ao abandono de práticas preparatórias ao trabalho. Práticas essas certamente não universais, mas seguramente significativas.

Atualmente não seria despida de sentido a discussão de um aprendizado voltado para atividades práticas, necessárias a um cotidiano mais confortável e não apenas as profissionalizantes. E, talvez, sem as fortes distinções marcadas tradicionalmente no sistema escolar entre “trabalho de menina e trabalho de menino”.

Há várias experiências isoladas em que as crianças aprendem a consertar um interruptor de luz, a fazer objetos em madeira, a montar brinquedos mecânicos e elétricos, que poderiam ser objeto de maior discussão e divulgação por parte de educadores e demais organizações sociais.

Os programas de intenções sociais, oficiais ou não, que levam à montagem de oficinas - em geral de carpintaria ou mecânica para os meninos e rapazes e de bordado e costura para as meninas e moças -, pelo que se pode constatar, acabam por adquirir um aspecto discriminatório, pois apenas os desvalidos, ou quase desvalidos, são atendidos. Perde-se, aí, uma oportunidade de aprendizado de atividades que, para muitas crianças e adolescentes, aquelas pertencentes a outras categorias que não há de “menor abandonado, menor carente, menino de rua” seria seguramente gratificante. Perdem-se também, parece claro, possibilidades de maior integração entre pessoas da mesma faixa etária, ainda que de diferentes condições de vida, tais como situação econômica ou de outra ordem.

Tudo isso em uma sociedade cada vez mais individualista como a nossa, em que as pessoas que decidem e que são formadoras de opinião, que se transformam conscientemente ou não em símbolos e modelos -, têm diferentes maneiras de valorizar as mais diversas formas de trabalho. A criação dos símbolos de sucesso profissional, a desvalorização do trabalho físico, a supervalorização do pedantismo academicista, o discurso e a defesa paternalistas a propósito do trabalho e do trabalhador braçal são bons exemplos.

“Trabalho de criança é pouco, mas quem perde é louco”. É louco porque perde a contribuição material da atividade; porque perde uma oportunidade educacional; porque perde momentos de prazer para si, no convívio do ensinar e do realizar o trabalho; porque perde a oportunidade de propiciar a criança o prazer de sentir-se capaz de fazer, de criar, de desenvolver-se com maior utilização de seu próprio esforço e até de sentir-se mais autoconfiante e independente.

Trabalho de criança, em si, não configura crime.

4. Das muitas explorações paradigmáticas

Gerações de autores do grupo de pesquisa que se uniu ao Projeto Plural com seus braços na graduação, na pós-graduação, em oficinas na USP e em outras universidades, na Série de Seminários do Novo Pacto da Ciência, vocalizam aqui sua experiência:

- . De como **Renato Seixas** persegue as noções de cultura e de identidade.
- . De como **Dimas Künsch** abre a lente para a redescoberta de Brasil.
- . De como **Salvato Trigo** reinventa os laços históricos com Portugal.
- . De como **Elen Geraldles** funde arte e vida.
- . De como **Ângela Farah** revisa o mundo do trabalho.
- . De como **Tânia Sandroni** circula no caleidoscópio dos saberes.
- . De como **Andrea Tedesco** cria fundações no tempo paralelo do teatro.
- . De como **Edson Capoano** se lança à ciência mestiça.
- . De como **Ana Lúcia Medeiros** recorda percursos.
- . De como **Liana Milanez** lega à neta o testemunho dos dilemas do planeta.

REFLEXÕES - NO PLURAL - SOBRE A IDENTIDADES CULTURAIS (NO PLURAL)

Renato Seixas

1. De onde vim, onde estou, para onde vamos

Em primeiro lugar, peço licença ao leitor para escrever este ensaio em primeira pessoa, já que estaremos tratando do assunto da identidade (individual e coletiva). Penso ser saudável deixar um pouco de lado o tradicional texto acadêmico escrito em terceira pessoa, porque nunca um texto é impessoal. Sempre deixa a marca de seu autor e de uma visão de mundo que é pessoal, ainda que seja também compartilhada e ou compartilhável.

Sempre tive múltiplos interesses. Olhar tudo e tentar entender como as coisas funcionam. Não necessariamente em profundidade. Saber que o ultrassom é um aparelho que mede as ondas sonoras na ida até um objeto e, depois, que as mede no caminho de volta, possibilitando compor uma imagem do objeto estudado já era bastante para mim. Penso que saber um pouco de cada coisa, embora tenha a desvantagem da falta de profundidade do conhecimento específico, tem a vantagem muito maior de permitir a construção de uma rede infinita de correlações entre os vários fragmentos de conhecimento. Então fui seguindo por aí. Creio que era a semente do que hoje nomeio como **pensamento complexo plural. O que é isso?**

Pensar de modo complexo significa aplicar ao estudo de cada fenômeno da vida minhas capacidades racionais, emocionais e intuitivas, reunindo informações e utilizando-as para compreender aqueles fenômenos e, quando for o caso, resolver problemas, inclusive para aceitar que o problema não tem solução. Noutras palavras, usar todas essas capacidades para intervir na realidade *percebida*. Até aí, hoje sei que há farta literatura sobre o pensamento complexo, como apontarei mais adiante neste ensaio. Mas... e o **plural**? **Pensar no plural** significa recorrer a todos campos de conhecimento, formais e não formais, e aplicá-los em confluência para a compreensão dos fenômenos.

Ao longo da vida estudantil (inclusive na acadêmica de pós-graduação) fui obstinadamente induzido a pensar de acordo com o paradigma racionalista da cultura ocidental eurocêntrica. Conhecimento partitivo, com campos de conhecimento quase sempre estanques (gosto muito de dizer que “autistas”, por tenderem a se manter isolados e com pouca dialogia uns com os outros), prevalência da capacidade racional e com verdadeiro desprezo pelas capacidades emocionais e intuitivas. Isso não podia funcionar bem na minha vida.

Tive a felicidade e o privilégio de ter pais e familiares eternamente curiosos e questionadores. Ouvir as conversas deles desde pequeno sempre foi fascinante. Os ambientes em que vivi – sem riqueza – sempre foram ricos em estímulos que instigavam a busca por saber mais. Veio a vida esportiva. Meus pais sempre ofereceram oportunidades de experimentação de esportes diferentes. Havia

Renato Seixas é professor do curso de Lazer e Turismo da EACH-USP e do PROLAM-USP nas áreas de Relações Internacionais, Direito Internacional de Integração; e Comunicação e Cultura. Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1985), mestrado (2001) e doutorado (2006) em Integração da América Latina pelo PROLAM - Programa de Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo.

competições. Racionalizar uma estratégia competitiva, perceber como a emoção faz parte da estratégia. Perceber intuitivamente os possíveis comportamentos dos outros competidores. Fui parar na antiga EFUSP (Escola de Educação Física da USP). Primeira oportunidade de vivenciar uma educação formal verdadeiramente plural e baseadas no pensamento complexo. Disciplinas de diferentes áreas confluindo para a compreensão do fenômeno da atividade humana em suas múltiplas dimensões. Mais adiante, a experiência na Faculdade de Direito da PUC/SP. Repetição constante da suposta “autonomia científica do Direito”. Nunca seria possível compreender como a vida caberia num artigo de lei. Por felicidade, tive lá alguns professores que mostraram que, realmente, a vidas não cabe num artigo de lei. O Direito tem que dialogar com outros campos de conhecimento para tratar da complexidade da vida humana.

Nessa longa trajetória inquieta, cheguei ao curso de pós-graduação, nível de mestrado, no PROLAM/USP. Apesar de minhas contínuas inquietações, penso que era “bem comportado e aplicado” na ciência racionalista. Fiz todas as disciplinas necessárias. Chegou a época do exame de qualificação. Surpresa! Não sei por que, faltava 1 (esse numeral está aí de propósito) crédito para poder ir ao exame. Eu trabalhava intensamente num banco como advogado. Sem chance de fazer a tal disciplina que faltava para completar o número de créditos. Olhei as disciplinas oferecidas. Nenhuma tinha a ver com meu projeto de pesquisa (plataformas de TI para os negócios bancários na América Latina ... coisa horrível!). No único horário possível para me ausentar umas horas do banco, tinha para uma disciplina sobre “Literatura” não sei o que ... Uma tal professora Cremilda Medina, de quem nunca eu tinha ouvido falar nem lido nada ... Fazer o que? Vamos lá...

Primeira aula. Apresentações etc. A tal mulher começou a falar. O que estou fazendo aqui, me perguntei. Segunda aula, a tal continuava a falar. Que perda de tempo. Tenho tanto que fazer no banco. Terceira aula, em meio a uma explicação de não sei o que, a professora parou e me perguntou diretamente: “Você está se sentindo à vontade aqui?” Eu? Descer do pedestal? Nem pensar! Resposta rápida que dei: “Eu estou sim, talvez vocês é que não estejam confortáveis por que eu sou de outra área (o Direito).” Como se nada tivesse acontecido, a tal continuou a aula e, para sempre (costumo dizer, para todas as Eternidades) mudou minha vida. Com a tal Cremilda Medina descobri os caminhos para, enfim, poder explorar sem medo meu **pensamento complexo plural**.

O convívio constante com os afetos estimulados por Cremilda me levaram ao Projeto Plural. Além disso, com outro olhar e com outras percepções, ressignifiquei também minha trajetória no PROLAM/USP. A aplicação dos processos inter, multi e transdisciplinares tornou-se natural na minha vida pessoal e profissional, especialmente no âmbito da minha vida docente nas Universidades em que lecionei (muito mais como aprendiz do que como professor, acredito).

Minha participação no Seminário Brasil – Portugal, e no livro do Projeto Plural referente a esse evento, foi realmente um ponto alto na trajetória que resumi acima. Pensar de modo complexo e plural as identidades culturais entre Brasil e Portugal, podendo compartilhar conhecimentos com tantos intelectuais ilustres no Seminário, realmente marcou minha vida. Lembro-me de que eu, recém doutor pelo PROLAM/USP, dividi a mesa com ninguém menos que José Goldemberg, que havia retornado do Japão onde recebera um prêmio importante por seus trabalhos científicos. Na mesa, eu iria falar depois dele. Encerradas as atividades da mesa e, para minha surpresa, Dr. Goldemberg elogiou muito várias abordagens que fiz. De início, pensei que se tratava apenas de uma delicadeza de um colega acadêmico, mas ele foi

dissecando alguns aspectos e demonstrando que realmente já havia transcendido a simples delicadeza de elogiar no geral uma palestra alheia, abrindo e sugerindo novas trilhas de investigação. Alguns dos aspectos explorados neste ensaio decorrem dos insights que tive com aquela conversa e que me motivaram a estudar mais certas proposições da Física Quântica.

Enfim, estou aqui. Convido o leitor a percorrer sem hesitação os múltiplos caminhos do pensamento complexo plural. O conteúdo deste ensaio é, afinal, isto mesmo. Para pensar a identidade confluíram saberes de diferentes campos de conhecimento, articulados a partir de minhas capacidades racionais, emocionais e intuitivas.

2. Inquietações iniciais e primeiras “descobertas”

Desde muito cedo, quando criança, ouvi falar de átomos. Especialmente nas noites tão estreladas que víamos na casa da praia, deitados nas redes, fogueira acesa, meu pai, minha mãe e tios conversando sobre estrelas cadentes, discos voadores, vidas noutros planetas. Eu, morrendo de sono, mas não querendo perder nem uma parte das conversas que ouvia. Meu pai, com toda paciência, tentou me explicar e, com meus limites de gente pequenina, acho que entendi o essencial. Os átomos formavam as coisas. As que vemos e as que não vemos. E esses átomos são sempre inquietos, aflitos, vêm e vão não sei bem para onde nem por onde. Não são parados e coloridos como naquele tradicional modelo de prótons, elétrons e neutros que algum dedicado professor de Química nos mostraria na escola tempos depois. Com essas noções tão precárias sobre o mundo atômico, sempre me intrigou o fato de que os tais átomos ficavam “parados” nas coisas, pelo menos nas que eu via. Se eles vão e vêm, se são inquietos e aflitos, como é que a minha mesa estava sempre ali, formada por átomos. E o meu tênis, minhas roupas, meus livros? Muito mais tarde fui “descobrimo” algumas respostas.

Os átomos são compostos de partículas. Pensava-se que eram a matéria em forma da menor divisão possível, mas depois a ciência constatou que há *momentos* em que os átomos se comportam como matéria e noutros *momentos* se comportam como energia. Fui aos poucos aprendendo mais sobre a Física das partículas, a Nova Física, a Física Quântica. As coisas que vejo e as que eu não vejo, e também as que *sinto* (com meus sentidos humanos) resultam da existência e da correlação contínua das partículas atômicas e subatômicas. Sim, as coisas que *sinto*, pois ressaltada dimensão espiritual, no plano físico os sentimentos resultam de acontecimentos eletroquímicos em nosso corpo (NICOLELLIS, 2011; DAMASIO, 1996). As coisas e os sentimentos são, enfim, manifestações dessas partículas e da energia que elas contêm. Quando mais fui lendo sobre tudo isso (e confesso que não sei quase nada), mais intrigado fui ficando e repetindo as mesmas perguntas: *como é que as coisas existem? Se o que existe resulta de correlações infinitas de energias contidas nas partículas subatômicas, como as coisas que vejo, as que não vejo e as que sinto são mantidas?*

Aprendi que o fluxo contínuo de energias das partículas subatômicas pode ser estável ou instável. A energia pode ser de tal magnitude que mantém as partículas “juntas”, unidas, por exemplo dando “forma” às coisas aparentemente materiais. Noutros momentos a magnitude da energia desagrega, no todo ou em parte, as partículas e elas deixam de apresentar a “forma” que tinham até então. O interessante disso tudo, para mim, é que as energias das partículas circulam, são correlacionadas e, apesar de muitas vezes apresentarem uma “forma” aparentemente estável, estão em constante mutação. A minha mesa de criança estudante, aparentemente tão

estável, apresenta a “forma” de mesa porque a energia mantém juntas as partículas constitutivas daquele objeto, mas essas energias – em si mesmas consideradas – já foram substituídas de tempos em tempos. Heráclito e Parmênides, ambos, estavam corretos: há uma existência permanente e há uma existência mutante. E aí posso entrar no assunto da identidade pessoal. Da coletiva falarei depois

O fluxo incessante das partículas subatômicas é mais compreensível ao pensarmos na Teoria Geral dos Sistemas, proposta por BERTALANFY (2013). Há vários tipos de sistemas e o que interessa aqui é o **sistema dinâmico aberto**. Os elementos de um dado sistema estão em contínua correlação uns com os outros e, ao estudar essas possíveis correlações, podemos *prever* de modo razoável o comportamento do sistema como um todo. Num sistema dinâmico aberto, a simples saída de um elemento e ou a simples entrada de um novo elemento altera todas as correlações entre os elementos componentes do sistema. *Essa noção é importante neste ensaio porque as identidades, tanto as individuais como as coletivas, são sistemas dinâmicos abertos. Cada indivíduo e cada coletividade estão ininterruptamente expostos a múltiplos fluxos de estímulos que implicam em novas correlações entre os elementos identitários.* Por isto, jamais uma identidade pode ser fixa. Sempre será dinâmica e mutante conforme novos elementos entrem ou saiam do sistema de referências identitárias.

Meu pai sempre dizia que “a ignorância é feliz porque não sabe que ignora” (SEIXAS, s/d, *mas sempre*). A busca de conhecimento realmente pode mesmo provocar muitas angústias. Convém a cada pessoa usar a própria régua para medir o quanto quer conhecer ou ignorar. Pensar sobre a própria identidade pode nos levar a paradoxos fascinantes ou terríveis.

3. Quem sou eu? Quem somos nós?

As partículas (quer sejam matéria quer pura energia) não têm consciência. Elas “não escolhem” como irão se agregar ou desagregar. Isto depende de vibrações e correlações energéticas atrativas ou repulsivas em cada momento (BRYSON, 2005). Por isto, as partículas não têm nenhum compromisso de fidelidade umas com as outras para formar, e para manter, as coisas que vemos, as que não vemos e as que sentimos. Essas partículas formam ou decompõem uma coisa ou sentimento e a qualquer momento podem ir embora buscar outra situação no Universo. No que concerne à identidade de uma pessoa, está aí o primeiro paradoxo (fascinante ou assustador).

Meu corpo é formado por partículas subatômicas. Elas não estabeleceram entre si nenhum acordo ou compromisso para comporem e manterem o meu corpo. São naturalmente infiéis para comigo. Vêm e vão quase que arbitrariamente. A ciência biológica informa que mais ou menos a cada sete anos todas as partículas do meu corpo são substituídas por outras. Então, se isto é um fato, **eu não sou eu**. Explico. Nenhuma partícula que forma meu corpo hoje é igual às partículas que me formavam quando meus pais me conceberam, ou quando nasci, ou às que eu tinha em tempos passados. Se todas essas partículas hoje são outras, como me *atrevo* a me chamar de “eu”?

Nos livros sobre Física Quântica encontrei algumas representações interessantes sobre as estruturas atômicas. Uma de que gostei muito foi dada por CAPRA (1985). Esse autor queria dar uma noção mais “concreta” a respeito da distância entre o núcleo de um átomo e a primeira camada de elétrons. Usou uma metáfora excelente. O diâmetro da Capela Sistina é de 41 metros. O núcleo do átomo corresponde ao tamanho de um grão de areia. Situe o grão de areia no meio da linha

do diâmetro da Capela. Está aí a representação da distância entre o núcleo do átomo e sua primeira camada de elétrons. Conceitualmente, para os fins da metáfora, há espaços “vazios” entre o núcleo atômico e as camadas de elétrons (sabe-se hoje que não se trata exatamente de espaços “vazios”, mas de campos energéticos que vibram). Temos aí mais um paradoxo (que fascina ou aterroriza) para as reflexões identitárias. Se sou um conjunto de partículas subatômicas infiéis, que me visitam e me abandonam de modo mais ou menos arbitrário; e se essas partículas formam átomos cujos núcleos estão distantes das camadas de elétrons, deixando os tais espaços “vazios”, **eu sou um imenso vazio**, afinal de contas?

Fiquei mais intrigado ainda quando despreocupadamente via um desenho feito numa folha de papel. As figuras do desenho tinham “forma” por causa das linhas de contorno, as quais, a um só tempo, separavam a figura do resto do papel e a integram no todo, no conjunto. Pensei: as “coisas” que vejo, as que não vejo e as que sinto *não têm linhas de contorno* ... Meu corpo não tem linhas de contorno. As linhas de contorno são resultado de complexas operações mentais que, também a um só tempo, nos isolam do resto e nos integram ao todo. Outro paradoxo identitário: sou um ser “separado” do todo por um artifício imaginário e, ao mesmo tempo, sou um pedaço componente desse todo. **Sou o todo e a parte**. Sou o indivíduo (a parte) no contexto (o todo). Muito antes de a ciência ocidental eurocêntrica perceber isto, os ditos povos “primitivos” (que designação horrível ... e segregacionista) já sabiam muito bem como tudo funciona. Um dos mais belos textos a esse respeito é a resposta que, em 1854, o chefe Seattle deu à proposta feita pelo governo norte-americano de “comprar” parte das terras indígenas e dar em troca outras terras numa “reserva”. No emocionante e profundo texto da resposta, que foi distribuída pela ONU no âmbito do Programa para o Meio Ambiente, o chefe indígena Seattle disse:

Tudo o que acontecer à terra, acontecerá aos filhos da terra. (...).

(...) a terra não pertence ao homem: o homem pertence à terra. Isto sabemos: todas as coisas estão ligadas (...). Há uma ligação em tudo.

O que ocorrer com a terra recairá sobre os filhos da terra. O homem não tramou o tecido da vida: ele é simplesmente um de seus fios. Tudo o que fizer ao tecido, fará a si mesmo.

Partículas subatômicas infiéis que, por alguma razão, resolveram se juntar “por uns tempos” formam meu corpo, “repleto” de espaços “vazios” e não separados do mundo por linhas de contorno. Bom começo para tentar descobrir minha identidade pessoal. É aí que entra a importância da **narrativa**.

4. Narrar por que e para quê?

O Universo parece funcionar de modos bem complicados, com forças inimagináveis acontecendo em contradição umas com as outras, num “eterno” processo dialético que gera a “vida” e a “morte” de tudo o que nós, humanos, conseguimos conhecer até agora. Nos limites da compreensão humana, o Universo é simultaneamente caos e ordem. Não é a máquina perfeita imaginada pela Física Newtoniana, nem é o caos absoluto, como bem demonstram as famosas “teorias do caos” (basta lembrar da metáfora famosa do “efeito borboleta”) e “teoria dos fractais”

(a qual propõe que as partes separadas de um objeto reproduzem o mesmo padrão e aparência do objeto total). A Física Quântica já comprovou que a compreensão das correlações entre as partículas subatômicas limita-se à análise de *probabilidades* a respeito do posicionamento e do comportamento de certa partícula, como postula o *princípio da incerteza*, de Werner Heisenberg, (*apud* CAPRA, 1985).

Esclarecido que o significado de “caos” adotado nesse trabalho não corresponde à ausência absoluta de ordem, posso agora avançar na reflexão para dizer que o ser humano não suporta viver no caos, ou seja, num ambiente cuja “ordem” o ser humano não consiga compreender. É por isto que **o ser humano elabora narrativas**. Assim, antes de prosseguir com a reflexão atinente ao fascínio ou ao drama identitário, quero falar um pouco sobre a função das narrativas para os seres humanos.

As narrativas são a tentativa humana de *ordenar* o caos e atribuir significação aos fatos da vida. A *ordem* que importa, em primeiro lugar, é a do próprio narrador, mas esta nunca é definitiva e fixa. A narrativa é sempre uma obra autoral, dinâmica, aberta a novas influências e, por tudo isto, *sempre dialética*. A narrativa de um autor está sempre inacabada. Vai sendo completada continuamente pelo próprio autor e, também, por todos aqueles com os quais ele se relaciona em cada contexto (CRUZ, 1986). A narrativa de cada autor transforma-se, de certo modo, também numa obra coautoral coletiva. Isto merece esclarecimentos.

Na longa e consistente obra de Medina (2006), o método de leitura cultural é reiteradamente explorado e aplicado à realidade. Esse método rejeita aberta e definitivamente o discurso fragmentalista da ciência ocidental eurocêntrica e os postulados essencialmente racionalistas, que consubstanciam o binômio sujeito-objeto. Rejeita a possibilidade de haver um sujeito observador, imparcial, neutro, que busca compreender o objeto estudado. Alternativamente, com base em sólido referencial teórico, mas indo além dele, a autora propõe o binômio sujeito – sujeito para construir o que denomina “signo da relação”. O sujeito “observador” está necessariamente implicado no contexto em que se insere o fenômeno que quer compreender (*permito-me aqui acrescentar: o sujeito não está separado do contexto por linhas de contorno*). Isto é até mesmo intuitivo: se o sujeito não tivesse interesse no fenômeno, não buscaria compreendê-lo. Se o fenômeno ocorre num certo contexto, necessariamente o sujeito fica implicado nesse contexto e não pode deixar de considerar isto no processo de investigação e compreensão.

Assim, Medina põe em relevo as seguintes dimensões: a) necessidade de identificar o contexto em que o fenômeno ocorre; b) necessidade de identificar os atores implicados no contexto e no fenômeno, de modo a captar a polifonia (*e, acrescento, os silêncios*) relativos ao fenômeno; c) necessidade de mapear a rede de significados intertextuais que emergem da conduta dos atores implicados no contexto e no fenômeno; d) necessidade de o pesquisador (*não necessariamente o cientista, mas sim todo e qualquer sujeito que queira compreender o fenômeno*) atuar como mediador dos aludidos significados intertextuais e produzir uma narrativa significante sobre aquele fenômeno naquele contexto. Nesse percurso, o pesquisador recorre não apenas à sua inteligência racional, pois esta é indissociável da inteligência emocional e da inteligência intuitiva (DAMÁSIO, 1996; MORIN, 2005 a e 2005b). Estas três dimensões da inteligência acontecem simultaneamente, de modo sincrônico e coordenado, preparando o sujeito para uma ação de intervenção e transformação da realidade por meio de uma narrativa (sempre aberta, repito) que carrega sentidos simbólicos.

A *imagem* foi e ainda é a melhor e mais profunda forma de linguagem do ser humano para representar o mundo em que se insere, tentar compreendê-lo e atribuir-lhe significações (ELIADE, 2002 e 2007). A imagem é necessariamente multivalente, de maneira que a mesma imagem pode ter plúrimos significados, no mesmo ou em diferentes contextos, na mesma época ou em épocas distintas. Qualquer que seja a forma da narrativa (oral, escritas, escultural, corporal, etc.), em essência ela traz imagens que representam a visão de mundo do narrador. Feita a narrativa, ela ingressa como novo elemento no sistema simbólico num processo dialético que merece ser destacado a seguir. Aqui, remeto o leitor aos comentários que fiz a respeito dos sistemas dinâmicos abertos e à infidelidade das partículas subatômicas, já que posso assimilar cada narrativa a uma partícula subatômica que entra ou sai de um sistema que forma o repertório identitário de um indivíduo ou coletividade.

Quando constrói sua narrativa, o narrador – conscientemente ou não – realiza uma “**edição**” da realidade, isto é, **seleciona** os aspectos da realidade que lhe parecem relevantes, atribui **significação** aos aspectos selecionais e os organiza num **cosmos** para que produzam sentido em certo contexto. Ao narrar, na verdade, o narrador quer **é existir enquanto ator social e quer reproduzir sua visão de mundo** no âmbito social, para que seja compreendida e aceita pelos demais sujeitos aos quais a narrativa se dirige, ou que simplesmente tiverem conhecimento daquela narrativa. **A narrativa de cada narrador é, por assim dizer, um fractal que ele espera que seja infinitamente reproduzido na sociedade.** Todavia, cada narrativa não escapa de um processo dialético de ressignificações. Como comentei acima, quando um novo elemento entra ou sai de um sistema dinâmico aberto, as correlações entre todos os elementos desse sistema são alteradas. Uma narrativa é obra sempre inacabada e que será completada por outros sujeitos. Cada um desses sujeitos receberá o conteúdo da narrativa e automaticamente o contrastará com o seu próprio repertório simbólico e cultural. Ao fazer esses contrastes, cada sujeito constatará que a narrativa pode conter elementos simbólicos e culturais arquetípicos, híbridos ou hegemônicos. Estes elementos hegemônicos são os impostos por culturas dominantes em face de culturas submetidas pela força ou por persuasão (NYE, 2002) ou por ideologia (GRAMSCI, 2000). Cada sujeito receptor da narrativa primígena a complementar, talvez acrescentando novos aspectos da realidade, suprimindo outros da versão original, atribuindo novas significações a esses aspectos e, enfim, dando origem a redes intertextuais de significação relacionadas ao conteúdo da narrativa feita pelo primeiro narrador. Assim, nesse sistema dinâmico aberto, o processo dialético entre as narrativas estabelece novas configurações simbólicas. Daí porque falei acima que cada narrador é um *mediador de significados intertextuais*. Essas novas narrativas são introduzidas no sistema comunicacional e o fluxo de ressignificações continuará. Nesse fluxo, elementos simbólicos e culturais arquetípicos e híbridos tendem a ser compartilhados entre o primeiro narrador e todos os demais aos quais a narrativa se dirigiu. Por outro lado, os elementos simbólicos e culturais hegemônicos em geral tendem a despertar contínuas práticas de resistência enquanto não puderem ser repelidos ou hibridizados pelas culturas submetidas (CERTEAU, 1994).

O processo comunicacional dialético inerente às mencionadas narrativas abrange, portanto, amplos e distintos repertórios simbólicos e culturais. Os diferentes narradores incorporam nas narrativas suas memórias individuais, coletivas e históricas (HALBWACZ, 1990) e organizam, nas suas próprias narrativas, o fluxo caótico de estímulos simbólicos.

Penso que agora posso prosseguir com a reflexão atinente ao fascínio ou ao

drama identitário.

5. Conteí para mim quem eu sou

Minha identidade é uma narrativa que construo permanentemente reconstruo a respeito de mim mesmo. Tal como ocorre com as partículas subatômicas, meus elementos identitários **não são** necessariamente fiéis a mim. Esses elementos vêm e vão, de modo mais ou menos arbitrário, conforme minha experiência de vida acontece. Assim como certa magnitude de forças e de vibrações pode manter agregadas por algum tempo algumas partículas subatômicas que formam “coisas”, *a narrativa* que faço sobre mim mesmo, de tempos em tempos, contém forças e vibrações que mantêm minha coesão identitária em certos contextos. Gosto muito de uma palavra que Medina sempre refere em suas aulas: “acontecência”, mas que me permito substituir por “*acontessência*” (sim, com dois *esses*). Meus elementos identitários apresentam imensos “vazios” entre meu centro essencial (o núcleo?) e as múltiplas camadas (de elétrons?) das experiências de vida. Minha identidade não tem linhas de contorno. É porosa e aberta à entrada e saída de elementos simbólicos e culturais provenientes de, ou em direção a, diferentes contextos, em conexão com eles para formar o todo do qual sou parte. Minha identidade é um conjunto de *probabilidades* regidas pelo princípio da incerteza de Heisenberg, sujeita às teorias do caos e dos fractais. Como lindamente acentua HALL (2005), a identidade “é uma celebração” constante que fazemos a nosso respeito.

Disto tudo resulta que toda identidade, individual ou coletiva, é necessariamente um sistema dinâmico aberto, é fragmentada (HALL, 2005 e 2008), já que composta por infinitas “partículas” simbólicas e culturais, muitos “vazios” e sem linhas de contorno (sem os “cordões sanitários” a que se refere CANCLINI, 2008) que a isole de outras identidades individuais e coletivas.

É simples perceber essa fragmentação. A todo instante trocamos de identidade, ou de máscara: estudante, professor, filho, pai, namorado, anônimo (*anônimo tem identidade? Sim, tem porque usa a máscara da invisibilidade*), grávida, sacerdote, diabo... Somos, então, **metamorfoses ambulantes**, no sentido atribuído à expressão por SEIXAS (1973. *Não eu, o Raul, muito mais sábio que eu*). Como é que integramos tudo isto? Assim como as partículas subatômicas se juntam ou se desagregam em função da magnitude e das vibrações de suas respectivas energias, usamos a magnitude das nossas *narrativas* sobre nós mesmos para integrarmos nossas múltiplas identidades, mesmo nos nossos eventuais episódios esquizofrênicos. Por meio de nossas narrativas identitárias atribuímos significação a nós mesmos em cada contexto em que estivermos. Porque integramos o contexto, porque estamos implicados nele, porque somos interessados no signo da relação sujeito – sujeito, nossas respectivas identidades “individuais” compõem nossa identidade coletiva. Logo, a identidade coletiva não pode ser simplesmente o resultado da soma das identidades individuais, porque o fluxo contínuo e dialético das narrativas identitárias não termina. Qualquer narrativa identitária, individual ou coletiva, sempre estará sujeita ao ingresso ou exclusão de elementos simbólicos e culturais, ampliando-se, assim, cada vez mais, o repertório de referências para os indivíduos e para a própria coletividade.

A identidade individual e, também, a cultural só passa a ser um problema para alguém quando é confrontada com o repertório cultural identitário de outra pessoa, grupo social, nação, país ou civilização. Alguém sabe quem é ao constatar quem não é (HALL, 2005; HUNTINGTON, 1997). Neste ensaio interessa tratar

apenas da identidade cultural (que, portanto, abrange as identidades individuais e as coletivas). O processo de formação de identidade individual tem sido bastante estudado no âmbito da Psicologia e não pretendo me deter nele muito mais neste trabalho. Penso que o que disse acima já é suficiente para os objetivos deste ensaio. O foco agora estará na identidade cultural amplamente considerada.

6. A tal identidade cultural

Como já explorei noutro texto (SEIXAS, 2017), a formação e ou reformulação da identidade cultural ocorre num processo dialético a partir de um conjunto cumulativo seis critérios, a saber: **a)** o reconhecimento de que existe **alteridade** ente dois ou indivíduos ou grupos; **b)** **contraste** das semelhanças e diferenças entre os dois indivíduos ou grupos; **c)** constatação de que o fenômeno da alteridade e do contraste de semelhanças e diferenças ocorrem num certo **lugar**, que pode ser físico, virtual ou simbólico; **d)** constatação de que o fenômeno da alteridade e do contraste de semelhanças e diferenças ocorrem num certo **tempo**, que também pode ser contado no relógio, ou ser virtual ou simbólico; **e)** a atribuição de **significação à relação** de alteridade e ao contraste das aludidas semelhanças e diferenças; **f)** a **transcendência** de tais semelhanças e diferenças para reorganizar os repertórios culturais em conflito de modo a viabilizar a **reprodução** dos indivíduos, da sociedade e do sistema simbólico que passam a compartilhar. Vou tratar de tudo isto reutilizando quase que literalmente alguns trechos do meu trabalho anterior (aqui, nas 7 próximas páginas).

Os sistemas simbólicos culturais são compostos por muitos elementos aos quais cada indivíduo ou grupo atribui diferentes valores em função da relevância que tais elementos têm no contexto da vida individual ou social. Em decorrência disto, a construção ou reconstrução de identidades exige que sejam selecionados elementos de certo repertório simbólico cultural para, com base nesses elementos, verificar se são compartilhados entre os indivíduos envolvidos no processo de formação identitária. Quanto mais amplos e gerais forem os elementos selecionados, maior a probabilidade de serem compartilhados entre muitos indivíduos e grupos. Ao contrário, quanto mais restritos e específicos forem esses elementos, menor a probabilidade de haver compartilhamento deles entre vários indivíduos e grupos. Por exemplo, se for escolhido como elemento cultural o uso de língua latina, enormes contingentes de indivíduos e grupos espalhados pelo mundo compartilharão esse elemento e, portanto, terão identidade linguística latina. Se o elemento escolhido for língua latina nos continentes americanos, o compartilhamento existirá entre indivíduos e grupos das Américas do Norte, Central e do Sul. Se o elemento escolhido for o de língua latina de origem espanhola nas Américas Central e do Sul, o Brasil estará excluído do grupo que compartilha a mesma identidade linguística.

Logo se vê que a construção ou reconstrução das identidades individuais e coletivas exigem constante análise a respeito de quais elementos do repertório simbólico cultural são ou não compartilhados entre tais indivíduos e coletividades.

6.1 Relação de alteridade entre os sujeitos

Penso ter esclarecido acima que a narrativa é meio de compreensão e assimilação da realidade tal como *percebida* e reorganizada pelo ser humano narrador e não a *descrição* de uma verdade absoluta (MARTÍN-BARBERO, 2009; MEDINA, 2003; ISER, 1974; JAUSS, 1982). A construção de uma narrativa identitária remete ao célebre mito do senhor e do escravo com que Hegel examinou o problema da identidade a partir da relação de **alteridade**. Alguém só tem consciência de si mesmo na medida em que reconhece a existência de outro ser com o qual esteja em relação (HEGEL, 2002).

Sendo assim, é preciso que um sujeito admita a existência de *outro ser* para, então, dar início a uma análise comparativa entre si mesmo e esse outro ser. Se um sujeito sequer admite a existência de outro ser, obviamente não tem como realizar a mencionada análise comparativa, que é o início do processo de construção identitária. Um sujeito sabe que não é uma pedra porque admitiu a existência da pedra e se comparou com ela; um sujeito sabe quem é ao se comparar com outro sujeito que tem características diferentes dele próprio. Em minhas aulas sobre identidade, costumo propor um exercício: suponha que no seu mundo não exista nenhum objeto capaz de refletir o seu rosto. Como você faria para “conhecer” suas feições? Necessariamente você precisaria ou das suas mãos e de seu tato (o *outro ser*, pois mãos não são rosto) para compor a *imagem* do rosto, ou precisaria que *outro sujeito* narrasse para você como é o seu rosto. Sem ajuda do *outro ser*, você não conheceria seu rosto.

6.2 Mapeamento de semelhanças e diferenças culturais entre os sujeitos

Admitida por um sujeito a existência de outro ser (daqui em diante, outro ser humano) inicia-se um processo de **mapeamento** das diferenças e semelhanças entre ambos.

O **contraste** das semelhanças e diferenças entre indivíduos ou grupos é feito a partir da leitura cultural, isto é, a partir da seleção de elementos do repertório simbólico em que esses sujeitos estão inseridos. Por exemplo, tipo de organização familiar; sistema econômico; alimentação; religião; tipos de moradias; estrutura social; características fenotípicas; língua; costumes, vestuário, mitos. Conforme o sujeito ou grupo que faz a comparação e compartilhe alguns desses elementos com os outros sujeitos ou grupos, poderá se reconhecer como “iguais” a estes últimos. Ao contrário, ao constatar que não compartilha certos elementos do repertório selecionado, poderá concluir que é “diferente” dos indivíduos ou grupos com os quais se compara. Consequentemente, o processo de comparação é binário, pois busca semelhanças e diferenças entre os seres que se comparam.

6.3 Lugar de encontro dos sujeitos

Os fenômenos da alteridade e do mapeamento e contraste de semelhanças e diferenças ocorrem num certo **lugar**, que pode ser físico, virtual ou simbólico.

Ao examinar o fenômeno da identidade, Bauman põe em relevo a importância do **lugar físico** como um dos elementos centrais da percepção do sujeito a respeito de sua própria identidade. O lugar é onde se vive, onde nascem e se desenvolvem **relações afetivas**, onde o cotidiano tem **sentido**, onde tem **significação** na construção da narrativa identitária (BAUMAN, 2005). A dinâmica multidimensional da fase contemporânea da globalização provocou intensa relativização do *lugar*. Pessoas, bens e capitais circulam velozmente pelo mundo. O avanço e a sofisticação das mídias de telecomunicação em muitos casos aboliram a importância, ou o obstáculo, das distâncias entre lugares e sujeitos. Por isto, fala-se desses fenômenos como causas e efeitos das crises identitárias da modernidade ou da pós-modernidade (GIDDENS, 2002; HALL, 2005 e 2008).

Nessas circunstâncias, não se pode mais pensar a identidade apenas com base num lugar físico, geograficamente fixo e determinado. Devem também ser considerados os **lugares virtuais** e os **simbólicos**. Inúmeros encontros entre sujeitos e grupos que se comparam ocorrem no ambiente virtual, seja nas chamadas redes sociais ou noutros foros. Nesses lugares virtuais também ocorrem normalmente os fenômenos da alteridade e do mapeamento e contraste de semelhanças e diferenças

entre indivíduos e grupos. Esses sujeitos criam para si mesmos e para os outros múltiplas identidades conforme seu oscilante interesse de pertencer ou não a certas comunidades. E, não menos importante, há o **lugar simbólico** em que se desenvolvem as relações de alteridade e de contraste de semelhanças e diferenças. **O lugar simbólico talvez seja o mais penetrante de todos.** Para estar num lugar simbólico sequer é preciso se deslocar no espaço ou dispor de instrumentos de entrada no lugar virtual. Basta a atitude mental do sujeito e sua vontade de atribuir significado à imagem (representação) do lugar em que efetivamente está ou gostaria de estar. É essa atribuição de significação específica que torna qualquer lugar – físico, virtual ou imaginário – um lugar simbólico (ELIADE, 2001, 2002 e 2010; CAMPBELL, 2007). O apaixonado imagina-se (representa-se) ao lado da pessoa amada, embora não esteja fisicamente ali; a lembrança de uma viagem feita a um lugar físico ou a representação de um lugar onde se desejaria estar imediatamente remetem ao lugar simbólico. As fantasias infantis, com seus monstros e heróis acontecem em lugares simbólicos. Por essas razões, os lugares simbólicos são intensamente “reais” na percepção emotiva de quem os vivencia (JUNG, s/d).

Numa sensível e emocionante tese de Doutorado defendida no PROLAM/USP sobre a percepção identitária de descendentes de armênios em São Paulo e Buenos Aires, no contexto da diáspora posterior ao genocídio ocorrido em 1915, Silvia Paverchi, em entrevista de campo, perguntou a um idoso armênio: “Onde é a Armênia?” A resposta dele até hoje me comove: “A Armênia é onde estiverem dois armênios.” (PAVERCHI, 2015). **Lugar simbólico**, portanto.

6.4. Momento do encontro dos sujeitos

Do mesmo modo que o encontro entre os sujeitos que se comparam pode acontecer num lugar físico, virtual ou simbólico, também é certo que **momento** em que o encontro acontece (a tal “aconteciência” a que me referi antes) pode ser fixado na contagem material do tempo, ou num tempo virtual, ou num tempo simbólico.

É comum que o encontro entre os mencionados sujeitos ocorra em certo **tempo cronológico**, em dia e horário, medidos pelo calendário e pelo relógio. Nesse caso, a relação de alteridade e o mapeamento e contraste das semelhanças e diferenças entre os sujeitos só tem relevância naquele momento. A vida é dinâmica. Semelhanças e diferenças percebidas num momento podem não ser as mesmas do momento anterior e podem não ter nenhuma relevância num momento posterior. É por isto, por exemplo, que cada pessoa não é hoje exatamente igual a como era no passado e provavelmente não será igual no futuro (*ah...! As tais partículas subatômicas infíeis perambulando nos sistemas dinâmicos abertos!*). É por isto também que alguém que considerava certa outra pessoa como sendo a “melhor amiga”, com tantas coisas em comum, depois de passados alguns anos sequer tem afinidade com quem era a “melhor amiga”.

O tempo cronológico, tal como o conhecemos, é uma ficção. As ciências exatas e, em especial, a Física Quântica chegam mesmo a abolir a noção de tempo ao se debruçarem sobre a criação e desenvolvimento do Universo (HAWKING, 2015). Dessa maneira, o encontro entre os sujeitos que se comparam pode acontecer num **tempo virtual**, insuscetível de ser representado no calendário ou no relógio. Muitas vezes esses sujeitos têm a percepção de que se encontraram “desde sempre”, ou que já tiveram “muitos encontros anteriores”, embora estejam se encontrando somente agora. Algo parecido com a percepção que às vezes se tem ao se dizer “já estive nesse lugar” ou “me lembro desse lugar” sem jamais ter estado ali. Quando alguém está

numa situação muito agradável, muito feliz, tem a sensação de que o tempo passou muito depressa; ao contrário, quando está numa situação difícil, desagradável, aborrecida, tem a percepção de que o tempo não passa. Assim, o encontro no tempo virtual possibilita a comparação de semelhanças e diferenças entre os sujeitos e o resultado desse processo tende a transcender os limites do tempo cronológico.

Merece reflexão agora o encontro de sujeitos que acontece no **tempo simbólico**. Também este tempo não se mede pelo calendário nem pelo relógio. Há o tempo corrente, durante o qual se desenvolvem as atividades normais do cotidiano. Todavia, há outras atividades às quais o indivíduo ou o grupo atribuem importância **simbólica** muito maior. O dia do aniversário de alguém é um dia como outro qualquer, porém para o aniversariante e para as pessoas com quem ele tem relações **afetivas** mais estreitas, torna-se um dia especial, porque simboliza o término de um ciclo e o início de outro. Simboliza uma renovação e um recomeço da vida. Essas significações acontecem num tempo simbólico, que deve ser concebido como um tempo de renovação, de recriação, de volta à origem. Em geral, fala-se desse tempo sob a denominação de tempo mítico (CAMPBELL, 2008; ELIADE, 1992, 2001 e 2010). Entretanto, nas sociedades contemporâneas complexas, o significado *mítico*, sagrado, do tempo e do espaço não permeia necessariamente a consciência das pessoas, muito embora ainda esteja na mente delas (ELIADE, s/d; CAMPBELL, 2008). Por essa razão, neste trabalho **prefiro falar de tempo simbólico** ao invés de tempo mítico. A percepção do tempo simbólico é bastante subjetiva. Após um exaustivo dia de trabalho, o sujeito finalmente chega em casa, toma um banho, come algo, atira-se na cama. Sente enorme bem-estar. Todos esses fatos aconteceram num tempo simbólico porque, *simbolicamente*, como arquétipos, a casa é o centro do mundo; a água é o símbolo da purificação e da renovação de todas as coisas; a comida é o símbolo da regeneração e a cama o símbolo da restauração (ELIADE, 2002 e 2010). Pouco importa que o sujeito tenha consciência disso ou que a duração de cada ação dele possa ser contada no relógio. O sentimento de bem-estar desse sujeito resulta de sua imersão no tempo simbólico de cada ação. Isto permite compreender porque, por exemplo, as mensagens publicitárias têm tanta importância na construção identitária do público destinatário: essas mensagens persistem num tempo simbólico. Exemplo disto é o fato de, após décadas e décadas sem nenhuma veiculação de certa mensagem publicitária, o seu conteúdo ainda estar vivo e presente na mente de certas pessoas que sequer eram consumidoras do produto ou serviço anunciado (SEIXAS, 2006 e 2009).

6.5 Significação do encontro dos sujeitos

Não basta que os sujeitos diferentes se encontrem num lugar (físico, virtual ou simbólico) e num tempo (cronológico, virtual ou simbólico) para mapearem suas diferenças e semelhanças para fins de construção identitária. É imprescindível que esse encontro tenha **significação** para pelo menos um dos sujeitos. Como foi dito antes, *a atribuição de significação a uma relação é feita por meio da narrativa que o indivíduo ou grupo faz a respeito de si mesmo no contexto do sistema simbólico cultural em que está inserido*. Com base num quadro geral de referências oferecido pelo repertório cultural, cada indivíduo constrói narrativas por meio das quais tenta reorganizar o caos da vida real e transformá-la num cosmos que faça sentido para ele e para o grupo social em que se insere. A narrativa, portanto, é meio de compreensão e assimilação da realidade *tal como percebida e reorganizada pelo ser humano narrador* e não a descrição de uma realidade absoluta (MARTÍN-BARBERO, 2009; MEDINA, 2003;

ISER, 1974; JAUSS, 1982).

A narrativa *não é a realidade*. É a **versão da realidade percebida pelo narrador ao tentar representá-la e atribuir-lhe sentido**. A narrativa pode ser individual ou coletiva, mas, em qualquer desses casos, contém distorções, preconceitos, estereótipos, e inúmeros outros aspectos que impedem a representação mais fiel do real (HALBWACZ, 1990). Assim, por exemplo, muitas vezes um grupo social representa a identidade de outro grupo de modo bastante distorcido, preconceituoso, estereotipado, por ter construído a representação apenas, ou preponderantemente, com os elementos culturais e respectivos significados do sistema simbólico do grupo narrador, sem buscar compreensão mais ampla e profunda do sistema simbólico do grupo a respeito do qual a narração é feita (SAID, 2007).

Interessante trabalho foi realizado por Fernando Braga da Costa, então estudante no Instituto de Psicologia da USP. Após frequentar normalmente aulas e realizar as demais atividades acadêmicas, Fernando vestia-se como gari e punha-se a varrer as calçadas da frente da faculdade. Seus colegas de classe passavam por ele sem reconhecê-lo e não o cumprimentavam. Aquele gari era **invisível** socialmente (*uma das formas de **identidade anônima** a que me referi antes neste trabalho*). A experiência de Fernando foi transformada em livro e tornou-se sua linha de pesquisa (COSTA, 2014). Colegas de faculdade e de classe passaram por um gari que não tinha a menor importância para eles, a ponto de nem se preocuparem em cumprimentar o simples varredor de calçadas. Com este triste exemplo, pretendo aqui demonstrar que o encontro entre sujeitos precisa ter **significação** ao menos para um deles.

De fato, a corrente estruturalista da Antropologia Cultural avançou muito ao estabelecer que não há culturas superiores e inferiores, mas sim culturas diferentes e que, no seu próprio âmbito, apresentam razoabilidade e justificativas (VELHO e VIVEIROS, 1978; LEVI-STRAUSS, 1993 e 2010). Entretanto, como muitíssimo bem observa Canclini, as diferentes culturas não estão isoladas por cordões sanitários. Ao contrário, interagem umas com as outras direta ou indiretamente (CANCLINI, 2008). Por isto, os estudos contemporâneos de Antropologia Cultural buscam compreender dinâmicas e desenvolver estratégias para que o *relacionamento* entre culturas distintas seja o menos conflituoso possível (HALL, 2005).

A partir de seu próprio repertório simbólico cultural cada um dos sujeitos atribui ou não significação ao encontro que acontece entre eles. Por exemplo, no decorrer do mês de fevereiro de 2017 uma candidata às eleições na França esteve em visita no Líbano, onde iria se encontrar com um homem que é autoridade religiosa naquele país. O religioso anfitrião exigiu que, para a realização do encontro, a candidata francesa deveria apresentar-se com véu cobrindo seus cabelos e rosto. A mulher recusou-se a atender a essa exigência e o encontro não se realizou. Evidentemente, para a candidata francesa a exigência de uso do véu teve significação política, de submissão da mulher à autoridade masculina; e da submissão do Estado laico à autoridade religiosa. Por outro lado, para o religioso libanês, a exigência teve significação religiosa, de respeito aos costumes locais e, provavelmente, também teve significados políticos, de gênero e de ideologia que preocuparam a candidata francesa. Essa questão é extremamente complexa e sua análise não pode ser feita neste ensaio. Mas o exemplo ilustra bem o fato de que cada sujeito participante do encontro recorre ao seu próprio repertório simbólico cultural para atribuir significação aos elementos utilizados na construção da identidade cultural individual e coletiva.

6.6 Transcendência do conflito para assegurar a reprodução individual e social

Como resultado da atribuição de significados ao encontro entre os sujeitos ou grupos que se comparam a partir de seus respectivos repertórios simbólicos culturais, três situações podem ocorrer: 1ª) um dos sujeitos ou grupos poderá tornar-se dominante e submeter os outros sujeitos ou grupos ao seu poder; 2ª) os sujeitos ou grupos rejeitam uns aos outros; 3ª) os sujeitos ou grupos desenvolvem processos de hibridismo ou osmose cultural, inclusive compartilhando elementos culturais arquetípicos (SEIXAS, 2006, 2008a e 2017).

Infelizmente, a História da humanidade é a da dominação de alguns grupos sobre outros grupos. No entanto, a experiência histórica ensinou aos grupos dominantes que não lhes seria possível dominar continuamente outros grupos apenas com o uso da força. Desde tempos ancestrais os povos dominadores constataram que a *persuasão* cultural era extraordinário instrumento de dominação e que poderia substituir a dominação pela força (NYE, 2002; KENNEDY, 1989; SEIXAS, 2006, 2008a e 2010). Assim, é certo que muitas vezes o dominador impõe ao dominado o sistema simbólico cultural do próprio dominador. Nesses casos, sem possibilidade de resistir abertamente ao dominador, resta ao dominado empreender resistência velada, simbólica, de modo a preservar ao menos em parte o seu repertório cultural (CERTEAU, 1994 e 2008; SAID, 2006; SAID, s/d).

A segunda situação possível é a rejeição (ou até indiferença) recíproca dos sujeitos envolvidos no encontro. Num contexto de interações multidimensionais da globalização, tal situação de rejeição ou indiferença recíproca entre os sujeitos é pouco provável. Por isto, em alguns aspectos, esta segunda situação terá os resultados acima referidos a respeito de dominadores e dominados, ao passo que noutros aspectos dará ensejo a hibridismos e osmotipos culturais (SEIXAS, 2006, 2008a e 2017).

A terceira situação a ser examinada é a do hibridismo cultural. Não existe um só exemplo na História da humanidade de um grupo social que tenha preservado sua pureza étnica ou cultural. Todos os povos são miscigenados (CANCLINI, 2008). Portanto, o fenômeno do hibridismo cultural é universal. O que realmente importa investigar é o processo desse hibridismo ou osmotipia cultural. Desde logo é importante assinalar que elementos culturais arquetípicos fluem entre culturas às vezes muito diferentes, distantes umas das outras no espaço e no tempo e, por isto, funcionam como catalizadores para a resignificação de outros elementos dos repertórios culturais de grupos diversos (SEIXAS, 2006, 2008a e 2017). Por exemplo, povos indígenas da América Latina tinham religiões com deidades representadas por elementos da natureza. A montanha era uma delas e é também um arquétipo que representa o centro do mundo (ELIADE, 2001, 2002 e 2010). Com a chegada dos colonizadores e a imposição por parte deles do credo cristão, as representações pagãs dos indígenas foram proibidas, reprimidas ou desestimuladas. Assim, muitos indígenas passaram a adorar a imagem de Nossa Senhora, mãe de Cristo, vestida com manto em forma trapezoidal. Para o colonizador dominador, o indígena estava convertido ao cristianismo; o indígena continuava a adorar a montanha, agora representada pelo manto trapezoidal da Santa (CERTEAU, 1994).

Mencionei antes neste ensaio que todo indivíduo ou grupo social deseja assegurar os meios para sua produção e reprodução material e simbólica (minha analogia com a teoria dos fractais). Consequentemente, cada indivíduo ou grupo quer que predomine sua visão de mundo, representada pelos elementos contidos no seu repertório simbólico cultural. Nesse sentido, indivíduos e grupos desenvolverão estratégias para alcançar esses objetivos de produção e reprodução e, muitas vezes, isto se torna possível a partir de processos de hibridismo ou de osmotipia cultural

(SEIXAS, 2006, 2008^a e 2017). Tais processos implicam, mais uma vez, em selecionar elementos de cada um dos repertórios simbólicos culturais em que se inserem os indivíduos ou grupos e, então, ressignificá-los em função de sua essencialidade ou não para possibilitar a produção e reprodução material e simbólica desses sujeitos. Os elementos ressignificados são difundidos nos sistemas simbólicos culturais e acomodam-se. Como dito no exemplo do parágrafo precedente, aos olhos do dominador, o indígena adora a imagem da mãe de Jesus; o indígena, por sua vez, continua a adotar a montanha que, em forma de manto trapezoidal, representa a deidade nativa CERTEAU, 1994).

É interessante pensar que nas ciências da natureza é extremamente difundido o fenômeno do fenótipo estendido. Um gene precisa de um corpo (e de um ambiente, um contexto) para se desenvolver e para se reproduzir. Muitas vezes o gene precisa se instalar no corpo de outro organismo e, ali, extrair todas as vantagens que puder para assegurar sua produção e reprodução, às vezes até mesmo à custa da vida do organismo hospedeiro (DAWKINS, 1999 e 2007). Essa mesma dinâmica, óbvio que com ressalvas, pode ser reconhecida nos processos dialéticos de (re)construção identitária no contexto da globalização atual. Por exemplo, para que o culto indígena à montanha pudesse sobreviver e se reproduzir, era preciso transmutar a *imagem* da montanha para a *imagem* do manto da mãe de Jesus e ressignificá-lo no contexto da conquista espanhola sobre a América.

Em síntese, o hibridismo ou osmotipo cultural decorre da construção de narrativas por meio das quais um indivíduo ou grupo ressignifica elementos do repertório simbólico em que se insere, seja para excluir certos elementos desse repertório, seja para nele incluir novos elementos e adaptá-los ao sistema de valores desse quadro geral de referências.

7. Identidade cultural e sistemas dinâmicos abertos

Preciso retomar aqui a noção de sistemas dinâmicos abertos para enfatizar que a entrada de novos elementos, assim como a saída de elementos até então existentes, implica na reconfiguração das correlações entre todos os elementos do sistema. Considerando que os sistemas simbólicos culturais são sistemas dinâmicos abertos, expostos à entrada e saída de elementos, os quais são significados e ressignificados pelas narrativas que o indivíduo e ou grupo fazem a respeito de tais elementos dentro do repertório de referências que adotam (contextos), num lugar e num tempo (materiais, virtuais ou simbólicos), fica mais simples compreender as dinâmicas dialéticas da identidade nas múltiplas dimensões da globalização contemporânea.

Fala-se muito em crises identitárias, fragmentação identitária, homogeneização cultural, conflitos identitários entre culturas global e local, entre culturas dominantes e dominadas. A literatura sobre o tema é inesgotável. Mas é preciso destacar algumas ponderações.

Começo pela noção de **sociedades complexas**. Penso que a noção que tem mais sentido é a de que essas sociedades têm intensa divisão do trabalho, o que lhes dá a configuração de indivíduos e grupos altamente especializados em certas tarefas, formando complexas redes de trocas materiais e simbólicas tanto entre esses atores sociais, como do próprio grupo social com outros grupos localizados no mesmo território ou fora dele. Mais uma vez aplicando a noção de sistemas dinâmicos abertos à análise da identidade cultural, essas sociedades complexas têm intenso intercâmbio material e simbólico com outras sociedades, complexas ou não. Fluxos contínuos e caóticos de elementos materiais e culturais ingressam e ou saem dos sistemas

simbólicos culturais de certa sociedade complexa. Os referenciais identitários são instáveis, fragmentados, ressignificados continuamente.

Em razão dessas características de uma sociedade complexa, os indivíduos e mesmo os grupos que formam essas sociedades perdem, ou pelo menos têm dificuldade para identificar e compreender seus respectivos papéis no contexto social e produtivo. Não se trata aqui de prestigiar as relações materiais e a estrutura econômica como causas determinantes da estrutura social. Também não se trata de analisar criticamente determinado tipo de sistema econômico, seja o capitalista ou outro qualquer. Explico.

A Economia lida com certos problemas fundamentais relativos às infinitas necessidades dos seres humanos, as quais não são apenas materiais (Napoleoni, 1997). A Economia busca identificar quais são as necessidades prioritárias do ser humano (materiais ou não), quais são os recursos disponíveis para satisfazer aquelas necessidades, como obter, processar e distribuir tais recursos. As necessidades são infinitas e os meios para satisfazê-las são limitados. Por isto, em qualquer sistema econômico certos bens, por serem mais raros, têm mais valor simbólico do que os bens menos raros. Sabemos que a teoria marxista identifica diversos tipos de valor, porém se concentra nos bens materiais para tratar do valor de troca e do valor de uso. A abordagem neste ensaio é o valor simbólico que qualquer bem, material ou não, tem ou pode ter num determinado sistema simbólico cultural. Vamos a um exemplo disso, que me permite resgatar de trabalho anterior (SEIXAS, 2017):

No livro *Genesis*, de Sebastião Salgado, há uma foto em página dupla representando um grupo de oito indígenas do Alto Xingú, três deles sentados na fila da frente e os outros cinco em pé logo atrás. Dos três indígenas sentados, o que está bem no meio, usa um chapéu de pele de onça. Esse objeto – o chapéu de pele de onça – é simultaneamente um símbolo e um signo, pois o indígena que o usa é considerado o sacerdote mais importante da região do Alto Xingú. O uso desse chapéu é privativo desse indígena. Ora, é claro que qualquer outro indígena pode caçar uma onça, extrair a pele dela e confeccionar um chapéu idêntico. Todavia, embora haja essa possibilidade “econômica”, há total vedação cultural para que qualquer outro indígena use o chapéu que é privativo do aludido sacerdote (SALGADO, s/d, p. 476-477).

Como já ponderei em trabalhos anteriores (SEIXAS, 2008a, 2009 e 2017), todo e qualquer grupo social adota um sistema econômico, seja ou não capitalista, assim como todo e qualquer grupo social tem um sistema simbólico cultural. Não se pode dizer que um é causa do outro, pois os símbolos são simultaneamente estruturantes do sistema simbólico e têm sua significação decorrente desse sistema (BORDIEU, 2010). Assim, a lógica da produção e reprodução material e a lógica da produção e reprodução simbólica cultural estão correlacionadas à **escassez** e à **restrição** de acesso aos bens considerados **valiosos** por certo grupo social para a satisfação de necessidades, independentemente do tipo do sistema econômico. Quanto mais raro e de acesso restrito for um bem (material ou não), maior será seu valor simbólico, pois o sujeito ou grupo que o obtiver será considerado privilegiado na estrutura simbólica da sociedade. Por exemplo, presumivelmente todos gostariam de ter o reconhecimento de sua própria “santidade”, ou seja, se comportamento altruísta socialmente exemplar, porém nem todos obtêm este status social. Os indivíduos que o conseguem passam,

então, a ser considerados *modelos ideais* a serem imitados.

Agora é preciso estabelecer a noção de sociedades não-complexas. Com ou sem restrições de linguagem, a literatura de diferentes campos de conhecimento refere-se a tais sociedades como “primitivas”, “tradicionais” e designações semelhantes. Prefiro denominá-las, genericamente, de sociedades não-complexas, assim consideradas as que apresentam menos divisão do trabalho e nas quais as redes de trocas materiais e simbólicas não ficam tão fragmentadas. Outra vez recorrendo à noção de sistemas dinâmicos abertos para a análise da identidade cultural, posso dizer que as sociedades não-complexas têm intercâmbio material e simbólico menos abrangente com outras sociedades, complexas ou não. A própria sociedade não-complexa cria e mantém certos filtros restritivos ao ingresso de novos elementos simbólicos no seu repertório simbólico, assim como é mais resistente à saída de elementos desse sistema. Nesse processo, a sociedade não-complexa busca controlar os significados que os elementos culturais têm no contexto social. Por isto, os referenciais identitários são mais estáveis, menos fragmentados, têm significados mais contínuos. Em razão dessas características de uma sociedade não complexa, os indivíduos e mesmo os grupos que formam essas sociedades conseguem identificar e compreender mais facilmente seus respectivos papéis no contexto social e produtivo.

Merton (1968) realizou interessante análise estrutural e funcional codificada das relações humanas, tentando integrar os diversos aspectos dos fenômenos sociológicos inerentes a essas relações. Preocupou-se em estruturar classes de problemas essenciais que figuram na pauta das reflexões filosóficas contemporâneas, tais como a sistematização de grupos teóricos que consolidem as orientações psicológicas e sociológicas de certa coletividade; os conceitos de influências locais ou globais sobre os fluxos de informação em comunicação social; a construção, como ele denomina, das “profecias autorrealizáveis” de diversos ramos do saber científico e que modelam comportamentos sociais. O autor pondera que a concepção tradicional do funcionalismo social contextualiza os diversos comportamentos sociais, valorados como “bons” ou “maus”, evidenciando que há profunda interação entre esses comportamentos e a coesão social. Por exemplo, é possível que um indivíduo ou grupo de indivíduos pratique um comportamento considerado socialmente indesejável. Isto faz com que os integrantes do grupo social que se sentem lesados por tal comportamento se aglutinem e, de modo coeso, reajam no sentido de buscar o reequilíbrio social como um todo. Dessa maneira, as *transgressões* sociais, numa certa medida e com determinado grau de tolerância, são instrumentos importantes para o progresso social, tendo em conta que essas condutas provocam ações e reações criativas no ambiente social. Essas transgressões sociais empurram, por assim dizer, a sociedade para novas perspectivas. Se Copérnico não houvesse transgredido as “normas” do saber científico em sua época, o sistema heliocêntrico então descoberto não teria reflexamente provocado as reformas sociais ocorridas naquele momento histórico. Se Darwin não tivesse transgredido os dogmas religiosos vigentes em seu tempo e em sua sociedade, não teria havido a discussão sobre se é ou não verdadeira a hipótese de que o ser humano é uma criação divina superior às demais espécies. Da mesma forma, atitudes de desobediência civil provocam reações sociais que podem levar ao aperfeiçoamento do corpo da sociedade como um todo. É o caso dos movimentos trabalhistas, dos movimentos pela preservação ambiental, pelo respeito aos direitos humanos, pela não discriminação racial ou de qualquer origem para eliminar ou minimizar tratamento prejudicial a indivíduos ou grupos de indivíduos. Da interação de fatores como esses decorre a reorganização da sociedade, ficando

então estabelecidas novas relações sociais que, por sua vez, gerarão novas situações de desequilíbrio. Portanto, a compreensão do funcionamento das relações sociais depende de se examiná-las a partir de uma perspectiva *dinâmica*. O funcionalismo social provoca a formação e a reformulação dinâmica de estruturas sociais. Assim, sob tal perspectiva, a desorganização social é essencial para desencadear os processos de reorganização social.

Merton não partilha inteiramente da concepção tradicional do funcionalismo social, pois concebe a sociedade como uma máquina muito complexa. Destaca que a sociedade poderia ser melhor compreendida *como um cruzamento entre as metas culturais da própria sociedade e os meios para que essas metas sejam realizadas*. Esses meios são aqueles que a sociedade aceita legal e moralmente para que os indivíduos busquem realizar os objetivos definidos pelo grupo social. Numa sociedade ideal, todos esses meios estariam à disposição de todos os indivíduos para que as metas também pudessem ser alcançadas por todos. Ocorre que essas metas podem constituir também uma visão particular daquilo que um indivíduo, ou um grupo de indivíduos, acreditam que desejam. O sistema social passa-lhes a mensagem de que, se esses indivíduos se dedicarem apropriadamente, haverão de alcançar seus objetivos. Ao contrário, se os objetivos não forem alcançados, a mensagem do sistema é decodificada no sentido de que o indivíduo que falhou não deu o melhor de si para alcançar as metas que desejava. É evidente caso de manipulação da sociedade por meio *estruturas culturais hegemônicas*. Em especial, o sistema social pode catalisar no trabalho e na educação os instrumentos disponíveis para a realização dos referidos ideais. É por esses meios de persuasão cultural que a sociedade geralmente legitima as condutas sociais destinadas à realização das metas valoradas como positivas pela própria sociedade. Todavia, Merton pondera que a realidade social não funciona sempre desse modo, ou seja, não há real possibilidade de todos terem acesso à boa educação, a um bom trabalho e, então, de alcançarem os objetivos almejados, ou que a sociedade lhes diz que devem perseguir. As oportunidades sociais são distribuídas desigualmente e disto decorrem diversos distúrbios no ambiente social. Cria-se assim um conjunto de tensões sociais, que vão, por sua vez, provocar reações diferentes nos diversos setores componentes do corpo social para a superação desses bloqueios sociais. *A primeira reação possível é o conformismo*. Assim, certos indivíduos componentes do grupo social podem se conformar com a situação que lhes é apresentada e, então, podem decidir usar os meios que tiverem à sua disposição (e que sejam socialmente aprovados) para tentarem realizar seus objetivos de modo subordinado e dependente da estrutura cultural hegemônica. Essa opção pressupõe o conformismo e estimula a perseverança do indivíduo, ressaltando que ele pode continuar tentando atingir suas metas, mesmo que neste exato momento não tenha logrado o êxito desejado. Esse tipo de comportamento, segundo Merton, é necessário à manutenção da estabilidade social. *A segunda possibilidade de reação é a busca pela inovação*. As condutas inovadoras precisam ter um certo grau de aceitação social, no sentido de que os fins (atingir as metas sociais) justificam os meios se estes meios forem admitidos pela maior parte do grupo social como *legítimos*. Nesse caso, a dialética cultural e de valores é parcialmente solucionada, na medida em que caminhos alternativos, socialmente aceitos, podem ser usados para que um dos sujeitos envolvidos no conflito não permaneça submetido aos demais. Merton pondera, então, que nem todos poderão atingir as metas sociais e, desse modo, os indivíduos que estiverem nessa situação podem reagir aos obstáculos sociais de duas outras maneiras: rejeitando os objetivos sociais, embora sem intenção de invalidação das instituições sociais. É o que Merton

denomina de *ritualismo*, ou seja, valoriza-se as instituições da sociedade, mas se desvaloriza os objetivos a serem perseguidos por meio dessas instituições. Merton exemplifica com a referência ao ritual de se acreditar que o trabalho, qualquer que seja seu resultado, é bom para o indivíduo, independentemente dos resultados que possa gerar para a sociedade. Portanto, a *rejeição dos objetivos e a correlata valorização das instituições sociais é a terceira reação possível* para superar os conflitos culturais e de valores de determinados indivíduos ou grupos sociais. Finalmente, a *quarta reação possível* a respeito dos obstáculos sociais para a realização das metas é a *rejeição completa dessas metas e, também, das instituições sociais*, situação que Merton denomina *refreatismo*. Esse conjunto de reações sistematizadas na obra de Merton explica, segundo ele, o processo dinâmico de interações sociais de desequilíbrio e reequilíbrio social. O autor faz interessante observação a respeito da mobilidade das metas sociais, comparando-as a um horizonte móvel. A cada vez que uma meta é atingida, o indivíduo vê-se pressionado a atingir outra, de modo que sua sensação é a de que não realizou o suficiente para conquistar sua tranquilidade. Esse movimento constante provoca a contínua reformulação, ou reestruturação, do corpo social e dos elementos culturais daquela sociedade.

As quatro formas de reação aos obstáculos sociais têm uma característica comum, qual seja, são respostas individualistas, no sentido de que o indivíduo culpa a si mesmo por não poder alcançar as metas sociais, ou individualmente desqualifica essas metas. A centralização dessas decisões no indivíduo permite que a sociedade mantenha-se coesa, segundo diz Merton. Por essa razão, as transgressões sociais contribuem para que essa coesão social seja restaurada por meio dos movimentos de outros integrantes do grupo social destinados ao reequilíbrio da sociedade. As transgressões aliviam as pressões sociais e os movimentos restauradores do equilíbrio podem se desenvolver, formando-se um ciclo funcional social que preserva a estabilidade da sociedade. Quando esses movimentos tendentes ao equilíbrio são graves demais, Merton identifica uma *possível quinta forma de reação, que é a rebelião*. Uma vez superada a fase de rebelião, seja porque foi bem sucedida e a sociedade redefiniu por esse meio suas metas, seja porque foi mal sucedida e, então, prevaleceram as metas anteriores, o ciclo funcional retoma seu curso.

Consequentemente, quer se trate de sociedades complexas quer de sociedade não-complexas, todas estão em constante evolução. São *sempre* sistemas dinâmicos abertos, pois *sempre* estarão expostas à inovação das correlações entre os elementos simbólicos culturais, sejam porque novos elementos ingressam nos sistemas seja porque elementos saem deles. Um dos vetores da evolução social é a *transgressão* que, neste ensaio, não corresponde à conduta de simples violação de um padrão de comportamento social, mas sim a *transgressão* materializada no ingresso, ou saída, de elementos simbólicos num dado sistema simbólico cultural e que provoca novas correlações transformadoras da sociedade.

8. Inquietações em vista

O Projeto Plural abre horizontes cada vez mais amplos – e móveis – para o pensamento complexo plural. A Epistemologia dos afetos é inadiável. Não significa a rejeição completa dos saberes e da ciência eurocentristas, mas sim a confluência deles com saberes holísticos (com todo o cuidado que o uso dessa palavra exige) há milênios adotados por sociedades e civilizações não ocidentais. Nesse contexto, nós – autorreferidos *ocidentais* – somos ainda aprendizes de feiticeiro no caminho da compreensão mais profunda da complexidade da vida e da humanidade. Sejamos,

pois, destemidamente plurais!

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- _____. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005b.
- _____. **Globalização – as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria Geral dos Sistemas**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2010.
- BRYSON, Bill. **Breve História de quase tudo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- CANCLINI, Néstor García. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense.
- _____. **Consumidores e cidadãos**. 5.ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.
- _____. **Culturas híbridas**. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
- _____. **A Globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. São Paulo: Pensamento, 2007.
- _____. **Mito e transformação**. São Paulo: Ágora, 2008.
- CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. 10ª ed. São Paulo: Cultrix, 1995.
- _____. **O tao da física**. São Paulo: Cultrix, 1985.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano - artes de fazer**. 14 ed. Petrópolis- RJ: Vozes, 1994.
- _____. **A invenção do cotidiano – morar, cozinhar**. 7 ed. Petrópolis- RJ: Vozes, 2008.
- COSTA, Fernando Braga da. **Homens invisíveis – relatos de uma humilhação social**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2014.
- CRUZ, Maria Tereza. **A estética da recepção e a crítica da razão impura**. Revista de Comunicação e Linguagens, Lisboa, n.3, p.57-67, jun., 1986.
- DAMÁSIO, Antonio R. **O erro de Descartes: emoção, razão e cérebro humano**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DAWKINS, Richard. **The extended phenotype – the long reach of the gene**. Oxford, UK; New York, USA: Oxford University Press, 2008.
- _____. **O gene egoísta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- _____. **Imagens e símbolos**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. **Mito do eterno retorno**. São Paulo: Mercuryo, 1992.
- _____. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. **Tratado da história das religiões**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- _____. **Mito e realidade**. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, s/d.
- GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005a.
- _____. **Da diáspora. Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- HAWKING, Stephen. **Uma breve história do tempo**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. 2.ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: USF, 2002.
- HUNTINGTON, Samuel. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- ISER, Wolfgang. **The implied reader**. Maryland, The Johns Hopkins University Press, 1974.
- JAUSS, Hans. **Pequena apologia de la experiência estética**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica: Buenos Aires-AR: SAICF, 2002.
- _____. **Toward an aesthetic of reception**. Minnesota, University of Minnesota, 1982.
- JUNG, Carl G. (org.). **O homem e seus símbolos**. 5 ed. Rio de Janeiro – RJ: Editora Nova Fronteira, s/d.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. Lisboa: Edições 70, 1993.
- _____. **Olhar, escutar, ler**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 2009.
- MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003.
- _____. **Povo e personagem**. Canoas: Ed. Ulbra, 1996.
- _____. **O signo da relação comunicação e pedagogia dos afetos**. São Paulo: Paulus, 2006.
- _____. **Ciência e Jornalismo – da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008.
- MERTON, Robert K. **Social theory and social structure**. New York: Free Press, 1968.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005a.
- _____. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005b.
- NAPOLEONI, Claudio. **Curso de economia política**. 5.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- NICOLELLIS, Miguel. **Muito além do nosso eu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- NYE JUNIOR, Joseph S. **O paradoxo do poder americano**. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.
- PAVERCHI, Silvia Regina. **Memória da diáspora armênia nos relatos de seus descendentes no Brasil e Argentina (cidades São Paulo e Buenos Aires)**. São Paulo: PROLAM da USP, 2015. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo. Programa de Pós Graduação em Integração da América Latina.
- SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Cia. Das Letras, s/d.
- _____. **Orientalismo – o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. **Cultura e resistência**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- SEIXAS, Raul. **Metamorfose Ambulante**. In Álbum Krig-ha Bandolo Warner Chappel e Universal Music. São Paulo, 1973.
- SEIXAS, Renato. **Identidade cultural da América Latina – aspectos dos processos de integração cultural global**. Tese de doutorado em Integração da América Latina apresentada no Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina – PROLAM, da Universidade de São Paulo em dia 13/11/2006.
- _____. **Identidade cultural na América Latina: conflitos culturais e mediação simbólica**. In Cadernos do PROLAM – Brazilian Journal of Latin America Studies. Ano 7, nº 12, v. 1, p. 93-120. São Paulo: PROLAM/USP, 2008a.
- _____. “Identidade cultural pós-moderna”. In: **Diálogo Portugal-Brasil, século XXI: novas realidades, novos paradigmas**. (MEDINA, Cremilda; et MEDINA, Sinval. Orgs.). Porto, Portugal: Editora Universidade Fernando Pessoa, 2008b.

_____. “Identidade cultural, comunicação e mediação simbólica nas sociedades de consumo: subsídios para aplicação do Direito do Consumidor”. In **Revista de Direito Privado da UEL** – Universidade Estadual de Londrina, volume II, nº 2, maio a agosto/2009, ISS.1983-5299, disponível no site <http://www.url.br/revistas/direitoprivado>

_____. “Globalização cultural e multiculturalismo na América Latina: análise a partir de experiências das civilizações pré-colombianas”. In **Revista de Direito Privado da UEL** – Universidade Estadual de Londrina, volume III, nº 1, janeiro a abril/2010, ISS.1983-5299, disponível no site <http://www.url.br/revistas/direitoprivado>

_____. “Migração simbólica e dialética da identidade cultural nos processos de migração”. In **Cadernos do PROLAM**, volume 16, n. 29, 2017.

VELHO, Gilberto; et VIVEIROS, Eduardo. “O conceito de cultura e o estudo de sociedades complexas – uma perspectiva antropológica”. In: **Artefato – Jornal de Cultura**. Ano I, nº 1, janeiro, 1978. Editado pelo Conselho Estadual de Cultura – Rio de Janeiro.

QUEM TEM CERTEZA SOBRE QUEM DESCOBRIU QUEM?

Dimas A. Künsch

A tarefa de redescobrir o Brasil implica (re)conhecer o pouco explorado hemisfério dos que vivem à margem da história. É a sabedoria dos que não são qualificados como sábios, a fonte para o resgate dos sentidos e das identidades. Cânticos e rezas trazem o prenúncio de uma possível compreensão mais plural e complexa do mundo dos homens. Da percepção teleológica de Dimas Antônio Künsch, as marcas do primeiro habitante.

Um a um, foram sendo chamados do ventre da Terra, pelo Criador, os vários povos, e os primeiros a enxergar a luz maravilhosa da existência – ora bem! – foram os Tukano. Ou melhor, o chefe deles, Doé Tiró, o Traíra ou Cabeça Chata. Saiu acompanhado da mulher e lhe foi concedido dividir com o Criador o dom da invisibilidade. Emekho Sulan Panlamin prosseguiu arrancando para fora da Terra, no parto da humanidade, em segundo, terceiro, quarto, quinto e sexto lugares, os chefes de outros povos indígenas, com um recado amoroso a todos eles:

– Dou-lhes o bem-estar, as riquezas das quais vocês nasceram.

O mito tukano entende que, ao dizer isso, Emekho Sulan Panlamin estava dando a esses povos “o poder de ser mansos, de fazer grandes festas com danças, reunindo muita gente; o poder de conviver com todos e de não guerrear”.

Mas faltava ainda ser tirado do buraco escuro da Terra o homem branco.

Veio com espingarda na mão e ouviu do Criador – e quase não dava tempo de ouvir direito, tamanha a pressa – esta mensagem:

– Você é o último. Dei aos primeiros todos os bens que eu tinha. Como você é o último, deve ser uma pessoa sem medo. Você deverá fazer guerra para tirar as riquezas dos outros. Com isso, encontrará dinheiro.

A narrativa mítica, reordenadora do caos angustiante, vê o primeiro homem branco virar as costas e logo dar um tiro de espingarda. Para experimentar.

Garantem os Tukano que ele seguiu para o Sul, até chegar a São Gabriel. E que, ali mesmo, fez a primeira guerra.¹

“Tigres ferozes”

“Não há dúvida de que tenham fé em Deus”, atesta uma voz de lá daquelas mesmas bandas do Sul. “Mas são do diabo as suas obras.”

Quem narra a história é alguém que presenciou o ataque de “140 brancos do Brasil” a uma das missões jesuíticas guaranis do Paraguai, no ano de 1636. Ouviu dos agressores que eles eram cristãos, sim, senhor! E conseguiu até perceber os “enormes rosários” que traziam consigo.

Os paulistas chegaram ao som de tambor, com bandeira desfraldada e em ordem militar. Entraram pelo povoado atirando e, com seus mosquetes, espadas, facões e alfanjes, esses “tigres ferozes” mataram e feriram à vontade, não se importando se homem ou mulher, idoso ou criança, “com a maior brutalidade já vista no mundo”.²

Dimas Kunsch é docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, doutor em Ciências da Comunicação e Mestre em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (USP). Lidera o grupo de pesquisa **Da compreensão como método** e coordena o projeto de pesquisa **Princípios teóricos e epistemológicos da compreensão como método**, que reúne pesquisadores brasileiros e colombianos (Facultad de Comunicaciones da Universidade de Antioquia, Medellín, Colômbia).

Dizem que, ainda hoje, nas noites tristes, lá pelos lados das terras dos Sete Povos das Missões, é possível captar da brisa e do vento o pranto de multidões ancestrais, implorando misericórdia.

São cânticos e rezas em guarani e em latim, dizem, nas misturanças que os povos e a vida fazem.

Miserere nobis, ouve-se.

E, também, muitos ora pro nobis de uma ladainha sem fim a um Deus, a santos e profetas de cara branca, até pouco tempo antes, completamente desconhecidos pelo povo em busca da Terra Sem Males.

O mesmo Deus e os mesmos santos e profetas dos homens assinalados pelo Criador com a maldição de fazer da guerra uma grande e maravilhosa festa.

Português e francês

Durante a ocupação francesa do Maranhão, o senhor De Vaux escutou do pajé de uma das aldeias que esse pajé e sua gente andavam muito desconfiados. Porque parecia a eles que os franceses eram exatamente iguais aos peró (portugueses). Tinham os mesmos gestos e as mesmas palavras. Faziam as mesmas promessas e ameaças que ele, M'Boré Guaçu, tinha observado nas terras de Pernambuco e Paraíba.

M'Boré Guaçu lembrou que os peró, desde o início, dormiam com as filhas de seu povo, e que isso até era considerado uma honra e uma alegria para os parentes dele.

Mais tarde veio o convite a erguer cidades e construir fortalezas, e o índio acreditou que iam todos formar uma só nação.

Já depois, não era mais permitido dormir com as moças sem com elas se casar e, para tanto, precisava antes batizá-las.

M'Boré Guaçu segue relatando que, por esse motivo, chegaram os paí (padres), erguendo cruzeiros, ensinando catecismo e batizando.

– Depois falaram que os paí precisavam de escravos para os servir e trabalhar nas suas lavouras. E demos pessoas para serem escravos. Depois, não satisfeitos com esses escravos, que tomávamos nas guerras, exigiram também os nossos filhos, e, no fim, acabaram escravizando toda a nação. Com tal tirania e crueldade trataram os pobres coitados, que os que ainda estavam livres, como nós, tivemos de deixar a região.

M'Boré Guaçu teme que a história se repita, agora, com a chegada dos franceses. “Na verdade, estamos satisfeitos com vocês, mas os peró fizeram o mesmo.”³

Descoberta

Descobrimento ou o quê?

Quem pode ter certeza sobre quem descobriu quem, se algum descobrimento algum dia houve em algum lugar?

Na visão dominante e administradora de sentidos dogmáticos dos proprietários da pólvora, do chumbo e do verbo, o Mundo de Lá descobriu e segue descobrindo gloriosamente o Mundo de Cá. A luz se fez nas trevas, e aos gentis foi concedida a honra e a graça da salvação!

Ainda segundo essa deplorável visão, a História desta parte do mundo, em que “em se plantando tudo dá”, teve início bem exatamente ali, há quinhentos anos, com o gesto – dizemos nós – que transforma o outro num “índio”, que amordaça o diferente nas regras fixas do mesmo.

Não é de estranhar. A festa da guerra de verdade é irmã gêmea do discurso que tece, costura e exalta os sentidos legitimadores desse e de outros desencontros.

Por esse mecanismo perverso, a reprodução mutiladora do acontecimento, que traz as cores e as marcas da oficialidade, é incapaz de reconhecer a dignidade desse estranho que, nas praias do mundo, mostra sem maiores pudores suas vergonhas.

E é dessa forma que, por sua vez, o “Novo Mundo” descobre o “Velho”. O Brasil, que haveria de ser assim denominado, descobre a Europa.

Os povos ancestrais – tantos e diferentes, e não simplesmente “índios” – desvelam sentidos e mistérios do homem branco, no próprio e até hoje duradouro instante do descobrimento encobridor.

Cinco séculos depois, a historiografia sorridente e os cultivadores da festa da guerra continuam a se regozijar com a reprodução simplificadora e ideologicamente comprometida da empresa colonial. Querem esquecer a fúria guerreira, para celebrar a missa da imposição religiosa e dos dogmas da dita civilização ocidental.

Nos altares da visão linear e unilateral da História, ontem como hoje, na maior sem-cerimônia, presta-se culto aos deuses da razão e do progresso, num processo de reprodução contínua do encobrimento, do massacre e da pilhagem.

Pensamento complexo

No ato responsável e desafiador de revisitar a História para contá-la mais uma vez, com espírito renovado, é possível relembrar – com muito, pouco ou nenhum peso de consciência – e ancorar a denúncia na muito grave e assustadora questão dos mortos e feridos na tragédia provocada por um encontro que nunca se deu de verdade.

Mas também é possível tentar compreender o vaivém do acontecimento sob o prisma outro da vida, das inúmeras e o mais das vezes desconhecidas formas de negociação e resistência, da criatividade e das artimanhas dos oprimidos.

Assim procedendo, o esforço compreensivo tenta resgatar da História, mesmo com indignação, o que nela sempre pode haver de esperança e utopia, o bem junto com o mal, trigo e joio, pequenas e grandes vitórias no meio de conflitos muitas vezes demasiadamente ferozes.

Essa visão compreensiva, não ingênua nem legitimadora da matança, também ajuda a projetar alguma luz nova sobre processos que, de fato, têm mil e uma faces e nos quais razão e não-razão, real e imaginário, objetividade e subjetividade se misturam e fecundam.

Por fim – e talvez seja isso o mais importante –, esse tipo de abordagem consegue reivindicar para as vítimas o papel ativo de produtores de sentidos e identidades próprias, ainda que muitas vezes numa posição de extrema desvantagem.

Ora, o Primeiro Habitante não é nem nunca foi um receptor passivo e acomodado dos dogmas, valores e contravalores, dos deuses e demônios trazidos pelo forasteiro.

No processo, o descobridor é também descoberto, e toda a cultura dominadora é de alguma forma reatualizada, contestada, recontextualizada, transformada. Não só as raças se cruzam nas noites de amores ou nos gestos infames de negação da ternura. Também se cruzam e misturam palavras, gestos, saberes, sentidos e mistérios.

A busca de uma alternativa à edição mutiladora do acontecimento não se pode deixar envolver pela perigosa armadilha das causas e efeitos precisamente delineados, das razões necessárias, do jogo fascinante que opõe bandidos e mocinhos.

Só um pensamento enamorado pela complexidade e pelo abraço da compreensão está em condições, não de explicar cartesianamente o real, mas de arriscar algum tipo de aproximação menos simplificadora, e menos injusta, às coisas

que foram e que são. Sem nunca esquecer que a palavra jamais é capaz de produzir um real re-acontecimento.

Quando o paradigma é o da vida, há que se prestar, sempre e em todo canto, um tributo ao imponderável e ao mistério.

Mesmo lá, onde se revela assustadoramente avassaladora a arrogância de um projeto como esse, do assim chamado Descobrimento, e tremendamente nefastos os resultados de uma aliança diabólica entre cruz e espada.

Ora, a vida se faz e refaz, também e principalmente, nos vãos e desvãos do cotidiano e do miúdo, onde os anônimos, ainda que às vezes atordoados pelo peso da violência, administram a seu modo e reordenam o caos – entre outros modos possíveis –por meio do exercício ininterrupto das artes do “sevirol”.⁴

Redescobrir o Brasil

Trata-se, como é possível imaginar, de um esforço gigantesco, esse, que busca atender à proposta de reviver simbolicamente a História de um modo duplamente inovador, libertador.

A primeira perspectiva é a da inclusão das populações não reconhecidas, marginalizadas, excluídas, invisibilizadas. Como sujeitos! Como parceiros de uma conversa que assume, com rigor e com amor, o confronto com uma visão sacramentalizadora do poder, da injustiça, da violência.

Ao mesmo tempo, sob a ótica da complexidade: para se opor a uma visão redutora do acontecimento, que costuma fazer da razão a grande e única chave explicativa do mundo.

Esse esforço, aqui apenas sugerido, parece se impor como tarefa maior, quando a grande questão é a de termos coragem de relançar ao oceano de tantos riscos e incertezas as caravelas para a aventura de redescobrir o Brasil.

Este pode ser o maior e o mais digno tributo a se prestar aos anti-heróis todos da saga dos Quinhentos Anos.

A Semana dos Povos Indígenas de 1999, um ano antes dos Quinhentos Anos, tem por tema a “sabedoria dos povos indígenas”.

Quando as certezas de ontem já não se fazem nem são aceitas como certas, e quando as luzes da Razão e do Progresso não mais iluminam como se imaginava antigamente, talvez seja este o momento oportuno – verdadeiro kairós – para começarmos a pôr completamente abaixo o sólido edifício das construções teóricas que fizeram de uns, os superiores, e de outros, os inferiores.

Essa visão, tacanha e míope, acaba por dividir o mundo entre civilizados e primitivos, sábios e não-sábios, bons e ruins.

Visão não plural de mundo. Não compreensiva.

Outros quinhentos

Avá Kuarary Renyju manifesta grande preocupação com o que ele chama de “continuação do mundo”. Ele acha que, da forma como as coisas andam, o Brasil e o inteiro planeta não suportam outros quinhentos anos.

Será o fim.

“Temos de mudar a cabeça dessa civilização, que tanto fala de paz”, ensina esse Guarani Kaiová de 38 anos, Anastácio Peralta para o homem branco.

“É preciso mudar o cérebro do país, mudar o coração desse povo.”

Não seria o fim, se dependesse do índio.

Avá Kuarary acredita muito nisso. Ele considera que umas das piores coisas acontecidas ao Brasil, há quinhentos anos, foi “a chegada do homem mau, do jeito de um furacão”.

Um furacão arrasador

“A vida do índio se transformou numa brasa quente, que queima mesmo.”

Descobrimento, que descobrimento?

Avá Kuarary rejeita a versão de que a História tenha tido início no dia 22 de abril de 1500, “com esse tal de Pedro Álvares Cabral”. Porque “nós já vivíamos aqui, com nossa própria língua, nossa própria forma de viver, nossa cultura, nossas rezas, nossas danças, nossas comidas”.

Mas o “homem mau”, nesses cinco séculos, não quis saber do índio nem conversar com ele. Por isso, “a continuidade do mundo” está ameaçada.

Tem saída?

Avá Kuarary pensa que sim.

Primeiro, precisa o índio continuar vivendo, defendendo o direito à diferença. Depois, vai depender de o homem branco e a sociedade escutarem o que o índio tem a dizer.

“Temos nossa sabedoria, e nossa sabedoria indígena pode dar rumo ao mundo, educar o branco, preservar o mundo, para nós ter vida longa e dar continuidade ao mundo.”⁵

A aventura da redescoberta pressupõe disposição para o diálogo e aceitação do diferente, como garantia da continuidade do mundo. Importa que nos reconheçamos povo plural, essa mescla de primeiros, segundos, terceiros e outros habitantes, essa mistura de cores, tempos, fés e mitos.

Essa sem-certeza e sem-vergonhice de ser o que somos, de rejeitar a explicação dogmática e de buscar eternamente descobrir a nós mesmos.

Pode ser que se descubra, um dia, termos sido felizes proprietários, nos tempos que fomos considerados e nos consideramos atrasados, de segredos e encantos que nós todos e o mundo sempre buscamos.

O poder de reunir muita gente para a festa e a dança, por exemplo.

O poder, inclusive, de rejeitar a sina de ter de carregar uma espingarda, caminhar em direção ao Sul e dar início a mais uma guerra.

* Em 1999, quando o Projeto Plural celebrava seus dez primeiros anos de fértil existência, encontrávamo-nos a um ano do que nos círculos oficiais e do poder se chamava então de “Quinhentos Anos do Descobrimento”. Atendendo a um gentil convite dos organizadores do **Caminhos do saber plural: dez anos de trajetória**, Cremilda Medina e Milton Greco, escrevi o texto reproduzido anteriormente. Muita coisa dita ali não envelheceu, antes, se fortaleceu, tanto na denúncia quanto na esperança que encerra. O homem branco continua fazendo de suas armas, e da violência que provoca, uma verdadeira festa. Quinhentos e vinte e um anos depois da chegada da esquadra portuguesa, o Brasil armado e violento quer se livrar de seus povos indígenas e decretar o fim do mundo!

DA DESCOBERTA DA MÁTRIA AOS EQUÍVOCOS DA PÁTRIA: ou de como se reinventa a história das relações luso-brasileiras.

Salvato Trigo

1. Comecemos, então, por saudar o Brasil a doze meses de completar 200 anos do “grito de Ipiranga” e a evocar a Nova Lusitânia., designação tão simbólica e metafórica quanto expressiva com que Duarte Coelho baptizou Pernambuco, ao chegar ali como capitão donatário, nas primeiras décadas do século XVI.

2. O Pernambuco e sobretudo o Recife, como cadinhos de brasilidade, foram pioneiros e determinantes na construção do imaginário dos brasileiros, na afirmação da liberdade do pensamento.

3. O Recife, certamente mais ou, pelo menos, tanto como a Bahia, foi a matriz espiritual do Brasil.

4. Matriz, que podemos rastrear já, desde 1535, na igreja, também ela matriz, dos irmãos santos Cosme e Damião, mandada construir por Duarte Coelho. Ou no extraordinário Convento de Santo António, centro de espiritualidade e de criação civilizacional de enorme dinamismo.

5. Mas matriz também no irmanamento de índios, negros, mulatos, mamelucos e europeus, heróis na vitória de Guararapes sobre os holandeses, em defesa já dum Brasil brasileiro com fôrma latina/portuguesa e católica.

6. Esses heróis de Guararapes exasperarão dos seus túmulos com o eco das vozes despeitadas de brasileiros como eles que, hoje, com incompreensível e insustentável lusofobia, ampliam a falsificação da História, suspirando por uma abortada colonização holandesa que, para eles, teria sido profiláctica, para os males atuais do Brasil que sempre hipervalorizam, escondendo, acintosamente, os bens incomensuráveis que esse fabuloso país conquistou nos seus mais de 500 anos de história.

7. Despeitados com Gilberto Freyre, o outro pernambucano constituinte desse binómio matricial, por não quererem nele reconhecer as premissas sociológicas mais importantes para questionarmos cientificamente (e até politicamente) a lusofonia, esparramam o liliputiano veneno do seu desconhecimento, com o que têm a pretensão de apagar séculos de história de evolução do Brasil e das suas relações com Portugal.

8. Gilberto Freyre é ponto obrigatório de passagem para a reanálise da história da lusofonia, não para abrímos, uns e outros, as portas dos armários, onde alguns persistem em guardar cadáveres e fantasmas, mas para prepararmos o futuro e as convergências possíveis e necessárias para a consolidação da Comunidade dos Povos e dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

9. Uma reanálise feita mais com a seriedade intelectual de um

Salvato Trigo, reitor da Universidade Fernando Pessoa (Porto, Portugal), presidente do Conselho de Administração do Hospital-Escola da Universidade Fernando Pessoa. Eleito Académico-Correspondente pelos membros efetivos da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa em 2016.

Darcy Ribeiro ou de um Hélio Jaguaribe, por exemplo, e menos com a superficialidade de alguns ensaístas da História, como a de Sidney Ferreira Leite, no artigo “Acidentes de percurso”, ou como a de Ângela Dutra de Menezes, em seu livro **O Português que nos pariu**.

10. Uma reanálise, com absoluta liberdade de pensamento, mas também, e naturalmente, com a responsabilidade que a todos nos cabe na problematização e na divulgação da lusofonia. E o Pernambuco, para reincidir na referência a um Estado e a uma cidade (Recife) gémea do Porto e que muito dizem ao Norte de Portugal, é, como nós, uma terra com tradições no exercício duma liberdade responsável, desde Frei Caneca, por exemplo, até D. Hélder da Câmara, passando, obviamente, por Joaquim Nabuco, arauto da República no Brasil e fundador do jornal **Tribuna Liberal** e autor da célebre frase, bem demonstrativa da originalidade das nossas raízes e das nossas convergências que esse grande pernambucano traduziu lapidariamente: “Depois de **Os Lusíadas**, o Brasil é a maior criação dos portugueses!”

11. Foi também exercitando essa liberdade responsável que Josué de Castro, mais um notável pernambucano pensador da lusofonia, escreveu esse importante e influente ensaio sobre a Geografia da fome, há sete décadas.

12. Essas vozes pernambucanas do jornalismo e da sociologia simbolizam, por assim dizer, a riqueza da chamada literatura nordestina da qual o Pernambuco é porta grande de entrada para uma escrita literária apostada em conjugar a ética com a estética, o social com o espiritual, conjugação essa bem evidenciada em poetas como Manuel Bandeira e em romancistas como Graciliano Ramos ou como Euclides da Cunha que, com *Os sertões*, plasmou obra incontornável, para a compreensão profunda da lusofonia, em geral, e da brasilidade, em particular.

13. É nas grandes obras do espírito criativo de poetas, romancistas, e escritores de fôlego, que não ignorem nem tripudiem a história, que Portugal e o Brasil se encontraram no passado, se reencontram no presente e se inquietam sobre o futuro. É nessas obras que está a nossa matriz, a nossa matéria, a que a língua portuguesa deu o meio essencial para a sua construção. Foi nessa língua matricial que reconfiguramos conjuntamente o nosso mundo, onde a nossa vida decorre e a existência acontece.

14. Porque a língua é *matéria* e à medida em que se idiomatiza, que vira idioma, isto é, que incorpora a geografia e a cultura locais, ela torna-se também axiologia da identidade, da afirmação do eu diferenciado, que a transplantação dos homens que a falam foi diferenciando.

15. A matéria, assim vivificada, começa a gerar os equívocos quanto à pátria que se vai diluindo numa outra que emerge não só pelo afastamento, pela distância, pelo apagamento telúrico, mas também pela substituição do património que a sustenta, do património material e imaterial.

16. É essa transição de pátrias que justifica a relexificação idiomática e também a representação matricial da pátria no património construído. É essa transição de pátrias, a que, por comodidade, se chamou o período colonial, que reconhecemos nas chamadas cidades históricas brasileiras, em que a Bahia, o Pernambuco e Minas Gerais pontificaram nos sécs. XVI a XVIII,

como importantes núcleos culturais e políticos, comerciais e industriais, duma burguesia brasileira matricial que, nas suas Casas Grandes e Sobrados, nas suas Igrejas e Povoações, quis representar a *mátria*, a matriz donde provinha, com as adaptações necessárias à brasilidade nascente que se queria diferenciadamente exprimir.

17. O século XIX, entretanto, fez deslocar para o centro e para o sul, para o Rio de Janeiro, para São Paulo e, depois, para as terras do Rio da Prata, de que Sinval Medina é romancista autorizado, representações cada vez mais diluídas da pátria, por força de uma miscigenação biológica, social e cultural multigeográfica, europeia e oriental, que acelerou o abasileiramento da *mátria*, onde todos se encontravam, cortados que eram os laços com a pátria de origem ou de partida.

18. O traço material e patrimonial português vai-se mesclando com as novas vagas de povoadores europeus (italianos, alemães, poloneses, turcos, libaneses, sírios, etc.) e asiáticos (japoneses, sobretudo), dando origem a outras expressões éticas e estéticas, a outra espiritualidade, tornando Olinda, Ouro Preto, Sabará e Salvador, sítios da memória dum povo variado, o brasileiro, cuja argamassa nacional residia e reside na língua portuguesa.

19. A língua portuguesa, que é a *mátria* comum, ao sustentar duas pátrias distintas, gerou, por vezes, também equívocos, por alguns verem nela, exatamente por ser *mátria*, o cordão umbilical que entendiam dever ser cortado, para que os homens pudessem separar aquilo que Deus tinha unido do Piauí ao Chuí.

20. Um desses equívocos entusiasmou-se com Mário de Andrade, o paulista modernista que quis completar a genialidade do **Macunaíma** ou **o herói sem nenhum carácter** com uma putativa *Gramatiquinha da fala brasileira*, ameaçadora para a matricialidade da língua, mas cujo projeto não vingou.

21. Esses equívocos – alguns ainda hoje persistem, nas melhores cabeças sociais, mas, como diria Montesquieu, pouco arrumadas – resultam, não raras vezes, de se ter acintosamente confundido a pobreza material do país descobridor com um estado natural também no plano moral, espiritual e cultural. Bastará reler Gilberto Freyre ou Darcy Ribeiro ou Roger Bastide, esse insuspeito antropólogo francês, mestre da Sorbonne, para se desfazer esse equívoco da confusão entre a pobreza material e a hipotética pobreza cultural do povo português, essa manifestamente inexistente. Garcia da Orta, o primeiro grande botânico científico da Europa, bem afirmou no seu **Tratado das Plantas da Índia** “que se aprendia, no seu tempo, mais com os portugueses num só dia do que com os romanos num século.”

22. Jactância, gabarolice, não! Simplesmente a constatação de que a dimensão e a sustentação do império português deveram-se ao conhecimento, ao inegável avanço cultural e tecnológico do Portugal dos sécs. XV e XVI.

23. Temos, por isso, de revalorizar o conhecimento que tivemos e que deu novos mundos ao mundo, e de cuidar melhor, com o Brasil, do património que nos é comum – a língua portuguesa – em que os dois países mais aqueles que com eles formam a CPLP exprimem a sua visão do mundo, recuperando a

matricialidade da sua origem comum, para consagrar a multiculturalidade que nos autentica como povo do mar, como povo aberto ao mundo que, apesar da sua identidade forte, não renega a alteridade com que se construiu o passado e com que há-de engrandecer-se no futuro.

24. Louvo-me, por isso, num grande jornalista brasileiro, Barbosa Lima Sobrinho, na citação que fui buscar ao seu livro **A Língua Portuguesa e a Unidade do Brasil** (1958):

Num reino espiritual, não há necessidade de metrópoles, nem podem existir colônias. Não há donos nem criados. Há os conservadores de um património comum, todos eles interessados, por igual, na preservação desse tesouro linguístico, que se tornaria inútil, entretanto, como cédulas recolhidas, se não acompanhasse a complexidade da vida quotidiana, a evolução das sociedades, a transformação dos indivíduos, o desenvolvimento da técnica, a expansão das relações humanas. Os laços políticos não bastam para manter a unidade dos idiomas, se faltam os vínculos sociais e culturais.”

É à busca desses vínculos sociais e culturais que devemos partir de novo, para afastarmos os equívocos que, por vezes, perturbam as nossas relações humanas e políticas, sobretudo num tempo, neste tempo, em que a globalização, da qual os nossos descobridores foram arautos, derrubou fronteiras físicas. Não permitamos que ela crie fronteiras espirituais entre nós que temos a mesma matéria.

Leiamos, de novo, Barbosa Lima Sobrinho, clarividente e profético em 1958, e perfeitamente atual:

Deseja(-se), apenas, que esse progresso (da língua) obedeça às leis gerais do idioma, para que ele se conserve fiel a si mesmo, e possa prender, com o mesmo elo, o passado e o presente, para inspiração e segurança do futuro. Será assim o idioma, na frase de Rodó, uma ponte externa sobre a corrente dos séculos, como tem sido sempre uma ponte sobre a vastidão do oceano. Que os idiomas se destinam a vencer o Espaço e o Tempo, desde que aqueles que os usem saibam compreender sua vocação ecuménica e seu sentido de perenidade.”

25. É esse sentido de perenidade, que a língua transporta, que nos faz sentir, quando a falamos, com prosódia e com sotaques diferentes, que nós e os brasileiros pertencemos a essa Nova Lusitânia de que falava Duarte Coelho, um tripeiro nascido em 1485, primeiro capitão-donatário na Capitania de Pernambuco e fundador de Olinda (1534-1554), que foi criado e educado por uma tia materna que era monja e princesa do Mosteiro da serra do Pilar, que da Gaia de Cremilda, domina o rio Douro da sua infância lusitana.

26. Nem de propósito, Duarte Coelho, um militar proeminente de várias expedições e viagens à Índia, a Malaca (onde, em 1521, mandou construir a Igreja de N^a Sra. do Oiteiro), à China e ao Sião, um homem de rara têmpera, era filho bastardo de Gonçalo Coelho, comandante da expedição portuguesa que, em 1503, partiu para o Brasil, para iniciar, por assim dizer, o povoamento europeu daquele imenso território.

29. Duarte Coelho foi o iniciador, no Brasil, do ciclo económico do

engenho com a agricultura canavial, o que fez a prosperidade de todo o nordeste até Alagoas e Sergipe. Foi graças a homens como Duarte Coelho e os povoadores do Norte de Portugal e da Ilha da

Madeira que levou consigo, alguns da pequena nobreza de Entre-Douro-e-Minho que o Brasil se fez e expandiu continentalmente as suas fronteiras, muito para lá do que faziam prever as forças e cabedais humanos de Portugal que, no tempo, teve de lutar contra o poderoso vizinho – a Espanha – e contra a França e a Holanda, pela ocupação e domínio das terras brasílicas.

30. Eis, pois, a força espiritual da *máttria* a suportar as forças materiais das pátrias. Fernando Pessoa cunhou esse notável papel de Portugal na expressão quase mítica de Quinto Império!

31. O Brasil, como bem disse Agostinho da Silva, um verdadeiro discípulo pessoano, é a face orgulhosa desse Quinto Império que, infelizmente, os nossos políticos republicanos, de cá e de lá, nunca compreenderam na sua profundidade e persistem até hoje a assobiar para o lado, de ouvidos moucos ao canto do Sabiá, que não é mais do que o nome brasílico para o tordo português!

32. Infelizmente, continuamos a hipervalorizar as pátrias, quando o que verdadeiramente nos pode reunir e ajudar é a *máttria*. Tenhamos esperança de que a *máttria* triunfará, quando soubermos cada vez mais do nosso passado comum, por forma a não nos desconhecermos tanto e a não nos recriminarmos mais com interpretações de fatos da História fora do seu tempo, porque, como diziam os historiadores romanos, *tempus regit factum*.

33. Felicito, por isso, a Professora Cremilda Medina pela organização de mais um tomo dos volumes que vem produzindo sobre o paradigma que a ela se deve do “Signo da Relação”, desta feita, de Portugal- Brasil, seja na literatura, no ensaísmo, no jornalismo, nas reflexões sobre a arte, em que a descoberta continua, porque, como expressão sublime de matricialidade, a arte interroga-nos e demanda-nos a olhar, mas ver; a gostar, mas saborear; a escutar, mas sentir. Desperta-nos curiosidade pelo conhecimento e interpela-nos a ver na arte escultórica e pictórica do Aleijadinho de Congonhas do Campo a Igreja do Senhor de Matosinhos, em Portugal, porque o Brasil foi o outro lado de nós, por isso nos deslumbramos, quando, como aqui e agora, possamos descobrir-nos mais um pouco.

34. Eis, pois, o meu pequeno contributo, para que a descoberta entre o Brasil e Portugal continue e que o paradigma do “Signo da Relação” descomplexada vença os preconceitos anacrônicos neste tempo da sociedade da informação e do conhecimento.

À LUZ DO HEMISFÉRIO SOL

Elen Cristina Geraldes

Estudar jornalismo no fim dos anos 80, quando o Brasil saía de uma longa ditadura militar e passava por várias crises econômicas e políticas, era um exercício de esperança. A Escola de Comunicações e Artes da USP pulsava. Entre uma aula e outra, eu assinava manifestos, aprendia latim e esperanto, namorava, comia sanduíches naturais, pegava disciplinas optativas em unidades distintas da universidade, usava botons em homenagem a Che Guevara e Frida Kahlo, corria no Centro Olímpico. Aproveitava a riqueza do acervo da biblioteca da ECA e lia muito, até adormecer, movida por encantamento e curiosidade, desvelando autores clássicos da comunicação e os novatos, já que o tema estava na moda. Sempre tinha trabalhos demais para entregar. Um novo seminário, ou palestra, ou encontro começaria em cinco minutos. Não havia rotinas, mas isso não era pretexto para falta de disciplina ou de esforço: eu me empenhava em refletir sobre o apaixonante mundo da ciência, o lugar da comunicação e a minha possível inserção nessa terra de gigantes.

A primeira lição que o projeto Saber Plural me trouxe, e que de certa forma marcou minhas escolhas acadêmicas, foi a de que a ciência tem limites. Qualquer ciência, e não só a comunicação que, não raro, até entre comunicólogos, é vista como menor, mais frágil, jovem demais, sem paradigmas pujantes ou autores unânimes. Mesmo nas alas nobres da ciência, na Física, Química etc., contestava-se o positivismo ingênuo, o predomínio das respostas únicas e definitivas, o massacre dos conhecimentos locais e não racionais. Nos encontros e entrevistas com cientistas de outras áreas, percebemos que havia movimentos de crítica a essa ciência implacável, a partir do reconhecimento de que qualquer ciência é influenciada pela sociedade, sofre a ação do tempo, torna-se refém de visões de mundo, não consegue, frequentemente, ser plural e complexa.

Ter limites é se preocupar com os impactos sociais e ambientais da ciência. É reconhecer a necessidade de um conhecimento científico que não subjogue a natureza, mas que a escute e acolha. Uma ciência que não se ofusque por uma especialização excessiva, mas tenha a ousadia de dialogar com a vida e a arte.

Essa busca pelo diálogo e pela troca marcou minha produção intelectual. Não fui seduzida por determinismos tecnológicos e dogmatismos científicos. Questões como neutralidade e imparcialidade não me cativaram. Mais do que aplaudir respostas, cultivei perguntas. Tentei ajudar a construir uma ciência possível, de mãos dadas com as novas gerações, atenta às demandas sociais e aos conhecimentos locais.

“Do Hemisfério Sol” cultivou em mim a ideia de que o cientista não está só, isolado. Ele deve se esforçar para ler o seu tempo, o seu lugar, sobretudo na periferia do mundo. É fundamental perceber um legado teórico preterido pelas vozes

Elen Cristina Geraldes é professora associada do curso de Comunicação Organizacional da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UNB), é jornalista e mestra em Comunicação pela Universidade de São Paulo, doutora em Sociologia pela UnB, e pós-doutora em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília. Coordenadora do GEDAI - Grupo de Estudos sobre Direitos Animais e Interseccionalidades.

hegemônicas de pesquisadores estadunidenses e europeus. Já na graduação, passei a me interessar por autores e autoras que muitas vezes produziam uma ciência marcada pela invisibilidade, com financiamentos modestos, lutando contra a maré. Nas mais de 200 orientações que realizei, destaquei esse movimento: leia o que seus colegas e professores escreveram. Construa um estado da arte que parta do local, do mais próximo. Valorize os artigos e livros produzidos na sala ao lado.

Nesse esforço de pertencer e de (se)conhecer, encontrei o que Cremilda Medina chama de “o gesto da arte”. De fato, pelas mãos do projeto, abracei meu encantamento pela arte. Durante meus 25 anos de docência, tenho iniciado minhas aulas com poemas, músicas, trechos de filmes, esculturas e pinturas. Para isso, garimpo em sebos físicos e virtuais, pesquiso intérpretes pouco conhecidos, frequento pequenas livrarias e galerias, vejo filmes esquecidos e ignorados. É uma verdadeira compulsão e um compromisso com múltiplas vozes e olhares. Artistas brasileiros e demais sul-americanos, portugueses e africanos, particularmente, me instigam. Uma aluna uma vez me disse que gosta dos segredinhos que apresento a ela: obras que “ninguém” viu e a tocam tão profundamente.

Por que a arte? O que a arte acrescenta à nossa vivência docente? Mais do que achar uma utilidade artística, vejo nessa experiência uma fruição e uma manifestação de complexidade, de um pensar e sentir além. Como escreveu o poeta português José Gomes Ferreira: “Eu que até nas rosas/procuro um abismo”.

No cotidiano em que ensinar e aprender, pesquisar e sentir são tão orgânicos, realizo outro legado “Do Hemisfério Sol”: o de que o conhecimento tem de ser compartilhado. As vivências da sala de aula completam e coroam a experiência da cientista. Não há espaço para a dicotomia entre a professora e a pesquisadora. Somos a mesma pessoa, perpassada pelas mesmas dúvidas e inquietudes. Muito do que aprendi foi com turmas de graduação, com as respostas de calouras e calouros de olhos brilhantes e corações despojados. Esse olhar de espanto, acredito, pode mover a roda do conhecimento.

Mas é o afeto que amarra tudo. Nas reuniões do grupo, na construção coletiva “Do Hemisfério Sol”, ouvíamos música, comíamos, conversávamos sobre a vida, compartilhávamos opiniões sobre autores, política, viagens. A equipe se acolhia. Nos tempos de isolamento e de pandemia em que vivemos hoje, é comum esquecer que as crises não foram inauguradas pelo coronavírus ou são monopólio do atual governo. Nos anos 90 também tínhamos medo e dúvidas. O desemprego crescia. As verbas para impressão de livros minguavam. O governo parecia o cemitério das utopias coletivas. As bolsas de pesquisa viviam ameaçadas. A aids era a morte no espelho. A fome estava nas ruas. A sala de Cremilda Medina na ECA era uma fortaleza em um mundo hostil.

Quando me tornei professora, me esforcei em recriar um espaço de escuta e orientação. Em minha sala na Universidade de Brasília, várias e vários estudantes comeram bolo, discutiram textos, falaram de suas famílias e sonhos, riram e choraram. Sabiam que eu me interessava por suas histórias, conhecia seus nomes e praticava uma ciência forte, crítica e contestadora, com a riqueza e a ousadia da periferia do mundo, em diálogo com a arte e assumidamente afetuosa, coerente com a minha formação do Hemisfério Sol.

Também quero inspirar, como fui inspirada pelo projeto, por Cremilda Medina e por algumas professoras da USP. A cada nova turma que início na graduação ou na pós, penso na menina que fui, embevecida pelas aulas e pelos livros. Essa menina só floresceu porque suas perguntas foram ouvidas. E encerro com as palavras de Tsitsi

Dangarembga, primeira escritora negra de Zimbábue a publicar uma obra em língua inglesa, **Condições nervosas**, de 1988:

Essa falta de representatividade faz parecer que alcançar ambições é muito difícil, e as meninas desistem ou se conformam com a terceira ou quarta opção. Nos piores casos, elas nem têm ambição. Então espero que meu sucesso tenha mostrado para as moças daqui que, com perseverança, muito é possível. (DANGAREMBGA, 2020).

Referência:

DANGAREMBGA, Tsitsi. **Entrevista. Autoras revolucionárias**. Porto Alegre, 2020.

CAMINHOS DO SABER PLURAL: DEZ ANOS DE TRAJETÓRIA

Ângela Farah

O livro 7 do Novo Pacto da Ciência (ou Projeto Plural, como ficou mais conhecido), **Caminhos do Saber Plural: dez anos de trajetória**, organizado por Cremilda Medina e Milton Greco, publicado em 1999, refaz o caminho dos temas abordados durante uma década de construção de uma discussão abrangente, com a intenção de questionar os paradigmas monocausais, herméticos e rígidos. A obra contou com a participação de 8 pesquisadores (Cremilda Medina, Fernando Resende, Lucilene Cury, Milton Greco, Raul Osorio Vargas, Sandra Santos, Santa Maria Nogueira Silveira, e Taís Assunção Curi Pereira) e 8 colaboradores (Artur Teles de Araújo, Dimas Antônio Künsch, Enrique Amayo Zevallos, José Atílio Vanin, Orozimbo Miranda, Sinval Medina, Walter Trinca, Wilson Luis Sanvito).

Dividido em três momentos, o livro celebra sua trajetória com uma revisão aos objetivos e anseios do Projeto Plural, reverberando sua conexão com a vida vivida e os aportes teóricos assumidos pelo projeto.

A primeira parte, intitulada “Dez anos de debates, reflexões e ensaios reportagem”, é iniciada por Milton Greco com o artigo “Ciência para servir à vida ou vida para servir à ciência”, propondo uma ciência comprometida com a vida, à luz da integração entre os saberes proporcionada pelos encontros entre os especialistas de várias áreas de conhecimento desde 1990 no Projeto. E aponta a necessidade de uma fala da ciência menos autoritária e mais alinhada com a pretensão de uma qualidade de vida.

Narrativas da contemporaneidade, caos e dialogia social”, de Cremilda Medina, relembra da primeira nomeação do Projeto Plural, em 1991, “O discurso fragmentalista da ciência e a crise de paradigmas”, que retomou o laboratório de uma narrativa que buscava o ensaio do diálogo social. Desse modo, demonstra a capacidade da narrativa de organizar o caos da história, a partir de uma linguagem interativa que encontre a experiência, o conhecimento e a partilhados sonhos por meio da produção da reportagem – definida por ela como narrativas da contemporaneidade.

Em uma linguagem múltipla – “vários mundos, de multi-visões... de multi espaços-tempos” – Raul Osorio Vargas apresenta a trajetória do Projeto Plural em uma colagem de histórias no texto “Reportagem-ensaio de vozes múltiplas ou as narrativas do Ser-Plural”.

Em “O acento mestiço das vozes do hemisfério Sol”, Sandra Santos declara o posicionamento geográfico do Projeto Plural ao Sul do Mundo, o encanto com o Hemisfério Sol – na expressão do escritor Sinval Medina. Desse modo, mostra a escolha epistemológica do Saber Local no Projeto Plural, registrando a polifonia e a polissemia dos saberes. A pesquisadora também destaca a grande contribuição do Projeto Plural na formação de jornalistas, a partir dessa escuta da pluralidade de vozes sociais.

Ângela Maria Farah, doutora em Ciências da Comunicação, na Escola de Comunicações e Artes (ECA), da Universidade de São Paulo (USP). Graduada em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo, pela Universidade do Vale do Itajaí (1998). Professora do Centro Universitário da Cidade de União da Vitória (UNIUV) desde 2002. Autora do livro *A imagem da criança na imprensa: um estudo dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo*.

Os desafios do paradigma da complexidade, na perspectiva de Edgar Morin, apresentam-se como uma confluência reflexiva e vivida no Projeto Plural. A pesquisadora Lucilene Cury apresenta as noções abordadas por Morin e trabalhadas pelo grupo no texto “A novaracionalidade sob um olhar amoroso”.

A contextualização e a complexidade são traços fundamentais do Projeto Plural e nessa obra são apresentados por Taís Assunção Curi Pereira, no texto “O contexto e o complexo num mundo de simplificações”. As incertezas e as contradições fazem parte da complexidade desse modo é possível escapar das simplificações explicativas, taxativas, deterministas da realidade é o que aponta a pesquisadora.

Em “Caminhos e descaminhos da reportagem-ensaio”, Cremilda Medina aponta importância da prática da Diálogo Social. A opção intelectual pelo pensamento complexo não basta. A oficina da complexidade, os desafios do cotidiano, da vida vivida, precisam ser experienciadas na intuição criadora.

Santa Maria Nogueira Silveira resgata um tema que mobilizou diversas áreas de conhecimento na trajetória do Projeto Plural: a ética. Em “A ética da solidariedade na rede de afetos”, a pesquisadora revisa os seis livros do Projeto e tenta responder à pergunta: em que bases deve se pautar a nova ética, regida por novos paradigmas?

A indisciplina e a transcendência da Arte trazidas pelos autores do Projeto Plural é o tema de Fernando Resende em “Cotidiano, sabedorias e arte: no reino das indisciplinas”. O pesquisador indica a necessária ruptura com os modelos e conceitos dogmáticos com o objetivo de resgatar um modo de observar “menos racionalista e mais afetivo”, provocando o poético na ciência com a reconstituição das posturas científicas mais convencionais ou tradicionais.

Na segunda parte do livro, “Um intervalo para lembrar as raízes do Hemisfério Sol”, traz artigos explorando as raízes históricas do Brasil. O primeiro é da jornalista Roberta Mélega, que mostra as transformações econômicas no Alto Xingu na fotorreportagem “Quando os índios descobrem o dinheiro dos caráibas”. Os outros artigos são: “Quem tem certeza sobre quem descobriu quem?”, por Dimas Antônio Künsch; História da América na perspectiva do saber local”, por Enrique Amayo Zevallos; e “As respostas da cultura do mutirão e da epifania”, por Sinval Medina.

A terceira parte da obra “Ah, esses paradigmas perturbados dos inquietos” traça a mudança de paradigmas em diversas áreas do conhecimento, ponto fundamental do Projeto Plural desde seu surgimento.

No primeiro Seminário Multidisciplinar, pesquisadores compartilharam as confluências entre a Química e a Psicologia. José Atílio Vanin (1914-2010) representou a crise dos paradigmas para os químicos. No texto “Novo pacto, unicidade e disjunções do saber”, Vanin faz um novo balanço da ciência, concluindo que “reflexão, observação, especulação e experiência podem ser reunidos em qualquer conjunto de dois elementos, para designar seja a ciência, seja a filosofia. Quando se faz essa constatação, fica evidente que as disjunções entre as formas de conhecimento são artificiais e que se deve procurar, especialmente na Universidade, o *novo pacto* – tema do primeiro livro deste projeto – que se substancia na unicidade do saber.” (VANIN, 1999, p. 185).

A medicina, sempre presente nos encontros do Projeto Plural, é o tema do artigo “A agonia da cultura na luta contra a barbárie”, do médico Wilson Luiz Sanvito, que dialoga sobre a ação cultural do homem junto a natureza, observando os caminhos da humanidade, que ele vê com pouco otimismo, mas compreende a possibilidade que a humanidade se transforme, como já fez algumas vezes em seu processo histórico-social.

Nesta edição especial do Projeto Plural, o médico e professor da Faculdade de Medicina de Lisboa, Artur Teles de Araújo (1940-2016), no artigo “Paradigma do hospital no tratamento das doenças”, resgata a história do paradigma hospitalar, contextualizando a implantação das Santas Casas no Brasil. *Flagrantes impertinentes: a saúde na marca do pênalti* é um conto escrito por Milton Greco para revelar a crise da saúde, mostrando o cotidiano de um pronto-socorro. O uso da linguagem de ficção espelha, aqui, a cena viva de muitos brasileiros.

O filósofo Orozimbo Miranda, preocupado com a formação do professor, propõe, no texto *Profissionalismo na educação: quem baterá o martelo?*, um projeto de profissionalização do educador, com um princípio relevante: “o reconhecimento da *profissão docente*.” (MIRANDA, 1999, p.237).

Walter Trinca encerra o livro com o texto “Momentos felizes da atitude científica”, que integra também a sua própria obra. O psicanalista percorre os caminhos da atitude científica, sublinhando que “a atitude mental do cientista como um dos elementos fundamentais na apreensão dos fatos de qualquer ciência.” (TRINCA, 1999, p. 240).

Meu encontro com o Projeto Plural

Conheci o Projeto Plural nos livros de Cremilda Medina, mas só compreendi a dimensão do Projeto quando iniciei o doutorado em Ciências da Comunicação na Escola de Comunicações e Artes (ECA), da Universidade de São Paulo (USP), sob a orientação da professora.

Pelas palavras de Cremilda, já comungava com as escolhas epistemológicas do grupo. Ao me aprofundar no conhecimento produzido ao longo dos anos pelos pesquisadores e colaboradores do Projeto Plural, entrei em sintonia total com os saberes e os afetos.

Não se trata de concordar com tudo, noção que não combina com os pressupostos da contradição e das incertezas das ideias plurais. Trata-se, sim, de reconhecer no diálogo estabelecido uma compreensão possível dos temas abordados, por meio das escolhas epistemológicas amplas, diversas, complexas.

Essa é a essência do Projeto Plural: uma abordagem complexa – com contradições e incertezas – de saberes, de afetos, de relações, de compreensão, de dialogia – com a tessitura da ética, da técnica e da estética – ciência, escuta profunda, arte e poesia. E é isso que torna o encontro com o Projeto Plural tão marcante.

VIVÊNCIAS, NO PLURAL

Tânia Sandroni

Era um domingo ensolarado e a praça estava bastante cheia. A ideia de estar no centro de São Paulo e ver aquele lugar como um espaço de lazer e de (sobre)vivências para inúmeras pessoas me soaria estranha uns anos antes. Mas ali eu estava, feliz. Seria o primeiro dia observando o movimento e conversando com as pessoas. *Filha, me dê uma ajudinha, pelo amor de Deus*. Com os olhos e o corpo cansados, os ombros encurvados, a mulher estendia a mão na escadaria da Catedral. Meninos em situação de rua permaneciam deitados, imóveis, na grade de ventilação do metrô. A miséria era personagem central, mas havia resistência. Pandeiros e berimbaus animavam a roda em que Neguinho exibia seus movimentos de capoeira e encantava a plateia. Outro artista fazia malabarismos com facas, que aflição! Ambulantes vendiam seus produtos, que iam desde bebidas e comidas até a pomadinha, feita à base de gordura de peixe elétrico do Amazonas, que prometia disposição física e o fim de todas as dores.

Era o primeiro dos diversos dias que passei ali, para realizar meu TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) em Jornalismo, sob orientação da professora Cremilda Medina. A proposta era revelar o “caleidoscópio da Sé” e discutir a importância do jornalismo humanizado, diferente do praticado por grande parte da imprensa. Durante os anos do curso, a experiência de apreender, com sensibilidade, o real e de construir narrativas não padronizadas sobre ele havia me dado uma riqueza que eu não imaginava encontrar quando ingressei na ECA-USP, em 1987.

Na verdade, naquele ano em que elaborava meu TCC, se a vida tivesse seguido em linha reta, eu já estaria formada em Engenharia Civil e, provavelmente, trabalhando em alguma empreiteira. Em vez de narrar as histórias dos ambulantes e dos transeuntes da Sé, eu estaria fazendo cálculos e projetando edifícios. Mas, como já escreveu Guimarães Rosa, “o correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”.

Em 1986, com 21 anos, após um longo período de hesitação, tomei a decisão de abandonar o oitavo semestre do curso de Engenharia Civil na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e realizar novamente o vestibular, dessa vez para ingressar em Jornalismo na Escola de Comunicações e Artes da mesma universidade.

Para muitos, a mudança abrupta causou espanto, pois normalmente se julga que uma pessoa tem inclinação apenas para uma das grandes áreas do conhecimento: exatas, humanas ou biológicas. No atual sistema educacional brasileiro, exige-se que um adolescente, no Ensino Médio, já tenha consciência sobre a qual delas ele deve se dedicar.

A fragmentação do conhecimento em áreas já me incomodava nos tempos de colégio. Na época, o chamado 2º grau do Colégio Dante Alighieri oferecia três frentes: Eletrônica, Turismo e Patologia. Eu gostava especialmente de Matemática, Física,

Tânia Sandroni é doutora em Teoria Literária pela FFLCH-USP, mestra em Ciências da Comunicação e bacharel em Comunicação Social - Jornalismo pela ECA-USP. É editora de comunicação do Colégio Santa Cruz e professora titular da Universidade Paulista (Unip), onde leciona disciplinas na área de Comunicação e atua como membro da Comissão de Qualificação e Avaliação (CQA).

Português, Inglês e História. Na escola, havia a valorização explícita dos cursos que correspondiam às áreas de exatas e biológicas. Assim, os considerados bons alunos deveriam optar por uma delas. Escolhi o curso de Eletrônica, mas sempre me pareceu infundado o discurso do senso comum que diz que quem é bom nos cálculos não tem habilidade com as letras e que quem adora literatura não é capaz de entender os conceitos da Física. Na verdade, na minha trajetória, não foram incomuns os momentos em que o raciocínio da matemática me ajudou a compreender conceitos considerados das áreas de humanas.

Com essa escolha no Ensino Médio, acabei me direcionando para Engenharia e o ingresso na conceituada universidade me animou. Cursei o primeiro ano com entusiasmo, optei pela área da civil e cheguei a fazer estágio e a trabalhar com linguagem de computação. Mesmo assim, sentia que não estava realizada. Demorei a tomar a decisão de tentar outra profissão, afinal nem sempre é fácil começar novamente. Pesava, também, o fato de já estar no quarto ano do curso, ou seja, mais perto da sua conclusão.

Ainda que tenha demorado um pouco, a mudança da Engenharia para o Jornalismo foi um passo muito acertado e importante na minha vida. No segundo ano do curso, conheci a professora Cremilda Medina, na disciplina de Redação Jornalística, dividida em dois módulos semestrais: I e II. Suas aulas pretendiam que os alunos superassem a linguagem padronizada e formatada dos manuais de redação. Era seu desejo que fôssemos capazes de construir narrativas envolventes, que dessem voz aos sujeitos (nunca considerados como objetos) dos diálogos que estabelecíamos na apuração. Para isso, a disciplina promovia o contato com a literatura, de forma a sensibilizar os futuros jornalistas à apreensão do real.

Cremilda havia criado um projeto pelo qual me encantei e ao qual me dediquei, mesmo depois de cursadas as duas disciplinas ministradas por ela, como bolsista de iniciação científica pelo CNPq, o *São Paulo de Perfil*. A proposta era que, a cada semestre, os alunos escrevessem uma reportagem humanizada relacionada a algum tema pré-determinado da cidade de São Paulo. Participei ativamente da elaboração dos volumes *Hermanos aqui*, *A casa imaginária*, *À margem do Ipiranga* e *Cotidianos do metrô*.

O exercício de ir a campo para a imersão em outras realidades, com os poros abertos, e de expressar histórias de vida em um texto livre de pré-formatações foi, como disse, uma grande experiência para mim. Tal atividade não somente me fez conhecer aspectos da cidade onde nasci e de suas diferentes realidades como também aprimorou minha capacidade de escrita. Para isso, também foi fundamental o contato com obras literárias, de autores como José Saramago, Eduardo Galeano e Sinval Medina.

Cremilda enfatizava a necessidade de o jornalista, na qualidade de construtor de discursos da atualidade, ser capaz de estabelecer uma relação sujeito-sujeito, e nunca uma relação sujeito-objeto, como orientavam os paradigmas hegemônicos da grande imprensa. Ela incentivava, nos termos de Martin Buber, a interação eu-tu, e não a interação eu-isso. Assim, a comunicação estabelecida na mediação social deveria ser, essencialmente, um ato de alteridade. As aulas me deram muito mais do que o conhecimento acadêmico de uma professora com vasta produção intelectual e experiência no jornalismo. Elas me alertaram da necessidade da sensibilidade, sempre. Todos esses ensinamentos me acompanharam também na minha carreira de docente no curso de Comunicação Social em uma universidade privada.

Em 1990, mesmo ano em que concluiria a graduação em Jornalismo, começou a tomar forma um novo projeto conduzido pela Cremilda, que tinha como objetivo a discussão acerca da necessidade da passagem do saber especializado ao saber plural.

Naquele ano, um encontro entre cientistas de diferentes áreas promoveu o debate sobre a crise dos paradigmas. As apresentações foram posteriormente reunidas em um livro.

Mediados por Cremilda Medina, cada um expôs os impasses que a ciência enfrentava no final do século XX. Em comum, a crítica à herança cientificista e à fragmentação do conhecimento, além da proposta de uma visão holística, necessária à compreensão do momento.

A ideia da pluralidade de saberes me interessou de imediato. Abrindo parênteses, creio que a opção pelo Jornalismo tenha sido relacionada justamente à minha vontade de conhecer sobre vários assuntos. Brinca-se que o jornalista é um especialista em generalidades. A possibilidade de entrar em contato com diferentes conhecimentos, sejam eles institucionalizados ou sejam eles populares, certamente foi um dos fatores que mais me atraíram para o curso e que se mostrava, naquele momento, como algo concreto.

Assim, nasceu a série *Novo Pacto da Ciência* e formou-se um grupo de pesquisadores e colaboradores, do qual fiz parte. Esse grupo, extremamente rico, materializava a ideia de interdisciplinaridade. Reuniram-se pensadores do porte de Milton Santos, Boaventura de Souza Santos, Herbert de Souza, Milton Greco, João Frayze-Pereira, entre tantos outros.

Foram publicados quatro volumes da série, cada um organizado de acordo com um eixo temático. Essas produções abordaram – em alguns casos, anteviram – questões que atualmente são centrais, como as alterações no mundo do trabalho.

A característica essencial dessas obras encontra-se na abordagem que pretende apreender a realidade sob a ótica da epistemologia da complexidade, nos termos de Edgar Morin.

Na posição de jornalista, de mediadora social da contemporaneidade, reforcei a consciência da minha responsabilidade social, que não se confunde com a revelação da “verdade” ao público, como ingenuamente se crê, no senso comum, que deva fazer esse profissional. Isso não seria possível pelo simples fato de que a verdade absoluta, nos moldes positivistas, sequer existe. Parafraseando Drummond, no seu conhecido poema, a verdade é sempre dividida em partes, e não há uma parte mais bela: cada um opta de acordo com sua miopia ou seu capricho. Assim, a melhor versão da verdade que o jornalista pode oferecer ao público depende da sua capacidade de visão e da sua empatia.

Não basta que o profissional da imprensa tenha boa-fé e isenção ou que o veículo não se valha de estratégias que induzam o leitor a determinada opinião, condizente com os seus interesses políticos e econômicos. Cabe ao bom jornalista tecer o real em uma versão não reducionista. Cabe ao bom jornalista dar expressão a histórias que esperam ser contadas. Cabe ao jornalista ser, nas palavras da Cremilda, o “mediador social dos discursos da atualidade”. Para essa função, o mero domínio de técnicas não é suficiente.

As pessoas continuam chegando como se brotassem da terra. O desenvolvimento tecno-científico permite que se transportem passageiros por debaixo do chão, em vagões. Na superfície, nos plásticos colocados como toalhas, pequenos sacos com diferentes ervas, cada qual com várias serventias. E todas com a serventia de proporcionar à mulher que as vende alguma renda para manter-se. Na missa, a fé institucionalizada há séculos dá esperança aos que lá a buscam. Nos olhos da jornalista que iria se formar, esses saberes se misturam em um mosaico, em um caleidoscópio. A praça concretiza o saber plural.

DEPOIMENTO ERRANTE

Andrea Tedesco

Começo a escrever sem saber ao certo aonde essas linhas irão me levar. Me proponho a fazer esse diálogo com o passado, mas me pego pensando o futuro. Um futuro que já não é o mesmo que eu imaginava trinta anos atrás. O caos. Uma frase do texto-convite para esse depoimento fica na minha cabeça: “não é fácil aderir ao caos quando a ciência se abriga no saber enclausurado das certezas”. Não é fácil aderir ao caos... Penso que nenhuma frase poderia exemplificar melhor a dificuldade da ciência em se relacionar com a vida, com a natureza, com o tecido social.

Dia desses, li um artigo que dizia que nosso discurso interior é muito mais desorganizado do que quando falamos, e que frequentemente o trânsito entre passado, presente e futuro é muito intenso, sendo inclusive uma chave para nosso aprendizado e sobrevivência. Gostaria de poder aderir ao caos, aderir a este trânsito cerebral e transformá-lo em escrita. Mas como nem sempre é fácil realizar essa adesão, conforme já sabemos, recorro, então, à narração de um sonho que tive durante o período de escrita deste depoimento, acredito que não por acaso.

Estou perdida pelos corredores da Escola de Comunicação e Artes. Estou atrasada, tenho uma prova, não estudei, não acho a sala. Encontro pessoas, peço informações, tento segui-las, mas não consigo: os corredores e as salas são imensos, portas estão fechadas. Preciso contornar departamentos, pular janelas. Nada, não encontro. Tento telefonar para uma colega para avisar que estou perdida, no entanto meus dedos erram as teclas. Encontro, então, uma menina de uns 20 anos, grávida e em trabalho de parto. Ela caminha normalmente, não parece ter contrações. Sei que está em trabalho de parto porque ela me diz que precisa de um canto para ter o filho. Ela me leva para o Teatro do Departamento de Artes Cênicas. Lá, intuo que ela pariu, pois há um garotinho, de uns três anos, brincando pelas coxias e plateia. Nós duas começamos uma cena de uma peça. Nos balançamos em pé, em dois grandes balanços, cujas cordas caem do urdimento. Em certo momento, percebo que meu balanço desapareceu e eu, apesar disso, continuo me balançando sobre o palco, quase num voo, num vai e vem, mesmo sem balanço, sem cordas. Desperto.

Sonho cheio de simbolismos e repleto de significado, mas fácil de decifrar para aqueles que me conheceram estudando Relações Públicas, profissão que respeito, mas que jamais exerci. O chamado do teatro, na minha vida, foi incontornável. A experimentação de um tempo paralelo que abre uma brecha no tempo presente. Mais que isso, a relação simultânea entre presente, futuro e passado: a ação que você está fazendo em cena (diante do público), seguindo a indicação que o diretor te deu ontem, prevendo um refletor que se acenderá para você dar a fala, que você também sabe de antemão qual é, mas que precisa ser dada como se nunca tivesse sido dita antes. A experimentação radical do outro, seja na relação com um personagem ou com o público. A relação entre Apolo e Dionísio em diálogo através do seu próprio corpo. O caos, a incerteza, aquilo que não é mensurável.

Andrea Tedesco é atriz, performer e arte-educadora. Formada em Comunicação Social pela ECA/USP, foi estagiária do Projeto Saber Plural no início da década de 1990. Atualmente, compõe o grupo de pesquisa em Práticas Performativas do Cuidado, coordenado pela Profa. Dra. Tania Alice, da Uni-Rio.

Nos meus anos de ECA, foram muitos os aprendizados. Os mais importantes, até hoje, reverberam questões, paixões, obsessões. Parte relevante deste aprendizado ocorreu fora das salas de aula, no contato com colegas e professores de outros cursos, outras áreas. “Quantos mundos novos”, diz o personagem de Marivaux ao sair da clausura dos seus primeiros anos de vida. E era assim que me sentia, experimentando novos mundos, durante os encontros e reuniões do Projeto Saber Plural. Diante daquelas pessoas que vinham de áreas aparentemente tão distantes para dialogar, para encontrar intersecções. Como as áreas de conhecimento eram muito diversas, nem tudo que era dito, ou escrito, era por mim entendido, mas do mesmo modo que sei que diante de determinadas obras de arte a tentativa de simplesmente entender pode me afastar do essencial, eu então flanava na essência daqueles encontros. Minha experiência era da ordem da fruição artística. E isso, em alguma medida, só era possível por causa da mediação apaixonada da Profa. Cremilda Medina, com sua escuta atenta, seus olhos vivos e questionadores por trás dos óculos, seu desejo intenso de comunicar, de se comunicar. O desejo do outro.

Impossível não olhar para aqueles dias e não notar o quanto me formaram e o quanto são presentes na minha práxis, seja como educadora ou artista. Impossível também rememorar as questões trazidas pelos participantes do Primeiro Seminário Transdisciplinar e não observar o quão embrionárias elas foram para o aprofundamento e a verticalização de outras tantas questões que surgiram ao longo desses 30 anos. Hoje, a própria ideia do homem como medida de todas as coisas passa a ser questionada. Pensamos então o pós humano e a crise do antropoceno, surgem as teorias decoloniais, os ecos feminismos e a teoria queer passa a ser aplicada em diversas áreas de estudo, colocando em xeque as estruturas binárias e suas hierarquias. Me parece que caminhamos muito e que o descompasso com a grande ciência, a ciência *mainstream*, só aumentou. Talvez, a grande inquietação de 30 anos atrás seja ética e permaneça a mesma: como pode a ciência se aproximar da vida e a ela devolver dignidade, melhores condições materiais e felicidade? E eu ainda acrescentaria: como pode a ciência conquistar isso, estando ela de mãos dadas com o capital?

Não gostaria de terminar meu depoimento com essa pergunta. Gostaria de encontrar outra forma para terminar. Contando outro sonho, o sonho que tive com um lagarto. Gostaria de contar o que ele representa na cosmologia Yanomami. Gostaria também de contar sobre as diversas guerrilhas homeopáticas que tenho visto, acompanhado. Termo aliás, cunhado nas rodas de conversa do Saber Plural, para designar as pequenas ações que quebram padrões e que fazem diferença. Mas são tempos tão difíceis, inimagináveis há trinta anos. Penso no futuro. A pergunta volta à minha cabeça. A pergunta permanece. Se impõe. Urge.

PLURAL, CIÊNCIA MESTIÇA

Edson Capoano

Nunca me considere um “puro-sangue” no mundo acadêmico, expressão que utilizo para ilustrar indivíduos ou grupos de profissionais que trilharam um mesmo caminho temático ou metodológico por toda carreira. Na verdade, estou mais para um mestiço. Sou comunicador social por formação e jornalista por prática, professor de idiomas antes disso, suburbano antes de tudo, identidades que sempre invoco à frente das demais, adquiridas ao longo do tempo. Já na faculdade, talvez a compreensão de mundo estimulada pela combinação das diferentes seções de jornal (cultura, ciência, artes, economia, política, etc.) tenha me deixado marcas profundas, ou porque minha origem familiar me ensinou a duras penas que não há problemas que se resolvam com soluções únicas, se é que se resolvem. O fato é que ser mestiço nas ideias e nas práticas é o que me define.

Por isso, quando fui acolhido pelo grupo de Cremilda Medina durante o doutoramento, senti-me em uma ilha de diversidade, rodeada de cartesianos por todos os lados. Enquanto meus colegas eram egressos de diferentes realidades e experiências, as referências argumentativas da professora navegavam entre sociologia, comunicação, letras, ciências exatas e da saúde, entre outras. “Quer entender América Latina? Leia literatura”, ouvia da mestra, nas reuniões-diálogo na ECA-USP. Era fascinante e assustador perceber que não havia resposta correta ou método único para nenhum tema.

Com o tempo, percebi que esse era um dos vários méritos da professora e de seu projeto já consolidado: criar um método de se fazer ciência aberta, ancorada no debate entre outras ciências e junto a outros pesquisadores para além dos da comunicação. Dessa ciência *humilde*, a meu ver -já que desprovida de expectativas ou amarras dogmáticas-, florescem vários projetos científico-pedagógicos, como o *Novo Pacto da Ciência*, ou *Projeto Plural*, como gosto tanto de chamá-lo.

Por trás dos nomes respeitáveis que vi “Plural” reunir para desenvolver ideias transdisciplinares, sempre notei a relação de proximidade entre estes, o que possibilitava estar afeto ao que o Outro e seu campo tinham a dizer. Nesse sentido, a estética promovida nas atividades de “Plural” é a clássica grega, (percepção, sensação e sensibilidade), em que se gera o *signo da relação*, que tanto Cremilda prega e pratica em décadas de trabalho. Assim, como uma das pioneiras das várias atividades com que se envolveu, vejo a professora como referência sobre empatia como conceito e método dentro do espaço científico. Da mesma forma, também avalio o Projeto Plural mais além da prática transdisciplinar que hoje se torna um pouco mais aceita na academia e relativamente comum no debate público.

Afinal, se compararmos o evento da professora ao espetacular e espetaculoso Fronteiras do Pensamento, por exemplo, temos que o primeiro reúne cientistas e figuras de diferentes áreas para debate em comum, enquanto o segundo o faz sua interdisciplinaridade em distintos dias. Além disso, “Plural” é composto por gente que, seja antes, durante ou depois da experiência, confia a admira o Outro com

Edson Capoano é doutor pelo Programa de Integração da América Latina PROLAM-USP em Comunicação e Cultura (2013). Mestre em Comunicação e Semiótica (2006) e Bacharel em Jornalismo (2001) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Investigador júnior FCT no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho.

quem afetou e foi afetado. “Plural” cria laços e redes enquanto propaga pressupostos científicos iconoclastas, tal qual outras iniciativas de Cremilda Medina, que convergem entre si: o povo é personagem de sua própria história, sem a obrigatoriedade do especialista para a compreensão de seu mundo; a mensagem produzida sem gênero estratificado aumenta seu poder comunicativo; uma entrevista é um diálogo, não um interrogatório cartesiano; a crise de paradigmas na Pós-Modernidade pede ousadia no debate acadêmico-científico, como a derrubada de barreiras disciplinares.

Formar-se pesquisador com tais pressupostos, porém, tem seu preço. Não há mais volta na forma de se ver as coisas, como a relatividade em lugar do dogmatismo; a importância dos sentidos em relação à pressuposta objetividade do racionalismo; a desconfiança em modelos e padrões, tanto para a comunicação quanto para a cultura em geral; a liberdade de se criar a própria jornada, seja ela acadêmico-científica, seja ela pessoal-existencial. Essas marcas dialógicas ajudam a lidar com a incerteza das coisas, mas dificultam o encaixe em papéis e parâmetros estabelecidos, como o de professor-pesquisador *ipsis litteris*. Nessa tensão, fiz-me o que sou hoje, tendo comigo o método e o espírito do Projeto Plural como referência, assim como centenas de outros participantes.

EM VEZ DE SAUDADE, ESPERANÇA E REINVENÇÃO

A sátira de Nelson Rodrigues aos *copy desks*, a quem preferia chamar de “os idiotas da objetividade”, na chegada do *lead* ao Brasil, na metade do século XX, ocupava lugar central nas discussões sobre as narrativas da contemporaneidade que moviam a oficina de mesmo nome ministrada por Cremilda Medina no subsolo da Ala Norte na Universidade de Brasília. Era final da década de 1990.

Foi lá no subsolo, onde funciona o Mestrado da Faculdade de Comunicação, que escrevemos o livro *Narrativas a céu aberto: modos de ver e viver Brasília* (MEDINA, 1998), fruto dessas discussões na oficina regada a cafezinho, muito riso, muita alegria, quase sempre animadas por um participante que por vezes se travestia de palhaço-apresentador nas telas de TV. Ricardo Guilherme inspirava outros jornalistas, mestrandos em Comunicação, professores. Ali estavam nomes como Luiz Signates, Roberto Seabra, Alcebíades Muniz, Fernando Resende (convidado especial), representado pedacinhos de Brasil sob o céu da capital federal. Os debates nunca terminavam no subsolo da UnB. Costumavam ocupar as mesas de bar da Asa Norte. “Ai, quantas saudades a lembrança traz”, cantando aqui Paulinho da Viola.

Narrativas a Céu Aberto é o pontapé de uma série que tem continuidade na Paraíba, duas décadas depois. Para matar a saudade e gerar novos movimentos. Assim, puxando a corda da sequência, vem o livro *Saneamento Básico – direito à cidadania* (MEDINA, 2019), que antecede a mais recente obra, *Mutações do Trabalho: Paraíba – radar jornalístico em tempos de pandemia* (Medina, 2021). Uma continuidade de laços de afeto que, uma vez costurados, atravessam fronteiras, ganham novos percursos.

O lugar é outro, os personagens são outros, os modos de produção são outros, o momento é atípico. E as razões que levam à terceira produção da série já não questionam com tanta ênfase o modo como aparecem as seis questões básicas do *lead*. Os autores da obra simplesmente dão voz a personagens anônimos, em narrativas humanizadas. Porque nada é igual.

Tudo muda. E a velocidade com a qual as situações sofrem mutações é estonteante. Tudo muda na circulação das informações; tudo muda no trânsito das pessoas nas ruas; tudo muda no mundo do trabalho; tudo muda no mundo da vida.

E quando bate a saudade, porque o texto de Wellington Pereira⁶, um dos autores do livro *Mutações do Trabalho*, passa a ser póstumo (mais uma vida perdida em uma pandemia), a opção é lembrar que essa pessoa tem nome, jeito de ser e estar no mundo, tem memória, história que contou e que continua a ser narrada em novas versões.

O desafio, agora, é reinventar. Para além dos idiotas da objetividade. E, em vez de lágrimas, convém esperar, gerar sentidos em narrativas verdadeiramente humanizadas e circulares.

Ana Lúcia Medeiros, jornalista e pesquisadora, doutora pela Universidade de Brasília e Université de Rennes-1, é autora dos livros *Sotaques na TV* (Annablume, 2006) e *Noticiador-Noticiado – Perfis de jornalistas numa sociedade em mediatização* (Annablume, 2015).

Referências

MEDINA, Cremilda (org). **Narrativas a céu aberto: modos de ver e viver Brasília**. Brasília: Editora UnB, 1998.

___ (org). **Saneamento Básico – direito à cidadania**. Campina Grande: Eduepb, 2019.

___ (org). **Mutações do Trabalho: Paraíba – radar jornalístico em tempos de pandemia**. Campina Grande: Eduepb, 2021.

Paulinho da Viola. **Quantas Lágrimas**, 1974.

O QUE O FUTURO RESERVA PARA MARIA QUANDO O PLANETA, HOJE, PEDE SOCORRO?

Um (meu) pedido de desculpas

Liana Milanez

Querida Maria,

Quero nesta carta contar algumas memórias, falar de momentos bons, também de ruins, torcendo para que nunca mais aconteçam e, mais que tudo, ajudar, com esse texto confessional a preparar (minha pretensão) você para enfrentar o que tememos possa (torço contra essa probabilidade) acontecer nesse nosso planeta que de *Inquieto* (Medina, Greco org. 1998), no final do século 20, hoje pede Socorro.

Você chegou na segunda década deste século 21, num lindo dia de sol e frio, 2 de junho de 2021, em São Paulo, na Maternidade São Luiz, com o mundo conflagrado, mas você veio para nos trazer esperança. Sua mãe e seu pai desejaram muito que você viesse, e ela foi uma grande guerreira para dar a você a luz. Uma pandemia, destruição ambiental, fogo descontrolado que arrasa floretas, matas e também uma região que se chama Pantanal. E não só em nosso país assistimos a essas ocorrências ambientais, também o mundo com tantos eventos provocados pelo aquecimento global. Mais grave ainda, os problemas sociais e econômicos sérios agravados pelo desemprego e, como consequência, fome e carência habitacional. Além de tudo isso, um governo que nega a ciência, a vacina, as medidas de precaução exigidas em uma pandemia. Você não imagina como chego triste em casa quando volto da visita que faço a você e pelo caminho vejo uma quantidade enorme de pessoas morando na rua, em barracas improvisadas, e crianças com seus pais pedindo qualquer coisa que lhes possa ser doado, isso em todos os sinais (semáforos). Chego em casa, me sentindo impotente e ao mesmo tempo revoltada e com disposição para ir à luta em defesa de um mundo melhor.

Com você, chegaram ao mundo nesta mesma época, muitas crianças nos mais distintos rincões, e nas mais diversas situações sociais. Lembro quando percorri os corredores da maternidade onde você foi recebida, a quantidade de bebês – mais meninas que meninos – que identifiquei pelas plaquinhas com os nomes dos donos do quarto expostas nas portas. Tenho a crença de que muitos dentre esses, serão seus e suas companheiros/as na luta por um mundo melhor e mais justo para vocês ainda usufruírem, e as gerações seguintes. Não sei dizer quantos, mas imagino o tanto de crianças que nasceram em situações limites, em favelas, nas ruas e em hospitais, muitos destes enfrentando superlotação pela Covid.

Peço desculpas por integrar uma geração que entregará a vocês um planeta deflagrado. E esses mesmos contemporâneos, insatisfeitos com o que já causaram,

Liana Milanez é doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP), defendido em 2017. Mestrado em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo (2005). Possui graduação em Jornalismo Gráfico e Audiovisual pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicações, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1974).

agora perseguem outros planetas, organizam viagens espaciais para ali adiante realizarem passeios turísticos, ou quem sabe, moradas para veraneio. Hoje, mais que nunca precisamos correr contra o tempo.

O tempo em minha perspectiva é movimento; como se fosse um rio que segue seu percurso levando com ele alguns sedimentos. Faço esse paralelo com o rio e a memória, inspirada em um artigo que li sobre o caminho dos sedimentos transportados pelos rios Amazônicos, uma região ameaçada, e que nos enche de preocupação com o futuro. Segundo Hugo Fagundes, autor do artigo *Das montanhas aos oceanos: o caminho dos sedimentos transportados pelos rios Amazônicos*, o rio Amazonas exporta a maior carga (cerca de 44%) do total de sedimentos que chegam aos oceanos. A presença dos sedimentos nesse rio e em seus afluentes tem importante papel à distribuição e riqueza de espécies da fauna e da flora e também para a fertilidade do solo observada nas planícies de inundação amazônicas (Fernandes, Hugo, 2021). E, lembro aqui, há outros rios que carregam com eles poluição, como mercúrio dos garimpos ilegais, venenos de plantações de soja, entre outros prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. Assim acontece com nossas lembranças que vão se depositando na memória, algumas prazerosas, outras tristes.

Escrevo isso porque pretendia trazer aqui memórias recentes e de outros tempos, algumas registradas no final do século passado no livro *Planeta Inquieto – direito ao século XXI* (Medina, Greco, org. 1998). A ideia, inicialmente, era fazer uma conversa com os autores que escreveram sobre suas expectativas para o século 21 que então se aproximava. Alguns deles já não estão entre nós. Nessa carta, resgataria, em pequenos fragmentos, o que percebiam esses autores. Mas mudei agora esse percurso e resolvi trazer alguns momentos que vivi nesses dois períodos – século 20 e 21.

São memórias recentes e de outros tempos. Pra começar, vou contar um episódio que me faz lembrar o movimento do Rio, essa figura que relacionei à memória. Foi em um almoço em nossa casa, em agosto de 2018, com Paulinho Paiakan, querido amigo que não resistiu à Covid 19, e sua companheira Irekran, grande artista das pinturas corporais e das peças trabalhadas com miçangas (colares, pulseiras etc), que seu tio, meu filho, nos apresentou por ter se aproximado na sua vida da luta e do universo indígena que é tão maltratado no Brasil. Ouvi algumas histórias que me encantaram e revelaram o quanto de sabedoria eles me traziam naquele dia. A conversa depois do almoço se configurou um encontro de afetos, no sentido epistemológico que aprendi com Cremilda Medina (2003, 2008): estávamos “afetos” uns aos outros. Paulinho que nos convidava a visitar sua aldeia, falou dos hábitos, costumes, dos rituais, das andanças por outras aldeias, do convívio com seu povo. Era a introdução para a visita que pretendíamos fazer a esse casal tão especial. Uma rotina, como relatou naquela tarde, acompanhava seu cotidiano e de Irekran. Em um determinado período da tarde, os dois se sentavam em frente à casa, que fica às margens do Rio Xingu, para observar o movimento do Rio. Como descreveu ele, era lindo ver a descida dos cardumes, os peixes saltando, um atrás do outro, como em uma disputa de corrida, acompanhados por galhos de árvores, folhas e outros navegadores companheiros no desfrute desse rio. A forma como ele narrava mexia com minha imaginação, e a vontade de ir à aldeia foi aumentando. Lamentavelmente, com a chegada da pandemia, e com ela a morte dessa grande liderança dos povos indígenas, inviabilizou esse sonho. Sua partida deixou um imenso vazio, à sua família, aos parentes e aos amigos. Uma visita à sua aldeia já não seria o que sonhávamos, ter ele como guia.

Outras lembranças surgem agora, na medida em que escrevo, de diálogos com outros amigos que carregam a história desta terra e que me deixaram lições. Uma dessas conversas, foi com o Paulo Supretaprã, liderança do povo Xavante (Mato Grosso), que ficou alguns dias em minha casa, para o lançamento de um livro de memórias organizado por seu tio e, aproveitando essa viagem, realizou uma consulta médica, pois estava com muitas dores na coluna, após uma caçada. Nessa aventura, que faz parte da rotina na busca de alimento, ele participou com outros companheiros. Como é comum acontecer, em um determinado momento, eles se separam, e cada um vai para um lado, em busca da caça. *Nesse dia, percorremos muitos quilômetros. Consegui caçar uma anta, que pesava cerca de 80 quilos. Carreguei ela nas costas por uns 20 km, em meio à floresta, até encontrar os outros parentes. Já cheguei com muita dor.*

Paulo voltou para a aldeia, e ali ficou alguns dias sem poder se mover. Como não melhorava, quando veio para São Paulo, onde ficou em nossa casa, o levamos para consultar com um médico amigo, que lhe receitou medicamentos entre outras orientações. Lembro quando levamos Paulo na farmácia para aplicar uma injeção, que controlaria sua dor por um tempo prolongado. A reação da enfermeira que fez o procedimento, misto de espanto e emoção, chamou sua atenção. *Ela estava nervosa quando me aplicou a injeção.*

Depois de uma semana, nosso hóspede voltou para a aldeia, já sem as dores na coluna. As lembranças que deixou são inesquecíveis. Não tenho dúvida, Maria, de que este foi meu melhor hospede, entre tantos que recebemos entre amigos e parentes. Paulo acordava cedo e ia pra sala. Deixava seu quarto arrumado e seus pertences dentro da malinha. Fiquei surpresa com a rapidez com que descobriu as várias possibilidades de um celular usado que lhe dei, para substituir o que havia perdido. Numa manhã, enquanto estava sozinho na sala, foi observando o funcionamento daquele Motorola (coisas que eu não conhecia, por ser bem complicado). Quando levantei e cheguei à sala, ele estava completamente concentrado. Além de ter dominado todos os usos do aparelho, estava com a agenda de telefones quase completa. Perguntei, como sabia todos os números? *Tenho todos na memória. Vocês (brancos), dispersam muito a atenção. Nós guardamos as lembranças, assim também com a nossa história.*

Nos nossos diálogos, percebi o valor que esses povos dão aos encontros e às conversas. Falou sobre a morte dos pais quando era bebê. *Os dois morreram por contágio contraído no contato* (com os brancos). *Fui criado por minha avó materna.* Pelos costumes da aldeia, quando os pais morrem, os meninos são criados pelos avós paternos. No caso de Paulo, a avó materna assumiu essa responsabilidade. Percebi seu olhar triste ao falar da ausência de seus pais e o quanto era difícil ver seus amigos, primos, com suas mães. Ele integrou o grupo de meninos Xavante que foram enviados para viver em meio aos brancos. Essa história é contada no documentário Estratégia Xavante, - uma história vivida a partir de 1976 por oito meninos da etnia Xavante – os A'uwe uptabi, povo verdadeiro. Foram escolhidos pelo avô, o cacique Ahopoen (Apoena) e outras lideranças da Terra Indígena (TI) Pimentel Barbosa, no Mato Grosso, para viver com famílias de Ribeirão Preto (SP) com a missão de entender a cultura dos brancos, os warazu, e ajudá-los a proteger-se da violência dessa mesma cultura.

Fiquei impressionada com o conhecimento que tinha de sua ancestralidade. Pensei o quanto eu desconhecia dos meus ancestrais. Como fui a última de uma família grande, o tempo de conversas com meus pais foi curto. Acredito, Maria, que

as melhores histórias da família, ouvimos de nossos avós, e perdi minhas avós muito cedo. Sei muito pouco! O que aprendi foi que meus avós maternos tinham origem alemã e meu avô paterno nasceu na Itália, veio para o Brasil criança. Aqui casou com uma brasileira, de ascendência indígena. Não sabia muito mais, além dos nomes. Não conheci nenhum dos meus avôs; só minhas avós, que eu adorava. A avó Adelina, mãe de minha mãe, morreu quando eu tinha 12 anos. A avó paterna, Leopoldina, quando eu estava com 19 anos. Infelizmente, não tive muito tempo para conversas com elas, que seriam as pessoas para me relatarem a história familiar. Não morávamos perto e os encontros, em minha casa, eram sempre muito movimentados. Uma família grande, com muitos irmãos, e todos mais velhos. Durante um tempo, fui a última. Quando estava com cinco anos, chegou mais um irmão do coração, como minha mãe chamava os adotivos. Esse, foi registrado como filho legítimo. Tinha duas horas de vida quando foi entregue à minha em uma casa bem humilde no litoral gaúcho, na praia de Tramandaí. Foi o caçula festejado da família. Éramos uma coletividade. E a família não parou de crescer aí. Mais tarde, quando eu já na universidade, minha mãe, sua avó, descobriu uma criança abandonada na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Como a menina tinha sério problema de coração, que exigia muitos cuidados, nenhuma família, até então, teve interesse de adotá-la. Quando soube da chegada de mais uma irmãzinha, fui para Gravataí, onde meus pais continuavam residindo, para conhecer a Adriana. Era uma menina linda, e já estava com 1 ano e meio. Tinha sido criada no berçário dos recém nascidos. Não caminhava nem falava. As enfermeiras não tinham tempo para o atendimento individualizado para uma criança na idade dela. Só tomava líquidos na mamadeira, assim, não tinha desenvolvido a mastigação. Com felicidade, constatamos que um mês depois Adriana já dizia muitas palavras e caminhava. Resultado, não tenho dúvidas, do amor que recebia, cheio de carinho. Foi a alegria da família até seus 12 anos, quando faleceu em decorrência do problema cardíaco que carregava, resultado das tentativas da mãe biológica de abortá-la. Sua partida foi uma tristeza imensa para meus pais e para todos nós da família.

Voltando ao amigo Paulo, seus povos são inspirados pelos sonhos. E esses, são narrados todas as manhãs, bem cedinho, quando se reúnem em um círculo, no centro da aldeia. Fiquei imaginando, o quanto seria lindo participar como observadora de uma dessas manhãs. Prometemos ao Paulo que faríamos uma visita a ele em 2020, interrompido com a pandemia. Soube por amigos comuns, a estratégia da aldeia para evitar a entrada do vírus da Covid 19 em seu território. Foram todos para o mato, longe do acesso de pessoas de fora. Infelizmente, Paulo foi mordido por uma cobra venenosa, tentaram tratá-lo com as ervas, mas precisou ser internado em um hospital na cidade. Muito bom que se recuperou, seguindo o tratamento dos pajés e dos médicos.

Além desses dois, outras conversas também me mostraram um outro mundo possível. Dessa vez, com Ailton Krenak. Desse encontro, tratarei em outra carta. Guardarei para você os livros desse pensador indígena que conta com minha admiração: *Ideias para adiar o fim do mundo* e *A vida não é útil*, entre outros.

Quero também contar um pouco do que foi viver boa parte da minha vida no século 20. Adolescente, durante o golpe que derrubou um presidente abrindo a porta do país para a chegada da Ditadura. Essa foi uma fase que gostaria de nunca mais lembrar. Estávamos morando em um sítio em Gravataí, na grande Porto Alegre. Ali concluí o ginásio e entrei na Escola Normal, de segundo grau, para a formação de professores habilitados a lecionar no ensino elementar. Gostei da experiência de dar

aula no período de estágio. Mas sonhava em perseguir outros caminhos. Entrei na universidade pública, em 1970, para cursar Jornalismo, então vinculado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Naquele mesmo ano, resultado de uma ampla Reforma Universitária nos afastou do Centro Acadêmico da Filosofia, ponto de encontro entre estudantes de todos os cursos de humanidades – Filosofia, História, Letras, Geografia, entre outros. Ali, aconteciam as reuniões dos vários movimentos, e se organizavam as manifestações contra a Ditadura. Fomos afastados desse núcleo e isolados em um prédio onde funcionava a gráfica. Nos juntaram com a Faculdade de Biblioteconomia, passamos a ser alunos da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicações. Não tínhamos nenhuma identidade com as novas colegas, todas mulheres muito comportadas, que chamávamos “as casadoiras a espera de marido”. Formamos um grupo coeso na ousadia, luta e resistência.

Criamos o Clube de Jornalismo, montamos um café no 3º andar, e ali planejamos muitos eventos. Um concurso de contos e de poesia, um festival - *Saco 70 - Semana de Artes e Comunicações*, que ocupou o térreo do prédio que estava abandonado. Fizemos a limpeza do espaço há muito desabitado, e como não tinha cadeiras, sugeri de buscarmos sacos de linhagem de fibra vegetal, daqueles que se usava para colocar 80 quilos de feijão. Acertamos, que o público ao entrar no “auditório”, receberia um saco para se sentar no chão. Organizamos grupos para trabalhar na produção, divulgação e convites. Fui com alguns colegas visitar depósitos na Rua Voluntários da Pátria, para pedir emprestado centenas de sacos, que depois devolveríamos. Visitamos agências de publicidade convidando a participarem de uma exposição de anúncios publicitários, estudantes do Instituto Artes, para exporem suas obras. Foi um evento multicultural, que reuniu todas as artes, da música, com o Madrigal da UFRGS, regido pela maestrina Madeleine Ruffier, Balé, teatro, artes plásticas entre outros gêneros. Ali, já tínhamos consciência da importância de estarmos aliados à arte para melhor desempenharmos nosso ofício como narradores da contemporaneidade (Medina, 2003).

Tudo foi ficando mais difícil com o desenrolar dos tempos de Ditadura. Já vivíamos sob um controle absoluto, com o **Ato Institucional nº 5**, emitido pelo presidente general Artur da Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968. Esse Ato ficou famoso por dar início ao momento de maior violência da Ditadura Militar, conhecido como “anos de chumbo”. E não foi só isso. Um ano antes de ingressarmos na universidade, esse mesmo presidente baixou o decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. O 477 previa a punição de professores, alunos e funcionários de universidades considerados culpados de subversão ao regime. Lembro que propus uma viagem ao Rio de Janeiro, em julho de 1970, para visitarmos alguns jornais, então opositores ao governo, como o Jornal da Manhã, Tribuna da Imprensa, dirigida pelo Hélio Fernandes (falecido em março último, aos cem anos), que nos recebeu carinhosamente, Pasquim, semanário humorístico e crítico ao governo militar, entre outras publicações. Éramos quatro, os que toparam a aventura para descobrir os meandros do jornalismo em um estado que ostentava parte da “grande imprensa”. Conforme alertas, evitávamos andar na rua com livros para não chamar a atenção de policiais. Para esses, todos eram suspeitos. Saímos de Porto Alegre com um planejamento de visitas aos veículos de comunicação. Agendamos encontros e entrevistas também em televisões e rádios. Entre elas, a TV Globo. Nesta, percorremos as instalações, os estúdios, conversamos com jornalistas, atores, um desses foi muito especial: Mario Lago nos recebeu carinhosamente, nos levou ao café, caminhou com a gente por algumas salas, sempre nos apresentando

aos que passavam, até chegarmos ao Chacrinha. Esse também atencioso, chamou seu filho, então produtor executivo do programa, para que nos deixasse acompanhar todo o trabalho e depois nos colocasse em local para acompanharmos o programa ao vivo. O programa de calouros se chamava então *A Hora da Buzina*, apresentado por José Abelardo Barbosa de Medeiros, o Chacrinha. Logo depois, em dezembro de 1970, passaria a se chamar *Buzina do Chacrinha*. Éramos críticos e pretendíamos conhecer os bastidores de um programa que atraía audiência popular considerável. Acompanhamos o trabalho de produção da equipe até a entrada do “velho guerreiro” no estúdio, um amplo auditório. Fomos instalados em um local para assistirmos como transcorreria o programa. Foi impressionante ver a plateia fascinada, conduzida por alguns animadores que, invisíveis para as câmeras, corriam de um lado ao outro, determinando com gestos quando deveriam aplaudir, vaia ou comemorar a participação dos calouros que ali se apresentavam. Também visitamos a UNE, e a Faculdade de jornalismo da UFRJ. No retorno, deveríamos fazer apresentação aos colegas de todos os apontamentos da viagem.

Ficamos os quatro colegas hospedados inicialmente em uma casa de estudantes bem baratinha, na Lapa, o bairro da boemia. Depois, conseguimos nos instalar na Casa de Estudantes da UFRJ, na Ilha do Fundão. Era um período de férias, mas a casa estava com muitos estudantes, e assim foi possível fazer amizades e conhecer os movimentos de contestação do regime militar. Depois dessa viagem, organizamos outras, como a ida a um Congresso de Jornalistas Profissionais que aconteceu em Salvador. Conseguimos auxílio para as passagens com a Casa Civil, em uma audiência com João Dentice, Chefe da Casa Civil no governo Walter Peracchi Barcellos (1967/1971). Era conhecido de meu pai e assim consegui agendar. Nos apresentamos como estudantes de jornalismo que desejavam participar de um Congresso de Jornalistas profissionais, para conhecer as experiências do jornalismo brasileiro. A ajuda deu para custear parte das passagens. Também recorremos ao diretor da Faculdade Filosofia, Ciências e Letras, e conseguimos completar a verba que possibilitou a ida de 38 alunos para Salvador de Ônibus. Foram 52 horas de viagem, com uma pequena escala no Rio de Janeiro, o que permitiu irmos até Copacabana e retornarmos para a Rodoviária, para tomarmos o outro ônibus que nos levaria ao destino. Depois, participamos de encontro de estudantes de Jornalismo em Brasília. Ali ficamos alojados nas casas de estudantes. (Essa viagem à Bahia, teve desdobramento. No final daquele ano (1970) voltei com mais duas colegas para Salvador. Nosso desejo era viver um pouco entre os baianos, nos embrearmos naquela cultura tão rica para nós, oriundas de um estado, com uma colonização europeia muito forte. Acabei indo trabalhar na TV Aratu. Por não conseguir a transferência da faculdade para a UFBA, retornei à Porto Alegre em julho de 1971).

Nesse mesmo ano, com as perseguições aumentando, também aumentou o sonho de deixar o Brasil. Alguns colegas escolheram a Europa e muitos passaram a sonhar com a América Latina, principalmente o Chile, governado por Salvador Allende. Um amigo já tinha feito a viagem por alguns países no ano anterior e havia reunido muitos contatos de residências que poderiam nos hospedar. Passou a ser comum a fuga do país, saudada inclusive por um slogan adotado pelo governo militar – *Brasil: ame-o ou deixe-o*. Começamos a planejar a viagem. Reunimos o grupo que estava interessado e passamos a estudar formas de sairmos do Brasil. Para evitar suspeitas e facilitar nossa saída, organizamos um conjunto de música aproveitando os músicos e cantores do grupo. Passamos a ensaiar nos fins de semana, na casa de um dos colegas. Em dezembro estávamos com um show completo, que reunia músicas

de protesto, como Funeral do Lavrador, MPB, músicas dos festivais, jovem guarda, carnaval, e encerrando, com uns batuques que tínhamos aprendido na Bahia. Eu havia morado seis meses em Salvador, trabalhando na TV Aratu, e aprendera muito do Candomblé. A sequência da viagem pela América Latina, toda de carona, será narrada em outra carta. Voltei seis meses depois para continuar a faculdade. Bem mais madura, mais resistente aos dissabores da Ditadura, e com conhecimento das similaridades com o que acontecia no Brasil, como o caso da Bolívia, onde vimos em uma agência do Banco do Brasil, caixas de fósforo com o mesmo slogan – *Bolívia, amela ou déjala*. Infelizmente, não conseguimos entrar no Chile, ainda governador por Allende. Não tínhamos o total de recursos exigidos na fronteira. Dez dólares por cada dia de permanência no país. Seguimos da Argentina para Bolívia, e depois Peru.

Os tempos se passaram, concluí a faculdade, fui trabalhar em televisão, casei, tive dois filhos – sua mãe e seu tio – e me dediquei ao jornalismo. Testemunhei a censura no exercício profissional e participei ativamente de movimentos como os Diretas Já, sonhando com o fim da Ditadura, sonho só alcançado em 1985.

Pois bem, Maria, ainda no século 20, mudamos de cidade. Vim trabalhar em São Paulo em 1991, a convite da direção da Agência Estado, para montar um projeto de “novas mídias”, um produto jornalístico que deveria ser enviado por fax (que você deverá pesquisar para saber o que é. Embora eu tenha guardado alguns exemplares) aos assinantes. Fui editora do *News Paper*, e comigo trabalhavam três jornalistas em São Paulo, um jornalista em Brasília, outro no Rio.

Essas descrições achei relevante trazer aqui, para resumir um pouco da minha vivência como observadora, que hoje lamenta o momento o qual estamos vivendo. Em todo o percurso como narradora da contemporaneidade, vivi momentos de alegria, de inquietudes e amarguras por perceber que a luta por tempos de democracia que nos livrou da ditadura não consolidou o que almejamos como justiça e direitos humanos a todes – direitos à alimentação, moradia, ao trabalho, à saúde e à educação. E ainda, nesse século, dei sequência aos estudos: Mestrado, pela ECA, e Doutorado pelo Prolam, ambos USP.

Hoje vivemos tempos de retrocesso, genocídio, aniquilação da cultura e da vida para muitos, e do meio ambiente. E a tecnologia que se propunha como a libertação para o tempo de lazer da humanidade, vem se caracterizando como o martírio em alguns aspectos, subjugando as pessoas ao seu domínio.

Não tratei aqui mais amiúde das mazelas desses tempos que nos afligem. Quando me angustio, abro o livro do Ailton Krenak, *Ideias para adiar o fim do mundo*, e busco respostas às questões que ele levanta: *Como os povos originários do Brasil lidaram com a colonização, que queria acabar com o seu mundo? Quais estratégias esses povos utilizaram para cruzar esse pesadelo e chegar ao século XXI ainda esperneando, reivindicando e desafiando o coro dos contentes?* Ele mesmo responde: Vi as diferentes manobras que os nossos antepassados fizeram e me alimentei delas, da criatividade e da poesia que inspirou a resistência desses povos (Krenak 2019). E são esses “gestos da arte” (Medina 2003) que me inspiram a não desistir de continuar lutando por um mundo mais justo. Enquanto isso, querida Maria, resta nesse momento de tantas destruições e desconstruções, meu pedido de desculpas. E deixo aqui também seu tio que nos ensina a não desistir:

A gente aprende a conviver com a dor. Ela fica ali, às vezes imóvel, às vezes ardente. Com o tempo, a dor diminui a intensidade, e outras memórias ganham força. Essas lembranças ajudam a enfrentar os desafios, a mirar um futuro diferente. O tempo dá mais sentido a algumas conversas, que ressoam como se tivessem sido ditas ontem. (Milanez, 2021).

Referências

FERNANDES, Hugo. **Das montanhas aos oceanos: o caminho dos sedimentos transportados pelos rios Amazônicos**. Conexões Amazônicas. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/conexoesamazonicas/das-montanhas-aos-oceanos-o-caminho-dos-sedimentos-transportados-pelos-rios-amazonicos/> . Publicado 3 Mar. 2021. Acesso: 14 Set. 2021.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Cia das Letras 2019

MEDINA, Cremilda. **A Arte de tecer o presente: Narrativa e Cotidiano**. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

_____. **Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008.

MEDINA, Cremilda. GRECO, Milton. **Planeta Inquieto – direito ao século XXI**. Novo pacto da ciência 6. São Paulo: ECA/USP 1998.

MILANEZ, Felipe. “Luchas junto a la naturaleza para frenar el fascismo, el terror y el capital”. In: Milanez, Felipe; Grettel Navas; Nathalia Hernandez Vidal; Raquel Neyra. (Org.). **Senti-pensarnos Tierra: defensores ambientales: luchas por la vida**. 1ed. Buenos Aires: CLACSO, 2021, v. 7, p. 20-26.

5. Desafios da Comunicação Social

Na área disciplinar – Jornalismo e Comunicação Social – também os autores se confrontam com a crise de paradigmas transdisciplinares:

- . De como **Demétrio Magnoli** enuncia os nós das redes.
- . De como **Mara Rovida** remete as mediações sociais para a visão holística.
- . De como **Fernando Rezende, Jaqueline Lemos e Gean Gonçalves** tecem as narrativas da contemporaneidade
- . De como **Cremilda Medina** amplia a liberdade de expressão na responsabilidade social.

À SOMBRA DAS REDES (ANTI)SOCIAIS

Demétrio Magnoli

“Muito liberaloide falando q Correios deve ser privatizado graças à DÍVIDA. Vamos pras dívidas? Petrobrás: 330 bi. LATAM: 53 bi. Suzano: 68 bi. JBS: 52 bi. VALE: 40 bi. Correios: 14 bi. Eles usam a desculpa da dívida sabendo q povo ã entende. A dívida da Volkswagen é 1 TRILHÃO”. O tuíte despontou na conta de Felipe Neto, em 6 de agosto de 2021, dia seguinte à aprovação pela Câmara dos Deputados do projeto de lei de privatização da estatal.

Felipe Neto pratica o ofício pós-moderno de influenciador digital. Entrou no ramo pelo atalho fácil de um antipetismo visceral, nos governos Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), antes de girar 180 graus e se converter em destacado arauto das teses do PT nas redes sociais. No caso dos Correios, simplesmente fazia eco à alegação enganosa do partido e de dirigentes sindicais.

Obviamente, a comparação entre uma empresa de capital fechado e empresas de capital aberto incomparavelmente maiores não faz sentido. É algo como cotejar, em números absolutos, a dívida nominal da Bélgica com a dos EUA. A capacidade de geração de caixa da Petrobrás, por exemplo, permitiria o pagamento de sua dívida em cerca de um ano e meio e a da JBS, em torno de dois anos. Já os Correios precisariam de 12 anos para quitar sua dívida.

O tuíte ignorante do jovem influenciador seria ignorado, uma década atrás. Hoje, porém, pauta o debate público – e a própria imprensa.

Luta pela vida

Segundo a narrativa convencional, o advento das redes sociais provocou a crise histórica do jornalismo que está em curso no mundo inteiro.

O argumento funciona mais ou menos assim: 1) as redes sociais, impulsionadas por empresas globais gigantescas como Google, Facebook e Twitter, apropriam-se de conteúdo produzido pela imprensa e o disseminam para todos, sem custos monetários; 2) o público jovem, acostumado à leitura rápida em aparelhos celulares, abandona os textos longos dos veículos jornalísticos, consumindo exclusivamente informações de redes sociais; 3) os anunciantes seguem o público, desviando suas peças publicitárias para as redes sociais e provocando a falência do modelo de negócios da imprensa.

É tudo verdade. Nos EUA, por exemplo, o número de funcionários empregados nas redações dos jornais reduziu-se de 71 mil em 2008 para menos de 31 mil em 2020.¹ Nesse intervalo, um evento pleno de simbolismo marcou a história do jornalismo americano: a aquisição do venerável Washington Post pelo multibilionário Jeff Bezos, que o salvou da falência após uma década na qual sua circulação média diária declinou de 726 mil para menos de 448 mil exemplares.²

O fenômeno exhibe, porém, maior complexidade. A crise dos veículos de imprensa deve-se, essencialmente, à resposta adaptativa escolhida pelo jornalismo profissional ao desafio existencial posto pelas redes sociais.

Demétrio Magnoli é bacharel em ciências sociais e jornalismo pela Universidade de São Paulo (USP), doutor em geografia humana pelo Departamento de Geografia da FFLCH-USP e pesquisador do Grupo de Análises de Conjuntura Internacional (GACINT), da USP. Como colunista semanal tem colaborado com vários jornais impressos e televisivos.

Diante das dramáticas perdas de circulação paga e receitas publicitárias, os jornais engajaram-se na fidelização de leitores ou espectadores. Na batalha de vida ou morte, descobriram um atalho: falar, preferencialmente, para um segmento da sociedade definido por certas visões de mundo. Ou, dito de modo diferente, confirmar e reforçar as coleções de ideias dominantes no público-alvo. É um caminho seguido por veículos de diferentes países – e de linhas editoriais diversas.

A estratégia surgiu nos EUA, notadamente durante o governo de Barack Obama (2009-2017), a partir de veículos de imprensa alinhados às alas mais estridentes do Partido Republicano. A Fox News ilustra o sucesso comercial da escolha: entre 2008 e 2013, suas receitas saltaram de cerca de US\$ 1,1 bilhão para quase US\$ 2 bilhões, enquanto as receitas de suas concorrentes liberais CNN e MSNBC mantiveram-se praticamente estagnadas.³

A reação dos veículos liberais consistiu basicamente num exercício de imitação. No governo de Donald Trump (2018-2021), as redes CNN e MSNBC tornaram-se porta-vozes informais das correntes situadas na ala esquerda do Partido Democrata. A denúncia inclemente do governo Trump tornou-se, também, marca registrada dos dois jornais mais respeitados dos EUA, o *New York Times* e o *Washington Post*. A audiência total dos dois grandes jornais cresceu exponencialmente, graças a agressivas estratégias digitais. Contudo, dificilmente se pode dizer o mesmo sobre a qualidade do jornalismo praticado por ambos.

A polarização política, internalizada pelos veículos de imprensa, oferece caminhos óbvios de fidelização de leitores ou espectadores. Entretanto, o que funciona no horizonte de curto prazo pode revelar-se um veneno mortal em prazo mais longo.

Depois da “era Trump”, entre janeiro e julho de 2021, a MSNBC perdeu 38% dos espectadores, na média diária, enquanto a CNN perdeu nada menos que 51%. Já o *New York Times* anunciou que, no primeiro trimestre de 2021, atingiu a meta de 8 milhões de assinantes. Contudo, das novas 142 mil assinaturas digitais, 45% foram para produtos como Cooking, Games e um aplicativo de áudio – ou seja, “não notícias”. Sem o “diabo laranja”, um alvo fácil, eles indagam-se sobre os rumos editoriais a seguir.

Falando na bolha

As capas do *New York Times* (NYT) dos dez dias que se estendem entre 4 de agosto e 13 de agosto de 2021 formam uma tese sobre o impacto das redes sociais no jornalismo de qualidade. Nesse intervalo, o Talebã deflagrou uma devastadora ofensiva que conduziu à queda das principais capitais regionais do Afeganistão e ao estrangulamento de Cabul. Simultaneamente, desenrolava-se a novela doméstica concluída com a renúncia do governador Andrew Cuomo, de Nova York. No NYT, a segunda história suplantou, de longe, a primeira.

As manchetes principais de 4/8 e 5/8 foram consagradas ao *affair* Cuomo, que também ganhou manchete secundária em 6/8.⁴ O Afeganistão ficou fora da capa durante os três dias. No 7/8, o drama afegão chegou, finalmente, à capa, mas em posição menos destacada que Cuomo.⁵ No dia seguinte, só Cuomo ganhou espaço na capa.⁶

As duas histórias ganharam manchetes de capa em 9/8 – e, pela primeira vez, o Afeganistão obteve destaque maior que Cuomo.⁷ A opção repetiu-se no dia seguinte, mas com destaques invertidos.⁸ No 11/8, a renúncia de Cuomo figurou como manchete principal – e a guerra na Ásia Central sumiu da capa.⁹ A opção editorial foi repetida em 12/8, quando o Afeganistão só conseguiu uma nota de rodapé.¹⁰

O padrão rompeu-se, enfim, em 13/8, quando a queda de Kandahar, segunda maior cidade afegã, apareceu como manchete principal.¹¹ Mesmo assim, o affair doméstico teve manchete secundária. Dois dias depois, Cabul cairia, assinalando o triunfo completo do Talebã.

O declínio e a renúncia do governador de Nova York decorreram de denúncias de assédio sexual emanadas de funcionárias públicas, que originaram inquérito policial e a abertura de um processo de impeachment na assembleia estadual. No fim das contas, foi mais um episódio na saga do movimento #MeToo, embora a gravidade das acusações a Cuomo não cheguem nem perto das que abateram o predador hollywoodiano Harvey Weinstein.

O Afeganistão é um animal diferente. A ofensiva do Talebã iluminou os contornos de um “segundo Vietnã”, recuperando a memória da desesperada evacuação da embaixada americana em Saigon, em 1975. O fracasso afegão solicita a revisão histórica da “guerra ao terror”, a reavaliação do conceito de “nation building”, a análise estratégica da rivalidade EUA/China, a decifração do conflito ideológico que divide e esgarça o mundo muçulmano. No fim, diante da perspectiva iminente da queda de Cabul, o que estava em jogo era o destino dos direitos humanos mais elementares de milhões de afegãos, especialmente as mulheres e as meninas.

O NYT fez sua escolha editorial. A novela de Cuomo foi declarada mais relevante que a tragédia em curso na Ásia Central. O drama local suplantou a tragédia global. A história lamentável de uma personalidade de Nova York obscureceu a história da mais longa guerra americana e de milhões de afegãos sem nome. Os constrangimentos de algumas funcionárias públicas americanas ganharam destaque maior que a ruína da dignidade mínima das mulheres e crianças de um país inteiro posto sob protetorado dos EUA.

Nenhum jornal de referência teria feito tal escolha na era anterior às redes sociais. O NYT decidiu romper com a tradição jornalística – e, especialmente, com a sua própria tradição – para falar dentro de uma bolha de interações configurada nas redes sociais.

O atalho conduz a uma armadilha fatal. A seleção de pautas, os enfoques privilegiados e a própria linguagem do jornalismo profissional tendem a se submeter à lógica discursiva das redes sociais.

Um espírito de tribo

A imprensa brasileira não escapou à sedução de fidelizar uma corrente da opinião pública. A *Folha de S. Paulo*, maior jornal do país, renasceu nos anos 1980 com sua adesão ao movimento das Diretas Já!, uma posição editorial justificada pelo imperativo de reconquista da liberdade de imprensa. Desde a redemocratização decidira, porém, não tomar parte em novas campanhas políticas, já que o sistema democrático garante a pluralidade de opiniões. A orientação dissolveu-se com a ascensão de Jair Bolsonaro ao Planalto, em 2019.

Num domingo, 28 de junho de 2020, o jornal deflagrou a campanha “#Use amarelo pela democracia”, diretamente inspirada no movimento das Diretas Já, iniciada com a publicação de um editorial de capa, do caderno especial “O que foi a ditadura” e de um curso gratuito sobre o regime militar implantado em 1964.¹² Ao longo de seis meses, a capa das edições dominicais estampou o slogan e abriu-se espaço para a reprodução de fotos de leitores vestidos em roupas amarelas, com inscrições em defesa da democracia. Além disso, o slogan do jornal, adotado em 1961, “Um jornal a serviço do Brasil”, foi alterado, até as eleições presidenciais de

2022, para “Um jornal a serviço da democracia”.

As palavras e os gestos autoritários de Bolsonaro e do bolsonarismo merecem, certamente, o mais nítido repúdio da imprensa democrática. Mas uma coisa são editoriais e colunas de opinião; outra é campanha política. A campanha promovida pela *Folha*, de forte apelo em ampla parcela do eleitorado, equivalia a uma renúncia a conversar com todos os brasileiros.

O clima de campanha difundiu-se pelas páginas do jornal, que foram adquirindo colorações quase estudantis. Uma coluna intitulada “Por que torço para que Bolsonaro morra”, assinada pelo respeitado colunista Helio Schwartzman, saiu numa edição de julho de 2020, desenvolvendo o curioso “argumento filosófico” de que deve-se desejar a morte do presidente por Covid-19.¹³ Antes e depois, diversos colunistas do jornal disputaram algo como uma competição para saber quem classificaria mais vezes o presidente como “genocida”.

O conceito de genocídio nasceu em 1948, com Raphael Lemkin, formulador da Convenção contra o Genocídio da ONU.¹⁴ O crime de genocídio – o intento e execução do extermínio de um grupo populacional inteiro – exige intencionalidade. A irresponsabilidade de Bolsonaro diante da pandemia de Covid-19, que o sujeita a indiciamento por crimes contra a saúde pública, nem de longe pode ser definida como genocídio.

A própria *Folha* publicou editorial no qual evita utilizar o terno genocídio, embora lance mão de frases panfletárias como “a estupidez assassina de Bolsonaro”.¹⁵ Também publicou, sem maior destaque, algumas entrevistas com especialistas que esclareceram o equívoco de aplicar o conceito de genocídio à postura do presidente durante a pandemia. Mas o leitor do jornal tende a acreditar que a caracterização é razoável ou, no mínimo, discutível.

A opção de falar preferencialmente com um setor da opinião pública produz um espírito de tribo – e provoca consequências inéditas. A *Folha* sempre valorizou a pluralidade ideológica de suas colunas de opinião. Seguindo a antiga tradição, convidou o jornalista conservador Leandro Narloch a voltar a escrever colunas, mas exclusivamente para sua edição digital. O retorno de Narloch não trouxe opiniões originais, especialmente relevantes ou, ao menos, bem articuladas. Mas serviu para escancarar o tribalismo instalado no jornal.

Logo após a publicação do primeiro texto de Narloch, o ombudsman José Henrique Mariante utilizou mensagens de leitores para, de fato, questionar a decisão editorial de convidá-lo a escrever.¹⁶ A crítica da opinião de articulistas não faz parte das atribuições de ombudsman – mas vários deles, na *Folha*, já ultrapassaram tal barreira. Mariante, porém, inaugurou a prática de sugerir a supressão de um colunista.

Políticos em posição de poder cultivam o hábito de “pedir a cabeça” de articulistas, comumente ironizado na imprensa profissional. Antes mesmo do ombudsman, um colunista do jornal havia transposto a fronteira ao reagir, dedo em riste, à publicação do texto de Narloch: “Pluralismo é um rio onde as ideias se movem dentro das margens da verdade e da ciência. Não reclamem quando o rio secar, implodindo as margens que o jornalismo deveria ter protegido.”¹⁷

Avalizada pelo ombudsman, a moda pegou. Colunistas da edição impressa – isto é, detentores de espaços nobres – saltaram além da crítica normal, passando a “pedir a cabeça” de colegas publicados no espaço periférico da edição exclusivamente digital. Um alertou, invocando nada menos que a História: “parece que a *Folha* sente vergonha de estar do lado certo da história e resolve atirar no próprio pé”.¹⁸ Outro declarou ao “gentil leitor” que “fiquei mortificado ao saber da volta do colega Leandro Narloch ao rol de colunistas desta *Folha*”.¹⁹

Claro que, talvez inadvertidamente, os guerreiros do exterminismo da opinião alheia conferiam estatura e relevância inesperadas ao alvo de sua santa indignação. Mas, sobretudo, definiam os limites tribais a serem traçados à pluralidade ideológica.

Cisão entre “nós” e “eles”

“Sempre ensinei que os jornalistas têm a missão de escrever o primeiro esboço grosseiro da história. Hoje, a própria história é mais um objeto efêmero moldado para se ajustar às necessidades de uma narrativa predeterminada.”, escreveu a jornalista Bari Weiss na sua carta de demissão do NYT, endereçada ao editor A.G. Sulzberger em julho de 2020.²⁰

Weiss foi contratada pelo jornal após o choque eleitoral de 2016, quando Donald Trump bateu Hillary Clinton. O NYT descobriu que não conversava com grande parte dos americanos – e queria conseguir, da nova jornalista, pontos de vista e articulistas capazes de atrair a camada esquecida dos leitores. A aventura durou pouco. Segundo Weiss, o NYT revelou-se incapaz de aprender lições como “a importância de entender outros americanos, a necessidade de resistir ao tribalismo e a centralidade de uma livre troca de ideias”.

Seu diagnóstico foi duro: “um novo consenso emergiu na imprensa, mas talvez especialmente neste jornal: que a verdade não é um processo de descoberta coletiva, mas uma ortodoxia conhecida de antemão por poucos iluminados, cujo ofício é informar todos os demais”. O NYT, acusou, seria editado sob a influência de um macartismo de sinal invertido propagado por meio do Twitter.

A análise de Weiss aponta a raiz do problema. A dissolução de um modelo de jornalismo baseado no anunciante e sua substituição por um assentado no leitor conferiu ao leitorado mais estridente nas redes sociais um poder avassalador. “O público do NYT é formado por liberais ou democratas, mais de 90%. O incentivo passa a ser dar aos leitores o que eles querem”, explicou a jornalista em entrevista à Folha de S. Paulo.²¹

“O NYT e outros veículos mostram uma pequena faixa do país, um mundo como os editores ou os leitores gostariam que fosse”. Não se trata, enfatiza Weiss, de uma inclinação circunscrita aos veículos liberais – ou seja, de centro-esquerda. A Fox News e outros veículos conservadores ou de direita operam de forma similar. São “diferentes universos epistemológicos”, o que tende a cancelar a possibilidade de um diálogo compartilhado.

A cisão entre “nós” e “eles” gera estratégias de mercado – que, por sua vez, realimentam a polarização política. A roda esmaga, impiedosamente, o ideal jornalístico de organizar o debate público, oferecendo voz às diferentes correntes de opinião.

A ferida situa-se no núcleo do fazer jornalístico, não em editoriais assertivos, em colunas panfletárias ou na indispensável denúncia das torrentes de fake news. O ponto crucial é que o universo da notícia sofre uma compressão e uma amputação. O jornal passa a pronunciar sermões, imitando a linguagem do pregador ou do militante – e, nesse passo, concedendo a eles um palanque desproporcional à influência que exercem.

De modos distintos e com intensidade diversa, o fenômeno espalha-se por jornais de referência do mundo inteiro. Sob a nuvem das redes sociais, “narrativas predeterminadas” pautam o NYT, o *The Washington Post*, a *Folha de S. Paulo*, o *El País*, o *Le Monde*, o *The Guardian*. Não por acaso, em todos eles, as agendas

identitárias extremas saltam da periferia do debate público – isto é, de obscuros refúgios acadêmicos – para o centro do palco. Os arautos da chamada “teoria crítica da raça” ganham espaço cotidiano, publicando manifestos tediosos salpicados de chavões. A reportagem, domínio mais sagrado do jornalismo, sujeita a trama factual a uma mensagem apriorística.

Num certo ponto, a “narrativa predeterminada” conduz à autocensura, por meio de uma edição de conteúdos politicamente motivada. É o que ocorreu, aparentemente, com a rede ABC News nos dramáticos dias seguintes à queda de Cabul.

A emissora levou ao ar uma entrevista concedida pelo presidente Joe Biden ao analista político George Stephanopoulos, um ex-conselheiro senior do então presidente Bill Clinton, sobre a caótica retirada americana do Afeganistão. No dia seguinte, a ABC News publicou online a transcrição integral da entrevista – e, então, descobriram-se trechos escondidos dos telespectadores.²² Neles, Biden oferecia respostas confusas e imprecisas acerca do cenário no entorno do aeroporto de Cabul e do serviço militar de seu falecido filho Beau no Iraque.

Inexistia, na entrevista integral, algum escândalo maior. Contudo, Biden negava as mortes de civis ocorridas nos acessos ao aeroporto da capital afegã e parecia incerto sobre a posição militar ocupada por seu filho e, ainda, sobre o país no qual enfrentou combate. A edição da emissora suprimiu esses trechos, evitando oferecer a imagem de um presidente incoerente e hesitante no exato momento em que se desenrolava a humilhação da superpotência no Afeganistão.

O articulista conservador Hugh Hewitt classificou como “inaceitável” a recusa da ABC News de levar ao ar a entrevista completa, sem edição. Hewitt não tem um currículo perfeito: em 1990, ocupando a posição de diretor-executivo da Livraria Presidencial Nixon, ele tentou recusar a admissão de pesquisadores e jornalistas que rotulou como “hostis”. Contudo, ele tem razão ao exigir que “o mesmo escrutínio” recebido por Trump “deve seguir este presidente”.²³ Será a imprensa de referência capaz, ainda, de cumprir essa missão mínima?

PODE O JORNALISTA PESQUISAR?

Mara Rovida

Hesito muito antes de começar o texto.

Posso me atrever a um ensaio em primeira pessoa?

Seria esse um atrevimento ou apenas uma questão de escolha estética? Dependendo do momento e das pessoas presentes, esse debate pode ganhar diferentes rumos.

De qualquer forma, o hesitar aqui parece vinculado a um contexto histórico moldado numa visão racionalista e, como diria Capra (1983; 1982), newtoniana-cartesiana de ciência e de jornalismo – como também já discutido por Cremilda Medina (2014). Ainda que essa perspectiva racionalista se mostre já bastante introjetada, aceita e aparentemente indiscutível, posso dizer que eu mesma passei por um – ou talvez dois – processo de enquadramento para me encaixar nesse paradigma. Fui apresentada a uma certa maneira de agir que pressupõe a insistência na relação objetiva, neutra e imparcial diante de fatos sociais e jornalísticos.

A forma do texto, sua estética é parte desse padrão dos fazeres científicos e jornalísticos. Por meio dela, reforça-se uma prerrogativa que tem marcado essas duas áreas do conhecimento: a separação entre sujeito e objeto. Dessa forma, a objetividade, moldada numa postura de afastamento asséptico diante dos temas estudados, investigados, pesquisados e narrados, se confunde com certa objetificação. Na escrita, essa assepsia é representada pelo uso de algumas estratégias narrativas apreendidas num treinamento pelo qual aprendizes dos fazeres científicos e jornalísticos passam.

Não entrei na graduação temendo a escrita em primeira pessoa.

Não sei bem de onde vem essa tradição de fazer rodadas de apresentação pessoal, incluindo o motivo da escolha do curso, no início de cada disciplina do ensino superior. O fato é que essa tradicional boas-vindas me acompanha desde o momento da estreia como foca – termo usado para designar carinhosamente os aprendizes de jornalista – no curso de graduação em Jornalismo. Aliás no início dos anos 2000 eram mais comuns cursos de Comunicação Social com habilitação em... E como aprendemos repetindo padrões, mantive o mesmo ritual quando entrei em sala de aula para desempenhar outro papel. O interessante dessa experiência é que mesmo depois de algumas décadas, o discurso de quem ingressa na graduação em Jornalismo (ou em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo) parece consonante com um enredo padrão: *escolhi jornalismo porque gosto muito de ler e de escrever histórias*. Esse gosto pela escrita como uma forma de expressar percepções, sentimentos ou simplesmente um meio de contar histórias enseja um certo ar de liberdade criativa e autoral. Alguns meses depois do início do curso de graduação, esse cenário se torna

Mara Rovida, jornalista e pesquisadora, é mestre em Comunicação Social pela Faculdade Cásper Líbero e doutora em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Docente do PPG em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba (Uniso), tem publicado livros de sua pesquisa acadêmica, bem como escreve crônicas.

turvo, perturbado e um tanto alterado por um processo de treinamento, enquadramento e padronização. No aprendizado de técnicas de redação são apreendidas fórmulas e modelos indicados, muitas vezes, como as únicas opções válidas. É nesse processo – e nesse aspecto da indicação de única forma possível – que o medo da primeira pessoa vai tomando conta como se o jovem voltasse a ser a criança que começa numa escola nova e fica com medo de não ser aceita pela turminha. Boa parte – mas nem todos – se resigna e veste o figurino do distanciamento, da neutralidade e da objetificação (ainda que o termo usado normalmente seja objetividade).

Pouco se discute se o lide-sumário²⁴ e a pirâmide invertida²⁵ dão conta ou não de comunicar em todas as situações. Primeiro porque queremos fazer parte da turma, depois porque vamos nos sentindo confortáveis com aquele padrão. A narrativa padronizada se torna tão fácil que passamos a ter um vínculo íntimo com ela e qualquer ameaça de ruptura com aquilo que se tornou tão “natural” causa medo. Medo da primeira pessoa. É inegável a facilidade de sacar do bolso da formação as perguntas a serem preenchidas e, com elas respondidas de forma reta, ordenar sumariamente a pauta. É confortável.

A ideia de seguir a carreira acadêmica depois da graduação se apresentou em sua inteireza no último ano do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. O Trabalho de Conclusão de Curso, o TCC, se configurava, na minha escola, como um formato híbrido entre a monografia e o projeto experimental. Claro que naquela época eu não sabia distinguir cada um desses tipos de TCC, afinal o modelo me foi apenas indicado pelos professores responsáveis. Seguindo as orientações, eu desenvolvi um relatório de TCC que não era limitado à descrição do projeto experimental, um programa de documentários radiofônicos. O tal relatório era também um espaço de reflexão sobre a relevância social da apuração jornalística, pautada pela imersão em campo, e sobre a narrativa sonora desenhada em falas de memória, músicas cantadas em gravação acústica, entre outros sons captados em entrevistas, visitas e outras etapas da produção. No final, entreguei como resultado um trabalho composto por uma proposta de produção midiática em protótipo, um programa piloto de documentários radiofônicos, e uma monografia que apresentava uma incipiente reflexão sobre o papel do jornalista como mediador social – ainda que não tenha usado exatamente esse vocabulário, essa ideia estava ali; teria sido produtivo encontrar Cremilda Medina nesse momento, mas só depois de alguns anos conheci melhor a autora e sua perspectiva de jornalismo dialógico.

O curioso dessa produção – e só agora escrevendo esse texto me dou conta – é que, embora a experimentação na narrativa sonora tenha sido intensa e um tanto desapegada do modelo lide/pirâmide invertida, eu não soube responder aos professores da banca *porque não fiz a locução do documentário, em vez de pedir a um locutor profissional para fazê-la*. Mantive a terceira pessoa no texto da locução e na própria estética dela, não me *fiz* presente.

Por outro lado, as duas frentes de atuação assumidas e reunidas naquele TCC de 2005 – mais uma coisa que só observo agora – criaram um modelo sináptico, uma espécie de conexão-padrão entre neurônios que vem insistindo e incomodando quando não contemplada. Manter essa simbiose entre reflexão e práxis no mercado de trabalho não parecia muito viável, foi então que a academia se mostrou um campo mais produtivo: *poderia pesquisar*.

Ingenuamente, acreditei que a imersão em campo realizada para a produção do documentário poderia fomentar e, em algum grau, fundamentar a compreensão e a experimentação da reflexão teórica. Aliás as duas coisas estavam tão imbricadas na minha imaginação que tive dificuldade de preencher os itens do projeto de pesquisa para a seleção do mestrado. Mas, com o tempo e a presença na academia, esses itens foram sendo compreendidos, organizados e tomados como etapas de um processo. Fui me achegando ao vocabulário científico e reforçando o pacto com a objetividade e, claro, com o uso da terceira pessoa.

Por outro lado, as escapadelas não tardaram a aparecer. O fluxo narrativo, ainda que pareça, e apenas pareça, pautado pela neutralização do sujeito-pesquisador, acaba revelando a interação entre pesquisadora e sujeitos de pesquisa. Os trabalhos finalizados, até o momento desta escrita, e registrados em textos monográficos revelam, de um jeito ou de outro, etapas imersivas que compreendem encontros com sujeitos (e não objetos) de pesquisa, chafurdados em seus fazeres, em distintos territórios. Os jornalistas que cobrem o mundo das estradas a partir da boleia, os radio-repórteres que cobrem o trânsito, os caminhoneiros e os jornalistas das bordas das cidades, todos eles desfilam em narrativas oscilantes entre o palavrório moldado na ABNT e os diários de campo.

Aprendi que precisava dar nome aos meus fazeres científicos. Era necessário não apenas dispor de um discurso supostamente impessoal – mais ou menos do mesmo jeito que aprendi na escola de jornalismo –, como também era preciso referendar a prática de pesquisa. Esse aval demandava, no meu caso, de um vocabulário assentado numa ciência cujo método prevê o trabalho de campo. O jornalismo não poderia – não *servia* para – ser oficialmente apresentado como fonte metodológica, então passei a usar e a abusar da ideia de interdisciplinaridade e do diálogo com a Antropologia para fundamentar teoricamente meus fazeres científicos. Aos poucos fui me sentindo novamente confortável com um modelo de pesquisa que parecia contemplar meu padrão sináptico e, o melhor de tudo, estava em consonância com as demandas da universidade cada vez mais repletas de metas e métricas. O diálogo com a Antropologia já estreito se mostrava produtivo, mas, ironicamente, foi um antropólogo que me fez perceber um problema no meu discurso acadêmico.

José Guilherme Cantor Magnani é coordenador do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, o NAU, e se tornou um dos autores preferidos na fundamentação e inspiração teórica sobre os fazeres científicos. Durante algum tempo, o conforto de me entender nesse diálogo entre disciplinas veio da leitura sistemática dos trabalhos produzidos ou orientados pelo professor da Antropologia. Até que um dia, me deparei com um texto em que ele fala da relação epistemológica das estratégias de pesquisa. “O ponto de partida é que não se pode separar etnografia nem das escolhas teóricas no interior da disciplina, nem da particularidade dos objetos de estudos que impõem estratégias de aproximação com a população estudada e no trato com os interlocutores” (MAGNANI, 2009, p. 133).

Se desmanchava no ar o conforto de estar nomeando corretamente meus fazeres e sendo coerente nas escolhas teóricas que me guiavam. Entendi que, apesar de o diálogo entre as disciplinas ser produtivo e desejado, ele não elimina – e nem deveria eliminar – as particularidades de cada campo do saber e, em consequência, de cada sujeito dessa interação. Isso não tem de ser tomado como um problema no sentido da departamentalização do conhecimento. Me parece que aqui reforça-se a noção de diálogo, de interação como um movimento que não serve à homogeneização, mas, pelo contrário, que nos permite uma reconexão com o todo que segue sendo plural,

diverso. Eu posso existir em diálogo com os antropólogos, mas continuo sendo jornalista – ainda que essa existência seja afetada e modificada por essas relações.

Assim, mesmo que eu formalize as pesquisas que desenvolvo como produtos de uma abordagem etnográfica – o que incluiria imersão em campo, entrevistas em profundidade, diário de campo – o que eu realmente faço é reportagem – observação-experiência, entrevista dialógica, caderno de anotações. Seria isso um problema?

O insight epistêmico foi compreendido, num primeiro momento, com um certo desespero. Mas depois foi transformado em movimento, com uma pitada de ousadia, para uma nova etapa de pesquisa – ainda bastante incipiente para trazer, neste momento, pistas elucidativas. Seria possível olhar para a experiência dos jornalistas como fonte de inspiração e fundamentação metodológico-científica? Pode o jornalista pesquisar?

Ainda orientada por questionamentos e incômodos com meus próprios fazeres, percebo que a hesitação com a primeira pessoa não se limitou a uma estética narrativa. Talvez eu precise de mais tempo, mais reflexão e mais diálogo com os colegas da Física, da Antropologia, da Geografia, entre outras áreas para entender melhor minhas possibilidades de existência como pesquisadora-jornalista ou como jornalista que pesquisa.

Essa percepção parece reforçar a importância da promoção de espaços de diálogo entre pesquisadores de diferentes áreas como a proposta que orienta o Projeto Plural. Mesmo contando três décadas de seu momento inicial, as bases inter e transdisciplinares lançadas naquele primeiro seminário de 1990 – registrado em publicação de 1991 –, permeado por contraditórios e discussões, mas também por insights e diálogos, parecem ainda pouco exploradas na prática cotidiana da pesquisa. Enfatizar esse tipo de interação como etapa recorrente dos fazeres acadêmicos não seria apenas produtivo do ponto de vista institucional – que, em tempos de ataque à ciência, parece necessário – como também seria um meio adequado para se alcançar uma perspectiva mais holística.

Nesse sentido, não consigo evitar o movimento que me leva ao contato com outra área do conhecimento, a Física. Fritjof Capra, em duas obras seminais, defende que a estratégia cartesiana-newtoniana de divisão das áreas, dos temas e das etapas de pesquisa promoveu avanços significativos para o conhecimento humano. Por outro lado, quanto mais se desenvolve o conhecimento, mais flagrante é a necessidade de reconhecer as conexões e as interações como chaves essenciais para alcançar respostas mais complexas e, portanto, mais adequadas às realidades estudadas. No caso da Física, de acordo com Capra, quanto mais se avança na compreensão do mudo submicroscópico – da Física Atômica – “mais compreendemos a forma pela qual o físico moderno [...] passa a perceber o mundo como um sistema de componentes inseparáveis, em permanente interação e movimento, sendo o homem parte integrante desse sistema” (CAPRA, 1983, p. 27).

Essa observação do físico é reveladora de uma chave reflexiva bastante consonante com demandas de pesquisas das Humanidades justamente porque evidencia a potência do diálogo como estratégia de investigação científica, ao mesmo tempo que enfatiza a relevância dos nós em vez dos elementos isolados. Dessa forma, Capra nos faz perceber que as melhores pistas para compreender os fenômenos estudados estão nas conexões e entrelaçamentos. Mais um exemplo de que o diálogo

entre as áreas, como o projeto iniciado há 30 anos por Cremilda Medina, são sempre reveladores.

No apagar das luzes, me lembrei de outro pormenor dos últimos momentos e que pode estar relacionado ao insight epistêmico. Já fazia tempo que estava bem confortável com o papel de professora – no Brasil, pesquisador é professor – na hora de preencher formulários e fichas cadastrais. De uns tempos para cá, a língua precisa ser contida na boca para não responder à pergunta *profissão?* com um sonoro *jornalista*.

Referências

CAPRA, Fritjof. **O tao da física – um paralelo entre a Física Moderna e o Misticismo Oriental**. São Paulo: Cultrix, 1983.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação – a Ciência, a Sociedade e a Cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 1982.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, n. 32, p. 129-156. Porto Alegre: jul./dez. 2009, p. 133.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo – da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2014.

OLIVEIRA, Dennis de. **Iniciação aos estudos de jornalismo**. São Paulo: Abya Yala, 2020.

NARRAR: ESTAR COM O OUTRO

Fernando Resende

Jaqueline Lemos

Gean Gonçalves

No dia 23 de agosto de 2021, os membros do grupo de pesquisa Epistemologia do Diálogo Social Gean Gonçalves e Jaqueline Lemos Martins acolheram para um diálogo o professor e pesquisador Fernando Antonio Resende, da Universidade Federal Fluminense. Separados por telas virtuais, pelo contexto de isolamento da pandemia de Covid-19 e pela distância geográfica entre dois países, Alemanha e Brasil, o encontro fértil rende a prosa epistemológica e afetiva a seguir.

O Projeto Plural (com a série Novo Pacto da Ciência) tem uma história de 30 anos, traçada a partir do primeiro livro organizado em 1990. Desde lá foram 11 volumes e o que entrelaça todos é a busca pelo debate da transdisciplinaridade, da interdisciplinaridade e daquilo que Cremilda Medina denominará como o discurso fragmentalista da ciência. No diálogo com Fernando Resende, pedimos que comentasse, a partir de um olhar panorâmico, como esses três elementos afetam a concepção que ele possui da prática científica na atualidade. Será que o discurso dominante da produção de conhecimento tem mais fissuras do que no passado?

Primeiro, é interessante pensar que todos nós que fizemos ou fazemos parte do grupo de pesquisa da Cremilda ou fomos tocados por sua pedagogia criamos uma consciência, a noção de que estamos atuando para alargar a perspectiva do que é científico, isso é algo que nos interpela o tempo todo. O trabalho da Cremilda é bastante precursor no campo do jornalismo, quando coloca questões que hoje para gente são atravessadoras mesmo com um desenvolvimento tecnológico radical. O fato é que a Cremilda já antecipava questões há 30 anos. Vamos pensar na ideia de que a Ciência é um pensar e um fazer que está propriamente vinculado a uma perspectiva de teor objetivista. A crítica ao discurso fragmentalista vai diretamente ao encontro dessa ideia equivocada ao nos dizer que ela foi produzida por uma perspectiva moderna, positivista, objetiva do mundo. Um olhar que objetifica o mundo é isso que estava em questão ali. É fundamental, me parece, da gente reforçar, que esse discurso fragmentalista já criticado ainda necessita ser atravessado. Ainda é preciso reiterar

Fernando Resende é professor do Departamento de Mídia e Estudos Culturais da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenador local do projeto “Literary Cultures of the Global South” (Universität Tübingen, Alemanha).

Jaqueline Lemos é doutora em Ciências da Comunicação. É pesquisadora visitante na Universidade Metodista de São Paulo.

Gean Gonçalves é professor de Jornalismo do FIAM FAAM Centro Universitário. Doutorando em Ciências da Comunicação na ECA/USP.

a importância de uma crítica frente a uma perspectiva de crença numa ciência que observa o mundo de modo externo, não participativo. O que vai ficando, pelo menos para mim, cada vez mais claro, na medida que eu avanço na minha própria pesquisa, é esse problema do afastamento do sujeito e do objeto. Essa relação construída como distanciada. Cada vez mais eu vou entendendo, na medida que vou trabalhando com as minhas questões, a partir do problema que foi lançado no meu doutorado: esse **olhar para o mundo** é fundamentalmente **um olhar no mundo**. Talvez, essa seja a grande questão que nos transpassa. Como é que a gente produz conhecimento a partir desse ‘olhar-no-mundo’? Como a gente atribui sentido as práticas culturais, políticas, sociais, ambientais, aos temas essenciais do campo científico alargado. O discurso fragmentalista ainda é presente, ganha em preponderância, do ponto de vista institucional e estrutural. As próprias humanidades ainda insistem nessa perspectiva, mas há contrapontos. No jornalismo isso é muito importante, o campo avançou na compreensão mais alargada do que é o jornalismo, enquanto fenômeno cultural e político. Já se tem uma discussão que é voltada para essa problemática, anunciada lá atrás pela Cremilda: a da narrativa. A noção de narrativa ganhou um lugar preponderante na discussão do jornalismo, algo que não era comum e a qual Cremilda já estava falando a respeito, mas ainda se cavava esse território nos anos 1980 e 1990. Eu acho que hoje, pelo fato de se ter esse debate na grade curricular dos cursos de graduação, por exemplo, já se tem uma mudança radical nessa perspectiva. No estudo do jornalismo se fazem presentes questões e perguntas que estão muito mais articuladas com a perspectiva pluridisciplinar, tecida no projeto Novo Pacto da Ciência. Hoje temos condição de falar de interdisciplinaridade, de transdisciplinaridade, mas também de outro termo que a Cremilda também já acolhia quando integrou a Arte nos seminários – a própria ideia de **indisciplina** foi introduzida pelo escritor Sinval Medina. Eu acho incrível esse vislumbre da Cremilda. Remonta a uma perspectiva que é mais do que contra hegemônica, ela é propositiva do ponto de vista da produção de um pensamento. Pensar através da indisciplina tem um significado importante para essa perspectiva de ciência que estava sendo colocada naquele momento.

Mas voltando... tem uma pergunta que a Cremilda fazia à época que é mais ou menos o seguinte: **como é que o jornalismo lida com os protagonismos do presente?** Essa era uma pergunta que me atravessava naquele momento. Eu fiz meu doutorado com ela em mente, entre 1997 e 2002. Essa pergunta ressoava o tempo todo. Aparece no meu trabalho, mas eu ainda não sabia muito bem a centralidade da questão. Foi necessário terminar o doutorado, ir para a pesquisa numa perspectiva mais autônoma e conjugar a experiência como professor e como orientador para compreender que essa questão traz, especificamente para mim, problemáticas de fundo: o problema da relação com a diferença e o problema da alteridade. O pesquisador que eu vou me tornando, após o doutorado, vê esses pontos de uma forma muito contundente, radical. Começo a trabalhar a partir de três eixos: a **narrativa**, que é proveniente da tese; a ideia de **cultura** e o dilema da **alteridade**. Essa tríade passou desde o início da minha atuação como docente passa a fazer parte das minhas pesquisas. O que de fato foi interessante, que eu fico aqui lembrando, é que quando eu encontrei esses três eixos, voltei à tese e descobri o que existia lá e eu não entendia muito bem. Porém, há vestígios e rastros na tese, foi então que eu comecei a trabalhar com conflitos do Oriente Médio. Eu me surpreendi, e isso é muito curioso, pelo fato da maioria das notícias e reportagens que eu interpretava e anunciava na minha tese serem tematicamente questões referentes às guerras no Oriente Médio.

Em momento algum eu trouxe isso como uma questão no doutorado. Porém, quando eu comecei a pensar nisso, voltei para dar um lugar a esse material, o que eu acho que pude fazer nos primeiros cinco anos depois da defesa. Foi um gesto de nomear e destacar um problema a partir do qual pensar. Estou dizendo isso tudo para poder refletir que a partir daquele momento eu consigo entender que estou trabalhando com **narrativas do conflito**. Eu começo a desenvolver, eu acho, o que tento até hoje, uma reflexão sobre a relação dos protagonistas de zonas de conflito. Uma vez que os protagonistas só podem existir a partir da convivência pela diferença. Diferença em termos de poder, em termos de lugar, em termos de posição. Seja do jornalista ou seja do entrevistado. A diferença em termos culturais, daquele que carrega perspectivas ou dinâmicas culturais que não fazem parte do meu mundo. Em uma junção de mundos, mundos que são diferentes. O que me parece que também está implicado nessa questão da alteridade é essa dimensão, que me parece muito política, especificamente, no jornalismo, que é a de **narrar o outro**. Ou de **narrar com o outro**. Começo a me envolver com pesquisas e com narrativas, do ponto de vista, de uma pragmática, que estão voltadas a discussão do conflito Israel-Palestina. Passo a me interessar por aquele conflito especificamente. Por aquela disputa ou por aquela luta, digamos assim. Porém, isso não era uma novidade para mim, mesmo antes da tese. Eu morei no Iraque em 1985, numa época de guerra. Isso é muito interessante porque essa experiência dá sentido para essa problemática que eu estava me envolvendo cinco anos depois da defesa do doutorado.

No ensejo das narrativas de conflito no Oriente Médio, o interrompemos para questioná-lo a respeito da guerra ao terror, campanha militar e política dos Estados Unidos em resposta aos ataques de 11 de setembro de 2001, evento que completou 20 anos e que se dava à época da tese “O olhar às avessas – a lógica do texto jornalístico”, defendida por Fernando Resende na Universidade de São Paulo (2002). Poucos dias antes da conversa com o pesquisador ocorre a retomada do poder político do Afeganistão pelo grupo Talibã após a desocupação do país por parte dos EUA e aliados.

Eu tenho visto pouca coisa da cobertura jornalística brasileira até porque estou muito voltado a uma outra discussão aqui na Alemanha, que também tem a ver com isso, mas que me toma um tempo, mas de todo modo acho que a gente consegue pensar a partir do que eu tenho tido acesso. Primeiro, me parece interessante pensar o quanto essa discussão não é cíclica no sentido de ser repetitiva, mas a gente atravessa um movimento espiralar – que tem relação com o processo de construção do conhecimento – que faz com que nesse momento possa voltar um pouco ao passado, olhar para trás e ver o quanto há de avanço e o quanto há ainda por fazer. O que eu estou dizendo com isso é que a narração de conflitos, e particularmente, de conflitos que dizem respeito a geografias construídas como se fossem apartadas. Vamos pensar juntos, da seguinte forma, para entender que há uma perspectiva construída: somos espacialmente distantes desses lugares, dessas geografias, mas além de sermos fisicamente distantes a gente também é inventado como sendo distante. Como sendo apartados. Temos pouco acesso às dinâmicas espaço-culturais que fazem parte desses territórios. Ou seja, há uma construção simbólica dessas geografias cujas narrativas que estamos discutindo fazem parte do processo. Isso é algo histórico, é ainda algo que tem uma raiz muito forte na nossa formação cultural brasileira, na nossa formação política, a **perspectiva eurocêntrica**. É um fator que faz com que essa discussão tenha uma relevância para a nós e com que temporalmente tenha esse movimento espiralar. Se olha para a frente e se tem que olhar para trás. Como parte de uma pesquisa, isso

foi em 2010, acho, busquei narrativas acerca da representação do conflito afro-muçulmano que aconteceu em Salvador em 1835. Eu me interessei, tive um conjunto de alunos também interessados. Eu procurei saber como a narrativa daquele conflito, a Revolta dos Malês, se fez presente na mídia brasileira do século 19. Eu fiz uma busca intensa por narrativas nos jornais da época. Depois, eu complementei esse trabalho com um pós-doutorado na Inglaterra tentando ver como o mesmo conflito foi narrado lá. Os mesmos problemas de narração estavam presentes lá no século 19, ou seja, essa nossa discussão, que é fundamental hoje, remonta a um tempo passado, anterior as empresas capitalistas de mídia e de jornalismo, as quais criticamos na atualidade. A imprensa tem um dado que é do próprio exercício da narrativa. Constitui-se da **estereotipização** desses sujeitos que fazem parte desses conflitos. No século 19, os afro-muçulmanos já aparecem na mídia como sendo bárbaros, selvagens, aqueles que não se devia confiar. O resultado disso tudo a gente também vai ver narrado nos jornais: são eles que são deportados e mandados de volta à África ou que são assassinados. Tudo isso já aparece ali, naquele momento. Eu acho que isso é importante porque qualquer crítica que a gente está fazendo hoje com relação à narrativa da luta palestina e com relação com o que está ocorrendo com o Afeganistão tem um traço que é extra temporal, do ponto de vista da mídia. Não é um problema de hoje. É um problema que persiste e é a persistência dele que nos dá uma indicação de uma questão que a gente discute quando estuda narrativa. O fato de o próprio jornalismo precisar se a ver cada vez mais com a problemática da linguagem. Não se trata apenas de pensar o que é que se narra quando se fala desses conflitos, mas como se narra esses conflitos. Tem uma questão aí que passa por uma provocação que é de natureza da forma muito mais do que do conteúdo. Eu não estou separando essas duas coisas, mas me parece que o modo de narrar é fundamental para se compreender esse problema. Tanto no caso da Palestina como no caso do Afeganistão tem um dado que parece externo ao jornalismo e eu acho que isso é lamentável, mas enfim. É o fato dessas dinâmicas socioculturais estão imbricadas num avanço tecnológico que me parece muito relevante. Por exemplo, no caso da Palestina, muitas pesquisas mostram o quanto o avanço tecnológico, do ponto de vista mais simples, a internet e o acesso aos smartphones. Tudo isso contribuiu de forma radical para a pluralização da narração daquele conflito, ou seja, nós leitores passamos a ter acesso aquele conflito de perspectivas que são variadas muito pelo fato de que as narrativas estão alocadas em lugares distintos. Elas se apresentam a partir de lugares que são distintos e muitas vezes alheios aquilo que a gente chama de jornalismo. Desse ponto de vista o que a gente vê desse movimento atual, contemporâneo, é um deslocamento de uma narrativa que a gente chamaria de narrativa factual, mais ligada ao jornalismo, para outros corpos e outros dispositivos que nos fornecem acesso aquele conflito de outras formas. Isso seria externo ao jornalismo. No Afeganistão, eu estava lendo outro dia uma matéria num desses jornais, acho que no *The Guardian*, dizendo o quanto o contexto que se vive hoje com essa nova entrada do Talibã do ponto de vista tecnológico tem propiciado um acesso aquele problema por outras vias importantes. Toda a tecnologia que temos aqui também está presente nesses lugares minados e ao estar presente a gente consegue ter acesso a filmes, daqui a pouco haverá vários sobre o Afeganistão, relatos no *Twitter*, relatos no *Instagram*, pela presença de cineastas e de artistas que estão presentes nesses territórios. São protagonistas que têm um papel preponderante na produção simbólica desses lugares. Isso tudo é muito importante para se pensar numa ampliação narrativa, externa ao jornalismo. No jornalismo, propriamente dito, continua-se com esse embate: a hegemonia de uma perspectiva

que é muitas vezes é redutora e que reitera estereótipos. Muitas das quais tentamos combater em torno da representação do sujeito do Oriente Médio. Quem são esses sujeitos que a gente desconhece? Eu pouco vejo o jornalismo contribuindo muito pouco para transformar essa dinâmica. Com as novas tecnologias, temos narrativas que se apresentam a partir do outro. Esse outro construído, o afegão ou o palestino, a título de exemplo. Quando eles passam a ter a esses dispositivos tecnológicos e podem narrar suas vidas, temos uma narrativa do outro. É um outro narrando a si mesmo como parte de um conflito. Isso é muito forte porque traz experiências para que a narrativa produzida aqui possa se abrir, o narrar vindo de lá nos provoca, mas não é o narrar com o outro. Narrar com o outro está implicada a dimensão da alteridade. Como eu, brasileiro, desse território, consigo produzir uma narrativa na perspectiva da relação com esse outro que eu não conheço. É função do jornalismo narrar e isso implica o desafio de narrar com o outro que não faz parte do meu lugar. A narrativa elaborada pelo outro não dá necessariamente conta da dimensão relacional, que é uma problemática que atravessa o jornalismo. A narrativa é um dado fundamental para pensarmos o jornalismo. Isso é tácito e é conhecido no campo. **A área de estudos do jornalismo no Brasil é avançada**, porém do ponto de vista teórico, na prática jornalística isso é outra discussão. Digo isso também com base naquilo que eu vejo aqui fora, temos discussões em torno do jornalismo que elas são muito particulares, e muito avançadas, que dizem respeito aos nossos problemas no Brasil. Nosso quadro histórico-cultural rendeu debates sobre perspectiva relacional e os desafios de narrar o cotidiano. Isso aparece para nós como um problema de pesquisa. Basta observar as discussões em espaços como a SBPJor, como a que pessoalmente tivemos sobre gênero, raça e a presença desses protagonistas no quadro narrativo do próprio jornalismo. Quando a Marcia Veiga²⁶ diz que o gênero do jornalismo é o masculino, eu acho isso muito interessante, é uma demonstração de um avanço muito grande do nosso campo. O desafio na prática é colocar essas questões para o jornalismo que se constituiu como hegemônico, de referência na sociedade brasileira. É claro que quando se nomeia a força social e econômica da Rede Globo de jornalismo hegemônico é porque já se reconhece a existência de outras práticas jornalísticas, que podem caminhar lado a lado e que têm um papel muito importante.

Lembramos Resende de um dos volumes que ele participou na série Novo Pacto da Ciência. O título do texto é “Só os inquietos mudam o mundo”, no Novo Pacto da Ciência 6: Planeta Inquieto – Direito ao Século XXI (1997), cuja protagonista é a dona Geralda narrada como uma pessoa que vive a vida com curiosidade e que é saudavelmente inquieta. Além disso, o título do volume ressoa dilemas do planeta que ainda se mantêm, além de novos processos que desafiam a convivência humana no século XXI e põem em holofote a ciência e o jornalismo: migrações, guerras e conflitos, mudanças climáticas, pandemia de covid-19, desinformação (fake news) e negação da ciência.

Ah, a dona Geralda. É, não mantive mais contato com ela... Eu não sei como ela está hoje... É interessante lembrar disso, eu me lembrava dela, mas não do contexto daquela conversa. Não sei se é demais falar assim, mas enfim, é o que eu sinto, eu acho que ali eu consegui chegar mais perto daquilo que eu acredito que possa ser esse narrar com o outro. Foi muito interessante, eu me lembro bem, porque eu fui com o gravador, fui todo munido de tudo que eu podia ter pra conversar com a dona Geralda e foi no primeiro momento da fala dela, da conversa com ela, e do lugar que eu me encontrei com ela, que eu entendi que eu precisava desligar o gravador, que

eu precisava conversar, que eu precisava escutar, que eu precisava enfim participar daquela cena que estava sendo criada por mim. Obviamente, esse era o meu papel, essa era a minha função. Tento pensar que a função do jornalista é a de propiciar a cena, ação dotada de poder, o jornalista não renuncia a isso, mas como dar conta de deixar o outro entrar nessa dimensão de modo relacional. Então, a dona Geralda se tornou um emblema dessa dinâmica, que me colocava no papel de protagonista em relação com um outro sujeito. Eu estava diante de uma pessoa que tinha uma história, e que essa história é uma história que me interessava para poder construir aquela narrativa e mesmo sendo eu um doutorando que tinha aí todas essas questões já apontadas, eu cheguei lá prontinho para poder exercer todo o poder que eu tinha de fazê-la construir uma história que eu imaginava. “Dona Geralda foi para Nova Iorque, então, dona Geralda viu o mundo”, tudo isso fazia parte do meu imaginário. Isso foi sendo desfeito na medida em que a conversa foi acontecendo, e que ela me trouxe um outro mundo que era muito maior do que a ida dela para Nova Iorque. Essa lembrança me interpela hoje assim: a dona Geralda, de certa forma, talvez possa ser pensada como essa marca desse protagonismo, desses sujeitos que protagonizam uma história do cotidiano. Sujeitos com os quais o jornalismo, de um modo geral, ainda precisa aprender a dialogar assim. Porém, temos vários exemplos hoje de jornalistas que dão conta da dimensão relacional. Eliane Brum²⁷ é um exemplo interessante; Fabiana Moraes²⁸ é outra, que também é uma pesquisadora do nosso campo. Temos um quadro atual de profissionais, no passado tivemos a própria revista Realidade, ali e em outros momentos, temos essas investidas autorais. De certa forma ainda continuam muito pontuais, que ainda não fazem parte frequentemente da grande mídia, todavia, essa perspectiva relacional não pode ser colocada em outro lugar, fora disso que chamamos de jornalismo. O desafio é grande: é fazer esse próprio jornalismo ser interpelado por essas experiências de natureza mais subjetiva, sem perder a noção de que subjetividade e objetividade não são elementos indissociáveis. Acho que a dona Geralda me ensinou isso naquela época. E novamente a pergunta da Cremilda ressoava em mim ali quando eu produzi esse texto, sem que eu mesmo estivesse percebendo.

Sobre o segundo ponto, sobre os desafios do planeta e os discursos que legitimam ciência e jornalismo por um viés objetivista, em um tempo em que há uma briga contra a negação da verdade, da ciência, o que se reitera é o lugar de um narrar ou de conhecimento que também seja absoluto. Novamente, nos é colocado o desafio de trabalhar nos entremeios. Não é a mentira e não é a pura verdade o que a gente está de fato discutindo. Não é a não-ciência e nem a ciência como um valor absoluto, calcada numa perspectiva positivista. É de um outro lugar, o qual Edgar Morin fala em um dos livros dele: ciência com consciência. O jornalismo tem um papel mediador muito importante que é de construir algum tipo de conhecimento, um conhecimento calcado no cotidiano, que nos leve a uma compreensão da importância da verdade nessa dimensão que não é absoluta... ou da dimensão da ciência nessa perspectiva que é alargada, assim, eu acho que a pandemia nos colocou isso de uma forma bastante clara, mas ainda não estamos conseguindo, é parte da luta. Se a pandemia coloca um problema que é de natureza sanitária, ela é de natureza de saúde pública, pragmática no sentido da vida, diz respeito à nossa sobrevivência. Qualquer um de nós pode morrer com essa doença, mas ela também coloca uma dimensão que é uma dimensão humanitária, que é uma dimensão cultural, afinal, quem é que morre mais, em que lugar, o porquê, quais as razões, assim, de novo, se a gente quiser considerar o território palestino isso fica evidente. Há vacina para quem é israelense mas não tem

vacina para quem é palestino, quer dizer, tudo isso coloca para nós uma dimensão da pandemia que não é só uma dimensão de natureza digamos objetiva, ela é de natureza política, ela é de natureza cultural, de natureza econômica. Portanto, a perspectiva que a pandemia nos coloca também é alargada. É preciso entrar com um jornalismo que nos ajude a construir um tipo de conhecimento que daria conta dessa dimensão alargada, desses entremeios, fora das perspectivas extremadas. A gente que brigava tanto contra a ideia de verdade se vê tendo que se defender diante das notícias falsas, ter que defender a verdade. Mas como é que se defende a verdade sem cair na cilada da verdade como um valor absoluto. É algo interessante de se pensar. A briga não cessa, a luta não para e acho que não tem jeito, falo isso mesmo tentando ser otimista.

Retomando as narrativas do conflito, quando eu começo a trabalhar com esses conflitos narrados na perspectiva do jornalismo, sabendo que eles fazem parte de dinâmicas espaço-culturais e temporais distintas, de certa forma eu já estava trabalhando naquilo que eu hoje chamo aí de uma perspectiva talvez geopolítica do próprio jornalismo, ou seja, como é que o jornalismo, enquanto instância de mediação de presente, se inscreve e inscreve sujeitos na dinâmica geopolítica contemporânea, qual é a participação do jornalismo na mediação desses conflitos, pensando esses conflitos a partir de uma lógica que é política e cultural. No caso do Oriente Médio, não são conflitos econômicos, não são conflitos estritamente religiosos, eles não se fecham numa caixinha específica que muitas vezes é o que o jornalismo dá conta de atribuir. Narra-se a luta no território palestino como uma luta entre judeus e árabes, o que parece muito mais simples do que falar que ali tem uma dinâmica que é territorial, que diz respeito a uma lógica, que é uma narrativa primária que também é religiosa, mas que diz respeito a um direito de ocupação da terra, por exemplo. Coloca-se o ponto de vista do Estado de Israel e pouco o dos palestinos. A dinâmica territorial é a dimensão que não se dá conta nesse jornalismo. Quando eu começo a olhar para esses conflitos, compreendo que estamos tratando de espaços territoriais que lidam com uma perspectiva colonialista, uma lógica de implementação de determinado poder. Há mais de cinco séculos essa perspectiva também é estrutural e estruturante daquilo que nos constitui, no caso do Brasil.

Na etapa final do diálogo, as trocas e comentários com o pesquisador se dão a partir do debate da pesquisa atual de Fernando Resende, da ideia de Sul Global e do jornalismo feito e pensado a partir desses territórios, dessas geografias construídas como diferença e subalternidade.

Quando eu entendo isso melhor eu começo a trabalhar com esse jogo entre o que seria Ocidente e Oriente, com esse jogo político entre Norte e Sul. São dinâmicas que estruturam um mundo de uma certa forma, ou que estruturam geografias do mundo de uma certa forma binária. Começo a pensar que tem uma perspectiva aí que é da natureza da narrativa, que diz respeito ao fato de como é que a gente narra essas dinâmicas, esses poderes. A África continua sendo o Outro, continua sendo essa alteridade absoluta, por exemplo. São construtos, são invenções históricas, econômicas e políticas. Atualmente, na Alemanha, desde 2015, estou em um projeto que trabalha com México, Índia e África do Sul, com pesquisadores de várias universidades desses países, que junto com a Alemanha, estão a construir uma problemática em torno do Sul Global, do Hemisfério Sul, ideia que considero muito interessante metaforicamente e do ponto de vista conceitual, porque ela diz respeito aos modos de representar esses sujeitos desses chamados Sul. Tenho trabalho em torno das imagens, representações também jornalísticas, dessas territorialidades que estou chamando de “geografias do sul”, elas se constituem a partir de determinadas experiências que atravessam

lugares distintos. É onde eu me encontro com a África, onde eu me encontro com Oriente Médio, onde esses sujeitos e essas experiências se coadunam formando um campo que é um campo territorial e narrativo que dá conta de uma experiência, que estou chamando de uma “experiência do sul”, portanto, que não é categorizada pela mera divisão geográfica-física, mas a partir das lógicas de poder, a partir das lógicas de interesse econômicos, que estão, que trazem por trás a perspectiva colonialista. É engraçado que eu me lembro agora de outra coisa que a Cremilda sempre dizia: “com que finalidade vocês ficam querendo ir para fora estudar, eles não dão conta lá do que a gente está vivendo aqui”. Acho que ela tinha razão, acho que ela ainda tem razão, já mencionei que o campo teórico do jornalismo é muito avançado no Brasil. O campo ainda tem que dar conta de lutas internas, mas é perceptível o avanço. Nossa originalidade, digamos assim, ela tem muita relação com as nossas experiências. Não acho que ela é exclusiva de Brasil, está nessa dimensão territorial da América Latina, da África do próprio Oriente Médio. A discussão sobre o jornalismo que eu acompanho nesses lugares está muito mais próxima e aberta para esses problemas que a gente traz, do que a discussão sobre feita jornalismo no Norte. Esses lugares são tomados por uma perspectiva jornalística muito mais técnica, na perspectiva da linguagem, do que aquilo que aquilo que nos interessa – a narrativa. Isso diz respeito às experiências de certa forma de subjetividades subalternizadas, produzidas como sendo menores, colocadas numa dinâmica de poder de quem tem sempre que lutar contra aquilo que é hegemônico, acho que a gente está sempre nessa perspectiva de ter que enfrentar aquilo que aparece como uma estrutura dada. Do ponto de vista da narrativa, quando o problema é colocado para o jornalismo, ele se desloca da literatura para o campo das mídias, por meio do jornalismo. Muito devido a autores importantes da Comunicação como Cremilda Medina e Luiz Gonzaga Mota. Nessa discussão, a mim parece muito interessante se guardar duas palavras, duas noções: cotidiano e presente. No campo da literatura, a discussão sobre a narrativa isolava a perspectiva do factual, mas quando chegam ao campo do estudo das mídias, elas dizem respeito ao cotidiano e ao presente, não ao oposto de ficção. Particularmente, nos documentários, é onde se percebe no Brasil, esse avanço ao interpelar o real, mas no campo do jornalismo ainda se vê uma obediência ao “relatar o fato”, o que acho que às vezes nos impede de ir mais a fundo. Essa reflexão está presente nesse grupo [de Epistemologia do Diálogo Social]. Esses problemas foram se complexificando. Temos produzido frutos muito interessantes assim, vejo isso nos orientandos. Atualmente, tenho uma orientanda que discute a epistemologia da encruzilhada para pensar o jornalismo. É um avanço que só é possível porque a gente entrou com o campo de estudos da narrativa há um tempo, quando isso não aparecia como um problema.

DO DIFUSIONISMO À DIALOGIA DEMOCRÁTICA

Cremilda Medina

Às vésperas de um momento crucial de sua vida, Friedrich Nietzsche, que seria internado em um hospital psiquiátrico três meses depois, escreveu o livro *Ecce homo* (2006). Em 1880, o filósofo que se caracteriza pelo discurso polêmico, decidiu falar da própria vida. Aos 40 anos, se permitiu o testemunho existencial, o confessional sem pruridos conceituais. A certa altura, propõe numa edição publicada em Madri:

Se me preguntará cuál es la auténtica razón de que yo haya contado esta cosas pequeñas y, según el juicio tradicional, indiferentes; al hacerlo me perjudico a , mí mismo, tanto más si estoy destinado a representar grandes tareas. Respuesta: estas cosas pequeñas – alimentación, lugar, clima, recreación, toda la casuística del egoísmo – son inconcebiblemente más importantes que todo lo que hasta ahora se há considerado importante. (2006, pág. 59).

Também me permito partilhar com o leitor que me honrar com sua atenção, pôr em relevo a experiência, *as coisas pequenas*, o cotidiano das trajetórias individual e coletiva. Se o Centro Internacional de Estudos Superiores de Periodismo de América Latina (Ciespal) celebrou 50 anos e o XIII Colóquio Internacional sobre a Escola Latino-Americana de Comunicação reuniu pesquisadores em Marília (SP), em maio de 2009, para exporem a herança dos estudos midiáticos no Continente, pressinto certa coerência nos fios tecidos de protagonismo em que tomo a liberdade de me incluir.

No segundo semestre de 1972, saio três meses da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e mergulho, pela primeira vez, no universo latino-americano, Quito, Equador, sede do Ciespal: os Andes, a adaptação dos primeiros dias à altitude, a *Vieja Quito* e *calle Amazonas*, avenida moderna, que haveria de palmilhar durante dois meses, antes de viajar para a Colômbia. O Centro de Estudos era apertado na época, mas o pequeno auditório me ofereceria um convívio de *los hermanos hispano-americanos*. Falar português com eles, parceiros de comunicação? Nem pensar. Exigiriam que eu aprendesse o espanhol. (O tempo superou essa barreira, pois hoje se fala com tranquilidade a língua comum, o *portuñol*.)

Sim, o primeiro aprendizado de especialização no Ciespal não foi nem técnico (ferramentas profissionais), nem fenomenológico (ciências da comunicação) nem humanístico (sociologia, antropologia, filosofia). A imersão se deu na cultura, nas identidades em que a língua e a observação abrem as portas da compreensão. Se os conceitos procuram circunscrever a experiência em teorias, a vivência cultural do cotidiano provoca a curiosidade e o acesso a noções abertas sobre o Outro. O diálogo com minha companheira de pensão, a chilena Cecília Burgos, me introduziu no horizonte do extremo Sul. O Chile de Salvador Allende era até então indecifrável, o

Cremilda Medina, jornalista, pesquisadora e professora titular sênior da Universidade de São Paulo, é autora de vinte livros e organizou 60 ‘coletâneas, entre elas, a *Série Novo Pacto da Ciência*, que completa três décadas em 11 edições e cuja trajetória está contemplada no primeiro ensaio deste livro, *Nas Trilhas do Saber Plural*.

que sabíamos desse país em ebulição que, no ano seguinte, cairia numa feroz ditadura, era muito pouco diante do que a palavra e o gesto de Cecília me revelavam. Lembro – essas pequenas, grandes coisas como diria Nietzsche – de trocarmos presentes como o teriam feito os ancestrais indígenas. Por exemplo, ela me deu um casaco de inverno, não estava preparada para o frio intenso das noites de Quito. E aí constatei: que indústria qualificada essa do Chile, da matéria-prima à tecelagem, ao corte e costura. Até aí achava eu que só na Europa encontraria tal produto. Foram tantas as descobertas que, muito motivada a conhecer a terra de minha amiga, combinei de, em 1973, programar a viagem com meu companheiro, Sinval Medina. Mas o ano seguinte foi trágico e perante o sofrimento que se abateu sobre o povo chileno, adiei a viagem até a queda de Pinochet. Só então pude visitar e revisitar o extremo do Cone Sul.

Não só a vizinhança de pensão me iniciava ao Chile. No curso de especialização do Ciespal, os dois chilenos eram muito solicitados na troca cultural dos intervalos de aula. Aquele momento culminante do projeto Allende mobilizava a atenção dos latino-americanos. O que não quer dizer que os ciespalinos, praticamente somente jornalistas, não quisessem informações sobre a América Central, Venezuela, Colômbia, Peru, Paraguai, Bolívia. Para os brasileiros, o Uruguai e a Argentina eram mais familiares, não representavam tantas surpresas. Por outro lado, o mergulho no Equador profundo foi a grande lição, não propriamente colhida na série de conferências que vinham dos Estados Unidos, da Europa e da então União Soviética: uma enxurrada de manuais difusionistas, sociologia funcionalista ou teoria crítica da comunicação social, metodologias de pesquisa quantitativistas. A memória ficou marcada por um módulo de um professor da Columbia University, sucedido por um módulo de um professor da Universidade de Moscou – ambos ditados pela mesma concepção pré-análise de Robert K. Merton, que tão bem soube comparar virtudes e limitações do funcionalismo norte-americano e da sociologia crítica europeia (1970).

Durante a semana, os estudos; no fim de semana, os passeios pelo Equador. Nas aulas, os latino-americanos mais inquietos, em que me enquadro sem censura, questionavam o discurso do Outro, pois a coceira da Nova Ordem da Informação provocava a constante pergunta: por que os do Sul tinham de ser colonizados pela visão de mundo do Norte? Por que a metodologia, as teorias *explicativas*, a conceituação delimitada não se abriam às inovações da América Latina? O laboratório pedagógico corria em paralelo ao formalismo do curso expositivo. Em meio à rebeldia subterrânea, irrompeu uma interlocução dialógica. Por incrível que pareça, com o próprio diretor do Ciespal, o teórico equatoriano Marco Ordoñez. Aqui lhe presto uma homenagem póstuma, pois soube ele ouvir os reclamos dos ciespalinos no início da década de 70 do século passado, o que preparou o caminho para legitimar as práticas e as teorias latino-americanas. Já durante essa década, alguns de nós voltaríamos para dar cursos e, principalmente, coordenar pesquisas com novas metodologias – o *signo da difusão migrou para o signo da relação* (2006).

Convém fazer um breve retrospecto da inquietude levada ao *recinto da especialização* no Ciespal. Havia desembarcado um ano antes na Universidade de São Paulo. Professora na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, contratada em 1967, tive notícia em fins de 1970 que a USP abriria o primeiro curso de pós-graduação da América Latina. Em dezembro desse ano venho colher informações e conheço José Marque de Melo, chefe do Departamento de Jornalismo da Escola de Comunicações Artes – outra homenagem póstuma. Muito ao seu generoso feitio, de

imediatamente convidou a possível migrante para se mudar para São Paulo e trabalhar na ECA. O curso de pós só seria implantado em 1972, mas comecei a dar aula na USP em 1971. Por que queria eu fazer pós-graduação (seria a primeira mestre latino-americana em 1975), se havia à época o direito de defender doutorado pelo meu tempo de magistério superior? Queria porque queria. Desde o primeiro momento da UFRGS, reconheci que professor universitário não é digno desse estatuto, se apenas passar aos alunos as técnicas de trabalho, o que já dominava, pois me profissionalizei em 1961. Mas quando o estudo permanente ocupa o lugar da ascensão política na carreira profissional (como comunicadora no mercado ou como docente na universidade), surgem constantes questionamentos epistemológicos e necessidade de mudança de comportamentos.

A formação humanística dos cursos de Letras e de Jornalismo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no início dos anos 1960, o aprendizado técnico nos laboratórios acadêmicos e no mercado de trabalho, a busca de qualificação na pesquisa e na teoria da Comunicação Social já na Universidade de São Paulo confluíram com a experiência concentrada em dois meses no Equador e, a seguir, um mês na Colômbia, onde fui estagiar em um Centro de Estudos sobre Divulgação Científica. Não estava no grau zero nem quanto às teorias, nem quanto à metodologia de pesquisa à qual fui iniciada pela via de análise de conteúdo nas mídias da comunicação coletiva, sob orientação de José Marques de Melo (1972). Sem demérito desse significativo aprendizado, logo transcenderia os estudos quantitativos para uma contextualização sociocultural do Jornalismo, tema da dissertação de mestrado, que viria a constituir meu segundo livro (1978). O projeto que trouxera de Porto Alegre, sob o título da “Estrutura da Notícia”, se transformou, depois da experiência de USP, do CIESPAL e da vida profissional, cerceada pela ditadura militar, em um estudo sobre o Jornalismo na sociedade industrial – “Notícia, um produto à venda”.

Apesar das circunstâncias da censura e da repressão, dava meu depoimento como pesquisadora e jornalista militante nos debates acalorados com meus colegas ciespalinos, chamando o foco para as contradições e não para o maniqueísmo. Se a notícia era um produto industrial, hoje um produto pós-industrial, a representação do real em uma narrativa se dá em um contexto simbólico atravessado por múltiplas forças e não apenas conformada pelo determinismo econômico-político ou político-econômico. Foi duro discutir essa complexidade na ECA dos anos de chumbo, no Ciespal da dicotomia difusionismo/teoria crítica ou em qualquer fórum que debatia, ao longo dos anos 1970-80, a censura e a livre-expressão. Mas a estante de autores latino-americanos, fruto do pensamento que se expressava ao Sul em contraponto à hegemonia bibliográfica do Norte, reuniria em Quito uma massa crítica significativa. Rendo mais uma homenagem à instituição ciespalina, quando me pediu para escrever um livro sobre o jornalista. Elegi a vertente da responsabilidade social do mediador-autor das narrativas da contemporaneidade (1980). (Reflexão à margem do tempo: hoje, na era digital, prossegue a pesquisa e a fé na responsabilidade social do jornalista, cercado pela difusão dos *repórteres cidadãos*.)

Quero voltar às pequenas coisas do cotidiano, quando, nos fins de semana, me separava do grupo e percorria os remotos *pueblos* do Equador. Meus colegas, em geral jornalistas, assessores de imprensa, professores de comunicação, preferiam ir à praia e descer de Quito a Guayaquil. Mas eu optava por Otavalo, Latacunga, Cuenca... Mas antes de viajar para o interior, no miolo da semana, havia a história e a contemporaneidade da capital equatoriana. A *Quito Vieja* seria a primeira cidade-monumento do patrimônio da humanidade, escolhida no programa da Unesco que,

mais tarde incluiria Ouro Preto na lista. (Me envolvi de tal forma nesse processo que levaria a Paris, em janeiro de 1981, ao diretor do IPHAN, Aloísio Magalhães, que morreria no ano seguinte, cópia do dossiê de Quito que colherei em 1979, para colaborar no pleito brasileiro. Não sei se ajudou ou não, mas o projeto brasileiro saiu vitorioso.) À paixão pelo patrimônio histórico brasileiro se somou, nos anos 1970, o interesse e afeto pelas marcas hispano-americanas. E Quito foi uma lição viva.

Sentimentos contraditórios, porém. Ao entrar, nos fins de tarde, na Igreja de São Francisco, no centro histórico da cidade, e perceber a suntuosidade do ouro e do barroco, saltava o contraste com o povo indígena acendendo velas e orando por dias melhores. O que mais me tocava era aquela gente mirradita: onde estavam os primeiros habitantes guerreiros? Os séculos de dominação e o álcool introduzido pelos conquistadores fizeram deles uma sombra triste de humanidade que nem a luz das velas da catedral engrandecia. (Num entardecer, lembraria hoje a frase caboverdiana que conheci mais tarde, ao trabalhar na África – *no desamparinho da tarde* -, depois das aulas no Ciespal, sentei num banco da igreja, os *quiteños* pobres desfilavam rezando e acendendo velas nos altares, chorei.)

Não foi por acaso que conheci Otavalo. Um jornalista equatoriano, que fazia o curso de 1972, me falou de sua gente – uma cultura indígena que resistiu à Conquista, se ilhou nos Andes e administrou, com autonomia, a sobrevivência, com o comércio de seus produtos. Trouxe para o Brasil uma reportagem (publicada no *Jornal da Tarde*), cujo título, *Os fenícios da América*, ensaiava representar a saga dos *otavaleños*, no sentido oposto da miserabilidade dos fiéis da Igreja Matriz de Quito. Quem encontrar esses índios, nas comunidades andinas ou na feira de Otavalo aos sábados, vai constatar - pelo porte físico e a atitude altiva - que eles não se deixaram dominar. Criaram uma estrutura de resistência e de trocas; montaram uma cadeia de comércio que atravessou séculos de colonização e chegou à atualidade. Assim, nas décadas posteriores à primeira ida ao Ciespal, encontrei *otavaleños* em Londres, Nova York, Rio de Janeiro ou em Higienópolis, o bairro onde moro em São Paulo. Seus produtos coloridos são inconfundíveis. Discretos caixeiros viajantes, ficam deslumbrados quando lhes digo que já estive lá na montanha, visitando uma comunidade, cujo líder tinha ido estudar Ciência Política nos Estados Unidos.

Quando voltei do Equador (a primeira viagem), os profissionais do *Jornal da Tarde* não compreendiam o entusiasmo com que contava essa e outras histórias. Ainda bem que a sensibilidade de Murilo Felizberto (outra homenagem póstuma que faço, morreu em 2007), editor-chefe do jornal, gostou da narrativa de Otavalo. Das incursões nos Andes, não pode escapar outra grande aventura, dessa vez inspirada em um mestre da primeira pós-graduação da América Latina, Egon Schaden. Sua presença permanece viva na atividade acadêmica atual, apesar de o antropólogo ter morrido em 1991. Além do desbravamento das teorias culturais que iniciara na USP, na primeira disciplina que fiz com Schaden antes de ir para o Ciespal, ele compareceu a Quito para oferecer um seminário. Muito informado da cultura local, me convidou para irmos, no fim de semana, a Latacunga, acompanhar a tradicional festa *La Mama Negra*.

Imaginem-se índios pintados de negros com ricas fantasias dançando ao ritmo de tambores; na frente, a cavalo, *la mama negra* com um boneco no colo; o desfile, verdadeiro carnaval dos Andes, segue até à igreja matriz de Latacunga e espera os católicos saírem da missa para chegar à apoteose da libertação dos escravos. Acontece que a população negra ficou concentrada no litoral e a cidade da festa está nos Andes; mas os índios se travestem de negros e celebram o fim da escravidão. E mais, a igreja

católica considerava, até onde acompanhei, um rito pagão e todos os anos os índios desafiavam os padres à porta do templo na missa de domingo. Schaden e eu fomos, no sábado, para as casas dos festeiros, vimos os preparativos, sentamos no chão e fomos convidados para a roda da *chicha*, a bebida indígena fermentada do milho. O antropólogo me fez experimentar o *trabalho de campo*. Na sala de aula do Ciespal, falávamos das teorias sociológicas da comunicação; em Latacunga, senti o gosto da *chicha*, o cheiro da casa indígena, as cores da *Mama Negra*, o gesto das danças, o som dos tambores. Tudo unido me fez compreender a importância da **produção simbólica**.

Ao me aproximar de Néstor Canclini, em especial o texto panorâmico da *noção de cultura* em *As culturas populares no capitalismo* (1981), partilharia a compreensão de que as *narrativas da contemporaneidade* produzem e articulam sentidos perante o caos da realidade que nos cerca e invade. Diria, em um congresso internacional na antiga Iugoslávia, em 1990, um ano antes da guerra, que o *jornalista é um leitor cultural* (1991). Uma leitura que se traduz em produção simbólica. Vejo à distância do tempo e do espaço, quanto aprendi nas viagens pelo Equador, quanto transpus o aprendizado do trabalho de campo da antropologia para a reportagem jornalística. Se desde a graduação havia optado pela condição de viajante em busca do *signo da relação* (2006), os estudos dos primeiros anos da década de 1970, acresceram um grão de consistência e afeto no âmbito da teoria e práticas culturais.

Não fora a circunstância política da ditadura militar e não teria saído desse percurso acadêmico uspiano. Em maio de 1975, com a cassação de Sinval Medina, Walter Sampaio (saúdosa lembrança, morreu em 2002), Paulo Roberto Leandro (também nos deixou em 2015) e eu deixamos o Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA. Uma ruptura dolorosa em tempos de ameaças e riscos da integridade física e intelectual. Segue-se o mais longo período de dedicação plena ao jornalismo, dez anos no *Estado de S. Paulo*. No labor de uma editoria de artes (oito anos como editora, dois como repórter especial), a experiência política dos agentes culturais em confronto com a censura e a repressão me pôs diante de cotidianos desafios. As dinâmicas sociais na luta pela redemocratização no Brasil dos anos 70 para os anos 80 receberam enorme contribuição dos artistas e *O Estado de S. Paulo*, enquanto empresa jornalística, soube acolher o *grito dos desajustados*. Estou me referindo à interpretação do historiador Nicolau Sevcenko (1952-2014) que, em sua tese de doutorado sobre a Primeira República, invoca a literatura, prosa e o teatro dos desajustados, onde se dramatiza o desejo de outra história. O autor se vale, no caso, de Lima Barreto e Euclides da Cunha (1983). Transpondo o cenário da Primeira República para o dia a dia da editoria de artes dos anos 1970 para o início da década seguinte, além da resistência cultural expressa nas obras, os artistas se organizavam para enfrentar o arbítrio da ditadura militar: brincávamos no meio da tarde, *lá vem o manifesto das cinco*.

O enlace com a América Hispânica não desapareceu. Se não retornava nem em visita à USP, prossegui nos itinerários latino-americanos. Peru, México, Venezuela, Costa Rica e, claro, Equador. Em 1979, o Ciespal celebrava sua nova sede e lá estava eu para a festa. Uma dupla festa, porque entre as ditaduras militares do Continente, o Equador era o primeiro país a se redemocratizar. Dessa vez elegi Guayaquil como viagem interna, não para ir à praia, mas para entrevistar o presidente eleito, Jaime Roldós (morto em 1981 em um acidente aéreo). Além do tônus político do momento, conjugava-se, na oficina jornalística, a interdisciplinaridade das ciências sociais com as artes. E foi a ênfase humanística, cultural, que me imunizou da **neopatía**

das tecnologias. No alvorecer dos anos 1980, começa a febre do computador, da informática, da telemática. Os arautos da Era Digital tomaram conta do imaginário das elites. Enquanto a inteligência natural ralava nas ruas em manifestações e comícios, os tecnólogos se ilhavam na expansão e propaganda da inteligência artificial. Ainda bem que ambas se reconciliaram no fim do século passado e amanhecemos, no século XXI, conscientes de que a produção simbólica corre à frente da produção mecânica, esta, um precioso suporte dos sentidos que atribuímos ao mundo e da partilha democrática que se acelera e estreita nas redes inteligentes.

Mas foi difícil manter a chama. Ao voltar à Universidade de São Paulo em 1986, muitos estragos seriam irreversíveis. O retorno, pleno de afetos e expectativas positivas, não se realiza na concretização de nostalgias. O ambiente dos anos 1970 se dissipara. Aos poucos se foram os mestres do primeiro curso de pós-graduação. A América Latina, às voltas com seus projetos de construção democrática e desenvolvimento socioeconômico, o Ciespal não ocupava mais um lugar de destaque nas escolhas acadêmicas – os pesquisadores preferiam especialização tecnológica nos Estados Unidos ou sociologia da comunicação na Europa. Teorias Culturais? Nem pensar. Sentia-me estrangeira optando pelo cruzamento de comunicação social com sociedade, cultura e mito. A sorte é que os alunos adoravam o contato com a arte, na graduação ou na pós-graduação. As novas ferramentas de trabalho em nada impediam o prazer do livro. Lembro de uma disciplina da pós, há quase vinte anos, em que fruímos o romance latino-americano. Renato Seixas, mestre e doutor pela USP, hoje professor da mesma universidade e colaborador do Projeto Plural, à época advogado, seguidamente recorda esse programa que tanto que o marcou.

Como omitir o ato de resistência da cultura artística numa época de cultura mecânica? E foi a experiência do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (Prolam) que muito me estimulou. Implantado em 1988 na USP, logo me agreguei ao projeto que atingiu este ano a maioria. Seria o Ciespal que me motivara? Certamente. Depois dos dez anos no *Estadão* que me levaram a viajar pela Europa, Estados Unidos, África e então União Soviética, voltei entusiasmada à latino-americanidade. Uruguai, Chile, Argentina, Peru, ah, que bom reencontrar o espetáculo dos Andes e o rosto mestiço dos caminhos do Hemisfério Sol. Desta vez em tempo integral dedicada à universidade, assumi definitivamente a conjugação da repórter e da educadora. Uma aluna de pós-graduação, que fez doutorado no Canadá, me intitulou, em 2009, *praticante do empirismo radical*. Alguns podem não gostar, mas de minha parte, que outra denominação serviria para o mergulho de cabeça na cena viva contemporânea para daí emergir com interrogantes reflexivas?

Tais interrogantes ganharam outra dimensão com a pesquisa inter e transdisciplinar dos últimos vinte anos. Se em *narrativas da contemporaneidade* o projeto culminante com alunos de graduação tem sido a série *São Paulo de Perfil*, livros de reportagem-ensaio que têm mapeado de 1987 a 2008, em 27 edições temáticas, os traços culturais das megalópoles, os seminários interdisciplinares da pós-graduação vêm debatendo, desde 1990, o *discurso fragmentalista da ciência e a crise de paradigmas*. O debate inter e transdisciplinar, registrado em onze publicações, chegando em 2022 ao 12º volume do Novo Pacto da Ciência, propõe um adensamento do diálogo social, das mediações entre ciência e sociedade e da autoria inovadora. Nas redes à distância ou de conexões presenciais, aparece com nitidez a voz latino-americana, brasileira e paulista seja em temas como o mundo do trabalho (1995) ou energia e meio ambiente (2009). Um dos seminários a que compareci, em Buenos Aires, com a presença de europeus como Ilya Prigogine (1917-2003) e Edgar

Morin, ofereceu a oportunidade de se verificar o acerto dos debates assumidos pelos autores inquietos do Hemisfério Sol, segundo registro do Projeto Plural e a Crise de Paradigmas (1993). Melhor do que meu testemunho, a coletânea deste título ensaia a concretude da inter e transdisciplinaridade.

Do *saber local*, outra maneira de nomear o saber cotidiano, se aprende muito na aventura humana de São Paulo. Daí as narrativas de mais de 500 autores, na Série São Paulo de Perfil, trazerem para as páginas impressas de 27 livros o imaginário das ruas, as marcas identitárias dos migrantes, do rosto mestiço, do enfrentamento urbano, as raízes culturais e o desejo mítico de melhor qualidade de vida. Ir ao encontro do Outro, ainda que vizinho, revela a condição humana do presente, traz à tona a memória das biografias e projeta o sonho do futuro. Embora a contemporaneidade da narrativa, os tempos e os espaços se entrelaçam.

Nesse sentido, a volta à universidade em 1986 valeu mais do que os desgostos perante circunstâncias adversas desse período. A solidária cadeia interdisciplinar trouxe energias muito positivas: físicos, matemáticos, biólogos, químicos, médicos, dentistas sacodem, com suas experiências de ciência dura ou empirismo radical, as platitudes cristalizadas nas ciências sociais, na educação, na arquitetura ou na engenharia. Tem sido um convívio nada agressivo, pelo contrário, de enriquecimento complementar. É uma honra o lugar do comunicador na mediação dialógica e na partilha dos impasses de mentalidades e metodologias. Daí resulta o que venho insistindo nos últimos anos: mais importante do que laboratórios técnicos de mídias impressas, eletrônicas ou digitais são os laboratórios epistemológicos. As ferramentas mentais se atrofiam se deixarmos de cuidar delas para só nos dedicarmos exclusivamente ao treinamento das máquinas. Aprende-se muito com neurocientistas como António Damásio (1994) ou com Gil Taylor (2008), entre muitos outros.

Um breve sumário das pautas do laboratório epistemológico nos vem do Saber Plural. Por exemplo, a relação sujeito-sujeito, a intercausalidade, a noção de processo e as contradições inerentes ao processo, polifonia e polissemia no diálogo social, autoria e produção de sentidos não importa em que suporte. Ao longo de um trabalho na graduação, na pós, na especialização ou em breves oficinas, a mutação de certos vícios mentais – relação sujeito-objeto, monocausalidade, dicotomias, voz oficial e significados do poder, burocratização dos sentidos sem a autoria inovadora – leva o educando e o educador a mobilizarem potencialidades da inteligência natural. Partindo desse laboratório, a narrativa da contemporaneidade irradia brilho poético em meio aos discursos opacos sobre o presente.

O Ciespal ficou para trás? Décadas se sucederam do século XX ao século XXI e a vertente cultural da América Latina subsiste como o principal eixo dos estudos teóricos e das práticas narrativas na Comunicação Social. No laboratório epistemológico do Projeto Plural, com trinta anos de experiência transdisciplinar, volto à seara disciplinar da mediação dialógica autoral. Não há como abdicar de eixos fundantes da produção simbólica. Dos mitos fundadores aos desejos coletivos das sociedades contemporâneas, não há como se mover física ou digitalmente, sem os símbolos dos povos vocalizados nas personagens literárias (1996). Como jornalista ou como pesquisadora nas ciências da comunicação, o *gesto da arte* me aproxima da pluralologia na viagem ao Outro. As interrogantes teóricas se fecundam nos encontros vivos. Podem analisar, e o estão fazendo, as vantagens da velocidade no tempo e do encurtamento das distâncias nas mídias digitais, mas teorias assépticas que dispensam o contato direto, corpo a corpo, não consideram os sentidos da compreensão, da interação criadora. Razão tem o colombiano Luís Carlos Restrepo quando denuncia

o analfabetismo afetivo (1994). No dia em que uma rede digital me oferecer tato, olfato, paladar, além da visão fragmentada e das frases descontextualizadas que oferece hoje, talvez abdique do encantamento da rua. Afinal, a *alma encantadora das ruas* levou João Rio a sair das redações do início do século XX para se encontrar, ao vivo, com a gente miúda e o cotidiano cariocas. Assim nos doou além de narrativas preciosas, uma metodologia para reportar a cena social contemporânea.

Volto, pois, ao Ciespal: para além dos conteúdos explanados no curso de especialização nos anos 1970, ficou impregnado nos ciespalinos o sentir-se latino-americano, com o Brasil incluído. As viagens que se sucederam, as buscas bibliográficas de autores do Continente e o trabalho jornalístico nunca mais partiriam do princípio de *eles, latino-americanos, e nós, brasileiros*. Parece ingênuo, mas enunciar um todo é tão difícil para os hispano-americanos quanto para os brasileiros. Por isso também se acrescente o significado do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina dentro do universo europeizado da Universidade de São Paulo. Ciespal e Prolam representam na saga, por vezes tormentosa, do conhecimento científico e da ação transformadora um legado que merecer ênfase no contexto de ambas as instituições. E hoje em que espaços e tempos se estreitam nas infovias, não dá para esquecer o quão significativo é, foi e serão os encontros ao vivo e a cores nas sendas territoriais do Hemisfério Sol. Aprendemos há tempo, na América Latina, que temos de questionar a pretensão difusionista do Hemisfério Norte e nos lançarmos à dialogia democrática na pluralidade cultural; aprendemos que se a liberdade de expressão é um bem histórico, cultivado no Iluminismo, o trânsito nas sociedades, nos grupos, na diversidade humana, nos desloca para o direito coletivo. Não abdicamos da assinatura de autoria (e sua autonomia inerente), mas é na escuta do Outro que o Direito Social se sobrepõe à arrogância difusionista do todo poderoso EU.

Referências (por ordem de citação)

MERTON, Robert. *Sociologia, teoria e estrutura*. Mestre Jou, 1970.

MEDINA, Cremilda. *O signo da relação, Comunicação e Pedagogia dos Afetos*. Paulus, 2006.

MELO, José Marques. *Estudos de Jornalismo Comparado*. Pioneira, 1972.

MEDINA, Cremilda. *Notícia, um produto à venda*. Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial. Alfa-Ômega, 1ª edição, 1978. Hoje título publicado em várias edições para Summus Editorial.

----- *El rol del periodista*. Quito, Equador, Ciespal, 1980. Obra publicada no Brasil, sob o título *Profissão Jornalista, Responsabilidade Social*, pela editora Forense em 1982.

CANCLINI, Nestor. *As culturas populares no capitalismo*. Brasiliense, 1981.

MEDINA, Cremilda. “Jornalismo e a Epistemologia da complexidade”, ensaio in MEDINA, Cremilda (org.), *Novo Pacto da Ciência, a Crise dos Paradigmas, Primeiro Seminário Transdisciplinar*, ECA/USP, 1991.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. Brasiliense, 1983.

SAGRERA, Martín. *Mitos y sociedade*. Barcelona, Editorial Labor, 1967.

MEDINA, Cremilda. “Viver na incerteza e no risco”, ensaio in MEDINA, Cremilda e GRECO Milton (organizadores.), *Do Hemisfério Sol*, ECA/USP/CNPq, 1993.

Neste texto, a autora relata seu encontro com Ilya Prigogine e Edgar Morin em um congresso em Buenos Aires em 1991.

DAMÁSIO, António. *O erro de Descartes*. Lisboa, Publicações Europa-América, 1994.

TAYLOR, Jill Bolte. *A cientista que curou o próprio cérebro*. Ediouro, 2008.

MEDINA, Cremilda. *Povo e personagem*. Editora da Ulbra, 1996.

RESTREPO, Luis Carlos. *O direito à ternura*. Vozes, 1998.

